

TESE DE DOUTORADO

A ARQUITETURA DA DIPLOMACIA

PROJETOS DAS EMBAIXADAS DO BRASIL

NO EXTERIOR (1962-1981)

GISELLE MARIE CORMIER CHAIM

**A ARQUITETURA DA DIPLOMACIA: PROJETOS DAS EMBAIXADAS
DO BRASIL NO EXTERIOR (1962-1981)**

AUTORA | GISELLE MARIE CORMIER CHAIM

ORIENTAÇÃO | Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO | Teoria, História e Crítica

LINHA DE PESQUISA | Patrimônio e Preservação

Presidente da banca examinadora

Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros (PPG-FAU/UnB)

Membros Titulares

Prof. Dr. Eduardo Pierrotti Rossetti (PPG-FAU/UnB)

Arq. Dr. Elcio Gomes da Silva (Câmara dos Deputados)

Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa (Universidade de São Paulo)

Membro Suplente

Profa. Dra. Elane Ribeiro Peixoto (PPG-FAU/UnB)

Brasília, 20 de março de 2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Contato | arq.gisellechaim@gmail.com

para Teresa e Isabel

Agradecimentos

Por ser você o motivo de eu querer prosseguir, Teresa, obrigada. Espero que o esforço do meu trabalho seja, um dia, motivo de orgulho e inspiração. E que voltemos a ter nossas tardes enquanto aguardamos a chegada de nossa Isabel para outras brincadeiras.

Pelo estímulo mútuo para crescermos juntos e sermos melhores, Vinícius, obrigada. Agradeço a oportunidade da vida de aventuras que temos e os presentes que, juntos, colecionamos.

Por serem meus exemplos de coragem e obstinação, Christine, Ricardo e Caio, obrigada. Dedico a vocês a minha jornada acadêmica - esse êxito é compartilhado. Obrigada, Ricardo, por ser meu guia e minha referência. Obrigada, Christine, por ser meu suporte e equilíbrio.

Pela parceria durante todos os anos de Pós-Graduação, professora Ana Elisabete, obrigada pela confiança e por ser minha orientadora em tantos aspectos além da pesquisa. Pelos comentários que enriqueceram meu trabalho ao longo do processo do doutorado, agradeço aos membros da minha banca, Eduardo Rossetti, Elcio Gomes e Elane Ribeiro.

Essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa, devo agradecimentos a muitos nomes que me auxiliaram com o fornecimento de informações, materiais de trabalho, acesso aos acervos, entrevistas e pelo entusiasmo com o tema. Pelo trabalho minucioso de redesenho e pela companhia na descoberta dos projetos das Embaixadas, Júlia Soares, Carlos Lázaro, Anny Mori, Laura dos Santos e Gabriel Montenegro, muito obrigada. Agradeço aos Embaixadores Ary Quintella e Sônia Guimarães; a Heitor Granafei, Otávio Trindade, Renata Negrelly, Paulo César Braga, Ana Cristina Palhas e Rodrigo Macedo, Helges Bandeira, Caio Grottone; a Pedro Paulo Palazzo; a Maria Clara Redig de Campos, Joaquim de Salles Redig de Campos, Jayme Zettel e Carlos Camargo; a Maria Silvia Gomes; a Ana Flávia Rêgo, Paulo Victor Borges, Fabio Chamon, Maria Eduarda Cavalcanti, Thássila Uatanabe e Renata Benigno.

Esse trabalho foi realizado em Brasília, em Nova York e na Cidade do México, lugares em que morei durante os anos de doutorado. Duas filhas chegaram como presentes da vida enquanto escrevia a tese. Para elas – e por elas - dedico o meu trabalho e os resultados que dele virão.

Resumo | Abstract

Esta tese propõe a apresentação e a análise crítica dos projetos das Chancelarias e Residências Oficiais brasileiras no exterior projetadas entre os anos de 1962 e 1981 pelos arquitetos Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake. A pesquisa se justifica devido à escassez de informações sobre os projetos das representações diplomáticas brasileiras e busca contribuir para os campos da arquitetura e da diplomacia. A metodologia envolveu o levantamento de documentação em acervos particulares e institucionais, o redesenho das soluções de projeto e a análise das Embaixadas a partir de critérios objetivos e subjetivos. Os parâmetros analíticos incluem a relação dos edifícios diplomáticos com a cidade (*index*), a compreensão dos elementos que compõem as fachadas (*símbolo*) e a identificação dos elementos que comunicam a vinculação ao Brasil (*ícone*). A hipótese da pesquisa é que as Embaixadas brasileiras possam ser produtos da diplomacia cultural e instrumentos para a implementação do *soft power* brasileiro nos contextos em que se inseriram. A revisão bibliográfica explora aspectos da arquitetura como produto de representação e exportação a partir de trabalhos similares nos contextos europeu e norte-americano, bem como aborda temas cruciais para entender as relações entre arquitetura e diplomacia no cenário brasileiro, fundamentando-se em aspectos históricos, políticos e diplomáticos. Na parte final do trabalho são apresentados e analisados os projetos das Embaixadas em Beirute, Washington D.C., Buenos Aires, Lagos, Riade e Tóquio. Os resultados destacam a intenção orquestrada pelo Ministério das Relações Exteriores em investir em projetos realizados por arquitetos brasileiros a partir dos anos 1960 como parte de ações estratégicas para garantir a presença do Brasil em determinados contextos. As conclusões ressaltam a aplicabilidade prática da pesquisa como ferramenta para o conhecimento e para a preservação das Embaixadas brasileiras no exterior.

Palavras-chave: Arquitetura diplomática; Embaixadas brasileiras; diplomacia cultural; Olavo Redig de Campos; Elvin Dubugras; Ruy Ohtake.

This thesis proposes the presentation and critical analysis of the projects of Brazilian Chanceries and Official Residences abroad, designed between 1962 and 1981 by architects Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras, and Ruy Ohtake. The research is justified due to the scarcity of information about the projects of Brazilian diplomatic representations and aims to contribute to the fields of architecture and diplomacy. The methods involved the collection of documentation from private and institutional archives, the redesign of project solutions, and the analysis of Embassies based on both objective and subjective criteria. Analytical parameters include the analysis of the relationship of diplomatic buildings with the city (*index*), understanding the elements that compose the facades (*symbol*), and the identification of elements that communicate the connection to Brazil (*icon*). The research hypothesis is that Brazilian Embassies may be products of cultural diplomacy and instruments for implementing Brazilian *soft power* in the contexts in which they were inserted. The literature review explores aspects of architecture as a product of representation and exportation from similar works in European and North American contexts. It also addresses crucial themes to understand the relationships between architecture and diplomacy in the Brazilian scenario, grounding itself in historical, political, and diplomatic aspects. In the final part of the work, the projects of the Embassies in Beirut, Washington D.C., Buenos Aires, Lagos, Riyadh, and Tokyo are presented and analyzed. The results highlight the orchestrated intention by the Ministry of Foreign Affairs to invest in projects carried out by Brazilian architects from the 1960s onwards as part of strategic actions to ensure Brazil's presence in specific contexts. The conclusions emphasize the practical applicability of the research as a tool for knowledge and preservation of Brazilian Embassies abroad.

Keywords: diplomatic architectures; Brazilian Embassies; cultural diplomacy; Olavo Redig de Campos; Elvin Dubugras; Ruy Ohtake.

Lista de Ilustrações

Figura	1	Edifícios da ONU, em Nova York, do Ministério da Educação e Saúde e da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, respectivamente.	42
Figura	2	Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York de 1937.	51
Figura	3	Fachada principal do Palácio Pereda, a sede da Residência Oficial do Brasil na capital argentina.	65
Figura	4	Fachada principal do Palácio Pamphilj, em Roma.	65
Figura	5	Reprodução da fotografia “Casacas no cerrado” de autoria do fotógrafo polonês radicado no Brasil Raymond Frajmund.	73
Figura	6	Embaixada do México em Brasília.	76
Figura	7	Embaixada da Itália em Brasília.	76
Figura	8	Redig de Campos trabalhando em seu escritório.	77
Figura	9	Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistóia, Itália.	84
Figura	10	Edifício do BNDES, ainda em construção.	86
Figura	11	Fotografia registrada em Beirute que mostra Olavo Redig de Campos e Carlos Camargo (ao centro) com duas figuras que, possivelmente, poderiam ser de membros do COEB.	105
Figura	12	Esquema bidimensional que mostra o perfil do terreno a partir do desenho dos limites do lote e do projeto.	107
Figura	13	Imagem aérea mostrando a posição da Residência oficial na esquina do terreno conformado pelas duas vias e o acesso principal na interseção entre elas, correspondente à porção oeste do terreno. À esquerda, na porção sul a fachada que se volta para o jardim e a piscina tem a vista do mar Mediterrâneo, à distância. À direita, na porção norte, a outra fachada se volta para a cidade, no vale.	108
Figura	14	Muro de arrimo revestido em mármore que se volta à fachada oeste do projeto e protege o jardim privativo disposto na fachada sul.	109
Figura	15	Vista do muro de arrimo que protege o jardim disposto na fachada sul. Notem-se as aberturas que enquadram a paisagem.	110
Figura	16	Versão preliminar do projeto, mostrando a proposta de azulejos na fachada sul.	110
Figura	17	Planta de topografia do terreno. O ponto mais alto, correspondente ao platô onde foi posicionada a Residência, corresponde à cota 180. Já o ponto mais baixo, próximo às vias, à cota 175.	117
Figura	18	Proposta inicial que mostra o esquema estrutural do projeto e o acesso por meio das rampas na fachada norte, revisada posteriormente.	117
Figura	19	Estudo da fachada sul do projeto. Note-se a proposta para revestimento em azulejos e as portas de vidro que se abrem para o jardim.	117
Figura	20	Estudos para a fachada oeste, que mostram a proposta do pavimento semi-enterrado onde estão dispostas as zonas de serviço.	118
Figura	21	Estudos para a fachada oeste. Note-se a intenção de fazer aberturas em tamanhos e formatos variados.	118
Figura	22	Estudos para a fachada oeste, ainda com solução indefinida para o muro de arrimo no terreno.	118
Figura	23	Estudos para a fachada oeste, como posicionamento da porta de entrada logo no acesso das vias. Essa solução foi alterada posteriormente.	118
Figura	24	Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista superior.	119
Figura	25	Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista da fachada sudeste do projeto.	119
Figura	26	Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista da fachada oeste.	119
Figura	27	Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista superior com foco no acesso de veículos e nas fachadas sul e oeste.	120
Figura	28	Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista a partir da rua da fachada norte.	120

Figura	29	Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista da fachada norte.	120
Figura	30	Maquete de estudo da segunda versão do projeto. Vista aérea.	121
Figura	31	Maquete de estudo da segunda versão do projeto. Vista da fachada norte.	121
Figura	32	Maquete de estudo da segunda versão do projeto. Vista da fachada sul.	121
Figura	33	Reportagem do Correio da Manhã de outubro de 1962 a respeito da Residência oficial.	122
Figura	34	Fotografia antiga mostrando a solução definitiva para os muros de arrimo na fachada oeste.	122
Figura	35	Fotografia antiga mostrando a solução definitiva para os muros de arrimo na fachada oeste.	123
Figura	36	Carlos Camargo e Olavvo Redig de Campos trabalhando no modelo reduzido de uma das versões da Residência em Beirute.	123
Figura	37	Vista da piscina a partir do jardim interno, na porção sul do terreno. Note-se o muro de arrimo que delimita a fachada leste, com as aberturas em formato retangular coincidentes com a paginação do mármore branco.	124
Figura	38	Vista da fachada sul do projeto, com enfoque nas portas de vidro que separam os ambientes sociais do jardim, e o painel em azulejos.	124
Figura	39	Detalhe da composição geométrica em azul e branco que conforma o painel que reveste a fachada sul do projeto.	125
Figura	40	Vista do muro de arrimo que delimita a fachada oeste do projeto e garante privacidade à zona do jardim e da piscina. À direita, a fachada sul do projeto. Acima, a cobertura côncava em concreto armado.	125
Figura	41	Vista da estátua de Bruno Giorgi que decora o jardim privativo na porção sul do lote. Ao fundo, o muro de arrimo que delimita a fachada oeste do projeto, com as aberturas retangulares e quadradas coincidentes com a paginação do mármore branco.	126
Figura	42	As seteiras e os <i>brise-soleil</i> verticais que conformam a fachada norte do projeto.	126
Figura	43	Fachada norte com as janelas do tipo seteira nos pavimentos e o acesso à zona de serviço no pavimento semi-enterrado.	126
Figura	44	Vista do jardim privativo a partir da biblioteca, no pavimento térreo.	127
Figura	45	Vista interna dos corredores íntimos que acessam os quartos no pavimento superior.	127
Figura	46	Telegrama enviado por Redig de Campos ao contratado local em 1964 com instruções para resolução de questões surgidas na obra. Chama a atenção o pedido: “Tomei muito cuidado para não mexer nas linhas gerais do traçado, que cuidadosamente mantive, sem alterações, a posição dos pilares”.	128
Figura	47	Parte I da ata de reunião realizada para encaminhamentos do projeto. O arquivo de julho de 1966 já mostra que a obra encontrava-se em estado avançado.	128
Figura	48	Parte II da ata de reunião que mostra estado avançado da obra em julho de 1966.	129
Figura	49	Destaque da ata de reunião de 1966 que mostra o engajamento de Redig de Campos na proposta de soluções, de modo a manter a integridade do projeto.	129
Figura	50	Parte I de carta enviada por Redig de Campos ao empreiteiro a respeito de soluções para o projeto a partir de requerimento por parte da prefeitura para a locação de um abrigo anti-bombas na Residência.	130
Figura	51	Parte II da carta enviada por Redig de Campos ao empreiteiro a respeito de soluções para o projeto.	130
Figura	52	Telegrama informativo sobre envio de desenhos para soluções de projeto a partir de visitas realizadas por Redig de Campos a Roma.	131
		Planta de situação ilustrativa do lote em formato triangular em que se localizam a Residência Oficial, instalado na McCormick Villa, cujo acesso se dá a partir da conexão entre a Massachusetts Avenue e a Whitehaven Street; e a Chancelaria, alinhada longitudinalmente ao limite direito do terreno.	

Figura	53	Com uma área de 5.800m ² , a Residência ocupa um total de 1.634m ² e a Chancelaria, de 3.180m ² conforme documentação localizada nos acervos do SARQ/MRE. Entre os dois edifícios, um amplo jardim arborizado com árvores nativas.	137
Figura	54	Fachada principal e o acesso recuado, no térreo.	139
Figura	55	Planta de situação do lote adquirido pelo Brasil para instalação de sua Chancelaria. Nos terrenos vizinhos encontram-se as Embaixadas da Grã-Bretanha, da Nova Zelândia, do Irã, da África do Sul e do Sri Lanka.	118
Figura	56	Planta de situação do lote mostrando a relação entre a posição da Residência e da Chancelaria, já com a demolição do edifício que anteriormente abrigava os espaços de trabalho.	145
Figura	57	Plantas baixas do porão e do térreo do Palácio McCormick, a Residência Oficial do Brasil.	146
Figura	58	Planta baixa do 'andar nobre' do Palácio McCormick, a Residência Oficial do Brasil.	146
Figura	59	Plantas baixas do segundo e do terceiro andares do Palácio McCormick, a Residência Oficial do Brasil.	147
Figura	60	Figura 60: Planta baixa mostrando a proposta de tratamento do terreno ao redor da Chancelaria e da locação do edifício para atendimento consular junto à Whitehaven Street, que não foi executado.	147
Figura	61	Primeira parte da seção transversal que mostra a Residência Oficial à esquerda e o edifício consular proposto ao centro.	148
Figura	62	Segunda parte da seção transversal que mostra o edifício consular proposto ao centro e a Chancelaria à direita.	148
Figura	63	Seção transversal que mostra a Chancelaria em corte à direita.	148
Figura	64	Seção longitudinal do lote, que mostra a fachada lateral da Chancelaria ao fundo.	148
Figura	65	Planta baixa do térreo localizada durante as pesquisas.	149
Figura	66	Planta baixa do primeiro pavimento localizada durante as pesquisas.	149
Figura	67	Planta baixa do segundo pavimento localizada durante as pesquisas.	149
Figura	68	Planta baixa do terceiro pavimento localizada durante as pesquisas. Note-se a grande sala de reuniões prevista ao centro e os aposentos do Embaixador, localizados à direita da planta.	149
Figura	69	Porção da planta baixa do térreo localizada durante as pesquisas que mostra a sugestão de mobiliário e equipamentos decorativos em croquis.	150
Figura	70	Segunda versão de proposta para ocupação do terreno entre a Chancelaria e a Residência Oficial localizados durante a pesquisa. Aqui, estudava-se a viabilidade de garagem semi-enterrada no lote.	150
Figura	71	Seções longitudinais mostrando a segunda versão de proposta para ocupação do terreno. Aos fundos, a Chancelaria em vista.	150
Figura	72	Perspectiva ilustrativa da proposta para o edifício consular. À esquerda a Chancelaria.	151
Figura	73	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de layout e mobiliário para a sala do Embaixador, no terceiro pavimento.	151
Figura	74	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos para o desenho de um balcão de atendimento ao público, localizado no primeiro pavimento. Note-se em frente a ele o posicionamento de dois pares de poltronas de autoria do escritório de mobiliário brasileiro L'Atelier.	152
Figura	75	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos para o desenho e detalhamento construtivo do balcão de atendimento ao público, que deveria ser posicionado no primeiro pavimento da Chancelaria. Chamam a atenção o acabamento em jacarandá, similar ao idealizado pelo arquiteto para outros móveis no edifício.	152
Figura	76	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços.	153

Figura	77	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, mesas de centro, estantes, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços.	153
Figura	78	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços.	154
Figura	79	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços.	154
Figura	80	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com a proposta de aquisição de poltronas Cubo do escritório L'Atelier para a zona de recepção no primeiro pavimento.	155
Figura	81	Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com a proposta de aquisição de poltronas Hille do escritório L'Atelier nos formatos "giratória", "giratória com rodízio", "giratória com regulagem de altura" e "giratória com regulagem de altura e rodízio".	155
Figura	82	Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos.	156
Figura	83	Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos.	157
Figura	84	Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos.	158
Figura	85	Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos.	158
Figura	86	Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos..	159
Figura	87	Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos.	159
Figura	88	Maquete ilustrando a locação dos edifícios.	160
Figura	89	Maquete ilustrando a locação dos edifícios. No primeiro plano, a representação do Palácio McCormick e aos fundos a Chancelaria.	160
Figura	90	Maquete mostrando a conexão entre os edifícios e a proposta do edifício consular.	160
Figura	91	Maquete mostrando a proposta para o edifício consular, ao centro, não construído.	160
Figura	92	Maquete mostrando a proposta para o edifício consular, ao centro, não construído. À esquerda, a Chancelaria. Note-se a posição da bandeira do Brasil ao fundo, que na versão definitiva foi locada logo em frente ao acesso principal à Chancelaria.	160
Figura	93	Outras visões da maquete que ilustram a proposta para o edifício consular entre os edifícios da Chancelaria e da Residência.	161
Figura	94	Fotografias antigas da fachada lateral do Palácio McCormick e do terreno vazio ao lado onde, futuramente, se instalaria o edifício da Chancelaria projetado por Redig de Campos. Note-se ao fundo o antigo edifício onde se realizavam as funções administrativas e burocráticas anteriormente, que foi demolido.	161
Figura	95	Fachada principal do Palácio McCormick.	162
Figura	96	Fachada principal da antiga Chancelaria, com acesso a partir da Whitehaven Street.	162
Figura	97	Fotomontagem ilustrativa da construção do edifício da Chancelaria, presente nos saguões da Embaixada.	163
Figura	98	Fotomontagem ilustrativa do canteiro de obras, presente nos saguões da Embaixada.	163

Figura	99	Fotomontagens ilustrativas da construção do edifício da Chancelaria, presentes nos saguões da Embaixada.	163
Figura	100	Fotomontagens ilustrativas da construção do edifício da Chancelaria, presentes nos saguões da Embaixada.	164
Figura	101	Fotografia do acesso posterior ao edifício da Chancelaria, a partir do estacionamento de servidores.	164
Figura	102	Fotografia da fachada principal do edifício da Chancelaria, a partir do estacionamento de servidores.	164
Figura	103	Fotografia a partir da Massachusetts Avenue, que ilustra o acesso de veículos ao nível térreo da Chancelaria e o recuo em relação à fachada principal.	165
Figura	104	Fachada principal da Chancelaria.	165
Figura	105	Vista da Residência Oficial a partir dos interiores da Chancelaria.	166
Figura	106	Vista interna do lobby de acesso aos elevadores, no térreo, com mobiliário similar ao sugerido por Redig de Campos no projeto.	166
Figura	107	Vista dos exteriores a partir de salas de trabalho no interior do edifício.	167
Figura	108	Interiores da Chancelaria. Na foto, a sala de reuniões presente no segundo pavimento.	167
Figura	109	Imagem que demonstra a relevância da aquisição do Palácio Pereda a partir da citação “Neste antigo palácio vai-se desenhando uma nova aliança...” para inserção do Brasil na Argentina e para sua presença como figura articuladora das relações entre os dois países. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.	171
Figura	110	Desenhos contidos no memorial descritivo que ilustram a proposta de diferenciação do edifício da chancelaria em relação aos edifícios vizinhos e como o recuo na fachada nos níveis térreo e primeiro pavimento cria o “pátio ajardinado” que dá acesso ao hall de recepção do edifício. Note-se a entrada de veículos, à direita, que leva aos três níveis de garagem no subsolo..	173
Figura	111	Desenho contido no memorial descritivo que ilustra a proposta da empena em concreto que marca a transição entre o espaço da cidade e o ambiente do interno do edifício, no térreo.	173
Figura	112	Desenho contido no memorial descritivo que ilustra o imaginado pelo arquiteto para a sobreloja, onde seriam realizadas exposições ou outros eventos de promoção.	173
Figura	113	Fotografia da fachada principal, mostrando a guarita no térreo, o recuo nos primeiros pavimentos, as varandas e o recuo nos últimos pisos.	176
Figura	114	Desenho contido no memorial descritivo com proposta para os gabinetes do Ministro e do Embaixador, nos pisos superiores.	178
Figura	115	Planta de situação da chancelaria em Buenos Aires. Note-se que o terreno em preto se trata do lote da Chancelaria propriamente dito e em verde, da Residência Oficial. Documento constituinte do memorial descritivo do projeto.	188
Figura	116	Planta de locação do conjunto, ampliada em relação à planta de situação. O desenho mostra a proposta de conexão visual entre os fundos da Chancelaria e os jardins da Residência Oficial.	188
Figura	117	Primeira versão para a composição da Chancelaria do Brasil. Documento constituinte do memorial descritivo do projeto.	189
Figura	118	Segunda versão para a fachada principal. Chamam a atenção os estudos para posição da bandeira nacional.	189
Figura	119	Proposta original da fachada principal da Chancelaria. Documento constituinte do memorial descritivo do projeto.	189
Figura	120	Proposta original da fachada principal da Chancelaria. Documento constituinte do memorial descritivo do projeto.	189
Figura	121	Corte longitudinal da primeira versão do projeto. Note-se a conexão entre térreo e sobreloja por meio de escadas rolantes, que foi modificada em versões posteriores. Documento constituinte do memorial descritivo do projeto.	190
Figura	122	Corte transversal da primeira versão do projeto. Documento constituinte do memorial descritivo do projeto	190
Figura	123	Planta do Segundo Subsolo para a primeira versão do projeto.	190
Figura	124	Planta do Primeiro Subsolo para a primeira versão do projeto.	190

Figura	125	Planta do Térreo para a primeira versão do projeto.	191
Figura	126	Planta do Primeiro Pavimento (sobreloja) para a primeira versão do projeto. Note-se a conexão entre os pavimentos térreo e segundo pavimento por meio das escadas rolantes, que posteriormente foram substituídas por escada helicoidal.	191
Figura	127	Planta do Segundo Pavimento para a primeira versão do projeto. Note-se a proposta original de locação do auditório, aqui, que foi posteriormente alterada. Atualmente, o auditório se localiza no segundo subsolo.	191
Figura	128	Planta do Terceiro Pavimento para a primeira versão do projeto. A planta livre originalmente deveria receber biblioteca, salas de leitura e consultas. Atualmente, o terceiro pavimento recebeu salas de escritórios.	191
Figura	129	Planta livre do pavimento tipo (entre os pavimentos quarto e décimo primeiro). Note-se o núcleo central das circulações verticais e de zonas de serviço e a área livre junto às fachadas para disposição das salas de escritório.	192
Figura	130	Planta do Décimo Primeiro pavimento para a primeira versão do projeto. Note-se o recuo progressivo das varandas a partir desse piso.	192
Figura	131	Planta do Décimo Segundo pavimento para a primeira versão do projeto.	192
Figura	132	Planta do Décimo Terceiro pavimento para a primeira versão do projeto.	192
Figura	133	Documento original do memorial descritivo do projeto, a partir do qual as passagens referenciadas ao longo do texto foram extraídas.	193
Figura	134	Proposta de Layout para os aposentos e gabinetes do Embaixador, no décimo segundo pavimento.	193
Figura	135	Proposta de Layout para os espaços de trabalho no pavimento tipo. Note-se o deslocamento das zonas de circulação vertical para o núcleo do projeto em relação à proposta original.	193
Figura	136	Proposta de Layout para os espaços de trabalho no pavimento tipo. Note-se o deslocamento das zonas de circulação vertical para o núcleo do projeto em relação à proposta original.	193
Figura	137	Desenho à mão com proposta da guarita em formato oblongo no acesso ao edifício.	194
Figura	138	Corte longitudinal mostrando os níveis subterrâneos no projeto e a disposição das garagens..	194
Figura	139	Perspectiva isométrica ilustrativa da proposta de conexão visual no térreo e funcional no subterrâneo entre os edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial. No desenho, fica evidente a proposta da piscina nos jardins da Residência, das garagens e do auditório no Segundo Subsolo. Aqui, trata-se de versão revisada do projeto, uma vez que na proposta original o auditório estaria localizado na sobreloja.	194
Figura	140	Planta baixa do térreo na versão definitiva da Chancelaria. As principais alterações identificadas em relação à proposta original são a substituição das escadas rolantes pela escada helicoidal para acesso à sobreloja; a inclusão do jardim de inverno após a escada helicoidal e de painel opaco aos fundos (que posteriormente recebeu azulejaria de Athos Bulcão); reposicionamento das caixas de circulação vertical ao centro da planta; e a alteração das estruturas que delimitam o lote. Em relação a essa proposta, parece ter sido alterada a abertura do último dos elevadores para o hall central, que atualmente não acontece.	195
Figura	141	Planta baixa da sobreloja na versão definitiva da Chancelaria. A idéia original de amplitude e liberação deste nível para a realização de eventos e recepções não foi mantida.	195
Figura	142	Maquete ilustrativa da proposta para a fachada principal, na versão original do projeto.	196
Figura	143	Maquete ilustrativa da volumetria da Chancelaria, na versão original do projeto.	196
Figura	144	Maquete ilustrativa da proposta para a fachada posterior, na versão original do projeto.	196
Figura	145	Fotografia da demolição e construção dos subsolos do projeto (1976). Aos fundos, a fachada posterior do Palácio Pereda.	197

Figura	146	Fotografia da demolição e construção dos subsolos do projeto (1976). À esquerda, a fachada posterior do Palácio Pereda. À direita, as fachadas posteriores dos edifícios que conformam o terreno em que se insere o projeto.	197
Figura	147	Fotografia mostrando a finalização das obras na fachada principal do projeto.	198
Figura	148	Fotografia detalhando as varandas e as janelas, nos pavimentos.	198
Figura	149	Fotografia da etapa de acabamentos no térreo da Chancelaria. Note-se a instalação do painel em azulejos de autoria de Athos Bulcão.	199
Figura	150	Fotografia a partir do acesso principal ao edifício, no nível térreo. À esquerda, o painel em granito com cheios e vazios também é de autoria de Athos Bulcão, e reveste os fundos da caixa de circulação vertical. Ao fundo, o painel em azulejos e a escada helicoidal.	199
Figura	151	Detalhe da concretagem da escada helicoidal, ainda sem corrimãos.	200
Figura	152	Fotografia da construção dos acessos ao subsolo.	200
Figura	153	Fachada principal da Chancelaria em Buenos Aires.	201
Figura	154	Detalhe do acesso à Chancelaria, no térreo.	201
Figura	155	Fotografia atual a partir do acesso principal ao edifício, no térreo.	202
Figura	156	Fotografia do jardim de inverno proposto para a fachada posterior, anterior ao painel de azulejos de autoria de Athos Bulcão que delimita o edifício e os jardins da Residência Oficial.	202
Figura	157	Fotografia atual dos interiores de uma sala de escritórios na Chancelaria, voltada para os jardins da Residência Oficial, que aparecem ao fundo.	203
Figura	158	Planta baixa do térreo. O edifício mais próximo da rua é a Chancelaria e, aos fundos, após a garagem, encontra-se a Residência Oficial.	208
Figura	159	Planta baixa do primeiro pavimento dos edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial.	202
Figura	160	Planta baixa do segundo pavimento, que abriga apartamentos temporários para diplomatas no edifício da Chancelaria.	209
Figura	161	Vista do salão de recepções e do hall da escada. Ao fundo, estátua de Rubem Valentim.	210
Figura	162	Planta de implantação do projeto.	216
Figura	163	Planta baixa do térreo do projeto.	216
Figura	164	Planta baixa do primeiro pavimento.	216
Figura	165	Figura 165: Planta baixa do segundo pavimento do projeto.	216
Figura	166	Fachada principal do atual Consulado-Geral do Brasil em Lagos. Note-se a função dos brises-soleil, que garantem tanto proteção solar aos espaços internos quanto privacidade e segurança, já que limitam a visibilidade a partir do exterior do edifício.	217
Figura	167	Fotografia da fachada principal à época da construção.	217
Figura	168	Fotografia mostrando a conexão entre os edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial a partir da passarela no jardim.	218
Figura	169	Vista da entrada principal da Residência a partir do acesso ao lote.	218
Figura	170	Vista da fachada posterior da Chancelaria a partir do jardim.	218
Figura	171	Interiores da Residência Oficial. Salas de estar e jantar separadas por painéis de madeira.	219
Figura	172	Escultura de Rubem Valentim no hall de entrada da Residência Oficial.	219
Figura	173	Capa e contracapa do memorial descritivo.	238
Figura	174	Estudo solar para as fachadas da Residência Oficial, contido no Memorial Descritivo do projeto.	238
Figura	175	Planta de implantação da Residência Oficial contida no Memorial Descritivo do projeto.	238

Figura	176	Planta do térreo da Residência oficial contida no memorial descritivo do projeto.	239
Figura	177	Planta do primeiro pavimento da Residência oficial contida no memorial descritivo do projeto.	239
Figura	178	Seções da Residência oficial contidas no memorial descritivo do projeto.	239
Figura	179	Estudo solar da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto.	239
Figura	180	Planta de implantação da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto.	240
Figura	181	Seções da Chancelaria contidas no memorial descritivo do projeto.	240
Figura	182	Planta do térreo da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto.	240
Figura	183	Planta do primeiro pavimento da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto.	240
Figura	184	Planta do segundo pavimento da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto.	241
Figura	185	Planta do terraço da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto.	241
Figura	186	Maquete da Residência Oficial. Vista superior.	241
Figura	187	Maquete da Residência Oficial. Volumetria.	241
Figura	188	Maquete da Chancelaria. Vista superior.	242
Figura	189	Maquete da Chancelaria. Volumetria.	242
Figura	190	Planta de paisagismo da Chancelaria..	242
Figura	191	Planta de paisagismo da Chancelaria com especificação de espécies, de acordo com os regulamentos para tratamento dos lotes.	243
Figura	192	Planta de paisagismo da Residência Oficial.	243
Figura	193	Planta de paisagismo da Residência Oficial com especificação de espécies, de acordo com os regulamentos para tratamento dos lotes.	243
Figura	194	Planta de paisagismo da Residência Oficial com especificação de espécies, de acordo com os regulamentos para tratamento dos lotes.	244
Figura	195	Loteamento do Setor de Embaixadas em Riade. Note-se a marcação em preto dos lotes correspondentes ao Brasil.	244
Figura	196	Fachada principal da Chancelaria em Riade. Notem-se os detalhes dos 'muxarabis' metálicos que protegem as esquadrias.	245
Figura	197	Vista das fachadas posterior e lateral direita a partir da via de acesso à Chancelaria.	245
Figura	198	Fachada principal da Chancelaria em Riade.	245
Figura	199	Vista da fachada lateral direita da Chancelaria.	246
		Detalhe do pátio interno do edifício da Chancelaria. Notem-se as aberturas zenitais na cobertura, o espelho d'água e a escultura de Jayme Golubov	
Figura	200	pendente.	247
Figura	201	Facha posterior da Chancelaria.	248
Figura	202	Detalhe da fachada posterior da Chancelaria, vista a partir da via de acesso.	248
Figura	203	Vista da Chancelaria a partir da rua.	248
Figura	204	Fachada principal da Residência Oficial.	248
Figura	205	Fachada posterior da Residência Oficial. Vista da piscina e do painel que divide os espaços, com azulejos de Athos Bulcão.	249
Figura	206	Detalhe de um dos painéis de autoria de Athos Bulcão, na Residência Oficial.	249
Figura	207	Detalhe do painel externo da Residência Oficial, com azulejos de Athos Bulcão.	249

Figura	208	Detalhes dos interiores na Residência Oficial. Aqui, mostra-se o pátio interno que acessa as zonas de representação, no térreo, e íntimas, no segundo pavimento. Notem-se as cores fortes, os jardins, a inclusão de peças de arte brasileiras.	250
Figura	209	Detalhe dos lanternins que viabilizam a iluminação natural no interior do edifício da Residência Oficial.	250
Figura	210	Detalhe dos interiores na sala de jantar da Residência Oficial.	251
Figura	211	Detalhe da escada que acessa o pavimento superior, onde se localizam os quartos e dependências íntimas, a partir do hall de entrada.	251
Figura	212	Capa da revista 'Saudi Business' de 1982, que se dedica à apresentação do bairro diplomático na nova capital do país, Riade.	252
Figura	213	Charge a respeito do bairro diplomático da nova capital, Riade.	252
Figura	214	Artigo da 'Saudi Business' de 1982 que explica o projeto do novo bairro diplomático da capital saudita.	253
Figura	215	Documento de aprovação dos projetos brasileiros para a Chancelaria e a Residência Oficial no bairro diplomático de Riade por parte da autoridade saudita.	254
Figura	216	Caderno de normativas a respeito do paisagismo e do tratamento dos terrenos no bairro diplomático de Riade. A rigorosa legislação estipulava áreas comuns, além de espécies de vegetação autorizadas.	255
Figura	217	O terreno da Embaixada se revela à esquerda, com a escadaria que acessa a praça proposta pelo arquiteto, a partir da estreita via.	263
Figura	218	Fachada principal da Chancelaria. Destaque para o elemento curvilíneo amarelo.	263
Figura	219	Fachada principal da Residência.	264
Figura	220	Mobiliário integrado à arquitetura projetado por Ohtake para o auditório da Chancelaria.	265
Figura	221	Croqui esquemático da solução obtida para a implantação do edifício.	280
Figura	222	Planta baixa do térreo da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento.	280
Figura	223	Planta baixa do primeiro pavimento da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento.	280
Figura	224	Planta baixa do segundo pavimento da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento.	281
Figura	225	Planta baixa do primeiro da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento.	281
Figura	226	Planta baixa do segundo subsolo da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento.	281
Figura	227	Fachada principal, obtida na etapa de levantamento.	281
Figura	228	Croqui esquemático da fachada principal da Residência Oficial.	282
Figura	229	Croqui esquemático da fachada posterior da Residência Oficial.	282
Figura	230	Croqui esquemático da implantação do edifício da Residência Oficial.	283
Figura	231	Croqui esquemático da implantação do edifício da Residência Oficial.	283
Figura	232	Croqui esquemático que mostra a volumetria do edifício da Residência Oficial.	283
Figura	233	Mapa de implantação da Residência Oficial em relação ao parque de Yoyogi, que aparece à direita.	284
Figura	234	Planta do nível subsolo da Residência Oficial, semi enterrado e acessível a partir de uma rampa que ladeia todo o lote.	284
Figura	235	Planta baixa do térreo da Residência Oficial. Note-se o posicionamento dos espaços de representação (biblioteca, salão de recepção e de jantar) na porção sul do lote.	285
Figura	236	Planta baixa do pavimento superior da Residência Oficial.	285
Figura	237	Elevações sul e oeste da Residência Oficial.	286

Figura	238	Elevações sul e leste da Residência.	286
Figura	239	Seções transversais e longitudinais da Residência.	287
Figura	240	Aproximação ao lote da Embaixada a partir da via que dá acesso a ela.	287
Figura	241	Fotografia antiga mostrando a relação que o edifício da Chancelaria tem com a rua de acesso.	288
Figura	242	Vista frontal da Chancelaria a partir de via de acesso perpendicular.	288
Figura	243	Vista frontal da Chancelaria.	289
Figura	244	Fachada principal da Chancelaria, vista a partir da chegada ao terreno.	289
Figura	245	Acesso principal ao edifício da Chancelaria a partir da praça.	290
Figura	246	Vista interna a partir do corredor central da Chancelaria.	290
Figura	247	Sala do Embaixador.	290
Figura	248	Escala do edifício e a importância da praça de acesso.	291
Figura	249	Detalhe da pequena praça de acesso ao edifício e das escadarias que o conectam à rua.	291
Figura	250	Fachada principal vista a partir do lado oeste.	292
Figura	251	Fachada principal da Residência. Detalhe da marquise curvilínea em relação ao volume principal da construção.	292
Figura	252	Detalhe do acesso principal à Residência e dos materiais e texturas diferentes utilizados para cada elemento.	293
Figura	253	Detalhe do acesso ao edifício da Residência.	294
Figura	254	Vista noturna da Residência a partir da rua.	294
Figura	255	Detalhe da fachada lateral da Residência.	294
Figura	256	Vista da fachada posterior da Residência. Note-se a conexão sugerida entre o térreo, aberto, à natureza circundante por meio das esquadrias em vidro, e da maior privacidade ao primeiro pavimento, onde se localizam os quartos e cômodos íntimos.	294
Figura	257	Vista lateral do terreno, que mostra a topografia acidentada e a maneira como o arquiteto locou o edifício da Residência.	295
Figura	258	Vista do térreo, na área de estar da Residência.	295
Figura	259	O “eixo da casa contemporânea brasileira” fica bem explícito a partir da imagem, que mostra a conexão entre os espaços de estar e de recepção.	295
Figura	260	Sala de jantar no pavimento térreo da Residência.	296
Figura	261	Sala de recepções em ala lateral ao térreo da Residência.	296
Figura	262	Capa do relatório de viagem realizado por Elvin Dubugras e Olavo Redig de Campos a Tóquio.	296
Figura	263	Cronogram de projeto e obra apresentado ao fim do Relatório de viagem dos arquitetos.	297
Figura	264	Captura de tela da reunião virtual realizada com o professor George Arbid, do Arab Center for Architecture, e com a encarregada do Setor Cultural da Embaixada em Beirute, Emillie Houwat, para apresentação do material produzido pela tese e discussão de aspectos do projeto em Beirute, com o objetivo de auxiliar a organização das visitas guiadas à Residência Oficial no Líbano.	298

Lista de siglas e abreviações

FBO	Foreign Buildings Operation	OFC	Office Fédéral de la Culture
PEI	Política Externa Independente	SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBEAA	Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos	OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
MRE	Ministério das Relações Exteriores	MPLA	Movimento Popular pela Libertação de Angola
TCU	Tribunal de Contas da União	JICA	Japanese International Cooperation Agency
SARQ	Setor de Arquitetura	CPCA	Centro de Pesquisa da Agricultura do Cerrado
ONU	Organização das Nações Unidas	NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos	BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional	COEB	Comissão de Trabalhos para a Embaixada do Brasil em Beirute
OMC	Organização Mundial do Comércio	IMS	Instituto Moreira Salles
UNESCO	The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	PRODECER	Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
D.C.	District of Columbia		

Sumário

	Introdução	26
Capítulo I	Arquitetura como produto de representação	
	Premissas possíveis: leituras sobre o cenário europeu	33
	Premissas possíveis: a perspectiva norte-americana	38
Capítulo II	Arquitetura e exportação	
	O Brasil no mundo	45
	Do Brasil para o mundo	54
Capítulo III	O Itamaraty e a arquitetura da diplomacia	
	O panorama das Embaixadas do Brasil no exterior	63
	Itamaraty como Ministério das Relações Exteriores	68
	Os arquitetos da diplomacia	78
		77
	Olavo Redig de Campos	77
	Elvin Mackay Dubugras	85
	Ruy Ohtake	89
Capítulo IV	A Arquitetura das novas Embaixadas do Brasil no exterior (1962-1981)	
	Percursos metodológicos: sobre a preservação de acervos	92
	Redesenho como alternativa para conservação da arquitetura moderna	96
	Cronologia e parâmetros analíticos	99
	As Embaixadas do Brasil no exterior (1962-1981)	100
		101
	Beirute, Líbano (1962)	101
	Washington, D.C., Estados Unidos (1973)	132
	Buenos Aires, Argentina (1976)	168
	Lagos, Nigéria (1979)	204
	Riade, Arábia Saudita (1981)	220
	Tóquio, Japão (1981)	255
		298
	Considerações finais	298
	Referências bibliográficas	304
	Anexos	312

Introdução

Ao buscar termos que se apliquem aos projetos de Embaixadas, Consulados, Residências Oficiais ou Chancelarias, é comum encontrar as expressões “estrangeiros”, “atípicos”, “fora de lugar”, “pouco acessíveis e conectados à vida na cidade”, “daqui e de fora”¹, que ilustram o amplo espectro de interpretações e de abordagens possíveis quando se trata dessas tipologias de projeto. Isso porque os edifícios diplomáticos estabelecem uma relação direta e dicotômica entre dois países sem simbolizarem em sua totalidade a nação que representam nem pertencerem inteiramente à paisagem e à urbanidade na qual se inserem.

Os projetos de suas instalações são, em geral, elaborados por arquitetos do país de origem e influenciados pela formação, pela tradição e pela história da nação a que dizem respeito, mas são construídos fora do território à que pertenceriam, distantes das condicionantes climáticas, culturais e construtivas a que normalmente estariam submetidos. Ademais, os projetos de Embaixadas têm não somente um, mas vários clientes com demandas

e exigências específicas. E a relação entre eles se realiza não em apenas um momento, como em geral ocorre, mas por diversos anos e décadas, inclusive após a sua finalização e inauguração de suas instalações. São projetos dinâmicos, por um lado, por estarem em constante transformação para adequação, adaptação ou renovação de salas de reuniões, gabinetes e salões de recepção após substituições de equipes ou trocas de Embaixadores. São igualmente estáticos ao se considerar a estabilidade e a solidez da imagem que, em geral, os governos pretendem transmitir nos interiores e nas fachadas de suas representações.

No caso do Brasil, as Embaixadas no exterior estão instaladas em imóveis alugados, geralmente prédios comerciais sem grande expressividade; em edifícios históricos adquiridos pelo governo brasileiro em momentos oportunos; ou em obras realizadas por arquitetos brasileiros sob encomenda do Ministério das Relações Exteriores. São esses últimos os que mais interessam à essa pesquisa, cujo objetivo principal é apresentar e analisar os projetos de edifícios

¹ Tradução nossa a partir dos termos “*foreign*”, “*atypical*”, “*out of place*”, “*scarcely accessible and connected to city life*”, “*here and elsewhere*”, que aparecem em Girardelli (2017).

diplomáticos construídos no exterior a partir dos anos 1960 por três arquitetos: Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake. Trata-se de pouco mais de uma dezena de Chancelarias e Residências oficiais construídas na América do Sul e do Norte (Lima, Buenos Aires, Ciudad del Este e Washington, D.C.), no Oriente Médio (Beirute e Riade), na Ásia (Tóquio e Nova Délhi) e na África (Lagos, Dakar, Praia e Guiné-Bissau).

Frente ao pouco conhecimento a respeito da arquitetura da diplomacia brasileira no exterior, especialmente da categoria dos projetos realizados pelos três arquitetos mencionados, cuja documentação é inconsistente e esparsa, o trabalho se justifica principalmente por ser uma contribuição tanto ao campo da arquitetura quanto da diplomacia. Isso porque, para viabilizar a análise dos projetos das Embaixadas em toda a sua complexidade, optou-se por considerá-las sob um ponto de vista *objetivo*, por meio da observação de características arquitetônicas presentes em seus projetos, e *subjetivo*, que trate dos contextos político, histórico e

diplomático relevantes para compreender as relações entre o Brasil e os países em que estão localizados, bem como os eventos e consequências que geraram as bases para a sua implementação.

No que tange ao aspecto objetivo, puramente arquitetônico, considera-se que os edifícios diplomáticos se associam a três conceitos principais, de acordo com Girardelli (2017). Em primeiro lugar o *index*, que diz respeito a que os edifícios são objetivamente e qual o seu sentido no contexto cultural e urbano em que se inserem – quer dizer, onde estão, qual seu tamanho, qual sua relação com o terreno e com outros edifícios, qual seu estado de conservação². Na sequência o *símbolo*, que diz respeito aos elementos construtivos e decorativos aplicados em fachadas, muros, portões e paredes. Incluem-se aí as bandeiras, mastros, brasões, que em geral estão presentes no acesso principal de qualquer Embaixada. E finalmente, o *ícone*, que se refere aos elementos construtivos ou espaciais que comunicam a vinculação ao país de origem - “o que lembra de casa?” (GIRARDELLI, 2017). Especialmente, esses conceitos conduzem a

² Tradução nossa a partir dos conceitos “*Symbol*”, “*Icons*” and “*Indexes*”, apresentados por Girardelli (2017).

análise dos projetos a partir de três diretrizes principais – a relação com a cidade, o elemento limítrofe entre os interiores e os exteriores e os espaços internos.

Em relação ao aspecto subjetivo, as tipologias de projeto estão associadas ao conceito da diplomacia pública. Vinculada à afirmação da imagem positiva de um país no exterior, essencialmente à intenção de promover a exportação de sua cultura (VILLANOVA, 2017),:

(...) o termo refere-se aos mecanismos utilizados por um ator internacional com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional por meio do engajamento com um público externo e (...) em geral o (seu) objetivo não é o de atuar imediata e rapidamente sobre a política externa, mas impactá-la no longo prazo (VILLANOVA, 2017, p. 51-52).

De acordo com Villanova (2017), a diplomacia pública é aplicada por meio de uma série de ferramentas, e há que se considerar o *soft power* como um “elemento que ajuda a posicioná-la no centro das discussões sobre disputas de poder” (VILLANOVA, 2017, p. 60). Proposto pelo cientista político norte-americano Joseph Nye Jr, o *soft power* “é usado para avaliar os meios pelos quais os países podem aumentar seu poder de influência no cenário internacional mediante

a capacidade de atração de sua cultura, de seus valores e dos ideais políticos de um país”:

Em política internacional, os recursos que produzem *soft power* surgem, em larga medida, dos valores que uma organização ou país expressam por meio da sua cultura, dos exemplos e referências que estabelecem no ambiente doméstico ou em suas políticas internas, bem como da maneira como se relacionam com outros atores internacionais. Assim, a diplomacia pública procura gerar atração, ao buscar induzir a atenção dos públicos para esses recursos, por meio, entre outros, de programas culturais e difusão internacional (...) No entanto, deve-se sublinhar que, se os conteúdos culturais de um país, bem como seus valores e políticas, não são atraentes, uma diplomacia pública que as divulgue não produzirá *soft power*. (VILLANOVA, 2017, p. 61)

Entre os mecanismos que viabilizam a implementação da diplomacia pública, destaca-se a *diplomacia cultural* como ferramenta para ganhos de *soft power* a longo prazo por meio da exportação da cultura de um país – cabem, aqui, exposições e obras de arte, literatura, cinema, e arquitetura. De acordo com Ribeiro (2011), a diplomacia cultural favorece a promoção dos valores do país, já que “consiste no conjunto de iniciativas de um ator internacional com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional ao tornar seus recursos e conquistas culturais conhecidos no exterior” (RIBEIRO, 2011, p. 36).

A partir dessa complementariedade entre as visões da arquitetura e da diplomacia, a pesquisa tem como hipótese a compreensão de que os projetos das Embaixadas brasileiras construídos no exterior possam ser produtos da diplomacia cultural e instrumentos para a implementação do *soft power* em cada um dos contextos em que se inserem. Assim, a pesquisa ambiciona avaliar em que medida a arquitetura de suas instalações serviria à comunicação de valores, ideais e tomadas de posição da política.

No intuito de responder a essa hipótese, o trabalho se desenvolveu a partir de três frentes principais, que se realizaram ao longo do tempo de maneira não necessariamente sequenciada. Primeiramente, os processos de levantamento de documentação em arquivos e de sistematização das informações obtidas foram essenciais para compreender o universo da pesquisa, sua viabilidade e para a delimitação dos recortes temáticos necessários para a posterior apresentação dos projetos. Nesse caso, optou-se por um recorte por

tipo (as ‘novas’³ Embaixadas brasileiras), por *local* (construídas no exterior), por *tempo* (entre 1962, data do primeiro projeto, e 1981, em que foram realizados os projetos de Riade e Tóquio, os últimos abordados nessa pesquisa) e por *autor* (os três arquitetos, Olavo Redig de Campos, Elvin Dubugras e Ruy Ohtake).

Em seguida, ao deparar-se com documentação bastante díspare após a etapa inicial da pesquisa e ao enfrentar restrições de acesso aos acervos devido à pandemia da COVID-19, procedeu-se com a estratégia do redesenho como ferramenta de trabalho na intenção de padronizar as informações e garantir melhor leitura dos projetos. Finalmente, com base nos parâmetros analíticos subjetivos e objetivos definidos e tendo em mãos os materiais obtidos nos acervos e os redeseños realizados no curso da pesquisa, a etapa conclusiva consistiu na apresentação e na análise de cada um dos projetos.

³ Cabe mencionar que o termo ‘novas’ ao longo do trabalho faz referência aos projetos de Embaixadas realizados pelos arquitetos brasileiros no exterior. Todos esses projetos foram realizados entre as décadas de 1960 e 1980.

Como resultado da organização proposta, a tese se define em quatro capítulos: (1) *Arquitetura como produto de representação*; (2) *Arquitetura e exportação*; (3) *O Itamaraty e a arquitetura da diplomacia*; e (4) *Arquitetura das novas Embaixadas do Brasil no exterior (1962 – 1981)*. O primeiro capítulo, *Arquitetura como produto de representação*, apresenta um panorama sobre pesquisas similares realizadas em outros contextos, parte da etapa de revisão bibliográfica e fundamentação teórica. Com base na investigação realizada, apresenta principalmente os trabalhos realizados nos cenários europeu e norte-americano, de modo a compreender interlocuções com o caso brasileiro e estratégias possíveis.

O segundo capítulo, *Arquitetura e exportação*, se organiza em duas etapas: *O Brasil no mundo* e *Do Brasil para o mundo*, em que são tratados temas fundamentais para a compreensão das relações propostas entre arquitetura e diplomacia no caso brasileiro. Assim, a partir de diversas referências das áreas da História, das Relações Internacionais, da Economia, da Política e da Arquitetura moderna e contemporânea brasileira, são elencados fatos que corroboram a tese de que as Embaixadas possam ser compreendidas como

produtos de exportação, objetos da diplomacia cultural e do *soft power* brasileiro.

O terceiro capítulo, *O Itamaraty e a arquitetura da diplomacia*, se dedica à compreensão da estrutura histórica e organizacional do Ministério das Relações Exteriores, especialmente de seu papel autônomo em relação aos demais órgãos governamentais, bem como à apresentação do panorama das Embaixadas do Brasil no exterior. Nesse capítulo também são abordados os perfis biográficos dos aqui denominados *arquitetos da diplomacia*, Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake.

No quarto capítulo, *Arquitetura das novas Embaixadas do Brasil no exterior (1962 – 1981)*, são apresentados os projetos propriamente ditos de seis das dez Embaixadas brasileiras construídas no exterior pelos três arquitetos, após a descrição dos percursos metodológicos que justificam os parâmetros subjetivos e objetivos adotados, bem como da estratégia de redesenho como ferramenta para a preservação da arquitetura moderna. Convém mencionar que cinco projetos não fizeram parte dessa apresentação final devido à pouca

disponibilidade de materiais localizados durante as etapas de levantamento, o que inviabilizou suas análises⁴.

Cada projeto é precedido por uma pequena introdução, que aborda os principais aspectos históricos, políticos ou econômicos que justificam o contexto em que cada Embaixada foi inserida nos países que as receberam. Em seguida, a partir dos critérios objetivos definidos – *index, símbolo e ícone* – são descritos e acompanhados, na sequência, pelos redesenhos de cada uma das seis Chancelarias ou Residências Oficiais. Para cada caso, foram realizados mapas ilustrativos que facilitam a compreensão da inserção nos contextos urbanos aos quais estão relacionados, bem como plantas de implantação, plantas baixas do térreo, dos pavimentos (ou do pavimento tipo no caso de edifícios em altura) e e, em alguns casos, seções transversais ou longitudinais e fachadas. Finalmente, uma compilação dos materiais obtidos nos levantamentos acompanha as análises, inclusive desenhos originais, à mão ou técnicos, maquetes

de estudo, memoriais descritivos, fotografias – antigas e recentes -, bem como documentos tais como telegramas, documentos pessoais e relatórios.

As considerações finais do trabalho discutem de que maneira os projetos das Embaixadas realizadas por Olavo Redig de Campos em Beirute, no Líbano, Washington D.C., nos Estados Unidos, Buenos Aires, na Argentina; por Elvin Mackay Dubugras em Lagos, na Nigéria, e Riade, na Arábia Saudita; e por Ruy Ohtake em Tóquio, no Japão, podem ser interpretadas como produtos da diplomacia cultural e em que medida foram produtos de movimentos estratégicos orquestrados pela política externa brasileira em cada um dos contextos em que se inseriram. Além disso, apresentam desdobramentos práticos do trabalho de reflexão teórica desenvolvido até então.

⁴ Os projetos que não compõem a análise final da pesquisa são as Chancelarias em Lima, no Peru, em Nova Délhi, na Índia, as Residências Oficiais em Guiné-Bissau e em Cabo Verde, e o Consulado-geral em Ciudad del Leste, no Paraguai.

Capítulo I - Arquitetura como produto de representação

Premissas possíveis: leituras sobre o cenário europeu

Na busca por trabalhos que tratem dos edifícios diplomáticos de forma abrangente e crítica, partindo-se da premissa de que seus projetos de arquitetura e de interiores estejam intimamente relacionados a questões políticas e estratégicas, diversas fontes foram consultadas nas etapas de revisão bibliográfica.

Como ponto de partida, buscou-se localizar as monografias dos arquitetos autores dos projetos das Embaixadas que interessavam à pesquisa já que, de maneira geral, quando se conhece o nome por trás dos projetos, é possível encontrar informações sobre o espaço idealizado e construído. Quais sejam as modalidades de contratação dos arquitetos autores – encomendas específicas a determinados nomes, projetos dentro dos Setores de Arquitetura dos Ministérios de Relações Exteriores, eleição via concursos públicos de arquitetura, a identificação do Governo e da época a que os projetos estejam associados (SOBREIRA, 2018) e questões interessantes como restrições às decisões de projeto devido a temas culturais, temporais ou políticos, não são comumente abordados.

Os materiais publicados pelos Ministérios de Relações Exteriores ou Ministérios da Cultura foram outra fonte de pesquisa consultada. Neles, foi possível encontrar compilações que apresentam as Embaixadas, quase sempre por meio de fotografias principalmente interessadas na história dos edifícios ou das obras de arte, tapeçarias e antiguidades que fazem parte dos acervos de cada uma delas. Eventualmente, algumas publicações se arriscam em tratar da arquitetura e dos interiores, mas em geral são visões superficiais em textos elaborados por diplomatas ou pelos departamentos técnicos das Chancelarias.

Um desses exemplares é a publicação *Ambassades et Representations Suisses à l'étranger*, que apresenta uma compilação de trinta e quatro dentre as mais de cento e cinquenta representações diplomáticas suíças no exterior. O material não foi aqui destacado por ser o único que segue essa modalidade – há vários outros, inclusive a edição brasileira *Residências Oficiais do Brasil no exterior*, publicada pelo Ministério das Relações Exteriores em 2013, que será melhor abordada nos próximos capítulos. No entanto, julgou-se interessante observar a partir da leitura da

aludida publicação, mesmo que superficialmente, as relações possíveis entre a arquitetura das representações diplomáticas Suíças e o histórico de neutralidade geralmente assumido pelo país nas Relações Internacionais⁵. Ademais, pareceu importante compreender o cenário europeu da arquitetura diplomática, que coincidiu com uma maior disponibilidade de informações publicadas e acessíveis.

O trabalho comissionado pelo Ministério da Cultura Suíço⁶ e realizado pela historiadora de arte Catherine Courtieu é um panorama textual e fotográfico das Embaixadas, Residências Oficiais, Chancelarias e demais propriedades pertencentes à rede consular daquele país. O livro inclui desde edifícios emblemáticos que datam dos séculos XVIII e XIX, projetos modernistas como o da Embaixada Suíça em Brasília, da autoria dos arquitetos Hans e Annemarie Hubacher (1977–1984), até projetos com forte linguagem contemporânea, como o da Embaixada em Havana, de 1954. Apesar

⁵ Apenas como contextualização, a neutralidade Suíça a que se refere o texto foi estabelecida em definitivo com o Congresso de Viena, em princípios do século XIX, o que manteve o país europeu distante dos principais conflitos bélicos mundiais (DANTAS, 2006, p.265-266).

de rico em informações sobre a arquitetura das Embaixadas, as relações assumidas pela postura política da *Helvetia*⁷ e a caracterização de seus edifícios diplomáticos foi apenas brevemente sinalizada.

Na sequência da pesquisa das premissas possíveis no contexto europeu, o editorial *Here and elsewhere: the landmarks of a changing world order*, publicado pelo 'Abe Journal: Architecture beyond Europe' surgiu como um dos trabalhos que melhor consideram o papel dos edifícios diplomáticos por meio de uma visão crítica que os associasse a fatores históricos, políticos e econômicos.

Paolo Girardelli, professor italiano e organizador do trabalho, diz, no texto que introduz a publicação que, historicamente e de maneira geral, as Embaixadas não integram inteiramente o contexto físico e cultural do país em que se estabelecem e raramente são consideradas no arcabouço histórico ou no planejamento urbano das cidades em que estão construídas – a não ser em casos específicos

⁶ Ou pelo Office Fédéral de la Culture (OFC), no original em francês.

⁷ Outro termo empregado na caracterização da Suíça.

dos projetos de setores diplomáticos em reformas urbanas ou no planejamento de novas cidades⁸. Isso porque, para o autor, os edifícios, suas partes, suas características, suas imagens, o plano de necessidades de cada um ou mesmo seu estado de conservação têm relação com as intenções, com a profundidade do relacionamento diplomático entre determinados países e com as estratégias – ou os papéis – interpretados e performados por cada um dos governos que representam (GIRARDELLI, 2017). Ao considerar o aspecto temporal, inclusive, essas mesmas características, imagens, planos de necessidades, estados de conservação podem ser (ou podem ter sido) diretamente influenciadas por determinada época, regime governamental ou contexto histórico em que os edifícios foram projetados ou construídos.

Considerando-se a contextualização dessa pesquisa, os recortes temporal e histórico que melhor situam as discussões a respeito dos edifícios diplomáticos se referem ao século XX, especialmente o

período após Segunda Guerra Mundial, assim como os eventos políticos e geopolíticos que dela decorreram: a bipolarização em nível mundial e a Guerra Fria, o surgimento das Nações Unidas e de um ambiente de cooperação internacional para resolução de problemas, o contexto da descolonização, o multilateralismo e a globalização. Entretanto, as amplas dimensões da diplomacia e da arquitetura de suas construções certamente incluem eventos específicos de cada país a que se referem - anteriores ou posteriores a esse período.

Alguns artigos da publicação europeia auxiliaram na compreensão dessa especificidade relacionada aos projetos diplomáticos e das particularidades históricas e políticas de cada país, como os trabalhos “*Paolo Caccia Dominioni’s work for the Italian Embassy at Ankara*”, de Cristina Pallini e Armando Scaramuzzi e “*Rome / Kabul / Rome: Elective Affinities and an Embassy Project: The First Italian Embassy in Kabul*”, de Michela Rosso. As análises

⁸ São os casos dos Setores de Embaixadas de Adis Abeba, na Etiópia e de Riade na Arábia Saudita, tratados na publicação europeia. Ou, ainda, o próprio caso de Brasília, que será discutido mais adiante.

ilustram a história diplomática italiana desde a ascensão do fascismo no período entreguerras por meio do trabalho do arquiteto Paolo Caccia Dominioni para a Embaixada em Ankara (PALLINI, SCARAMUZZI, 2017), até a busca pela influência estratégica na Ásia Central durante os anos iniciais da Guerra Fria, a partir da apresentação do edifício construído por Andrea Bruno para a Embaixada Italiana em Kabul, na capital afegã (ROSSO, 2017).

É interessante notar que, nos três trabalhos, Courtieu (2013), Pallini et Scaramuzzi (2017), e Rosso (2017) reforçam a associação da imagem transmitida por meio da arquitetura das representações diplomáticas ao posicionamento em termos de política externa de cada um de seus governos – uma das propostas de abordagem dessa pesquisa. No panorama italiano, fica claro como a retomada democrática no país após o declínio do fascismo e do governo Mussolini teve um papel importante na redefinição dos critérios

estéticos das construções diplomáticas – mais modestas e menos monumentais em suas dimensões.

O que chamou a atenção no caso suíço, por sua vez, foi a associação da imagem traduzida na arquitetura de suas representações no exterior à postura política predominante no curso da história daquele país, em especial nos eventos mais marcantes do século XX, como menciona a autora:

L'image que veut refléter la Suisse à l'étranger se distingue par une retenue correspondant à la neutralité helvétique, par le désir de faire valoir une perfection technique, tout en s'adaptant aux données et exigences vernaculaires. Pour réaliser ce défi, l'OFC recourt au savoir-faire high-tech suisse et à la collaboration et intervention de spécialistes locaux⁹.

⁹A imagem que a Suíça deseja projetar no exterior é caracterizada por uma certa contenção correspondente à sua neutralidade e pelo desejo de mostrar a perfeição técnica, ao mesmo tempo em que se adapta a dados e exigências vernaculares. Para enfrentar esse desafio, o OFC conta com o know-how suíço de alta tecnologia e com a colaboração e a intervenção de especialistas locais. Tradução nossa.

Esses trabalhos apresentam de maneira geral - e apenas sob as perspectivas de uma parcela muito pequena do continente - as principais questões quando se relacionam os campos da arquitetura e da diplomacia no caso europeu.

Não é objetivo dessa pesquisa tratar detalhadamente da arquitetura da diplomacia europeia, porquanto não seria viável discutir as particularidades de cada país devido às suas amplas diferenças históricas, culturais e geopolíticas. Por outro lado, na contextualização da pesquisa tampouco seria possível ignorar a situação americana frente à questão posta, principalmente pelo papel preponderante que os Estados Unidos assumiram no estabelecimento da Nova Ordem Mundial após o fim da Segunda Guerra Mundial. Como menciona Kissinger (1994):

¹⁰ *No século XX, nenhum país influenciou as relações internacionais de forma tão decisiva e ao mesmo tempo tão ambivalente como os Estados Unidos. Nenhuma sociedade insistiu com mais firmeza na inadmissibilidade da intervenção nos assuntos internos de outros Estados, ou afirmou com mais veemência que os seus próprios valores eram universalmente aplicáveis. Nenhuma nação foi mais pragmática na condução quotidiana da sua diplomacia, ou mais ideológica na prossecução das suas convicções morais históricas. Nenhum país tem sido mais relutante em envolver-se no estrangeiro, mesmo quando empreende alianças e compromissos de alcance sem precedentes.* Tradução nossa.

In the twentieth century, no country has influenced international relations as decisively and at the same time as ambivalently as the United States. No society has more firmly insisted on the inadmissibility of intervention in the domestic affairs of other states, or more passionately asserted that its own values were universally applicable. No nation has been more pragmatic in the day-to-day conduct of its diplomacy, or more ideological in the pursuit of its historic moral convictions. No country has been more reluctant to engage itself abroad even while undertaking alliances and commitments of unprecedented reach and scope (KISSINGER, 1994, p.18)¹⁰.

Premissas possíveis: a perspectiva norte-americana

No caso americano, a publicação *“The architecture of diplomacy: building America’s Embassies”* da professora norte-americana Jane Loeffler, aborda a representação da história política dos Estados Unidos a partir de seus edifícios diplomáticos com o enfoque nos projetos que se instalaram em outros países a partir de meados dos anos 1920. A leitura foi de grande contribuição para as reflexões a respeito do papel da arquitetura das representações diplomáticas como instrumentos de promoção da imagem dos países – de certa maneira vitrines de ideários e estratégias políticas de cada um deles.

O livro se estrutura a partir da noção principal defendida por Kissinger (1994) e corroborada por Loeffler (2010), de que o desenvolvimento do programa diplomático dos Estados Unidos esteve intimamente relacionado ao grande esforço do país em se estabelecer como líder mundial. Nesse sentido, aponta que diversas de suas Embaixadas seriam evidências da expansão da diplomacia

americana. Loeffler (2010) elenca a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, e, mais adiante, os ataques terroristas às Embaixadas dos Estados Unidos em Nairóbi e Dar es Salaam, em 1998, e às torres gêmeas de Nova York, em 2001, como os episódios mais relevantes que determinaram inflexões na diplomacia norte-americana, com implicações nos projetos arquitetônicos de suas Embaixadas no exterior.

Segundo a autora, se antes da Segunda Guerra Mundial o programa diplomático norte americano era pequeno tanto em número de Embaixadas no exterior quanto em disponibilidade financeira do Foreign Buildings Operation (FBO)¹¹ para a aquisição de imóveis ou para o projeto de novos edifícios, nos anos subsequentes o Departamento de Estado aumentou significativamente a rede consular americana especificamente para atender aos requisitos de posição de liderança do país no novo mundo pós-guerra (LOEFFLER, 2010, p. 78).

¹¹ O Foreign Buildings Operation (FBO) era a agência americana parte do Departamento de Estado responsável pelo projeto e pela gestão de sua Rede Consular.

Isso se deveu tanto a questões logísticas quanto geopolíticas (LOEFFLER, 2010). Primeiro, devido ao exponencial aumento de agências governamentais americanas, do quadro de pessoal do Serviço Exterior em missão, e do número de nações que surgiram após o fim das guerras mundiais e dos processos de independência e descolonização em países da África e da Ásia (LOEFFLER, 2010, p. 40). Segundo, porque havia a clara intenção de demarcar a presença americana em áreas estratégicas no contexto da Guerra Fria, tais como no Leste Europeu e no Oriente Médio, o que explicaria o movimento do Departamento de Estado americano para a condução de projetos diplomáticos em Alemanha, Grécia, Turquia, Irã, Índia e Paquistão nos primeiros anos após o fim da Segunda Guerra (LOEFFLER, 2010, p. 38).

Nesse contexto, a partir de 1946 até princípios dos anos 1960, Embaixadas americanas que antes se instalavam em prédios

históricos adaptados para atividades consulares e de representação passaram a fazer parte de uma operação muito maior. Não apenas grandes investimentos foram feitos para a aquisição de terrenos e a construção de novos edifícios diplomáticos, como também alterações na maneira de idealizar e executar os próprios projetos foram levados a cabo.

Diferentemente do que se passou na Europa com a aversão ao movimento moderno (MACDONALD, 1996) e mesmo em contraste com a arquitetura diplomática realizada na então União Soviética, nos Estados Unidos as escolas de arquitetura e o trabalho de seus professores arquitetos, como Mies van der Rohe e Walter Gropius, ganhavam cada vez mais notoriedade e aceitação junto à opinião pública e às instituições governamentais. Isso explica a clara preferência pela escolha dos profissionais modernistas para a comissão de novos projetos¹² de Embaixadas e a caracterização dos

¹² Dentre muitos outros nomes, se destacam os projetos de Residências e/ou Chancelarias americanas projetadas a partir dos anos 1950 pelos arquitetos Walter Gropius, Eero Saarinen, Marcel Breuer, I.M.Pei, e pelos escritórios Harrison & Abramovitz e Skidmore, Owings & Merrill (LOEFFLER, 2010, p. 284).

edifícios como “arrojados, atraentes, modernos” (LOEFFLER, 2010, p.8).

Isso porque o modernismo como linguagem arquitetônica passou a ser associado à ideia de liberdade, de abertura política e de democracia após o fim da Segunda Guerra Mundial. Os arquitetos modernistas americanos, de acordo com Loeffler (2010), não mais se identificavam com os ideais estéticos que nortearam a produção das décadas anteriores, em que se valorizaram os revisionismos históricos, e passaram a associar os valores da sociedade americana aos conceitos de abertura, novidade, abstracionismo, ambiguidade e inovação tecnológica em seus projetos.

American embassies became symbols of the United States and its desire to be perceived as an energetic and future-oriented nation. Thus, the buildings themselves served as cultural advertisements, propaganda perhaps, but nothing less than reflection of architectural theory married to political necessity. Not surprisingly, the symbols themselves were

¹³ *As embaixadas americanas tornaram-se símbolos dos Estados Unidos e do seu desejo de ser visto como uma nação enérgica e orientada para o futuro. Assim, os próprios edifícios serviram como anúncios culturais, talvez propaganda, mas nada menos do que um reflexo da teoria arquitetônica casada com a necessidade política. Não é de surpreender que os próprios símbolos fossem ambíguos – ao mesmo tempo elegantes e refinados, decorativos e extravagantes. Embora muitas vezes escondidos atrás de telas de madeira, metal ou alvenaria, os edifícios chamavam a atenção pela abertura de suas paredes, sua acessibilidade geral e sua notável novidade.* Tradução nossa.

ambiguous – at once elegant and refined, decorative and flamboyant. Though often concealed behind wood, metal or masonry screens, the buildings called attention to themselves with the openness of their walls, their overall accessibility, and their conspicuous newness (LOEFFLER, 2010, p.8)¹³

Nesse contexto, os projetos diplomáticos realizados no Rio de Janeiro, em 1948, e em Havana, em 1952, foram os principais exemplares dessa mudança de atitude do Departamento de Estado em relação às representações diplomáticas norte-americanas no exterior, já que foram os primeiros efetivamente modernos conduzidos pelo FBO (LOEFFLER, 2010, p.60). Associadas à ideia de inovação e progresso, as duas Embaixadas foram realizações do escritório Harrison & Abramovitz, responsável também pelo projeto do Rockefeller Center, pelo desenho do Lincoln Center for the Performing Arts e de seus edifícios adjacentes - a Metropolitan Opera House e o David Geffen Philharmonic Hall-, e pela

coordenação da equipe internacional de arquitetos que trabalhou no edifício das Nações Unidas (GOMES, 2018, p.61), todos em Nova York.

O projeto no Rio de Janeiro consistia em um edifício de doze andares, com uma fachada opaca e pouco ornamentada e com o térreo livre anexo a uma estrutura orgânica em que se localizava a biblioteca. A associação ao Edifício das Nações Unidas em Nova York era evidente, inclusive na intenção da mensagem que o projeto visava transmitir, como menciona Loeffler (2010):

In the late 1940s, the United Nations sought to convey an inclusive and optimistic message. Its design team tried to show that a common commitment to the future could unify and strengthen a war-damaged and divided world. Through its stark geometry, its use of glass, steel, and modern metals such as aluminum, and its apparent rejection of place, historical allusion, and even climate as factors influencing design, the UN building became the quintessential expression of modernism – in this case appropriately labeled the “international style” – a meeting place for peoples from around the world, a place that could and would welcome all and proclaim a sense of universal equality (LOEFFLER, 2010, p. 67)¹⁴

¹⁴ No final da década de 1940, as Nações Unidas procuraram transmitir uma mensagem inclusiva e otimista. A sua equipa de concepção tentou mostrar que um compromisso comum com o futuro poderia unificar e fortalecer um mundo dividido e danificado pela guerra. Através da sua geometria rígida, da utilização de vidro, aço e metais modernos como o alumínio, e da sua aparente rejeição do lugar, da alusão histórica e até mesmo do clima

A similaridade entre a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e o Ministério da Educação e Saúde, exemplar modernista brasileiro por excelência, é também inevitável. O Palácio Capanema foi particularmente celebrado nos Estados Unidos, a partir da mostra *Brazil Builds* e em publicações da época, em que era destacado como o “edifício governamental mais bonito do ocidente” (CAVALCANTI, 2009, p. 373). Não por acaso, Loeffler (2010) menciona que os elementos que fizeram a arquitetura moderna brasileira tão distinta – segundo a autora, por sua leveza, a partir do uso de materiais como o concreto armado e o vidro, a preocupação com a proteção do sol com o uso de sombreamento de áreas abertas, a integração às artes, o uso de cores e a plasticidade das formas - foram atributos que também se aplicaram a muitos projetos de Embaixadas americanas construídas nos anos subsequentes.

como factores que influenciam o design, o edifício da ONU tornou-se a expressão quintessencial do modernismo – neste caso apropriadamente rotulado de “estilo internacional” – um local de encontro para povos de todo o mundo, um lugar que poderia e iria acolher a todos e proclamar um sentido de igualdade universal. Tradução nossa.

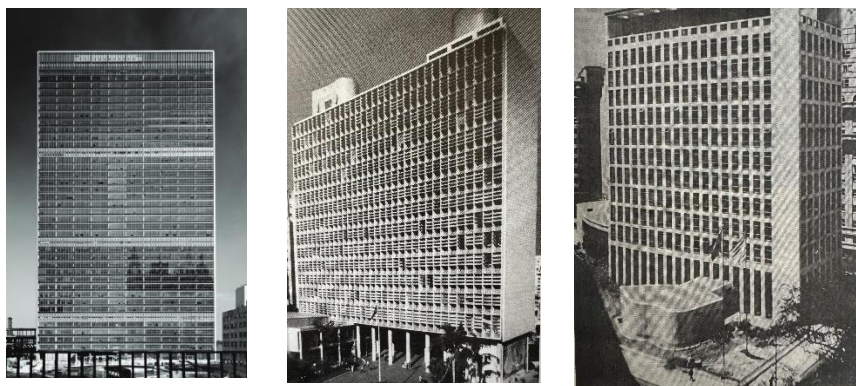


Figura 1: Edifícios da ONU, em Nova York, do Ministério da Educação e Saúde e da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, respectivamente. Fonte: Gomes (2018), Cavalcanti (2009), Loeffler (2010).

Se até meados dos anos 1970 os edifícios de Embaixadas americanas eram interpretados como “proeminentes e acessíveis ao público para serem vistos, usados, visitados e admirados”, após esse período passaram a ser interpretados como uma arquitetura “gradualmente menos distintiva em termos de design, menos aberta, mais defensiva na planta e cada vez menos acessível em sua localização”, em que a “caixa de vidro antes tão simbolicamente importante, não era mais útil como um paradigma de projeto” (LOEFFLER, 2010, p. 237). Isso porque, com os diversos conflitos ideológicos e militares em que os

Estados Unidos se envolveram durante e após a Guerra Fria, o sentimento de antiamericanismo e as ameaças terroristas levaram a episódios de violência contra Embaixadas e membros do Serviço Exterior daquele país. Destacam-se os protestos contra a guerra no Vietnã que levaram ao ataque e assassinato de empregados na Embaixada americana em Saigon, em 1965, e o emblemático sequestro de diplomatas americanos na Embaixada em Teerã, em 1979, que levou ao rompimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Irã e ao delicado relacionamento entre os dois países desde então.

Assim, se antes a segurança era uma preocupação que não definia nem delimitava a liberdade projetual, as mudanças na condução da política externa americana no curso da segunda metade do século XX interferiram definitivamente na ação do Departamento de Estado americano e impactaram o trabalho dos arquitetos na realização de projetos de Embaixadas em todo o mundo (LOEFFLER, 2010 p.236).

A partir do contexto apresentado, a leitura de Loeffler (2010) foi significativa como revisão bibliográfica dessa pesquisa na medida em que a autora interpreta a arquitetura das representações

diplomáticas como uma dimensão da própria diplomacia e traz reflexões importantes decorrentes do trabalho de pesquisa e documentação que realizou. Ao reconhecer as múltiplas possibilidades associadas à temática, sugere que futuros trabalhos se dediquem não apenas aos edifícios diplomáticos, mas também aos arquitetos por trás dos projetos, assim como às discussões a respeito da proteção ou não das Embaixadas pelo *status* de patrimônio, todos estes fatores que corroboram e validam os objetivos e pressupostos defendidos nessa tese. Como comenta Loeffler (1998):

Whether or not embassies should be protected under preservation statutes is another matter of interest. Because of the ever-shifting international situation, the legitimate need for security improvements that alter or affect architecture, the relatively small foreign affairs budget, and the concomitant need to sell existing real estate to finance new projects, it may make no sense to try to preserve such structures as historical artifacts. But they are historic American buildings, and they need to be recognized as such. Before more of them are sold, lost, or abandoned, they should at least be documented so the State Department can hold onto its history and future historians can better interpret this dimension of diplomacy (LOEFFLER, 1998, preface).¹⁵

¹⁵ *Se as embaixadas devem ou não ser protegidas sob o status da preservação é outra questão de interesse. Devido à situação internacional em constante mudança, à necessidade legítima de melhorias de segurança que alterem ou afetem a arquitetura, ao orçamento relativamente pequeno para os assuntos externos e à necessidade concomitante de vender imóveis existentes para financiar novos projetos, pode não fazer sentido tentar preservar essas estruturas como artefatos históricos. Mas são edifícios históricos americanos e precisam ser reconhecidos como tal. Antes que mais deles sejam vendidos, perdidos ou abandonados, eles deveriam pelo menos ser documentados para que o Departamento de Estado possa manter sua história e futuros pesquisadores possam melhor compreender as dimensões da diplomacia. Tradução nossa.*

O Brasil no mundo

Esta tese se propõe a apresentar o cenário da arquitetura das representações diplomáticas brasileiras construídas no exterior entre as décadas de 1960 e 1980, de modo que, em primeiro lugar, foi preciso entender em que contexto político, histórico e se inseriram. Nesse sentido, em consonância com o trabalho de outros pesquisadores realizados nos contextos europeu e norte-americano e apresentados no primeiro capítulo, foi necessário compreender e ressaltar, ao longo deste segundo capítulo, os eventos que influenciaram o modo como o Brasil se posicionou no cenário internacional a partir de definições de sua política externa no curso do século XX, especialmente no período acima identificado. Não obstante, mesmo que o recorte temporal em que se inserem os projetos das Embaixadas que efetivamente serão aqui avaliadas esteja contemplado pelas décadas de 1960, 1970 e 1980, deve-se

¹⁶ A Doutrina Monroe foi proclamada em 1823 pelo então presidente James Monroe e se trata de uma política que estabelecia limites na interferência da Europa nas Américas em processo de independência (KISSINGER, 1994). Sob o mote “América para os americanos”,

considerar fatos e ações definidos muito antes, ainda na virada do século.

Como ponto de partida, ao longo das primeiras décadas do século XX, é importante compreender a postura de aproximações alternadas (MOURA, 1991), adotada pela diplomacia brasileira especialmente em frente à afirmação paulatina dos Estados Unidos no cenário mundial após os conflitos mundiais (DORATIOTO in SCHWARCZ, 2012). Com países latino-americanos, consistiu principalmente na busca por recuperar as políticas de boas relações com países vizinhos após período de isolamento e bastante instabilidade, principalmente, com a Argentina (GARCIA VARGAS, 2006).

Essa atuação retomou alguns princípios que haviam sido definidos durante a gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Frente à Chancelaria brasileira entre 1902 e 1912, Rio Branco trabalhou à luz da Doutrina Monroe¹⁶ na intenção de limitar

foi o principal fator que contribuiu para a determinação dos Estados Unidos como líder regional e, posteriormente, global, devido à expansão de sua ação ao longo do século XIX.

a influência europeia no continente americano. Como menciona Doratioto (2012):

(...) para Rio Branco não era contraditório manter relações privilegiadas com os Estados Unidos e de alto nível com os países da América do Sul. Ao contrário, seu projeto era que o Brasil fosse uma ponte entre ambos e liderasse a região, em sintonia com a Argentina, num esforço para criar um espaço sul-americano estável e pacífico (DORATIOTO in SCHWARCZ, 2012, p. 149).

Nesse primeiro momento, a consolidação das relações com os Estados Unidos era pragmática (MOURA, 1991) e tinha não apenas o interesse econômico - pelo fato de os Estados Unidos serem o principal mercado consumidor do café brasileiro-, mas também político, já que eram similares as intenções dos dois países de fortalecerem sua presença nas Américas, mesmo que por motivos diferentes (DORATIOTO in SCHWARCZ, 2012). Para os americanos, era crucial ter o apoio do Brasil, maior país do continente sul-americano, e “erguer a unidade do continente sob os pilares de sua liderança (...) em favor da colaboração política e diplomática da

Política da Boa Vizinhança¹⁷” (PINHEIRO in SCHWARCZ, 2012). No caso brasileiro, por outro lado, a preocupação naquele momento era com as disputas em regiões de fronteiras com Guiana (então colônia inglesa), Guiana Francesa, Bolívia, Peru e Paraguai (DORATIOTO in SCHWARCZ, 2012). A aliança entre os dois países foi tão frutífera que:

O Brasil e os Estados Unidos, por iniciativa brasileira, em 1905 elevaram a Embaixadas o status de suas representações diplomáticas (antes chamadas de “legações”) no Rio de Janeiro e em Washington, em uma época em que eram raríssimas e instalá-las significava mudança qualitativa nas relações bilaterais” (DORATIOTO in SCHWARCZ, 2012, p. 148).

Não por acaso, anos mais tarde, a Embaixada americana no Rio de Janeiro foi o maior projeto em área, dimensão e gastos realizado pelo Foreign Buildings Operations até aquele momento (LOEFFLER, 2010).

A condução dessas estratégias de aproximações alternadas e simultâneas (PINHEIRO in SCHWARCZ, 2012, p.148) ficou mais evidente com a política externa do governo de Getúlio Vargas, durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. A política da

¹⁷ A Política da Boa Vizinhança foi estabelecida durante o governo do presidente norte americano Franklin Roosevelt em 1933 e marcou a importante mudança de ação da política externa americana no Ocidente, até então guiada pela Doutrina Monroe e pelo

intervencionismo. Com a Política da Boa Vizinhança, principalmente estabelecida na relação com países latino-americanos, a política americana assumiu maior caráter de cooperação (KISSINGER, 1994, p.831).

*equidistância pragmática*¹⁸ foi levada à cabo até 1942, quando o rompimento tardio de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo e o definitivo alinhamento aos Estados Unidos e às forças aliadas “(...) concedeu ao país, no âmbito continental, o status de aliado especial de Washington” (PINHEIRO in SCHWARCZ, 2012, p.153).

Cabe registrar que a política externa do período tinha ênfase expressiva na economia (FAUSTO, 2012), na medida em que ainda buscava neutralizar os efeitos da crise de 1929 por meio da diversificação de exportações, da expansão da indústria e da busca de novos mercados econômicos (SEITENFUS, 1985). As estratégias foram bem-sucedidas, e uma série de acordos bilaterais de livre-comércio tanto com países europeus quanto com os Estados Unidos foram estabelecidos (CERVO, 2010). Em 1938, por exemplo, o peso das importações da Alemanha superou aquele dos Estados Unidos para o Brasil (CERVO, 2010). Outro resultado satisfatório foi a

construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, decorrente dos *Acordos Diplomáticos de Washington* definidos entre o Brasil e os Estados Unidos (SEITENFUS, 1985).

No mesmo período, no campo da cultura, o modernismo se popularizava como movimento que “abrigou o conjunto de transformações sofridas” na virada do século e que “(...) criou linguagens e expressões artísticas que buscavam entender o caos social decorrente de uma mudança radical de referências e padrões civilizatórios” (VELLOSO, 2010, p.19). No Brasil, o cenário de reviravoltas políticas ocasionado no âmbito do centenário da independência e das revoltas tenentistas e a crescente “necessidade de reavaliar o conceito de tradição e as articulações concretas no conjunto da vida cultural brasileira” (VELLOSO, 2010, p.25) no meio intelectual levou à realização da Semana de Arte Moderna de 1922. Tido como o “acontecimento fundador do Modernismo brasileiro” (VELLOSO, 2010, p.23), o encontro ocorrido em São Paulo em

¹⁸ O termo equidistância pragmática é reconhecido na historiografia para se referir à política externa do governo Vargas. Cunhado pelo historiador Gerson Moura em 1991, diz respeito à posição de “autonomia na dependência”, ao apoiar de forma balanceada tanto os Estados

Unidos quanto a Alemanha na intenção de obter benefícios financeiros estratégicos para a industrialização do Brasil a partir dos conflitos entre as nações no período antecedente à Segunda Guerra Mundial (MOURA, 1991).

fevereiro daquele ano é considerado um rompimento com o academicismo e a expressão máxima de uma atitude efetivamente moderna nas artes e na literatura brasileiras (DECCKER, 2001, p.9).

A pauta era “formar uma consciência nacional, abrigar o Brasil, ser inteiramente brasileiro, estudar o Brasil sob todos os seus aspectos e em todos os seus problemas, tornar o Brasil mais conhecido para ser mais amado” (DUTRA in SCHWARCZ, 2012, p. 229). Naquele momento:

(...) a demonstração da existência de uma tradição intelectual brasileira e de produtos da cultura nacional, não só era entendida como um meio de fortalecer o sentimento de nacionalidade, mas uma forma de ultrapassar barreiras até então existentes às ‘coisas e às gentes do Brasil’, permitindo a ligação do país com as práticas e valores consagrados no plano mundial. Seríamos universais, porque (seríamos) nacionais’ (DUTRA in SCHWARCZ, 2012, p. 254).

Apesar da projeção internacional do movimento de vanguarda brasileiro, foi apenas na década seguinte que ficou evidente a abertura do Brasil para o mundo (DORATIOTO in SCHWARCZ, 2012). Nesse cenário, as artes e a arquitetura nacionais passaram a ser reconhecidas e valorizadas internacionalmente por reinterpretarem o modernismo progressista europeu da era pré-guerra com a

assimilação de elementos próprios da cultura, da tradição e do ambiente brasileiros (DECCKER, 2001).

Grande parte desse sucesso se deveu à “completa renovação da arquitetura, ocorrida no país entre 1935 e 1945” (BRUAND, 2012, p. 27) principalmente devido às ações realizadas durante o governo Vargas. De cunho altamente nacionalista e desenvolvimentista (FAUSTO, 2012), o Estado Novo tinha como intenção “afirmar o discurso (...) de uniformidade, ressaltando o passado histórico brasileiro, com os preceitos de civilização, glorificando personagens históricos, fatos memoráveis e heróis nacionais” (FAUSTO, 2012).

Nesse contexto, a partir de discussões a respeito da necessidade de salvaguardar os bens históricos e culturais brasileiros, entrou em foco a questão preservacionista e surgiram, pela primeira vez, mecanismos que incluíram o patrimônio sob proteção legal do Estado (BRUAND, 2012). Era necessário “identificar, organizar, conservar, defender e publicizar o patrimônio nacional” (DECCKER, 2001) e, para este fim, foi inaugurado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN.

A arquitetura brasileira transformou-se, portanto, em um estandarte do nacionalismo expresso na política de Vargas e foi durante o Estado Novo e devido às suas políticas em prol do desenvolvimento e do progresso que o maior número de projetos modernistas foi comissionado aos arquitetos pertencentes à corrente. Como menciona Bruand (2012):

(...) esses traços da política brasileira, por vezes bastante desagradáveis, tiveram na área que nos interessa, seus aspectos positivos (...) Com efeito, toda a história recente da arquitetura brasileira está ligada ao apoio de alguns governantes: sabendo tirar proveito de poderes consideráveis – por vezes quase ilimitados – que lhes eram concedidos, impuseram seu ponto de vista, proporcionando aos arquitetos brasileiros as melhores oportunidades de trabalho” (BRUAND, 2012, p.27).

Resultados dessa ação foram os icônicos projetos do Ministério da Educação e Saúde, “considerado pela crítica internacional como uma das grandes contribuições dadas à arte contemporânea” (BRUAND, 2012, p.28), e o Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York, de 1939. Os projetos foram prioridades da agenda dos então recém-criados Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, respectivamente, e podem ser considerados como as duas principais obras exportadoras da linguagem da nova

arquitetura brasileira - elemento que automaticamente passou a integrar nosso *soft power* para o mundo.

O Ministro da Educação do governo Vargas, Gustavo Capanema, foi, de acordo com Bruand (1991), figura destacada na condução de políticas de Estado que afetaram favoravelmente a produção da arquitetura brasileira. Isso se deveu à veemente defesa de um projeto para a sede do novo Ministério que não copiasse estilos históricos, já que deveria simbolizar o “esforço renovador voltado para o futuro do Brasil” (CAVALCANTI, 2001, p.365). Criado a partir do pensamento e da ação conjunta de uma equipe assessorada por Le Corbusier – convidado pessoal do Ministro para liderar os trabalhos no Rio de Janeiro-, o ‘Palácio Capanema’ foi realização em equipe dos arquitetos Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira e Ernani Vasconcelos (CAVALCANTI, 2001).

A importância do Ministério da Educação e Saúde não se deve apenas ao ineditismo de suas diretrizes de projeto e à sua

representatividade como um verdadeiro *gesamtkunstwerk*¹⁹ (DECCKER, 2001, p.46), nem por ser uma obra isolada. Mas pelo fato de ser o primeiro dentre um “notável movimento que se desenvolveu, desde então, em profundidade” (BRUAND, 1991, p. 81).

Concomitante ao sucesso das ideias durante a fase de projeto, enquanto as obras do Ministério da Educação e Saúde enfrentavam atrasos devido à escassez de materiais de construção e ao precário desenvolvimento industrial do país naquele momento (MACEDO, 2012), o projeto do pavilhão brasileiro para a Feira Internacional de Nova York também simbolizava a ressignificação do país e da arquitetura brasileira perante o mundo e o desejo de superação de sua condição de desenvolvimento (SEGAWA, 2014).

A Feira em Nova York, organizada pelos Estados Unidos em um momento delicado de tensões políticas e diplomáticas que precedeu em poucos meses o início da Segunda Guerra Mundial²⁰, não tinha

¹⁹ A obra de arte total do modernismo brasileiro.

apenas o objetivo de refletir o otimismo das inovações tecnológicas promovidas pela industrialização de outrora (GIEDION, 1982), nem de servir como acelerador para a recuperação econômica após a quebra da bolsa americana, anos antes. Era, principalmente, uma estratégia americana para “promover um encontro entre as nações” (SEGAWA, 2014, p.92) e manter sob sua tutela os países latino-americanos reforçando as ações da Política da Boa Vizinhança (MACEDO, 2012, p. 96) especialmente com o Brasil, que sempre esteve presente nas principais Exposições Internacionais (PESAVENTO, 1997).

A participação na Feira de Nova York de 1939 era prioridade para Getúlio Vargas, e os eventos a ela relacionados foram importantes para a aproximação entre o então Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e o governo do presidente americano Franklin Delano Roosevelt. Enquanto visitava os Estados Unidos para articular a participação brasileira no evento mundial, Aranha também tratava

²⁰ A Feira foi oficialmente inaugurada em Nova York no dia 30 de abril de 1939 (MACEDO, 2012, p.133) e a Segunda Guerra Mundial teve seu início deflagrado em 01 de setembro do mesmo ano com a invasão da Polônia pela Alemanha de Hitler (HOBBSBAWM, 1995, p.46).

dos assuntos econômicos e acordos bilaterais com os americanos, que ambicionava realizar a diplomacia durante o governo Vargas (CERVO, 2010).

Por outro lado, como menciona Macedo (2012), a adesão brasileira às exposições universais dependia da disponibilidade de recursos financeiros, nem sempre disponíveis para os dispendiosos serviços de projeto, construção e desmontagem dos pavilhões. No caso da Feira de Nova York, “a participação do Brasil não era certa e foi antecedida por longo cortejo tanto do comitê organizador do evento como do governo dos EUA na tarefa de convencimento” (MACEDO, 2012, p. 92). Desde o convite inicial, em outubro de 1936, até o aceite definitivo, passou-se pouco mais de um ano.

O pavilhão do Brasil tinha, portanto, uma clara função *econômica*, de modo a servir como propaganda para a situação do país e para a projeção de sua arquitetura; e *diplomática*, com a importante missão de mostrar ao mundo e, principalmente, aos Estados Unidos, que o Brasil não era apenas “mais uma República dentre muitas outras no continente americano” (DECCKER, 2001, p. 55). Com efeito:

A exposição brasileira não ofereceu um retrato do país, mas procurava seduzir o público dos EUA. O conhecimento da sociedade americana por parte de Osvaldo Aranha (...) forneceu a medida de interesse do país para o público: o que deveria ser exposto ou censurado. Além da extensa exposição de matérias primas de interesse comercial, a cultura e arte apresentadas não procuravam agradar nossa autoimagem. Refletíamos uma imagem ambicionada perante os americanos. (MACEDO, 2012, p.141).

O projeto do Pavilhão foi ação conjunta dos arquitetos Lucio Costa, premiado em primeiro lugar no concurso público realizado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e Oscar Niemeyer, cuja proposta levou o segundo lugar. O resultado em conjunto, sugerido pelo próprio Costa ao reconhecer as potencialidades da proposta de seu futuro parceiro em muitos outros trabalhos, aliou os pontos positivos dos trabalhos de cada um.

Para o júri, o projeto de Costa vencia com as soluções que atendiam ao critério de ‘espírito de brasilidade’ exigido pelo edital, ao passo que Niemeyer propunha soluções técnicas de melhor aplicabilidade (DECCKER, 2001).

Os critérios do concurso estabeleciam que o projeto do pavilhão do Brasil na Feira não deveria buscar necessariamente características da arquitetura tradicional brasileira, mas sim do “ambiente brasileiro” de então. Costa e Niemeyer propuseram, portanto, um pavilhão que resumiu a essência do país, mostrando ainda os principais elementos do “vocabulário arquitetônico modernista brasileiro” (LOEFFLER, 2010, p.62). Como resume Bruand (1991) a partir das palavras de Lucio Costa no memorial descritivo do projeto:

Partindo do princípio de que um pavilhão de exposições deve ter as características de uma construção provisória e não simular artificialmente uma obra de caráter permanente, e constatando, por outro lado, que o Brasil não poderia chamar a atenção pelo aparato, pela monumentalidade ou pela técnica em confrontação com países muito mais ricos ou mais desenvolvidos, Lucio Costa e Niemeyer decidiram chamar a atenção do público por meio de uma construção simples, harmoniosa e equilibrada, expressão tão pura quanto possível da arte contemporânea (...) baseada no emprego racional das técnicas modernas e numa análise acurada das condições do entorno. (...) Simples na aparência, apesar da diversidade, modesto nas dimensões, o pavilhão de Lucio Costa e Niemeyer impunha-se por sua leveza, harmonia e equilíbrio, por sua elegância e distinção. Tratava-se de convincente exemplo de nova forma de expressão arquitetônica, com características de criação autenticamente brasileiras em sua flexibilidade e riqueza plásticas; contudo esse caráter nacional não era mais perseguido na cópia esterilizante das formas do passado, mas através de uma linguagem moderna, com marcante interpretação pessoal plenamente válida e de grande significação” (BRUAND, 1991, p.106-107)

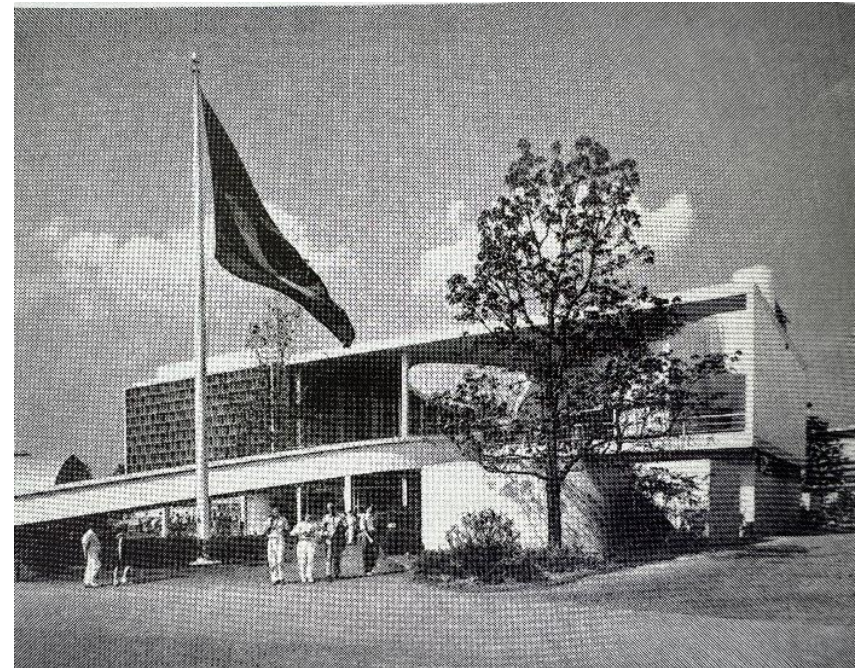


Figura 2: Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York de 1937. Fonte: Decker (2001), p.58.

A repercussão do Pavilhão do Brasil na Exposição de Nova York foi a melhor possível, com o destaque em diversas publicações que sublinhavam as “bem-sucedidas estratégias de controle de luz na fachada protegida por cobogós”, a planta livre que garantia “leveza e graça ao edifício” e à notável divisão dos espaços internos, “radicalmente e delicadamente modernos” (DECCKER, 2001). O resultado de maior abrangência foi a exposição *Brazil Builds*, organizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, e o seu catálogo, realizado por Philip Goodwin.

Para Segawa (2014), “não se pode desvincular esse extraordinário esforço dos norte-americanos dos interesses geopolíticos de então”:

(...) O *Brazil Builds* era uma das peças da ‘política de boa vizinhança’(...) e, publicado em pleno conflito mundial, foi o principal passaporte da arquitetura brasileira para o mundo pós-Segunda Guerra (SEGAWA, 2014, p. 100-102).

Foi o *soft power* empregado pelos americanos com o que de melhor podiam oferecer: a “aproximação cultural como meio de alcançar objetivos militares e econômicos sobre a América Latina” (SOBREIRA, 2018, p.158).

O trabalho bem-sucedido dos arquitetos garantiu a Lucio Costa ainda mais projeção após seu retorno ao Brasil, em que já estava estabelecido no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Niemeyer foi comissionado como arquiteto do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para o projeto que o iria alçar ao rol dos principais nomes da arquitetura brasileira - o complexo da Pampulha em Belo Horizonte. O sucesso de seu trabalho nos Estados Unidos resultou no convite para participar da equipe de arquitetos que trabalharia para a concepção do edifício das Nações Unidas em Nova York (LOEFFLER, 2010, p.63). A parceria entre os dois, iniciada com o projeto do Palácio Capanema e seguida do trabalho na Feira de Nova York, foi, portanto, apenas o primeiro passo para o ambicioso projeto em que iriam trabalhar juntos anos depois: Brasília.

Do Brasil para o mundo

De acordo com Bruand (1991), a construção da imagem do Brasil na conjuntura internacional decorre de uma confluência de fatores, mas deve muito à projeção da arquitetura moderna brasileira a partir dos anos 1930. Com efeito, os projetos de arquitetura e de urbanismo foram produtos importantes para a materialização de intenções políticas, econômicas e sociais expressas pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, assim como mais adiante durante o período da ditadura militar, mesmo que com intenções e em modalidades diferentes.

Sob o mote da modernização e do crescimento como lemas, nunca havia sido tão grande a oportunidade de realização de projetos institucionais, devido à priorização de inauguração de novas sedes da Administração Pública. Essa política de governo levou à construção de importantes obras para a história da arquitetura brasileira, tais como a já mencionada nova sede do Ministério da Educação e da Saúde, da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, ou do Complexo Cultural da Pampulha, em Belo Horizonte. Tamanha liberdade criativa garantida aos arquitetos

autores dos projetos também era sem precedentes, já que, de acordo com Bruand (1991):

(...) a maior parte das obras da nova arquitetura brasileira são edifícios públicos cujo arquiteto foi escolhido diretamente (...). Tal situação não estava isenta de riscos, já que abria caminho para arbitrariedade e nem todos os políticos eram tão esclarecidos em matéria de arquitetura quanto Gustavo Capanema e Juscelino Kubitschek. Não deixou também de ser benéfica, na medida em que permitiu aos audaciosos que se lançassem resolutamente e impusessem seu ponto de vista, sem preocupar-se com a opinião dos menos arrojados. Enfim, a situação deu aos arquitetos escolhidos uma liberdade de concepção que não desfrutariam caso estivessem se submetido às imposições de um concurso (BRUAND, 1991, p. 28-29)

Para Sobreira (2018), houve uma predominância de convites diretos em detrimento da realização de concursos de projetos entre os anos 1930 e 1945, que coincidia com a política autoritária e o controle da produção cultural no período do Estado Novo. Apesar de favorecido pela legislação do momento, que virtualmente privilegiava o concurso como instrumento para a escolha de projetos,:

(...) as diferentes linguagens arquitetônicas dos concursos realizados no período foram expressões dos embates ideológicos e políticos travados no Brasil pós-revolução de 1930 e, naturalmente, dos jogos de interesse no meio profissional e acadêmico (...) e houve espaço para a vanguarda como também para o conservadorismo” (SOBREIRA, 2018, p. 220).

Apesar de atenderem ao “equilíbrio entre as premissas técnicas, as demandas corporativas e os anseios políticos” (SOBREIRA, 2018, p.220), nenhum dos projetos realizados nas primeiras décadas do século XX no Brasil foi tão emblemático para a divulgação da arquitetura brasileira no exterior como o de Brasília. Estandarte do *Plano de Metas*²¹ do governo de Juscelino Kubitscheck, o concurso para a nova capital gerou expectativas e enorme repercussão no meio internacional com a publicação do projeto vencedor do concurso em algumas das principais revistas especializadas da época (BRUAND, 1991, p.355) e a definitiva inclusão do Brasil nas rodas de discussão sobre arquitetura e urbanismo em todo o mundo:

A atmosfera de epopeia com que foi envolta a obra nascente (Brasília) por uma hábil propaganda nacional e internacional e a imagem magnífica que foi sendo criada à medida que a obra tomava forma produziram o impacto desejado: elas transformaram a cidade num objeto de orgulho indizível, no símbolo de uma maioria finalmente atingida e de uma nova era aberta às ambições de um povo bruscamente conscientizado de suas possibilidades de afirmação (BRUAND, 1991, p.354).

²¹ O Plano de Metas era o conjunto de objetivos econômicos definidos no mandato do presidente Juscelino Kubitscheck. Com base no ideal desenvolvimentista que pregou durante a campanha política, a grande realização a que se propôs era chamada “meta-síntese”, que dizia respeito à construção de Brasília e à transferência do governo para a nova capital federal.

Se, até então, a arquitetura havia encontrado terreno fértil para sua manifestação no cenário de aceleração econômica e de grandes oportunidades de trabalho para os profissionais da construção civil, a partir dos anos 1960 a produção arquitetônica seria alçada a outro patamar (SOBREIRA, 2018). O momento coincidiu com um legado econômico desregulado deixado pelo projeto da nova capital e com o instável período de transições pelo qual passou a política brasileira desde os governos de Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart, até a chegada dos militares ao poder após o golpe de 1964.

Isso porque, com uma política interna marcada pelo autoritarismo, os sucessivos governos da ditadura militar justificavam suas posições arbitrárias com base na *legitimação pela eficácia*²², segundo a qual para desenvolver e recuperar economicamente o Brasil, era necessário “manter a ordem” (REIS FILHO, 2000). Se, por um lado, as políticas econômicas levaram a resultados favoráveis na economia

²² Termo cunhado pelo ex-ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto Campos e amplamente citado pela historiografia nacional (REIS FILHO, 2000).

até 1973 – com os destacados números do *milagre brasileiro*²³ (REIS FILHO, 2000)-, a repressão e a censura aumentavam em ordem diretamente proporcional.

Assim, a produção arquitetônica do período esteve principalmente concentrada em projetos institucionais de grande porte realizados dentro das próprias instituições e obras de engenharia civil nas áreas de infraestruturas, comunicações e estradas “relacionados ao projeto político-econômico de integração nacional” (SEGAWA, 2014, p. 160), tais como a ponte Rio-Niterói, cuja construção se iniciou em 1969, e a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, em 1974.

Por outro lado, no que diz respeito à liberdade de criação, os anos do regime militar foram profundamente limitantes. A escassez de concursos públicos e o encerramento das principais revistas de arquitetura nacionais tais como a Revista Módulo em 1965, e Acrópole em 1971 (SOBREIRA, 2018), marcaram o hiato no profícuo movimento de debates e reflexões sobre a arquitetura, o urbanismo

e a sociedade de anos anteriores. Soma-se a isso o fato de grande parte dos profissionais da arquitetura e do urbanismo – assim como artistas e intelectuais - estarem em exílio devido a perseguições políticas, como o caso de Oscar Niemeyer, exilado na França a partir de 1966. A Academia também sofreu enormemente, em especial o quadro de professores da recém-criada Universidade de Brasília, afetado com a demissão coletiva de mais de duzentos professores em 1965, em protesto às intervenções militares realizadas no Campus Darcy Ribeiro (FUENTES, 2017, p.80).

Em relação à política externa, sob outra ótica, é importante ressaltar a posição de *avanços e recuos* (MOURA, 2012) assumida pelo Brasil no cenário internacional após 1945. O termo diz respeito à busca de posições cada vez mais autônomas em relação aos Estados Unidos – o que simbolizaria os *avanços* – sem a efetiva tomada de medidas que garantissem essa autonomização – o que levaria aos eventuais *recuos* (RICUPERO, 2021, p.461) e reaproximações. Esse movimento teve início ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek e é

²³ Termo igualmente difundido para caracterizar os feitos econômicos do regime militar (RICUPERO, 2021, p.461).

principalmente associado à *Política Externa Independente* (PEI), nome pelo qual ficaram conhecidas as ações capitaneadas pelo chanceler Afonso Arinos de Melo Franco no curto governo dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart.

A PEI tinha como princípio básico a busca de uma atuação independente frente à bipolaridade entre os Estados Unidos e a União Soviética, e visava proporcionar ao Brasil os benefícios de uma ampliação do comércio internacional. Segundo a PEI, livre do engessamento provocado pelas restrições ideológicas impostas no contexto da Guerra Fria, o Brasil poderia manter relações comerciais não somente com os países do bloco capitalista, mas também com aqueles que adotavam o regime socialista.

Entretanto, eventos como o recrudescimento da Guerra Fria após 1961, a Crise dos Mísseis em Cuba, o conseqüente aumento da pressão dos Estados Unidos para manter sua hegemonia na América Latina e, principalmente, o crescimento das ideias conservadoras,

internamente, que culminaram com o golpe militar no Brasil, afetaram o sucesso da Política Externa Independente, apesar de “certo universalismo ser inevitável” nas posições do Brasil a partir de então (CERVO, 2010). Com a ascensão do governo Castello Branco, a PEI deu lugar à *Política de Círculos Concêntricos*, que privilegiava as relações internacionais no hemisfério ocidental, apesar de que princípios norteadores da PEI seriam retomados pelo próprio governo militar, na década seguinte.

Com efeito, Ricupero (2021) diz que “não existia apenas *uma* política externa de um único governo militar e sim *várias* políticas de governos diferentes entre si” ao se referir às principais disparidades entre as duas décadas de regime militar que se seguiram²⁴. Em seu livro, *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016*, o autor divide os vinte e um anos de regime militar em duas partes e afirma que, se os primeiros dez anos foram de crescente endurecimento na política interna, de reorganização econômica e de subordinação das decisões

²⁴ Lembra-se, aqui, os períodos dos Governos Militares no Brasil: Governo Costa e Silva (03/1967 a 08/1969); Governo Médici (11/ 1969 a 03/ 1974); Governo Geisel (03/ 1974 a 03/ 1979); Governo Figueiredo (03/1979 a 03/1985).

brasileiras às “disputas estratégico-política entre Estados Unidos e União Soviética” (RICUPERO, 2001, p. 445), os dez últimos foram marcados pela abertura “lenta, gradual e segura” dos governos Geisel e Figueiredo e por uma maior autonomia em relação aos Estados Unidos no âmbito internacional (FONSECA JR, 2006).

Frente às diferenças entre os dois períodos, entretanto, é possível identificar o *desenvolvimentismo* como denominador comum. Isso porque, em consonância com as preocupações internas de controle da economia e de investimentos na indústria e na infraestrutura, a ênfase na exportação de produtos da indústria de transformação²⁵ nos governos Castello Branco e Costa e Silva, e do setor de energia e da indústria de base durante os governos Geisel e Figueiredo (CERVO, 2010), justificava a necessidade de diversificação de parcerias e a ampliação de mercados.

Dessa maneira, passado o primeiro momento de submissão aos Estados Unidos durante o governo Castello Branco (RICUPERO, 2001,

p. 445) e após tímido movimento de oposição ao *status quo* durante a atuação de Costa e Silva quando o Brasil se recusou a aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1968 (RICUPERO, 2001,p. 455), foi apenas com o governo Geisel que a diplomacia brasileira mudou, de fato, o seu posicionamento. A Política Externa do governo Geisel foi caracterizado pelo *pragmatismo responsável*, que tinha a intenção deliberada de transformar o Brasil em potência após o sucesso econômico da década anterior (CASARÕES; VIGEVANI, 2014) e favorecer o “comércio, a garantia de suprimento (obviamente o petróleo) e a tecnologia (...) ao reavaliar as opções e realinhamentos necessários” (RICUPERO, 2001, p. 477).

Estrategicamente, as ações do pragmatismo responsável tiveram três enfoques principais. No primeiro deles, com países árabes e do Oriente Médio, a maior manifestação de interesses e a aproximação a países exportadores de petróleo, principalmente Iraque e Arábia Saudita, “relacionava-se em boa medida, mas não exclusivamente, com a necessidade de manter estável o suprimento energético”

²⁵ A indústria de transformação é o tipo de indústria que transforma matéria-prima em um produto final ou intermediário.

(CASARÕES; VIGEVANI, 2014, p.159) em momentos delicados ocasionados pelas crises internacionais do petróleo de 1973 e 1979. Esse movimento apenas intensificou algo timidamente iniciado desde a década de 1960 quando “o governo brasileiro estabeleceu laços diplomáticos com Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Kuwait e intensificou relações preexistentes com Síria, Líbano e Jordânia (...) devido à crescente necessidade de diversificar e expandir os mercados consumidores de seus produtos” (CASARÕES; VIGEVANI, 2014, p.157).

Na busca por “maior presença diplomática, por mais diálogo com as capitais árabes e por impulso às trocas comerciais (...)” também se devia corrigir as distorções da política brasileira diante do conflito palestino-israelense” (RICUPERO, 2021, p. 489). A partir de meados dos anos 1970, portanto, o Brasil passou a adotar posturas cada vez mais autônomas e pró-árabes em determinadas questões, distanciando-se do alinhamento automático aos americanos. A mais emblemática delas – e talvez a primeira em que de fato se posicionou abertamente contrário aos Estados Unidos (CASARÕES; VIGEVANI, 2014) – foi a votação favorável à decisão da Resolução 3379 da

Assembleia Geral das Nações Unidas, que declarou que o “sionismo representava uma forma de discriminação racial por parte do Estado de Israel” (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

De acordo com Ricupero (2021), os esforços empregados pelo governo brasileiro em ‘limpar’ sua imagem “graças ao processo de abertura e a imagem que ainda subsistia no exterior de um êxito econômico em vias de se esgotar internamente” (RICUPERO, 2001, p.490) lograram êxito na aproximação de países europeus, do Japão e da África.

Com o país oriental, importantes e frutíferos acordos de cooperação técnica e comercial foram estabelecidos, tais como “o programa de apoio da *Japanese International Cooperational Agency* (JICA), ao Centro de Pesquisa da Agricultura do Cerrado (CPCA), pelo qual os dois países investiriam em pesquisa focada na adaptação da soja ao solo do cerrado “(...) para desbravar o terreno sobre o qual se edificaria um dos mais indiscutíveis exemplos de histórias de sucesso brasileiras: a transformação tecnológica da agricultura de exportação” (RICUPERO, 2021, p.490).

A gradual tomada de posições em favor de países africanos, por outro lado, foi marcada pelo posicionamento crítico ao colonialismo português na África, pela condenação ao Apartheid sul-africano em 1973 e pelo fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) como governo legítimo durante a Proclamação da Independência daquele país, em 1975 (RICUPERO, 2021, p. 482). O investimento nas relações entre Brasil e África também chama a atenção pelo périplo africano, com a realização de missões diplomáticas a nove países africanos em 1973 pelo chanceler Mario Gibson Barboza²⁶, e pela visita do presidente Figueiredo à Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde dez anos depois. O estreitamento das relações com o continente africano foi relevante, inclusive, internamente, já que levou à criação da Divisão de África e do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) no Itamaraty, e à inauguração de três representações diplomáticas brasileiras no continente: as

Embaixadas de Accra, em Gana, Dacar, em Senegal, e Lagos, na Nigéria.

Finalmente, na América Latina, os anos 1980 caracterizam-se pela reaproximação com países vizinhos e pela busca do Brasil em se impor como potência articuladora das distintas realidades políticas e econômicas do continente. Países mais próximos, como Argentina, Chile e Uruguai, paulatinamente teriam interesses convergentes aos do Brasil em seus contextos individuais de reabertura democrática após as ditaduras militares. Com Colômbia, Peru, Colômbia e mesmo com países geograficamente mais distantes, como os centro-americanos e o México, o Brasil buscava, igualmente, maior adensamento das relações bilaterais.

Nessa contextualização, que apresenta fatos históricos e consequências na tomada de decisões desde os princípios da diplomacia brasileira com o Barão do Rio Branco, no início do século XX, até os movimentos de redemocratização após o fim do regime

²⁶ Mario Gibson Barboza esteve frente à Chancelaria brasileira durante o Governo Médici, entre os anos de 1969 e 1974.

militar, em 1985, se encontram os objetos principais de interesse desta pesquisa: as *novas* Embaixadas construídas por arquitetos brasileiros no exterior.

Finalmente, é válido lembrar que a presente pesquisa tem o recorte temporal definido entre 1962, ano dos desenhos iniciais da primeira das Embaixadas aqui consideradas, e 1981, da última delas. Apesar de o período conter os anos do regime militar, embora a pesquisa não pretenda apresentar uma justificativa definitiva para explicar essa coincidência, serão desenvolvidas, mais adiante, conjecturas que se tornam possíveis mediante a análise de informações históricas associadas às características da arquitetura das representações diplomáticas levantadas em cada período.

Capítulo III. O Itamaraty e a arquitetura da diplomacia

O panorama das Embaixadas do Brasil no exterior

Muito mais do que integrantes das propriedades do Estado brasileiro e dos mais de cento e trinta países onde estão localizadas, as Embaixadas do Brasil no exterior²⁷ são testemunhas de fatos que marcam tanto as relações diplomáticas e históricas entre os países com os quais se relacionam quanto a construção da imagem e da presença brasileira no cenário internacional ao longo do tempo. São, portanto, edifícios que carregam signos da identidade do país e que representam os elos entre arquitetura, cultura, diplomacia e história política.

Nesse sentido, assume-se que as representações diplomáticas no exterior sejam instrumentos de diplomacia cultural e do *soft power* brasileiros não apenas pelo fato de suas dependências terem sido

²⁷ É importante recordar que, neste trabalho, os termos Embaixada e Representações Diplomáticas dizem respeito aos complexos de Residências Oficiais e de Chancelarias, que nem sempre estão contidas no mesmo espaço construído, tanto por uma questão de hierarquia entre as tipologias quanto por situações particulares, tais como definições do plano diretor de cada cidade em que se localizam.

palco de eventos relevantes relacionados à história da política externa brasileira, mas, principalmente, por serem os edifícios, em si mesmos, efetivos representantes da imagem do Brasil no exterior e produtos de sua exportação cultural.

As Embaixadas do Brasil estão instaladas em edifícios que podem ser classificados em dois grupos principais: os imóveis alugados e os próprios nacionais. Apesar da preferência do Tribunal de Contas da União pelo estabelecimento das representações diplomáticas em imóveis próprios nacionais²⁸, mais econômicos se considerados os investimentos de longo prazo, questões relativas a restrições administrativas, burocráticas e orçamentárias dificultaram os processos para aquisições de novas propriedades mais recentemente. Assim, a maioria das Embaixadas e Consulados

²⁸ O Acórdão do Plenário do TCU 209/2008 apresenta a preocupação do governo brasileiro em adquirir propriedades no exterior para estabelecimento das representações diplomáticas: “(...) O estabelecimento de uma Embaixada ou Consulado em imóvel próprio nacional traz claros benefícios políticos e econômicos. Demonstra o caráter permanente da presença brasileira, representa indicação inequívoca do grau de comprometimento do Brasil com seus parceiros internacionais e constituiu referência para nacionais e estrangeiros que buscam o apoio do Serviço Exterior (brasileiro) em assuntos diversos”.

estabelecidos no exterior após os anos 1990 se encontra em edifícios corporativos alugados, sem grande expressividade ou sem qualquer associação à arte e à arquitetura brasileira. Submetidos a situações como flutuações de valor de mercado dos aluguéis, alterações nas dinâmicas das cidades e, muitas vezes, mudanças inesperadas para outros imóveis, investimentos em reformas, móveis e objetos de decoração de maior valor são limitados, o que faz com que muitos desses edifícios sejam desinteressantes e desprezados.

O segundo grupo é conformado pelos próprios nacionais, que fazem parte atualmente do patrimônio imobiliário²⁹ do Estado brasileiro, e que correspondem a cerca de cento e quarenta imóveis e terrenos próprios nacionais. Esse grupo é composto por imóveis obtidos a partir dos anos 1930, quando o governo brasileiro tirou partido de boas ofertas imobiliárias no mercado internacional pós-guerra e em um momento em que a política de investimento no Serviço Exterior brasileiro era priorizada (Ministério das Relações Exteriores, 2013).

²⁹ Vale ressaltar que as Embaixadas brasileiras no exterior não são reconhecidas como patrimônios culturais do Estado brasileiro, apesar de que em alguns casos, os edifícios possam ser salvaguardados pelos governos locais. Aqui, o termo patrimônio se refere meramente ao aspecto imobiliário das propriedades.

À época, na intenção de demonstrar a solidez da atuação do Brasil no cenário internacional, foram adquiridos palácios, residências aristocráticas e, em alguns casos, edifícios institucionais representativos do patrimônio histórico e cultural dos países em que se localizam, cujos programas de necessidades foram adaptados para comportar as atividades realizadas em Embaixadas. É o caso de pouco mais de vinte edifícios onde estão instaladas, dentre outras, as Chancelarias ou Residências Oficiais de Argel, Assunção, Bruxelas, Buenos Aires, Copenhague, Haia, La Paz, Lisboa, Madri, Montevidéu, Moscou, Nova Délhi, Oslo, Paris, Roma, Santiago, Cidade do México e Viena. A publicação *Residências Oficiais do Brasil no exterior*, realizada pelo Ministério das Relações Exteriores em 2013, é o principal trabalho que ilustra a grandeza desses e de alguns outros edifícios diplomáticos brasileiros e de seus acervos de arte e mobiliário no exterior.

Em Buenos Aires, por exemplo, a atual Residência Oficial do Embaixador está instalada no Palácio Pereda, importante exemplar da arquitetura portenha realizado na capital argentina no início do século XX. Projeto dos arquitetos franceses Louis Martin e Jules Dormal, o palácio foi construído sob inspiração do classicismo francês e finalizado em 1936 para a família do magnata argentino Celedonio Pereda. A magnitude e importância do palácio simboliza “há mais de sessenta anos a dimensão e a relevância das relações Brasil – Argentina (...) e reflete com feliz precisão a solidez e a manutenção das boas relações entre os países” (Ministério das Relações Exteriores, 2013, p.134).

Já a Embaixada do Brasil em Roma tem como sede o Palácio Pamphilij, localizado na Piazza Navona, e adquirido pelo Estado brasileiro na década de 1960 (SANTOS, 2005). Exemplar renascentista projetado pelo arquiteto italiano Girolamo Rainaldi no século XVII, o Palácio Pamphilij foi um importante edifício no processo de reconfiguração da Piazza Navona e de reurbanização da Roma Barroca em meados de 1600 (Ministério das Relações Exteriores, 2013, p.438)



Figura 3: Fachada principal do Palácio Pereda, a sede da Residência Oficial do Brasil na capital argentina. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 4: Fachada principal do Palácio Pamphilij, em Roma. Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2013), p.436-437.

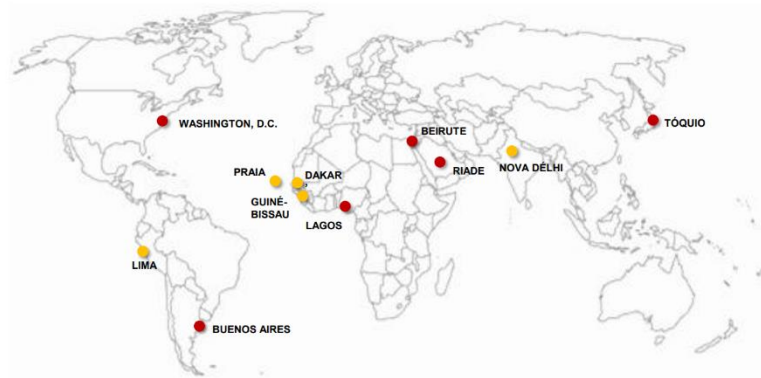
Inicialmente projetado para servir como residência da família Pamphilij, o edifício foi alugado para particulares durante mais de cem anos antes de se tornar a sede da Chancelaria brasileira, da Residência Oficial do Embaixador na capital italiana, em 1920:

Por volta de 1920, parte do Palácio foi alugada pelo Governo brasileiro, que a tornou sede de sua Missão diplomática. Em 1960, sob a Presidência de Juscelino Kubitschek, o Brasil finalmente exerceu seu direito de compra e adquiriu o Palácio inteiro da família Pamphilij, à exceção da parte contígua à Igreja de Santa Inês. O Embaixador do Brasil àquela altura, Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, será sempre lembrado pela aquisição do imóvel. Apenas um ano após a venda, foi concluída a restauração de todo o Palácio, em conformidade com a orientação da Superintendência das Belas Artes da Itália (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003, p.441).

Dentre os próprios nacionais, há ainda certa quantidade de edifícios que foram projetados e construídos no exterior a partir dos anos 1960 pelo Ministério das Relações Exteriores ou sob sua encomenda. Trata-se de uma dezena de edifícios de Chancelarias, Residências Oficiais, Residências Diplomáticas e Centros de Estudos Brasileiros idealizados e construídos por arquitetos que trabalharam para o Ministério das Relações Exteriores em diversas ocasiões e modalidades (Tabela 1).

ARQUITETO	NÚMERO	LOCAL	TIPO	ANO DE PROJETO
OLAVO REDIG DE CAMPOS	1	BUENOS AIRES, Argentina	CHANCELARIA	1976
	2	LIMA, Peru	CHANCELARIA	1978-79
	3	BEIRUTE, Líbano	RESIDÊNCIA	1962
	4	WASHINGTON, EUA	CHANCELARIA	1973
	5	DACAR, Senegal	RESIDÊNCIA	1966
ELVIN MACKAY DUBUGRAS	6	PORTO PRES. STROESSNER (Ciudad del Leste), Paraguai	CONSULADO GERAL	1977
	7	BISSAU, Guiné Bissau	RESIDÊNCIA	1980 - 81
		BISSAU, Guiné Bissau	CHANCELARA	1980 - 81
		BISSAU, Guiné Bissau	EMBAIXADA	1980 - 81
		BISSAU, Guiné Bissau	CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS	1980 - 81
	8	LAGOS, Nigéria	RESIDÊNCIA	1979 - 81
		LAGOS, Nigéria	CHANCELARIA	1979 - 81
	9	PRAIA, Cabo Verde	RESIDÊNCIA	1984
	10	RIADE, Arábia Saudita	RESIDÊNCIA	1981
		RIADE, Arábia Saudita	CHANCELARIA	1981
RIADE, Arábia Saudita		CASAS DIPLOMATICAS	1981	
RIADE, Arábia Saudita		CASAS FUNCIONARIOS	1981	
11	NOVA DELHI, Índia	CHANCELARIA	1984	
RUY OTHAKE	12	TOQUIO, Japão	CHANCELARIA	1981

Tabela 1: Lista de edifícios diplomáticos realizados pelos arquitetos Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake que interessam à pesquisa. Fonte: elaborado pela autora.



Esquema 1: Mapa esquemático mostrando a localização dos edifícios diplomáticos próprios nacionais projetados e construídos no exterior. Fonte: Elaborado pela autora.

É interessante notar que o período que concentra o projeto e a construção desse conjunto de edifícios diplomáticos esteja exatamente contido no interím correspondente aos anos do regime militar - 1962 a 1981. Coincide, ainda, com a época da transferência do Governo e de suas instituições para a nova capital então recentemente inaugurada, onde houve a cessão de lotes para a instalação de Embaixadas estrangeiras em sistema de permuta com determinados países, de modo que o Brasil também adquirisse terrenos para construção de suas Embaixadas no exterior. Esse dado poderia ser uma resposta possível a outro questionamento que

surge ao analisar as localidades onde foram construídas as Embaixadas de Redig de Campos, Dubugras e Ohtake – os países em que se estabeleceram foram fruto dessa política de troca de cessão de lotes entre eles e a nova capital brasileira?

Melhor resposta parece estar, no entanto, nas prioridades e interesses políticos dos governos militares. Como anteriormente mencionado, grande parte das obras realizadas no Brasil naquele período aconteceu no âmbito das instituições, o que também ocorreu com as Embaixadas, construídas para e pelo Ministério das Relações Exteriores. Concordantes com a ideia do desenvolvimentismo expressado de maneira geral pela política externa dos governos militares (RICUPERO, 2021) e pela intenção de ampliar a presença do Brasil no exterior, não é coincidência que as Embaixadas realizadas por Redig de Campos, Dubugras e Ohtake tenham sido construídas na América Latina (Argentina e Peru), na África (Senegal, Guiné Bissau, Nigéria, Cabo Verde), no Oriente Médio (Líbano e Arábia Saudita), na Ásia (Japão e Índia) e nos Estados Unidos (Washington, D.C.) Essas localidades correspondem, estrategicamente, aos países ou às regiões priorizadas de acordo

com objetivos econômicos e diplomáticos de cada um dos governos, conforme amplamente abordado no segundo capítulo dessa tese.

As dez Embaixadas apresentadas na tabela 01 não foram as únicas construídas no exterior. Há outras que, entretanto, não serão abordadas na pesquisa por terem sido realizadas em contextos bastante distintos a partir dos anos 1990 por funcionários da carreira diplomática com formação em arquitetura ou por empresas terceirizadas contratadas pelo Itamaraty para o desenvolvimento dos projetos.

Como será visto a seguir, a atuação dos três arquitetos frente aos projetos aqui apresentados é marcante por fatores específicos correspondentes ao momento e à posição que assumiam, mas não seria possível iniciar a análise dos projetos que realizaram sem antes entender o percurso profissional e as influências de cada um deles, além de compreender a instituição à qual estavam relacionados – ou subordinados: o Itamaraty.

Itamaraty como Ministério das Relações Exteriores

Se até então a história diplomática brasileira foi tratada na intenção de compreender a política externa, agora, para contextualizar as ações que resultaram na construção dos projetos de Embaixadas que efetivamente interessam a esta pesquisa, é preciso abordar brevemente a estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores.

No trabalho *“Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em uma perspectiva histórica”*, Cheibub (1985) classifica a história institucional do Ministério em três momentos. O primeiro deles, o *período patrimonial*, é assim denominado pela particular associação ao fato de que mesmo antes de haver República já havia diplomacia no Brasil devido à vinda da Corte Portuguesa e sua instalação no Rio de Janeiro, em 1808. Havia, portanto, uma “certa atividade diplomática”, em que as figuras relacionadas à diplomacia se aproximavam bastante das lideranças da monarquia.

Isso se devia em grande parte à manutenção de regras, costumes e comportamentos tradicionais de seus representantes, assim como

pelo caráter altamente elitizado da carreira diplomática de então (CHEIBUB, 1985, p.123), em que Secretários, Ministros ou Embaixadores eram designados a partir de escolhas e indicações pessoais. Com raízes tão tradicionais, diferentemente do que se passa em outros órgãos do governo, a relativa autonomia de seus funcionários e de seu funcionamento sempre foi marca das Relações Exteriores.

Em seguida, no *momento carismático*, sucessões de êxitos, especialmente na negociação de acordos e na delimitação de fronteiras, garantiram ao Itamaraty grande prestígio político, o que reforçou enormemente sua independência. A figura do Barão do Rio Branco nesse processo foi essencial para o fortalecimento da instituição, devido ao “carisma pessoal, empenho e interesse histórico” (CHEIBUB, 1985, p.120) características que superavam o âmbito individual e se traduziram na imagem de fato da diplomacia brasileira.

Finalmente, o *período burocrático racional*, coincide com o momento em que ocorreram grandes reformas administrativas no Estado brasileiro a partir de 1930, que levaram à definição no Itamaraty e

na carreira diplomática de uma estrutura mais burocratizada. Colaboraram para esse processo as mudanças no movimento de recrutamento de novos diplomatas, na medida em que se estabeleceu o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e o Instituto Rio Branco como escola de formação (CHEIBUB, 1985, p.121), em 1946. Com a realização dos processos de seleção, buscava-se não apenas favorecer a liberdade de sua atuação institucional como também “uniformizar os membros da carreira em termos sociais” na busca por maior coesão e homogeneidade” (CHEIBUB, 1985).

O Itamaraty, denominação dada à pasta das Relações Exteriores brasileiras em homenagem à sua primeira casa é, portanto, uma das instituições mais antigas e tradicionais dentre as entidades brasileiras. No Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a presença da Chancelaria “remonta aos tempos do Império (...) sendo finalmente transformado em sede do Ministério no início da República, em 1897” (ROSSETTI et RAMOS, 2017, p.15).

É interessante notar como a associação entre a arquitetura e a diplomacia no caso brasileiro é tão proeminente desde suas origens.

O palacete “neoclássico de filiação francesa” (ROSSETTI, 2017, p.23) no centro do Rio de Janeiro foi sede do Ministério por cerca de setenta anos até a transferência para a nova sede, em Brasília, em abril de 1970³⁰ (MURTINHO, 1990, p.9). Foi construído por Francisco José da Rocha Leitão, o Barão do Itamaraty, com projeto de José Maria Jacinto Rabelo entre 1851 e 1855. Não por acaso, a denominação pela qual é mais conhecido o Ministério das Relações Exteriores se deve justamente ao Palácio no qual o órgão se instalou. Com efeito, comenta Rossetti (2017):

Sob o comando do Barão do Rio Branco (...) o Itamaraty atingiu outro patamar de excelência em suas atividades e foi se convertendo no local apropriado para o Brasil se fazer representar ao mundo. Assim, mais que uma sala de visitas, o próprio palácio se tornou o símbolo da política exterior. A arquitetura e a função pública do palácio se identificam de maneira recíproca ao longo dos mais de setenta anos em que esse palácio abrigou a chancelaria brasileira (ROSSETTI, 2017, p.24).

Se os barões do Rio Branco e do Itamaraty foram figuras essenciais para o reforço da imagem da Chancelaria brasileira tanto em termos de ações políticas que garantiram confiança e respaldo, no caso do

primeiro, quanto devido à força simbólica das instalações do palácio idealizado pelo segundo, um terceiro nome se destaca no que tange à instituição e sua intrínseca relação com a arquitetura. Trata-se do Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho.

Diplomata de carreira e atuante no serviço público durante cerca de cinquenta anos (MURTINHO, 1998, p.1), Murtinho se destacou sobremaneira devido a sua atuação como articulador da transferência do Itamaraty para Brasília e sua história profissional acompanhou a da nova capital. Designado em 1958 para acompanhar o trabalho de Oscar Niemeyer no projeto do novo Palácio Itamaraty quanto às especificidades do programa de necessidades para a nova sede do Ministério das Relações Exteriores (MENDES, 1995), Murtinho foi “o grande responsável pela empreitada dentro da própria instituição, articulando-se com outros diplomatas para cumprir a missão de transferir o Itamaraty para Brasília” (ROSSETTI, 2017, p. 34).

³⁰A inauguração oficial do Palácio do Itamaraty em Brasília aconteceu em 20 de abril de 1970, de acordo com o depoimento do Embaixador Wladimir Murtinho ao Arquivo Público do Distrito Federal.

Filho do diplomata Antônio José do Amaral Murtinho e esposo da artista plástica Maria Antonieta Padro Uchôa, Murtinho sempre esteve envolvido nos universos da diplomacia e das artes. Foi conselheiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro a partir de 1958, chefe da Divisão Cultural no Ministério das Relações Exteriores entre 1960 e 1962, e participou do Conselho de Administração da Bienal de Arte de São Paulo, a partir de 1969 (LEÃO, 2019).

O interesse particular por arquitetura se deu quando, em 1958, trabalhou com Sergio Bernardes no pavilhão do Brasil na Exposição Universal e Internacional em Bruxelas (MURTINHO, 1990). Sua atuação, ainda como Secretário da Embaixada brasileira na capital belga, foi essencial para angariar os fundos necessários para a construção do pavilhão e assegurar que o projeto de Bernardes fosse bem implementado (SOMBRA, 2018). Logo na sequência, ao retornar ao Brasil, foi designado para preparar o gabinete do Ministro no novo

Palácio dos Arcos³¹, que seria construído em Brasília para a sede do Ministério das Relações Exteriores (MURTINHO, 1990, p. 6).

Como relata em seu depoimento ao Arquivo Público do Distrito Federal, realizado em 1990, o Embaixador acompanhou de perto as discussões com Lucio Costa sobre a dimensão destacada que o Palácio dos Arcos deveria ter em relação aos demais Ministérios devido à necessidade de prever em seus interiores o complexo programa de necessidades que deveria incluir as funções da diplomacia – informar, negociar e representar.

Foram sete revisões de projeto apresentadas por Oscar Niemeyer (GRANAFEI, 2021) e acompanhadas de perto por Murtinho e por Olavo Redig de Campos, seu braço direito no Setor de Conservação e Patrimônio do Ministério:

³¹ A nova sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília levava o nome de Palácio dos Arcos, menção aos emblemáticos arcos que definem as fachadas do prédio de Oscar Niemeyer. A denominação Palácio do Itamaraty foi dada pelo ex-presidente Castello Branco em 1967 (MURTINHO, 1990, p. 7)

O Ministério das Relações Exteriores é uma instituição extremamente diferente dos outros ministérios (...) Na realidade, embora não pareça, o Ministério é inspirado no palácio que nós temos no Rio de Janeiro. Com efeito, o palácio do Rio de Janeiro é constituído de um prédio antigo do século XIX, meados do século XIX, onde está o que nós chamamos na parte representativa do Ministério. Temos depois uma ala grande, onde estavam os serviços e uma segunda ala, que completava isso, que era, onde está a biblioteca e os serviços de arquivo. Essa idéia de três diferentes prédios que caracterizou o Ministério: um representativo, um de administração e um complementar que abrigaria a parte de documentação. É necessário dizer o seguinte: quando se iniciaram os entendimentos para a construção, havia muita dúvida sobre um ponto que é desconhecido e que é interessante traçar, devido a posição adotada pelo Itamaraty no começo da República (...) Ao contrário dos outros países, a parte representativa da Presidência da República não é feita no palácio, mas sempre feito no Ministério das Relações Exteriores (...) Nós discutimos os problemas, eu consegui convencer o Lúcio Costa de que era lógico que o prédio, o palácio (do Itamaraty) fosse muito grande... Esse palácio porque, eu dizia que se íamos continuar a ter essa parte de representação era necessário que fosse muito grande. (...) É um ministério extremamente complexo. Porque nós somos ligados à parte cerimonial, (...) e somos muito ligados à parte de comunicações... ou seja, nós vivemos de papéis, temos pouquíssimo público, (...) nós na realidade, repetimos a solução que havia sido adotada no Rio de Janeiro, para o palácio propriamente dito. O palácio no Rio de Janeiro é um quadrilátero a semelhança deste, e tem duas alas: em uma está o secretário-geral, com todo o seu secretariado, e do outro está o ministro de Estado, com o gabinete, e isso foi o que nós fizemos aqui.(...) (MURTINHO, 1990, p.1-6).

Como menciona Granafei (2021), o Itamaraty foi “um cliente extremamente exigente, com uma forte identidade organizacional e cioso da sua sistemática de trabalho” (GRANAFEI, 2021, p. 116), motivo pelo qual grande parte da definição da distribuição de seus

espaços internos se conformou a partir da observação do funcionamento do Palacete do Rio de Janeiro. As reservas de Lucio Costa em relação à possível interferência visual da futura Praça dos Três Poderes no Palácio (GRANAFEI, 2021, p. 121) devido às dimensões necessárias do Palácio do Itamaraty ocasionaram na proposta final do complexo formado por três edifícios:

O complexo no qual funciona o Ministério das Relações Exteriores em Brasília é formado por três prédios. Em primeiro lugar, o palácio propriamente dito, ou, na denominação utilizada no projeto arquitetônico, “Bloco Representativo”, dedicado a atividades de representação (abrigo das unidades diretamente envolvidas na organização de eventos, como Cerimonial e Assessoria de Imprensa), a convenções internacionais e aos gabinetes do Ministro e do Secretário-Geral. Esse edifício foi inaugurado em 1967. O “Bloco Administrativo”, concebido conjuntamente ao Representativo para abrigar todas as demais unidades do Ministério, foi inaugurado em 1970, permitindo a transferência para Brasília de todos os departamentos e divisões, que até então funcionavam no Rio de Janeiro. Em 1987, foi inaugurado o Anexo II, conhecido como “Bolo de Noiva” devido a sua forma circular. A partir desse momento, o Bloco Administrativo passou a ser identificado como “Anexo I”. (GRANAFEI, 2021, p.14)

Era evidente que “a consolidação de Brasília estava condicionada à transferência do Itamaraty” (ROSSETTI, 2017, p. 24), mas a cimentação efetiva de Brasília somente se deu a partir da instalação das Embaixadas estrangeiras na nova capital e da transferência de

seus corpos diplomáticos, algo que aconteceu paulatinamente a partir dos anos 1970, ao mesmo tempo em que se finalizava também a construção do Anexo II do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo Murtinho (1990), inclusive, houve uma aceleração no projeto e na construção de equipamentos culturais em Brasília para incentivar a vinda de diplomatas estrangeiros para a nova capital, ainda bastante carente de atrativos em sua primeira década de vida. São exemplos disso a construção realizada pelo Itamaraty do Clube das Nações, em 1964, projeto de Glauco Campello e Ítalo Campofioritto (MURTINHO, 1998), e de “escolas de caráter internacional à semelhança de institutos que a ONU mantinha em Nova York ou Genebra” (MENDES, 1995, p.48).



Figura 5: Reprodução da fotografia “Casacas no cerrado” de autoria do fotógrafo polonês radicado no Brasil Raymond Frajmund. Fonte: Disponível em: <https://adb.org.br/wp-content/uploads/pdf/revista-adb-18.pdf>.

Outra preocupação era ampliar a oferta de habitação para servidores que seriam transferidos do Rio de Janeiro ou de postos no exterior, Nesse contexto, assim como também aconteceu com outras instituições, se deu a coordenação dos projetos para o complexo da Unidade de Vizinhança São Miguel (MENDES, 1995), que consistia na construção de edifícios de apartamentos funcionais nas Superquadras 107, 307, 108 e 308 Norte.

Os lotes foram definidos após acordos estabelecidos entre o Itamaraty, o Ministério da Educação e Cultura, a prefeitura de Brasília, a NOVACAP e a Universidade de Brasília e as propostas de projetos para o setor habitacional ficaram a cargo de jovens pós-graduandos da Universidade de Brasília sob a orientação de Oscar Niemeyer e de Olavo Redig de Campos.

Sob a ótica de Mendes (1995), a expectativa era de que na nova Superquadra pudessem viver cerca de dez mil pessoas, entre diplomatas e servidores de Organismos Internacionais, já que os acordos definiram a criação de edifícios com um total de 1.824 apartamentos de tamanhos variados, que permitiriam a cada morador “o conforto indispensável para se sentir bem em Brasília” (MENDES, 1995, p. 48). Apesar de o projeto da Unidade de Vizinhança São Miguel ter sido uma das primeiras propostas de ocupação da Asa Norte (FUENTES, 2017), a implementação dos apartamentos funcionais naquele momento não seguiu adiante³² e os lotes foram disponibilizados para a Universidade de Brasília (MURTINHO, 1990).

Além dos Palácios e de todas as ações de destaque envolvidas no perímetro da Esplanada dos Ministérios e de sua Praça dos Três

³² Apenas três dos edifícios inicialmente projetados para o Setor Habitacional da Unidade de Vizinhança São Miguel foram construídos. Os projetos foram resultantes do trabalho da arquiteta e então orientanda de Niemeyer e Redig de Campos, Mayume Watanabe de Souza Lima, intitulado “Aspectos da habitação urbana: projeto da habitação coletiva para a unidade de Vizinhança São Miguel”. Segundo Fuentes (2017), “nenhum diplomata chegou a morar (nos edifícios construídos), pois, com o atraso na obra e o desinteresse por ela manifestado pelo próprio Itamaraty, o Convênio foi abandonado” (FUENTES, 2017, p.211).

Poderes, talvez em poucos lugares sejam tão perceptíveis as particularidades da arquitetura das representações diplomáticas como em Brasília, que concentra a maior parte de Embaixadas estrangeiras em seus Setores de Embaixadas Sul e Norte. Nos edifícios diplomáticos em Brasília, construídos após a inauguração da nova capital por arquitetos estrangeiros com enorme variedade de soluções:

(...) é sempre possível distinguir traços típicos do país de origem mas há também diferentes graus de ênfase. Em boa parte das Embaixadas prevalece a intenção de refletir a modernidade tanto de seu próprio país como a de Brasília. Em algumas delas, no entanto, o objetivo é dar destaque à arquitetura tradicional e, finalmente, há aquelas em que ambas as alternativas foram harmonizadas ou convivem – bem ou mal – lado a lado (FICHER, SANTOS, 2014).

É o caso das Embaixadas da Alemanha, projeto de Hans Scharoun (Figura 6); da França, cujo estudo preliminar de autoria de Le Corbusier foi concluído pelo arquiteto chileno Guillermo Julian de La Fuente; ou do México, dos arquitetos Teodoro González de León, Abraham Zabludovisky e José Francisco Serrano (Figura 6). Há casos como os da Embaixada de Portugal, construída entre 1972 e 1978, “impecável exemplar da arquitetura brutalista da década de setenta, contida em um único volume regular elevado sobre pilares e

protegido por abas verticais de concreto aparente nas fachadas do piso superior” (FICHER, SANTOS, 2014). No caso do projeto do arquiteto português Raul Chorão Ramalho, as reinterpretações de características típicas da arquitetura portuguesa que aparecem naturalmente nessas tipologias não são aparentes e o edifício mais parece se aproximar da linguagem dos projetos de arquitetos brasileiros realizados no mesmo período.

Outras Embaixadas, por outro lado, explicitam já nas fachadas soluções que relembram o caráter vernáculo ou que trazem à tona elementos da memória tradicional de cada um dos países que representam (FICHER, SANTOS, 2014). É o caso das Embaixadas da Turquia, cujo projeto foi fruto de um concurso patrocinado pelo governo turco em 1977 que solicitava explicitamente o emprego de elementos típicos da arquitetura do país.

Na resposta dos arquitetos à proposta da capital modernista, portanto, a maioria dos projetos de Embaixadas em Brasília não parece ter trazido elementos visuais tão marcantes da arquitetura de seus países. Pelo menos não à primeira vista, quando avaliadas pelas fachadas – pequena parte dos projetos que é possível ser visualizada

facilmente do exterior devido ao caráter restrito dessas construções. Nesses casos, talvez o que mais diga respeito à origem de cada um dos projetos sejam a estrutura e o sistema construtivo empregado na análise dos exteriores, e, nos interiores, a presença de elementos decorativos e de objetos de arte típicos de cada país. Ou, ainda, o uso de elementos muito característicos do trabalho de cada arquiteto autor do projeto como é o caso da Embaixada da Itália, em que a associação à Pier Luigi Nervi é inegável, mesmo à distância (Figura 7).

No passeio imaginário por Brasília, que parte do Setor de Embaixadas e retorna ao Palácio do Itamaraty, entretanto, interessa a essa pesquisa especificamente o que vinha sendo feito no Setor de Conservação do Patrimônio – posteriormente no Setor de Arquitetura – do Ministério das Relações Exteriores: os projetos das Embaixadas brasileiras que viriam a ser construídas no exterior, cada um a seu tempo, pelos arquitetos Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake.



Figura 6: Embaixada do México em Brasília. Fonte: Disponível em: Archdaily.com.br



Figura 7: Embaixada da Itália em Brasília. Fonte: Disponível em: Archdaily.com.br

Os arquitetos da diplomacia

Olavo Redig de Campos



Figura 8: Olavo Redig de Campos trabalhando em seu escritório. Fonte: Arquivo pessoal da família Redig de Campos cedido à autora.

Olavo Redig de Campos – ou Dr. Olavo, como era conhecido pelos colegas de trabalho – foi um importante nome da arquitetura moderna brasileira. Apesar dos anos de dedicação ao serviço público, jamais deixou de lado a criatividade e a sensibilidade em suas realizações. Discreto nas intenções, parece ter sempre respeitado com deferência o trabalho de outros arquitetos, na mesma medida em que delegou tarefas, incentivou colegas e compartilhou êxitos. Trabalhou no Ministério das Relações Exteriores entre meados dos anos 1940 e fim dos anos 1970, quando se aposentou pelo Itamaraty, e sua trajetória - profissional e pessoal - se desenvolveu em torno de questões da diplomacia:

Natural do Rio de Janeiro, viveu por cerca de vinte anos na Europa, devido à transferência a serviço de seu pai, o diplomata brasileiro Deoclecio Redig de Campos, para a Embaixada do Brasil em Berlim. Na capital alemã, Olavo estudou no Hohenzollern Gymnasium até 1917, quando a família Redig de Campos se retirou às pressas do país em razão da declaração de guerra do Brasil ao Império Alemão. Além de Berna, onde se instalaram em seguida, Olavo e seus familiares passaram por Lausanne antes de, finalmente, se fixarem em Roma. A vivência na cidade e a influência da cultura italiana foram fundamentais para seu desenvolvimento como arquiteto. Em 1925, ingressou na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma, a Reggia Scuola Superiore de Architettura, onde também se formaram outros arquitetos brasileiros, como Rino Levi e Gregori Warchavchik. A formação italiana garantiu a Olavo a habilidade do desenho à mão, o rigor na elaboração dos projetos e as referências clássicas, que, embora não

aparecessem tanto nas formas de seus projetos, estiveram sempre presentes na conceituação e na organização dos espaços que idealizou e concebeu. Apesar da influência italiana e da formação no exterior, sua trajetória profissional foi construída principalmente no Brasil. Ao retornar ao país em 1931, trabalhou como desenhista por alguns anos nas construtoras Gusmão, Dourado e Baldassini, e Freire e Sodré, no Rio de Janeiro, até assumir trabalhos no serviço público, aos quais se dedicou durante grande parte de sua vida. Foi funcionário na carteira predial da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários da Central do Brasil, até que, em 1946, assumiu a função de assistente do então Ministro Djalma Pinto Ribeiro de Lessa, que chefiava, no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, o Serviço de Conservação do Patrimônio do Ministério das Relações Exteriores. Após a aposentadoria do Ministro Lessa, Redig de Campos assumiu o cargo de Consultor Técnico no Serviço de Conservação do Patrimônio do Itamaraty, algo que seria definidor para o seu trabalho na instituição nos anos a seguir. É que, naquele momento, se discutia a transferência do Palácio Itamaraty para a nova capital (...). Redig de Campos trabalhou com a filha, Maria Clara Redig de Campos, e com eventuais colaboradores em projetos particulares realizados durante toda a vida profissional, inclusive após a aposentadoria do serviço público. De acordo com Cavalcanti (2001), o arquiteto participou da II Bienal de São Paulo, no projeto para a sede da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Centro Cívico Estadual de Curitiba, que construiu em parceria com os arquitetos David Xavier Azambuja e Sérgio Santos Rodrigues, em 1982. No Rio de Janeiro, projetou o Centro Social da Casa do Pequeno Trabalhador, em 1942, e em Petrópolis realizou uma série de projetos de casas particulares, dentre elas a casa de campo de Geraldo Batista e o pavilhão de natação da casa de campo de Homero Souza e Silva, em 1955. Em Brasília, projetou e construiu cerca de vinte residências nos Setores Habitacionais do Lago Sul e Lago Norte. Foram obras principalmente realizadas para antigos embaixadores e colegas de trabalho no Itamaraty, dentre as quais as residências dos embaixadores Rubens Ricupero, Antonio Sabino Cantuária Guimarães, José Oswaldo Meira Penna, Paulo Couto Teixeira e de Rubem Brisola, que atualmente abriga a Embaixada da Argentina (CHAIM et al., 2019, p.4-15).

Nesse contexto, surgiu a importante parceria entre o Embaixador Wladimir do Amaral Murтинho, “agente ativo da realização do projeto de transferência do Palácio para a nova capital” (ROSSETTI, 2017), e o então arquiteto-chefe do Setor de Conservação e Patrimônio no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, que assumiu a coordenação técnica da Comissão de Transferência do Palácio com a tarefa de cuidar “dos arranjos internos da planta e da definição dos materiais e acabamentos do Palácio” (ROSSETTI, 2017, p.34). Juntos, Murтинho e Redig de Campos foram habilitados em traduzir questões da diplomacia e dos meandros políticos a ela relacionados em soluções de arquitetura e dos interiores. Acompanhados dos colegas de Casa, Luiz Brun de Almeida e Rubens Antonio Barbosa, que auxiliaram nas negociações com outras instituições e com a imprensa, o Embaixador e o arquiteto definiram as demais equipes de colaboradores que os apoiariam no processo de transferência da Secretaria de Estado para Brasília. Os relatórios do MRE de 1959 e 1960 comprovam as intervenções realizadas pela equipe técnica do Itamaraty, capitaneada por Redig de Campos:

O Serviço de Conservação do Patrimônio no ano de 1959 teve suas atividades voltadas, de um modo especial, para as novas instalações da Secretaria de Estado em Brasília (...). O estudo inicial feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer para a sede definitiva do Ministério das Relações Exteriores em Brasília foi examinado pelo Grupo de Trabalho de Transferência para Brasília, que resolveu alterar parte do programa que serviu de base ao seu traçado. O Serviço de Conservação do Patrimônio elaborou as plantas de acordo com o novo programa, introduzindo uma infinidade de pequenas modificações que garantirão um funcionamento perfeito para a sede em apreço. Todas as alterações feitas receberam plena aprovação de Oscar Niemeyer. (Ministério das Relações Exteriores, 1959, p. 267-272)

O Serviço de Conservação do Patrimônio executou diversos trabalhos relacionados com a instalação do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, dentre os quais devem ser destacados o planejamento das divisões internas da sede provisória do Ministério em Brasília e o assessoramento dado aos trabalhos de elaboração do projeto da sede definitiva do Ministério na nova Capital. (Ministério das Relações Exteriores, 1960, p.302)

Apesar das constantes viagens a Brasília, o trabalho de equacionamento dos interiores, estritamente limitado pelas soluções e intenções estéticas do projeto original de Oscar Niemeyer - e, por esse mesmo motivo, extremamente desafiador-, foi realizado no escritório do Setor de Conservação e Patrimônio, instalado no prédio anexo ao antigo Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro. Nessa tarefa, Redig de Campos foi acompanhado por uma equipe de profissionais que o apoiaria por vários anos na discussão de soluções

e e de detalhamentos de projeto por meio da elaboração de maquetes e de inúmeros desenhos. Compunham a equipe os arquitetos cariocas Roberto Scorzelli, Carlos Camargo e Jayme Zettel e os recém-formados Rubens Richter, Blandina Fialho e Maria Clara Redig de Campos (CHAIM et al., 2019, p.6).

Devido à ausência de bibliografia que abarque com maior profundidade a atuação da equipe de Redig de Campos no projeto, as pesquisas se basearam, principalmente, em registros orais de alguns desses colaboradores. Trata-se de entrevistas realizadas em 2018 com Carlos Camargo, Maria Clara Redig de Campos e Jayme Zettel, no Rio de Janeiro, e de memórias do arquiteto Roberto Scorzelli e de Maria Letícia Redig de Campos, esposa do arquiteto, transcritas de arquivos obtidos a partir dos acervos da família de Redig de Campos.

A partir dos relatos, sabe-se que os dois primeiros arquitetos a serem contratados para compor a equipe que auxiliaria no desenvolvimento dos interiores do Palácio foram Roberto Scorzelli - provavelmente apresentado a Redig de Campos pelo Embaixador Murtinho, em 1964-, e Carlos Camargo, integrado no ano seguinte.

Camargo trabalhava no escritório de Oscar Niemeyer, à frente do projeto da Feira Internacional Rashid Karami no Líbano, e o próprio Niemeyer ofereceu a vaga de emprego no Itamaraty, possivelmente ao ser acionado por Wladimir Murtinho. Jayme Zettel juntou-se à equipe anos mais tarde e, após a experiência com o Grupo de Trabalho, acompanhou o projeto e a construção de diversas representações estrangeiras que viriam a se instalar no Setor de Embaixadas em Brasília.

Nesse sentido, apesar da inegável associação à Oscar Niemeyer, o trabalho de Redig de Campos no desenvolvimento dos interiores do projeto do Palácio Itamaraty em Brasília foi fundamental, na medida em que solucionou, junto à equipe de arquitetos e a partir da interlocução com Murtinho, diversos aspectos próprios da configuração de palácios e das demandas específicas da diplomacia, tais como os protocolos, a segurança e os acessos, a hierarquia de comunicação entre salas e questões de cerimonial (GRANAFEI, 2019).

A parceria e a relação de confiança entre Redig de Campos e Murtinho foi longa e bem-sucedida, como mencionam diversas

vezes os arquitetos colaboradores e os familiares nas entrevistas realizadas. Em documentação recuperada, a esposa de Redig de Campos, Maria Letícia, comenta sobre a complementariedade do trabalho dos dois:

No Itamaraty, eles (Olavo Redig de Campos e Wladimir Murtinho) se entenderam muito bem. Murtinho era uma espécie de arquiteto frustrado, gostava muito de arquitetura, entendia muito de arquitetura, embora fosse incapaz de fazer desenhos (CAMPOS, L. s/d, p.21).

No projeto do Itamaraty, trabalharam juntos na seleção e na curadoria de móveis e obras de arte que decorariam os salões do palácio, com o fim de valorizar a arte e a cultura brasileiras no edifício do Ministério das Relações Exteriores (MURTINHO, 1990). Nessa etapa de trabalho, sob o acurado olhar de ambos, foram selecionados para colaborar com a decoração do Palácio, os artistas e escultores Roberto Burle Marx, Maria Martins, Athos Bulcão, Alfredo Volpi e tantos outros (ROSSETTI, 2017). A história da escultura *O Meteoro*, de Bruno Giorgi, é particularmente interessante já que a ideia de posicionar uma obra de arte na entrada do Palácio dos Arcos partiu de Redig de Campos e foi apresentada à

Niemeyer a partir da inserção de uma “bolinha de papel” na maquete do Palácio (CAMPOS, 1980, p. 137).

Mendes (1995) e Campos (2008) narram uma das situações do trabalho de cooperação entre Murtinho e Redig de Campos, na ocasião das discussões a respeito da necessidade de incluir um espelho d’água no entorno do Palácio Itamaraty – algo que, segundo os relatos, Niemeyer não havia previsto em seu projeto original. Esse episódio mostra como “os diplomatas estavam discutindo as soluções arquitetônicas constantemente” (ROSSETTI, 2017, p.35) e denota a importância da figura de Redig de Campos como o ‘arquiteto da diplomacia’, que compreendia as demandas internas e especificidades do projeto e sugeria soluções que respeitassem o conceito e a autoria do projeto de Oscar Niemeyer:

O espelho d’água não constava do projeto original de Niemeyer. Surgiu de observações feitas pelo Ministro Murtinho e pelo arquiteto do Itamaraty, Olavo Redig de Campos, quanto a medidas de segurança próprias de uma Chancelaria. A ideia original era de um jardim contínuo, rodeando todo o edifício até as colunas. Ocorre que, por medidas de segurança, as entradas e saídas de qualquer Ministério das Relações Exteriores são objeto de especial planejamento. Note-se, além do mais, no caso de Brasília, que o Palácio do Itamaraty – e não o Palácio da Alvorada – foi projetado para acolher os banquetes oferecidos pelo Presidente da República aos Chefes de Estado estrangeiros em visita ao Brasil (MENDES, 1995, p. 61).

(...) O Palácio dos Arcos deu muito trabalho porque havia uma série de problemas. Meu pai era uma pessoa muito calma, muito conciliadora, e ajudava a buscar soluções. Outro dia, um arquiteto amigo me indagou se era verdade que foi meu pai quem inventou aquele lago em volta do Itamaraty e eu contei a história a ele. O governo e o próprio ministro estavam muito preocupados porque o vidro vinha até embaixo (...). Numa reunião com Oscar Niemeyer papai sugeriu: “Oscar, faz um lago aqui, bota isso dentro d’água”. Oscar: “Genial, Olavo, Genial!” (...). Quando resolveram fazer o lago, disseram: “Se é para fazer o lago, então vamos chamar o Burle Marx.” E assim Roberto Burle Marx foi trabalhar no projeto com o meu pai (CAMPOS, 1980, p.136).

Assim, se, por um lado, Redig de Campos foi o arquiteto responsável por tantos estudos para os interiores do Palácio Itamaraty, por outro é importante destacar o papel decisivo de Milton Ramos no desenvolvimento do projeto executivo da nova sede das Relações Exteriores. Arquiteto contratado pela Construtora Pederneiras S.A., empresa responsável pela execução de inúmeros prédios públicos do início de Brasília, Ramos atuou ativamente no detalhamento arquitetônico das soluções originalmente propostas por Niemeyer – no estudo detalhado para a correta e perfeita instalação dos elementos do projeto e, a seguir, no acompanhamento da construção do Palácio Itamaraty, “cujo resultado final em muito se deve às soluções encontradas (...) no desenvolvimento da obra” (MAGALHÃES, 2009). O próprio Redig de Campos comenta a atuação

imprescindível de Milton Ramos na execução do projeto de Oscar Niemeyer no exemplar número 76 da Revista do Instituto dos Arquitetos do Brasil:

A sede do Ministério das Relações Exteriores, o Palácio dos Arcos, pode ser considerada a melhor obra de Oscar Niemeyer. Composição do conjunto, equilíbrio dos volumes, natureza das superfícies, clareza dos espaços internos e externos, tudo corresponde às exigências do programa e alcança seus objetivos plásticos. Além dessas qualidades insuperáveis que o Palácio dos Arcos deve exclusivamente ao seu autor, Oscar Niemeyer, é preciso ter presente a qualidade da execução não somente do prédio como do próprio projeto. Convém aqui realçar o trabalho do Itamaraty que, com sua equipe de técnicos, levada pelo entusiasmo contagiante e realizador do Embaixador Murtinho, analisou, pesquisou e apresentou todas as soluções que correspondiam aos interesses específicos do Itamaraty, num respeito absoluto à integridade da obra de Niemeyer. É preciso recordar sobretudo, a atuação inestimável de Milton Ramos, que desde os problemas de localização do prédio, até os modelos em escala 1/1 dos arcos, à confecção das fôrmas, à dosagem do concreto, à estrutura do ar condicionado e até a marcos e batentes de portas, tudo orientou e dirigiu na obra, com a perseverança incrível que Deus dá aos taciturnos. (CAMPOS, 1968, p.20)

Para além da atuação no projeto e na instalação do novo Palácio Itamaraty, durante os anos em que esteve à frente do Serviço de Conservação do Patrimônio Redig de Campos atuou em outros tantos trabalhos para o Ministério das Relações Exteriores. Nos anos seguintes, durante o período em que esteve na chefia do Setor de

Arquitetura, foi responsável pelo desenvolvimento de edifícios para apartamentos funcionais, em Brasília, e de projetos a serem realizados no exterior (CHAIM et al., 2019). É que, em paralelo ao esforço conjunto para a transferência do Ministério para a nova capital e à necessidade de resolver a questão da moradia para servidores, havia a preocupação da Administração em “dotar de sede própria, na medida do possível, algumas das Missões Diplomáticas brasileiras no exterior” (Ministério das Relações Exteriores, 1960, p.225). Isso porque um número considerável de Embaixadas brasileiras no exterior funcionava em imóveis alugados sob dispendiosos aluguéis (CAMPOS, 1980), apesar de algumas Residências Oficiais e Chancelarias estarem instaladas em palácios ou edifícios históricos (Ministério das Relações Exteriores, 2013).

Com a participação dos arquitetos do Setor de Conservação do Patrimônio³³, Redig de Campos foi autor dos projetos das Residências Oficiais do Brasil em Beirute, no Líbano; Dakar, no Senegal; e das Chancelarias brasileiras em Washington, nos Estados Unidos; Lima, no Peru; e Buenos Aires, na Argentina.

Apesar da versatilidade dos projetos, é possível perceber características recorrentes do trabalho de Redig de Campos nos edifícios diplomáticos que realizou: *o rigor geométrico* no uso de recursos como simetria e modulação nas composições; *a brasilidade*, representada por meio de elementos de destaque na decoração, tais como azulejos e cobogós, ou pela releitura de soluções típicas da arquitetura brasileira, como varandas e átrios; e *o emprego das novas tecnologias construtivas*, por meio principalmente das possibilidades que o concreto armado oferecia, tão bem executadas pelo nas propostas de vãos generosos e fachadas livres. Esses três parâmetros observados nos projetos denotam a influência da formação clássica na Itália, na mesma medida em que explicitam a aderência de Redig de Campos aos preceitos modernistas (CHAIM et al., 2019, p. 10).

³³ Como menciona Carlos Camargo em entrevista recuperada pela autora, os arquitetos que compunham o Grupo de Trabalho para transferência do Palácio Itamaraty para Brasília prosseguiram como colaboradores nos projetos das novas Embaixadas. Pela sua experiência prévia no projeto de Niemeyer no Líbano, Camargo acompanhou o projeto da residência em Beirute. Já Scorzelli esteve à frente do projeto da chancelaria em Washington e Zettel foi o principal responsável pela Residência em Lima:

Além dos projetos das novas Embaixadas, Redig de Campos atuou na reforma e na restauração dos interiores do Palazzo Pamphilij, e conduziu a reforma das Embaixadas brasileiras em Paris, Santiago e Berna, além de ter realizado estudos não executados para outras representações. Outro projeto interessante desenvolvido durante a sua atuação como arquiteto do Itamaraty foi o Monumento Votivo Militar Brasileiro dedicado aos ‘pracinhas’, os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) mortos durante a Segunda Guerra Mundial (CHAIM et al., 2019). Em Pistóia, na Itália, o projeto de Redig de Campos trabalha, principalmente, a relação clássica e simbólica a partir das soluções arquitetônicas propostas:

Em 1967, com a transferência ao Brasil dos mais de quatrocentos túmulos de soldados enterrados na Itália, Olavo Redig de Campos foi comissionado pelo Itamaraty para projetar o monumento, conformado basicamente por uma alameda pavimentada que conduz ao dossel em concreto armado que protege a simbólica área de homenagens, e um espelho d’água que

O fim para o qual fomos contratados foi para o desenvolvimento do Palácio dos Arcos, mas a partir de um certo momento o Itamaraty resolveu desenvolver um programa de construção de Embaixadas fora do Brasil, por dificuldades de encontrar imóveis que se adequassem perfeitamente às necessidades (de cada Embaixada) (...). Então o Itamaraty resolveu implantar um programa de construção de novas Embaixadas. E, naturalmente, como Scorzelli, eu e outros companheiros já fazíamos parte do grupo (de trabalho), nós automaticamente fomos incorporados a esse programa (CAMARGO, s/d, p.7).

reflete os nomes dos soldados gravados no anteparo lateral em mármore. Redig de Campos conseguiu aplicar com grande êxito no projeto o conceito da monumentalidade. Com o excesso de horizontalidade do terreno, que a princípio abrigava apenas as cerca de quatrocentas lápides dos soldados mortos, fez-se necessário apenas um elemento vertical singelo e significativo na paisagem – além do mastro da bandeira brasileira. À semelhança de um baldaquino, o elemento clássico que exalta os altares em capelas e igrejas renascentistas, o monumento foi construído graças à tecnologia do concreto armado com a proposição de uma forma que, apesar de simétrica, também é rica e dinâmica. O percurso simbólico, por sua vez, inicia-se no tratamento do solo, pela pavimentação, que desenha uma cruz no gramado, através do que Redig descreve como “linhas de mármore branco” (CAMPOS, 1965). O altar se posiciona “ao pé da cruz”, como menciona o arquiteto em poema dedicado ao projeto, cujo conteúdo transcrito abaixo foi posteriormente aplicado no grande muro que margeia o campo dedicado aos mortos. Finalmente, o arquiteto exalta a horizontalidade do projeto por meio da criação de linhas de espelhos d’água que conduzem ao elemento vertical. Através da pedra, o arquiteto materializa a resistência e a memória, por meio da gravação dos nomes dos homenageados em um muro que possui aos seus pés o espelho d’água. O último, reflete os céus e os nomes ao mesmo tempo, simbolizando a ascendência. Mais nomes – que simbolizam vitórias – foram gravados no caminho até o altar, que marca o fim do percurso (CHAIM et al., 2019, p.13).



Figura 9: Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistóia, na Itália. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

Elvin Donald Mackay Dubugras

O envolvimento de Elvin Dubugras com o Itamaraty e com as questões das Relações Exteriores talvez esteja relacionado às suas influências múltiplas, assim como seu natural desenvolvimento como arquiteto. A família de sua mãe era escocesa e, do outro lado, foi neto do arquiteto francês Victor Dubugras, que se mudou para Buenos Aires ainda na juventude, onde desenvolveu diversos trabalhos pelos quais é considerado um dos precursores do modernismo na América Latina (FICHER, 2005). Em 1891, transferiu-se para o Brasil e foi o “mais criativo dos arquitetos atuantes em São Paulo durante a Primeira República”, conhecido pelo alto grau de exigência nos projetos e pelo progressismo de suas ideias (FICHER, 2005, p.75), onde também foi professor no curso de engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Elvin Dubugras nasceu em 1929 no Rio de Janeiro, onde morou e trabalhou durante grande parte de sua vida, em um ambiente familiar em que as artes e a arquitetura sempre estiveram em discussão. Ingressou na Escola Nacional de Belas Artes em 1948 e, influenciado pelo rigor e pela tradição da Escola Carioca, formou-se

modernista. Apesar disso, desenvolveu um estilo com grande identidade ao longo de sua carreira, em que atuou em trabalhos diversos que incluíram projetos residenciais, comerciais e institucionais.

De acordo com Silva Filho (2014), a obra de Dubugras pode ser dividida em três momentos: confirmação; afirmação; e experimentação e maturidade. No primeiro momento, entre 1950 e 1970, enquanto buscava o desenvolvimento de um estilo próprio, seu trabalho foi altamente influenciado pela visão historicista da arquitetura de Lucio Costa e pela valorização “do papel da tradição ou da arquitetura do passado”, enquanto se distanciava da compreensão “mais plenamente corbusiana” (SILVA FILHO, 2014, p.92). Outra figura essencial nesse momento foi a de Alcides da Rocha Miranda, de quem foi colaborador em projetos de grande porte tais como o do edifício do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o BNDES. Miranda também foi conselheiro e tutor dos primeiros projetos de Dubugras em Brasília (SILVA FILHO, 2014), especialmente de edifícios realizados no campus Darcy Ribeiro, ainda

em formação. Naquele momento, Dubugras colaborou nos projetos do Auditório Dois Candangos e no prédio da Faculdade de Educação.



Figura 10: Edifício do BNDES em Brasília, ainda em construção. Disponível em: <http://elvindubugras.blogspot.com/>. Acesso em: 14/04/2020.

Em 1962, Elvin se instalou permanentemente na nova capital, onde, além dos projetos, deu início à carreira de professor no Instituto Central de Artes (ICA) da UnB. Alcides da Rocha Miranda era o arquiteto representante do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Ministério da Cultura, e fazia parte do grupo de ideólogos que, junto a Darcy Ribeiro, pensava coletivamente a Universidade de Brasília. Na função de compor o quadro de professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, convidou diversos arquitetos para virem à Brasília, especialmente jovens profissionais com quem convivera em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além de Dubugras, foi esse também o caso de Zanine Caldas, de quem foi contemporâneo na Universidade, convidado por Miranda para trabalhar na oficina de maquetes do ICA no mesmo período (CHAIM, 2017).

O segundo momento de sua produção é marcado pela experimentação e pela afirmação de sua arquitetura (SILVA FILHO, 2014, p.118), que coincide com o desenvolvimento de projetos próprios, entre os anos 1970 e 1980. Com o afastamento da Universidade de Brasília, em 1965, devido aos impactos do regime

militar nos contratos de professores universitários e do natural distanciamento do trabalho de antigos mentores, Dubugras instalou escritório em Brasília, em um momento favorável de alta demanda por projetos em uma cidade que estava em plena construção. Na capital, seguiu fazendo projetos na intenção de buscar uma assinatura própria.

Destaca-se nesse período, a colaboração com o trabalho do arquiteto ítalo-americano Romaldo Giurgola, com quem trabalhou no projeto da Casa Thomas Jefferson, localizada na HIGS 705. Segundo Silva Filho (2014), a parceria foi essencial para definir algumas das características determinantes do estilo de Dubugras, que se veria tão marcante nos projetos da terceira fase de sua obra. É que a obra de Giurgola:

(...) apesar de ter conotações modernas (...) e com geometrias que se entrecruzam, já apresentava na década de 1970 um caráter de um contextualismo pós-moderno, que mesmo explorando as conjugações entre linhas ortogonais e diagonais, com uso de ângulos de 45 graus, construía pontes de ligação visuais (...), ao mesmo tempo em que se preocupava com o “contexto histórico e a história do lugar na composição arquitetônica (SILVA FILHO, 2014, p. 120).

Essa influência pode ser vista na repetição de elementos que marcam a identidade da arquitetura de Dubugras. Apesar da adesão ao modernismo nativista apreendido do trabalho próximo a Lucio Costa e Alcides da Rocha Miranda, em que se destacam a presença constante de membranas para a proteção de fachadas contra a incidência do sol, ou, ainda a preocupação com a tradição e a arquitetura do passado - possível herança do trabalho criativo e minucioso de seu avô-, a arquitetura de Elvin:

(...) pode ser lida com a força da diagonal em relação aos limites do terreno e configura espaços dinâmicos, onde o que está sendo favorecido é a perspectiva do volume ao invés do plano de imponente fachada (...). E em suas plantas percebe-se o compromisso com uma estrutura onde prevalece o arranjo social tradicional, como se pensasse estrategicamente cada uso por parte dos moradores. (...) As plantas são cuidadosamente estudadas desde o hall, parte social e íntima, dependência de serviços, o que demonstra um estreito domínio do que cada um desses setores deveria resultar em espaço e funcionalidade. (SILVA FILHO, 2014, p.94-95).

Dessa maneira, “por mais que suas obras ainda se desenvolvessem dentro de um conceito (...) onde o lugar, as peculiaridades histórico-culturais e os usos ditam o que vai ser, ainda assim cada obra incorpora algum sinal de sua assinatura, como os desenhos em diagonal, cores, a ‘calha caixa’, uso de telhas metálicas, forros de gamelas, portas de madeira com encaixe ripado, muxarabis” (SILVA

FILHO, 2014, p.131), além dos volumes recortados e fragmentados, que já simbolizavam ali também uma transição do estilo modernista clássico para uma outra fase mais amadurecida, diferenciada e pós-moderna.

Nesse momento de confirmação de seu estilo próprio e com um grande portfólio de obras construídas na nova capital, Dubugras foi apresentado a Olavo Redig de Campos por Luís Pessina³⁴, arquiteto do BNDES cedido ao Ministério das Relações Exteriores que havia colaborado com Redig de Campos no projeto da Chancelaria brasileira em Buenos Aires, anos antes. Redig, que se preparava para a aposentadoria como arquiteto chefe do Itamaraty, precisava de um colaborador que o auxiliasse no projeto de tantas Embaixadas a serem construídas no exterior e Dubugras parecia o arquiteto ideal para a função (SILVA FILHO, 2014). Um fator importante para sua contratação foi a experiência obtida no relacionamento com clientes estrangeiros, já que havia feito projetos como os da Casa Thomas

Jefferson e da Cultura Inglesa, em Brasília, assim como a facilidade com a língua inglesa, essencial para a condução de serviços no exterior.

Como colaborador externo do Ministério das Relações Exteriores, que se deu em 1976 e nos anos que se seguiram, o trabalho de Dubugras atingiu a maturidade mencionada por Silva Filho (2014). Esse período interessa particularmente à presente pesquisa, em especial os trabalhos que desenvolveu nos anos subsequentes nos projetos de inúmeros edifícios diplomáticos do Brasil no exterior, em prédios de apartamentos funcionais e em edifícios institucionais para o Itamaraty. Além dessas realizações, Elvin seguiu fazendo projetos em Brasília,

³⁴ De acordo com entrevista realizada por Silva Filho ao próprio Luís Pessina. A íntegra da comunicação entre os dois, quando Pessina menciona que sugeriu o nome de Dubugras a Redig de Campos está disponível na tese de doutorado de Silva Filho (2014).

Ruy Ohtake

Ruy Ohtake nasceu em São Paulo em 1938 e formou-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo, em 1960. Ohtake foi um dos arquitetos mais ativos em termos de produção e muitos de seus projetos se desenvolveram sob a influência direta de seus principais mentores. De Vilanova Artigas, de quem foi aluno na Faculdade de Arquitetura, em São Paulo; e de Oscar Niemeyer, cujo escritório frequentava desde os tempos em que era estudante, absorveu tanto o rigor da arquitetura paulista quanto a leveza da escola carioca (INSTITUTO TOMIE OHTAKE, 2009). Da artista plástica nipo-brasileira Tomie Ohtake, de quem é filho, herdou o trabalho fluido e espontâneo com as formas orgânicas e geometrias curvilíneas tão características de seus projetos, assim como o domínio das cores e texturas tanto nas estruturas quanto nos acabamentos de seus projetos arquitetônicos e nos móveis e objetos decorativos que desenvolveu.

Essa forte associação entre o trabalho de mãe e filho pode ser bem observada na Residência Atelier Tomie Ohtake, projetada por Ruy Ohtake em 1966. A casa, localizada em São Paulo, teve como

conceito principal a unidade entre as atividades de lazer e o trabalho (INSTITUTO TOMIE OHTAKE, 2009, p. 320), por meio da integração dos ambientes, das cores predominantemente primárias presentes em apenas algumas paredes, e das obras de Tomie Ohtake, expostas por toda a residência. A sintonia entre os elementos arquitetônicos e artísticos é notável ao se observar o conjunto da obra. O concreto, que aparece nos pisos, paredes e lajes aparentes, está também presente no mobiliário como, por exemplo, nas estantes, o que simplifica as soluções arquitetônicas e permite maior destaque aos espaços.

Além da Residência Ateliê, e como se nota em outros projetos que desenvolveu, a combinação das evidentes referências nipônicas e da forte identidade brasileira em seus projetos, resultados de sua associação tanto com o país asiático quanto com o Brasil, foi, possivelmente, o principal fator que fez com que o nome de Ohtake fosse indicado ao Itamaraty para desenvolver os projetos para a Chancelaria e para a Residência Oficial em Tóquio. Aliado a isso, a experiência de já ter contribuído, anos antes, no desenvolvimento do

projeto de Paulo Mendes da Rocha para o Pavilhão do Brasil na Feira de Osaka (INSTITUTO TOMIE OHTAKE, 2009, p. 198).

Para a realização do projeto da Embaixada do Brasil no Japão, o Itamaraty enfrentava uma série de problemas de ordem burocrática e orçamentária, como descreve um relatório de viagem conjunta realizada por Redig de Campos e Elvin Dubugras à Tóquio, em 1973, localizado nos arquivos do Setor de Arquitetura do Ministério. No material, os arquitetos descrevem a dificuldade em contratar empresas locais para desenvolvimento do projeto devido aos mais variados fatores, tais como a impossibilidade de comunicação com profissionais que não falavam inglês e que não saberiam traduzir algumas das necessidades de um projeto brasileiro no contexto japonês, a indisponibilidade de tempo para a empreitada em um contexto de *boom* imobiliário e de aceleração da construção civil no Japão ou, finalmente, pela falta de interesse de firmas japonesas na condução do trabalho.

Frente à complexa compreensão dos códigos de obras e das normas para construção no Japão, Redig de Campos e Dubugras concluem o documento com a sugestão de que o projeto fosse elaborado por um

arquiteto brasileiro e apenas desenvolvido por empresas japonesas. Nesse cenário, o nome de Ruy Ohtake para a autoria da Embaixada surgiu como alternativa natural e bem-sucedida para resolver o problema, ao passo que o desenvolvimento e a coordenação das obras ficariam sob responsabilidade de consórcio realizado por três empresas japonesas.

A atuação de Ohtake nos projetos no Itamaraty inaugura uma modalidade de serviço particularmente interessante e diferente da realizada anteriormente por Redig de Campos e por Dubugras, e reforça a hipótese de que o Ministério das Relações Exteriores tinha uma intenção muito clara quanto aos objetivos que almejava, inclusive politicamente, com a construção das novas Embaixadas. O relatório mostra diretrizes muito claras e a definição de uma estética esperada para as novas edificações em Tóquio, quando Redig de Campos e Dubugras especificam o desejo de que o concreto aparente, material amplamente empregado em projetos tanto japoneses quanto brasileiros, estivesse também presente nas novas edificações.

Capítulo IV. A arquitetura das Embaixadas no exterior (1962-1981)

Percursos metodológicos: sobre a preservação de acervos modernos

Neste capítulo serão apresentados os projetos das Embaixadas idealizadas por Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake, a partir dos critérios e parâmetros resultantes das reflexões até então tratadas nos capítulos anteriores. Antes de considerar cada uma delas, entretanto, é importante apresentar fatores que justificam a organização final do material a ser apresentado – bem como os desafios enfrentados nas etapas de levantamento e pesquisa documental.

Se o recorte temporal à que pertencem os projetos é bastante claro – o período entre os anos de 1962, data da primeira Embaixada, e de 1981, ano de realização da última aqui analisada – e a organização dos projetos por autoria parece a mais óbvia das estratégias, foi a disponibilidade de materiais a respeito de cada uma das Embaixadas o fator determinante para sua classificação final, conforme será visto a seguir.

Nesse contexto, considerando-se os projetos que interessam à tese estão contidos no complexo universo da conservação da

documentação da arquitetura moderna (DINIZ, 2011), há que se ressaltar a dificuldade de acesso aos materiais que possibilitariam as análises pretendidas, quais sejam, desenhos originais, manuscritos, fotografias documentais, memoriais descritivos e desenhos de projeto.

No caso das Embaixadas, se por um lado é grande o seu reconhecimento, o que culmina no apelo pelo cuidado e pela conservação de suas instalações, por outro, são locais estratégicos compostos tanto de ambientes públicos quanto, principalmente, de espaços privados. Nelas, questões relativas à segurança, assim como ao ambiente privativo em que os documentos referentes aos seus projetos se localizam, levam ao desconhecimento de obras relevantes pertencentes ao patrimônio imobiliário brasileiro, à história da arquitetura nacional, e, conseqüentemente, ao difícil controle de sua preservação.

Os projetos de Embaixadas, em geral, estão armazenados em arquivos privados, em que o mau estado de conservação e a difícil leitura devido à deterioração ao longo do tempo, ou mesmo a ausência de informações relevantes ao desenvolvimento de

pesquisas, são obstáculos. Provêm, igualmente, de acervos institucionais, em que, apesar de, em geral, existir alguma estrutura para acondicionamento de desenhos e objetos de pesquisa, a restrição ao acesso e entraves burocráticos são os grandes dificultadores à realização de trabalhos a respeito dessas tipologias de projeto.

Essas adversidades, encontradas durante o período inicial de elaboração da tese, estão relacionadas ao que Diniz (2011) define como os desafios para a conservação da arquitetura moderna, especialmente os problemas para o reconhecimento e a preservação de seus projetos. Se a pergunta que introduz sua pesquisa – “Por que conservar a arquitetura moderna?” (DINIZ, 2011, p. 155) pode parecer surpreendente à primeira vista, são muitos os fatores apresentados pelo autor que justificam esse questionamento. Destacam-se, aqui, a resistência em considerar os projetos modernos como “produtos culturais do século XX” (DINIZ, 2011, p.155) e sua grande dimensão material:

Ao contrário da arquitetura de tempos anteriores, a arquitetura moderna, pela sua própria proximidade temporal, deixou uma extensa documentação iconográfica, que constitui uma valiosa documentação

para a sua conservação, pois disponibiliza detalhes técnicos, especificações, mudanças feitas ao longo da construção, além de evidenciar os dilemas e percalços do processo de projeto e da própria história da construção. Entretanto, a extensão desta documentação – que inclui registros desde os estudos iniciais até o projeto final, além de fotografias e escritos – gera um grande desafio para o seu correto armazenamento e conservação. (DINIZ, GÁTI, CARVALHO et OLIVEIRA, 2015, P.141)

Nesse cenário, o desafio inicial da pesquisa se deveu ao fato de grande parte do material relativo às Embaixadas brasileiras no exterior ser de caráter privado e estar localizado no Setor de Arquitetura (SARQ) do Ministério das Relações Exteriores. Em inúmeras pastas, gaveteiros e mapotecas no oitavo andar do Palácio Itamaraty, em Brasília, foram localizados desenhos técnicos - originais e cópias-, documentos, fotografias e relatórios sobre as representações diplomáticas do Brasil no exterior. Além desses materiais que se relacionam ao fato arquitetônico propriamente dito, existem ainda os documentos, telegramas e relatórios - um “universo documental materializado em suportes distantes das especificidades do campo arquitetônico” (ROSSETTI, 2010, p.3) -, cuja leitura e análise poderia também ser “fundamental para ampliar o entendimento e constatar o caráter estratégico da participação da

instituição para transformar a imagem do país no exterior” (ROSSETTI, 2010, p.8).

Diferentemente do percurso natural da pesquisa acadêmica (BARROS, 2012), frente à situação encontrada foi necessário iniciar o trabalho a partir do levantamento documental no Ministério das Relações Exteriores, de maneira a compreender, em primeiro lugar, sua viabilidade. Isso para entender os *instrumentos*, ou os “recursos de natureza material ou mesmo abstrata que serão empregados como as ferramentas para a pesquisa”, e as *técnicas*, “que podem se referir tanto à coleta de dados e à constituição de documentação como também às análises destes dados e destas fontes” (BARROS, 2012, p.16) que se teria à disposição para o desenvolvimento da tese.

De maneira geral, pode-se dizer que a pesquisa no acervo documental do Ministério das Relações Exteriores foi satisfatória, mas não completa³⁵, uma vez que a expectativa de localização dos materiais essenciais à pesquisa – plantas baixas, plantas dos

³⁵ É importante mencionar que a pesquisa nos arquivos do Setor de Arquitetura do Ministério das Relações Exteriores apenas aconteceu após prévia autorização da Embaixadora Sônia

pavimentos, implantação e mapas de situação, seções transversais e longitudinais, desenhos de fachadas, fotografias, documentações e, em especial, os memoriais descritivos originais - não foi inteiramente atendida. Inclusive, houve grande discrepância entre a quantidade de informações obtidas sobre uma ou outra Embaixada. No caso das Chancelarias brasileiras em Buenos Aires e em Washington, foi recuperada quantidade satisfatória de desenhos, inclusive originais à mão. Por outro lado, muito pouco foi localizado a respeito da Embaixada em Lagos - quase nenhum desenho, por exemplo.

Na medida em que o levantamento documental se desenvolvia nos arquivos do Itamaraty e ao compreender a importância de incluir no trabalho dados sobre a vida e a obra dos arquitetos autores dos projetos, especialmente ao notar a falta de informações a respeito do arquiteto Redig de Campos na literatura, compreendeu-se a necessidade de ampliar a pesquisa. Assim, o material relativo às Embaixadas e aos seus arquitetos autores foi acrescido de informações coletadas no setor documental do Instituto Moreira

Regina Guimarães Gomes, chefe do Setor de Administração do Ministério em 2018, a quem agradeço enormemente.

Salles, no Rio de Janeiro³⁶, para o qual foi doado o acervo de Redig de Campos pela família, após seu falecimento. Na antiga residência do Embaixador Walter Moreira Salles, projeto de Redig de Campos onde hoje funciona o Instituto Moreira Salles, se encontra, portanto, grande quantidade de fotografias, desenhos da época em que foi estudante na Itália, documentos, assim como croquis e versões originais dos projetos que realizou tanto para o Itamaraty quanto em sua carreira particular. Não obstante, no momento da visita, em 2018, e até então, o material não havia sido totalmente catalogado nem disponibilizado digitalmente.

Durante a estadia no Rio de Janeiro foram, ainda, consultados os arquivos particulares dos familiares de Redig de Campos e de arquitetos que colaboraram com o seu trabalho por muitos anos, com os quais também foram realizadas entrevistas. Os depoimentos coletados com os arquitetos Jayme Zettel e Carlos Camargo e com seis dos oito filhos de Redig de Campos foram essenciais para

compor o capítulo que aborda sua vida e carreira, apresentado anteriormente.

Finalmente, é importante destacar o caráter qualitativo da pesquisa e a relação diretamente proporcional entre a coleta de materiais durante as etapas de levantamento e o desenvolvimento da tese propriamente dita. Sob essa ótica, não é possível prosseguir sem mencionar a necessidade de reestruturação pela qual a proposta original passou devido às restrições à pesquisa de campo presencial, dada a pandemia da Covid-19. Esse fator externo afetou diretamente o desenvolvimento da pesquisa e levou à definição de outra estratégia de projeto para viabilizar a apresentação e a análise dos projetos das Embaixadas brasileiras construídas no exterior, que será melhor discutida em continuação.

³⁶ Essa pesquisa foi realizada sem qualquer auxílio financeiro por parte das agências de fomento devido à crise orçamentária na distribuição de bolsas de estudo que o Brasil enfrentou a partir de 2018. Assim, não foi possível permanecer no Rio de Janeiro para o adequado levantamento e processamento de materiais que seriam necessários à pesquisa.

Redesenho como alternativa para conservação da arquitetura moderna

A escolha pelo redesenho como metodologia de pesquisa, entendido como estratégia para preservação dos projetos, dá continuidade ao trabalho desenvolvido na dissertação de mestrado “O mestre e a madeira: residências de Zanine Caldas em Brasília (1965-1985)” (CHAIM, 2017), defendido na Universidade de Brasília. Apesar de temáticas a princípio muito distintas entre si, a presente tese e a dissertação apresentada em 2017 têm similaridades: grandes quantidade de materiais obtidos nas etapas de levantamentos, muitos dos quais fora do conhecimento público, e em delicada situação de conservação.

Em ambos os casos, o principal objeto do trabalho é o desenho, entendido como “peça chave do processo de projeto e de aprendizagem em arquitetura e urbanismo” e a sua ausência, devido às mais variadas situações tais como “a perda de conteúdo devido à má conservação e à deterioração ao longo do tempo de desenhos originais, a ilegibilidade de informações relevantes, a falta de padronização das representações entre outras” (CHAIM; MEDEIROS,

2019, p. 43), o que ocasiona no desconhecimento dos projetos e no consequente risco à sua preservação.

Nesse cenário, a estratégia do redesenho é tida como ferramenta de trabalho para a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, já que, “se trata de um processo de interpretação constante acerca do objeto analisado” e que redesenhar “se transforma em ação de documentação e também de preservação, posto que garante maior possibilidade de acesso às obras e aos projetos por meio de publicações e da criação de novos acervos” (CHAIM; MEDEIROS, 2019, p.43). Como resume VÁZQUEZ RAMOS (2016):

(...) o redesenho não visa apenas produzir uma documentação (apurada ou simplificada) para o estudo de determinado projeto, mas é claramente uma técnica que se ampara historicamente nas formas pedagógicas de transmissão do conhecimento das artes, em que se aprende fazendo. Pode ser também um método que, por meio de várias técnicas – analógicas e digitais, por exemplo – permite uma aproximação com obras projetadas, construídas ou demolidas para incorporar uma documentação que pode ter vários usos, desde o mero estudo do objeto até sua construção ou reconstrução. Mas redesenhar pode ser em si uma metodologia de pesquisa que, além de fornecer dados sobre a obra, nos instrua sobre o processo de projeto que a originou usando da própria prática de projeto para investigar a estrutura compositiva da obra. Assim entendido, o redesenho seria uma prática metalinguística, isto é, um simulacro intencional e dirigido do projeto: um projeto do projeto (VÁZQUEZ RAMOS, 2016, p.5-6)

Frente à necessidade de produzir o material necessário para o desenvolvimento dessa tese, devido às discrepâncias de informações obtidas sobre as Embaixadas na etapa de levantamento, e, ao mesmo tempo, com a intenção de dar continuidade à bem-sucedida estratégia de coordenação entre pesquisas de Pós-Graduação e Graduação anteriormente realizada na pesquisa de Mestrado, os projetos de algumas das Embaixadas aqui apresentadas foram refeitos a partir do envolvimento de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília³⁷ na recuperação de informações e no redesenho de soluções de projetos (CHAIM; MEDEIROS, 2019).

Como resultado final do projeto de pesquisa, a documentação das Chancelarias brasileiras em Buenos Aires, na Argentina; Washington D.C., nos Estados Unidos; Tóquio, no Japão; das Residências Oficiais em Beirute, no Líbano; Tóquio, no Japão, e dos complexos

³⁷ O projeto de pesquisa para redesenho das Embaixadas foi realizado no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília entre 2018 e 2019. Intitulado “Documentação e redesenho como instrumentos para preservação da memória: estudo de caso das Embaixadas brasileiras no exterior”, o trabalho contou com a colaboração dos alunos da Faculdade de Arquitetura Julia Lopes Soares, Carlos Lázaro Barboza, Gabriel

diplomáticos em Riade, na Arábia Saudita, e em Lagos, na Nigéria³⁸, foi recuperada. E os desenhos relativos aos projetos originais destes edifícios diplomáticos, antes restritos a cópias incompletas e muitas vezes ilegíveis nos acervos do Ministério das Relações Exteriores, foram refeitos.

Nesse momento, é importante deixar claro que interessam à pesquisa os estudos preliminares dos projetos de Embaixadas apresentados originalmente pelos arquitetos, e não propostas revisadas devido a questões técnicas, burocráticas ou orçamentárias. Menos ainda projetos executivos ou *as built*, já que seria impossível compreender as intenções e preocupações originais dos arquitetos, suas influências e proposições em projetos revisados que, certamente, contaram com a participação de outros atores e que, por se tratar de edifícios institucionais, sofreram alterações imensuráveis. Essa preocupação se deve a um dos critérios objetivos

Montenegro Passos Pires, Laura Santos Siqueira e Anny Caroline Mori, que foi essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Sob coordenação da autora dessa tese, a orientação geral ficou a cargo da Professora Ana Elisabete de Almeida Medeiros.

³⁸ A antiga Embaixada em Lagos, na Nigéria, abriga atualmente o Consulado Geral do Brasil, após a transferência da Embaixada para a nova capital nigeriana, Abuja, em 2010.

que diferenciam a arquitetura de outras artes, como sintetiza Rybczynski (2013), na medida em que “os edifícios nunca são realmente finalizados; novos proprietários têm novas demandas funcionais, a tecnologia evolui, a moda muda (...)”³⁹. Não obstante, algumas fotos atuais dos projetos foram anexadas a título ilustrativo na sequência da documentação apresentada para cada Embaixada, ao longo deste quarto capítulo. Registradas *in loco* e cedidas à autora por diplomatas que vivenciam os projetos em seus cotidianos⁴⁰ ou pelos Setores Culturais das Embaixadas, algumas fotografias permitiram comentários sobre alterações em relação aos projetos originais e outras conjecturas.

Também é relevante mencionar que, no caso das Chancelarias ou Residências Oficiais em Nova Délhi, na Índia; Praia, em Cabo Verde;

Lima, no Peru; Dakar, no Senegal; e Bissau, na Guiné-Bissau, cujos projetos também foram realizados pelos arquitetos Redig de Campos e Elvin Dubugras, não foram localizadas documentações suficiente para a realização dos redesenhos⁴¹, e o processo foi prejudicado pela impossibilidade de retorno aos arquivos pessoalmente devido à pandemia da Covid-19, à inexistência de materiais disponibilizados digitalmente e à dificuldade de contato com pessoal das Embaixadas que pudessem oferecer informações complementares. Essa última foi uma estratégia bem-sucedida no caso da Embaixada de Lagos, na Nigéria, em que alguns materiais foram fornecidos e viabilizaram a realização dos redesenhos⁴², apesar de pouquíssima informação ter sido localizada nos arquivos do SARQ, em Brasília.

³⁹ Tradução nossa do trecho: “(...) *buildings are never really finished; new owners have new functional requirements, technology evolves, fashion changes, life intervenes.*” (RYBCZYNSKI, 2013, p.65).

⁴⁰ Agradeço a colaboração dos diplomatas Rodrigo Macedo, Paulo César Braga, Otávio Trindade e Renata Negrelly, que gentilmente compartilharam fotografias atuais dos projetos.

⁴¹ A expectativa é que, à frente da documentação até então levantada a respeito das mencionadas Embaixadas, futuros trabalhos incluam o redesenho e a possível publicação desses projetos.

⁴² Agradeço ao diplomata Helges Bandeira, à frente do Consulado do Brasil em Lagos à época da pesquisa, pelo auxílio e pela disponibilização das informações que permitiram o redesenho do projeto.

Cronologia e parâmetros analíticos

Na definição dos parâmetros analíticos para apresentação dos projetos das Embaixadas brasileiras realizadas por Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake entre 1962 e 1981, objetivo principal da pesquisa, é necessário considerar que somente é possível compreender a associação entre fatos políticos, históricos e diplomáticos e as representações da imagem do Brasil em cada uma das Chancelarias ou Residências aqui abordadas, a partir da definição de critérios tanto objetivos quanto subjetivos.

Dessa maneira, quanto aos critérios objetivos e, ao apropriar-se dos conceitos apresentados por Girardelli (2017), os edifícios diplomáticos serão descritos nas subcategorias *index* – em que será tratada a relação com a cidade e suas implicações em termos de implantação; *símbolo* – em que interessa compreender a ‘pele’, o mais exterior ou, ainda, os elementos construtivos ou decorativos que compõem as fachadas; e o *ícone* – ou “o que lembra de casa?”

(GIRARDELLI, 2017), em que serão abordados os elementos que comunicam a vinculação ao Brasil, em termos materiais ou espaciais.

Para cada um dos projetos, a apresentação dos redesenhos relativos às plantas baixas dos pavimentos, às seções transversais e longitudinais e às fachadas, as plantas de situação, implantação e mapas de localização, bem como de documentos e fotografias das Embaixadas localizados durante os levantamentos permitem a discussão de dados que extrapolam a arquitetura e os interiores de cada uma delas⁴³.

Quanto aos critérios subjetivos, por outro lado, as análises contarão com os conceitos políticos da diplomacia pública e do *soft power* para reforçar a hipótese da pesquisa. Assim, a compreensão dos contextos da demanda pelo projeto de cada uma delas se dará a partir da apresentação de fatos históricos, políticos e diplomáticos que precederão suas análises.

⁴³ Importante esclarecer que, por questões de privacidade e de segurança, os ambientes não foram nominados ou especificados. Apenas zonas genéricas foram sugeridas, a saber: zonas íntimas, sociais, de serviços ou de representação.

As Embaixadas do Brasil no exterior (1962-1981)

Beirute, Líbano – 1962

O peso das relações culturais, políticas e econômicas entre Brasil e Líbano se deve, em grande medida, às ondas migratórias que definiram a história do país do Oriente Médio e ao fato de “o Brasil ser o país com a maior diáspora libanesa no mundo, formada entre 8 e 10 milhões de descendentes” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.18). Ocasionalmente por perseguições religiosas desde o século XIX, quando o Líbano ainda fazia parte do Império Turco-Otomano, e principalmente ao longo do século XX, desde que entraves com Israel e o crescente afluxo de refugiados recebidos desde 1949 definiram um cenário de insegurança política e de fragilidade na economia e na infraestrutura locais (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017), grande parte das comunidades de emigrados libaneses elegeram o Brasil como destino.

Isso se deveu à existência do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado entre o Brasil e o então Império Turco-Otomano em 1858 (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.43), que facilitava a entrada no país e sua instalação e de suas famílias, e após a marcante visita do então imperador brasileiro, Dom Pedro II, à Beirute, em 1876. De acordo com Scherer; Goulart e Veloso (2017),

“no período compreendido entre o final da década de 1870 e o término da Primeira Guerra Mundial, cerca de 70 mil súditos otomanos haviam migrado para o Brasil” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.43). Nas décadas que se seguiram esse número cresceu em velocidade jamais antes vista.

Apesar de ser caracterizada como uma onda migratória de “movimento espontâneo, sem o apoio oficial de Constantinopla ou do Rio de Janeiro” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.43), no Brasil, os imigrantes encontraram meios para uma adaptação sem grandes transtornos, em que puderam se estabelecer na área do comércio e da indústria têxtil, principalmente em São Paulo e em cidades do interior.

A forte presença libanesa no Brasil gerou a necessidade de auxílio e prestação de assistência às comunidades de imigrantes, o que levou à criação, em 1908, dos consulados-gerais do Império Otomano no Rio de Janeiro e em São Paulo (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.19). Em contrapartida, “(...) já no transcurso do mandato sobre o Líbano conferido à França pela Liga das Nações, foi criado, em 1921, o consulado honorário do Brasil em Beirute” (SCHERER; GOULART;

VELOSO, 2017, p.19). Essa ação marcou em definitivo as relações bilaterais entre Brasil e Líbano, apesar de o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países apenas ter acontecido em 1945, após o reconhecimento por parte do Brasil da independência libanesa em relação à França:

Em novembro de 1945, seria criada a Legação em Beirute e, em 1946, o Brasil acreditou ministro plenipotenciário junto ao governo libanês. No mesmo ano, o Líbano abria representação (“comissariado”) no Rio de Janeiro, também acreditando ministro plenipotenciário. Em 1954, foi inaugurada a Embaixada do Brasil em Beirute. No mesmo ano, o presidente do Líbano, Camille Chamoun, realizou a primeira visita de um chefe de Estado libanês ao Brasil, circunstância em que a representação diplomática no Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Embaixada (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.20).

Para além dos vínculos históricos, a posição estratégica do Líbano entre o mar Mediterrâneo e a Península Arábica, por outro lado, era vista como porta de entrada do Brasil em termos de oportunidades de investimentos e comércio no Oriente Médio, para o qual a diplomacia brasileira voltou os olhos a partir dos anos 1970, estrategicamente, com as ações do *pragmatismo responsável*, descrita em detalhes no terceiro capítulo dessa tese.

Grande parte do relacionamento comercial entre Brasil e Líbano se deu por meio da ação da Câmara de Comércio Sírio-Libanesa, cujo nome se alterou mais adiante para Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, fundada em 1952 por um grupo de comerciantes sírios e libaneses bem-sucedidos que tinha a intenção de “fortalecer os laços comerciais entre Brasil e Oriente Médio” e “promover as exportações e os exportadores brasileiros no ‘mundo árabe’” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.237). Por meio das ações de promoção social e cultural, a Câmara “esperava prestar futuros serviços diplomáticos e servir de intermediária comercial entre o Brasil e o mundo árabe” (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.244):

Antigamente, a Câmara dependia quase exclusivamente da generosidade dos dirigentes de origem libanesa e síria para financiar suas atividades sociais nos anos 1950 e 1960. Naquela época, explica um dos diretores atuais, a Câmara tinha “mais atividades culturais. Recebiam embaixadores. Promoviam conferências. Ela estava realmente ligada à sociedade”. Com diretores cujas biografias se entrelaçavam com o mercado têxtil e a economia brasileira, a então chamada Câmara de Comércio Sírio-Libanesa era para os empresários bem-sucedidos de ascendência libanesa e síria uma instituição que lhes permitia estabelecer contato com as associações da colônia árabe em São Paulo, com os grupos sociais e empresariais brasileiros e com os diplomatas e dignitários do mundo árabe (SCHERER; GOULART; VELOSO, 2017, p.243)

Exemplo das ações comprometidas com a diplomacia e do incentivo à aproximação entre o Brasil e os países do levante, foi o caso da Embaixada brasileira em Beirute. O lote de pouco mais de 3.000m² que ocupa foi doado pelo Comendador José Jorge Khalil, “um brasileiro filho de libaneses que assim quis dar um testemunho da gratidão de sua gente pela terra que os acolheu”⁴⁴. Provavelmente associado à Câmara de Comércio Sírío-Libanesa, Khalil ofereceu, ainda, a quantia de cerca de cem mil dólares para financiar as obras do projeto desenvolvido por Olavo Redig de Campos.

O projeto de Beirute recebeu grande atenção da Secretaria de Estado e foi acompanhado de perto por se tratar da primeira Embaixada brasileira desenvolvida por um arquiteto também brasileiro no exterior. Em Beirute, foi criada uma comissão especial para tratar das tomadas de decisões para o desenvolvimento do projeto, a COEB (Comissão de Trabalhos para a Embaixada do Brasil em Beirute). A Comissão era formada pelo Embaixador do Brasil em Beirute à época, Martim Francisco Lafayette de Andrada; pelo representante

⁴⁴ Conforme citado por MAURICIO, Jayme. *Mecenas financia embaixada brasileira de Redig de Campos*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1962.

local do doador e financiador do projeto, o senhor Jean Scaff; pelos Secretários da Embaixada que auxiliariam em questões administrativas; pelos engenheiros e empreiteiros locais contratados para desenvolver os projetos, George Jurdak e Zaki Toutoungi; e por Olavo Redig de Campos, chefe do Serviço de Conservação e Patrimônio, cuja presença era requisitada em Beirute em inúmeros momentos durante a construção do projeto para esclarecimento de dúvidas e tomada de decisões, conforme mostram as atas de reuniões, telegramas e demais documentos especialmente interessantes localizados durante a pesquisa.

Pela primeira vez na história do Brasil, um arquiteto brasileiro projeta uma embaixada brasileira no exterior: (...), a qual será brevemente construída (...). Inicia assim o Itamarati [*sic*] a construção de prédios projetados por arquitetos brasileiros para as nossas representações no exterior, uma nobre e antiga ambição da classe dos arquitetos patricios, aclamados internacionalmente: projetar residências e chancelarias que representem materialmente nossa capacidade realizadora e que sejam um testemunho permanente de nossa civilização e cultura modernas. É nesse sentido que vem sendo orientado o Serviço do Patrimônio do Itamarati [*sic*] à frente do qual se encontra o arquiteto Olavo Redig de Campos. (...) ⁴⁵

⁴⁵ Trecho retirado de: MAURICIO, Jayme. *Mecenas financia embaixada brasileira de Redig de Campos*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1962.

O início efetivo do projeto de Beirute se deu em 1959, com o lançamento da pedra fundamental (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003, p.76). Os primeiros desenhos localizados durante as pesquisas datam de 1962. Inclusive, a versão de projeto apresentada na reportagem de outubro de 1962 publicada pelo Correio da Manhã do Rio de Janeiro, menciona que:

“(...) o projeto, que vem sendo estudado com grande cuidado pelo Serviço do Patrimônio do Ministério das Relações Exteriores é hoje publicado em primeira mão, sendo uma surpresa para o próprio chanceler *[sic]* e o mecenas, graças ao serviço secreto do redator. Até o arquiteto vai ficar espantado. E os herméticos da carreira entrarão em colapso⁴⁶.”

Os documentos disponíveis juntamente aos desenhos e maquetes, comprovam que já em 1965 reuniões entre o arquiteto e a Comissão de Obras estavam sendo realizadas em Beirute, mas parece ter sido o ano de 1966 o mais intenso em termos da velocidade dos trabalhos.

Os documentos e telegramas demonstram a dificuldade para a resolução dos problemas surgidos durante a obra, devido à restrição

de comunicação entre Redig de Campos e Carlos Camargo, seu assistente pessoal durante os trabalhos na capital libanesa, e os contratados locais que desenvolviam o projeto. Os anos 1960 foram especialmente movimentados para Redig de Campos, já que coincidiram com os trabalhos para a transferência do Palácio do Itamaraty para Brasília, como mostra um telegrama de 1965 que diz que “a sua presença no Rio de Janeiro está sendo muito necessária”.

Aproveitando-se de viagens à Europa para a fiscalização de outros projetos conduzidos concomitantemente pelo Setor de Patrimônio, tais como o Monumento Votivo aos pracinhas, em Pistóia, e a reforma dos interiores do Palácio Pamphilij, em Roma, o arquiteto incluía visitas periódicas à capital libanesa para acompanhar de perto o caminhamento das obras e o comprometimento dos contratados locais com os projetos enviados a partir do Rio de Janeiro, como mostra o trecho abaixo, retirado da ata de uma das reuniões realizadas em 1966, em Beirute. O redator descreve:

⁴⁶ Trecho retirado de: MAURICIO, Jayme. *Mecenas financia embaixada brasileira de Redig de Campos*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1962.

Com a palavra, Dr. Olavo Redig de Campos disse inicialmente da satisfação com que havia recebido ordem da Secretaria de Estado para inspecionar os trabalhos em andamento e acertar com a Embaixada e os empreiteiros, por intermédio da COEB, tôdas *[sic]* as medidas necessárias para prosseguimento normal da obra. Disse, ainda, Dr. Olavo de Campos que considera estas reuniões periódicas indispensáveis, pois não se pode pretender desenvolver um trabalho da importância e da complexidade do que se está realizando, sem a assistência frequente dos que são responsáveis pelo que já foi projetado.



Figura 11: Fotografia registrada em Beirute que mostra Olavo Redig de Campos e Carlos Camargo (ao centro) com duas figuras que, possivelmente, poderiam ser de membros do COEB. Fonte: Acervo pessoal de Carlos Camargo cedido à autora.

INDEX

A Residência Oficial do Brasil em Beirute se situa no bairro de 'Brasília⁴⁷', no distrito de Baabda, a oeste da capital libanesa. Distance cerca de nove quilômetros do centro da cidade, trata-se de uma zona montanhosa com vista privilegiada sobre Beirute e o mar Mediterrâneo, que concentra outras Embaixadas, mansões e alguns edifícios governamentais, tais como o *Palais Présidentiel de Baabda*, localizado a apenas quinhentos metros do edifício brasileiro.

A proximidade ao Palácio, residência oficial do presidente do Líbano, aliás, é motivo de preocupação quanto à integridade física do prédio brasileiro, que sofreu danos quando o edifício libanês foi atingido, em 1990. “Em 2006, para proteger a Residência de bombardeios aéreos por ocasião do conflito Israel-Hezbollah, foi colocada uma enorme bandeira brasileira no teto do imóvel” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013, p. 76).

⁴⁷ “A denominação (do bairro) foi adotada oficialmente em 1960, em homenagem à então recém-inaugurada capital brasileira, atendendo a solicitação de Salomão Hage, libanês que por muitos anos morou no Brasil (...)” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003, p.70).

O lote destinado à construção da Residência constitui-se por uma colina cujo platô mais alto está cerca de cinco metros acima do nível da rua. Em formato trapezoidal, e posicionado na esquina do percurso que contorna a topografia montanhosa, é delimitado pela confluência de duas ruas que acessam o bairro (Figuras 11 e 12). A porção norte do terreno se volta à cidade de Beirute, enquanto o lado sul tem a vista do mar Mediterrâneo, no horizonte. O acesso se dá a partir da fachada oeste, que coincide com a curva correspondente à junção das duas vias de acesso ao bairro (Figura 12).

O trabalho do terreno foi realizado com a intenção de priorizar a vista livre a partir do topo do terreno, especialmente do mar Mediterrâneo a partir dos cômodos nobres dispostos espacialmente na fachada sul do projeto. Assim, Redig de Campos tirou partido da topografia acidentada e propôs uma “esplanada” nivelada na cota de soleira do lote. Para acessá-la a partir do nível da rua, uma grande

rampa vence os cerca de quatro metros de desnível e chega ao pavimento correspondente ao térreo da Residência. Aos fundos, posicionou em nível semi-enterreado a garagem, o abrigo antibombas⁴⁸, a cozinha, a área de serviço e as habitações de serviço.

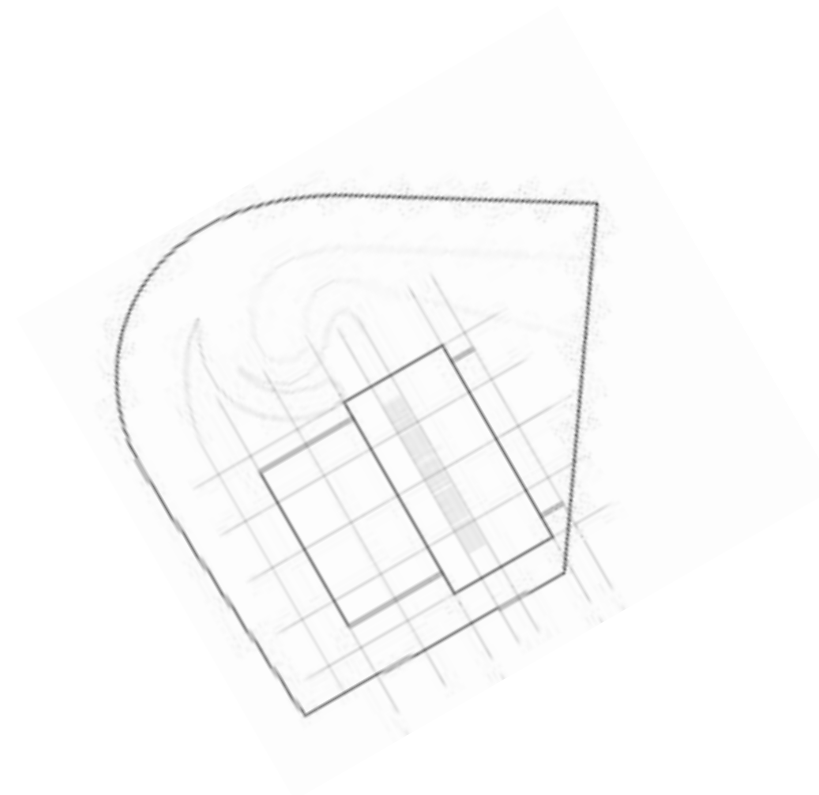


Figura 12: Esquema bidimensional que mostra o perfil do terreno a partir do desenho dos limites do lote e do projeto. Fonte: Elaborado por Júlia Soares.

⁴⁸ Segundo telegramas localizados durante a etapa de pesquisa e anexas a seguir, a prefeitura de Beirute exigia a previsão de abrigo antibombas nos projetos localizados na localidade de Baabda. Ainda nos anos 1950, anos antes de Beirute vivenciar os bombardeios aéreos que ocorreriam nas décadas seguintes, esse já era um requerimento para a aprovação de projetos de arquitetura.



Figura 13 : Imagem aérea mostrando a posição da Residência oficial na esquina do terreno conformado pelas duas vias e o acesso principal na interseção entre elas, correspondente à porção oeste do terreno. À esquerda, na porção sul a fachada que se volta para o jardim e a piscina tem a vista do mar Mediterrâneo, à distância. À direita, na porção norte, a outra fachada se volta para a cidade, no vale. Fonte: Capturado a partir do Google Earth.

A posição do edifício no terreno nas propostas iniciais mudou ao longo das revisões de projeto, conforme atestam os modelos reduzidos para as diferentes versões, apresentados na sequência desse texto (Figuras 24 a 32). Antes situado linearmente no terreno, o edifício parece ter sido ligeiramente rotacionado de modo que a chegada a ele se desse na fachada lateral (oeste) e não em uma das fachadas mais proeminentes (norte e sul).

Igualmente, o trabalho na topografia adjacente garantiria menor visibilidade da construção, favorecendo o caráter monumental que a obra enseja, por um lado, e por outro, garantindo maior privacidade às áreas íntimas e sociais da Residência. Como menciona o texto sobre o projeto, disponível na publicação Residências Oficiais do Brasil no exterior:

O edifício tem escala monumental. Nele, cada elemento arquitetônico assume função plástica, denotando o alto grau de sensibilidade e a competência do arquiteto. Visto de longe, é percebido como uma escultura que nada revela do partido arquitetônico interior (...) (Ministério das Relações Exteriores, 2003, p. 70).

SÍMBOLO

As fachadas do edifício são compostas por painéis retilíneos brancos, revestidos em mármore, e sua leitura denota a “sobriedade, clareza e solenidade do partido arquitetônico adotado”⁴⁹. Em relação ao projeto original, a que fazem menção os desenhos, redesenhos e maquetes anexados na continuação a estes textos, houve uma alteração importante no projeto: a inclusão de dois grandes muros revestidos também em mármore, nos limites das fachadas laterais do lote. Novamente, parecem ter sido incluídos com a função de garantir maior privacidade à fachada sul da construção, onde se localizaria o jardim privativo e a piscina, visíveis a partir do ingresso no terreno não fosse essa solução.

Na versão definitiva, portanto, os muros laterais são mais altos que a construção, contidos apenas pelo limite da cobertura, que, diferentemente do projeto original, recebeu um elemento

escultórico em concreto armado e em formato côncavo. Ao longo de sua extensão, aberturas em formato quadrado ou retangular foram realizadas para descortinar a paisagem, ao fundo, como mostram as imagens a seguir.



Figura 14: Muro de arrimo revestido em mármore que se volta à fachada oeste do projeto e protege o jardim privativo disposto na fachada sul. Fonte: Archdaily.

⁴⁹ Conforme mencionado pelo próprio Redig de Campos em relatório assinado de 1973, disponível na publicação “Residências Oficiais do Brasil no exterior”, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, p.74.



Figura 15: Vista do muro de arrimo que protege o jardim disposto na fachada sul. Notem-se as aberturas que enquadram a paisagem. Fonte: Archdaily.

As maquetes foram os principais elementos localizados durante a pesquisa que mostraram claramente a evolução do projeto em relação ao estudo preliminar. O tratamento das fachadas sul, que se volta ao Mediterrâneo, e norte, que se abre para a cidade, parece ter-se mantido fiel à proposta original do projeto. Assim, a fachada norte seria inicialmente protegida por *brises-soleil* e a fachada sul

receberia como revestimento um painel em azulejos azuis e brancos com motivos geométricos. Apesar de, em algumas publicações - inclusive a do Ministério das Relações Exteriores - a autoria do painel ser atribuída à Athos Bulcão, não há quaisquer registros sobre isso. De acordo com depoimento de Carlos Camargo à autora, o painel foi idealizado e desenhado pelo próprio Redig de Campos.

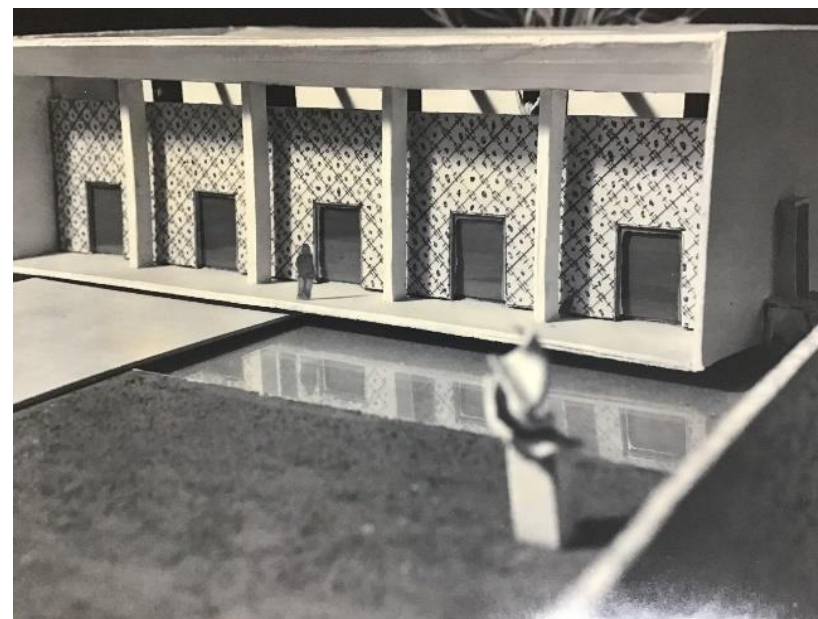


Figura 16: Versão preliminar do projeto, mostrando a proposta de azulejos na fachada sul. Fonte: Acervo do IMS/RJ

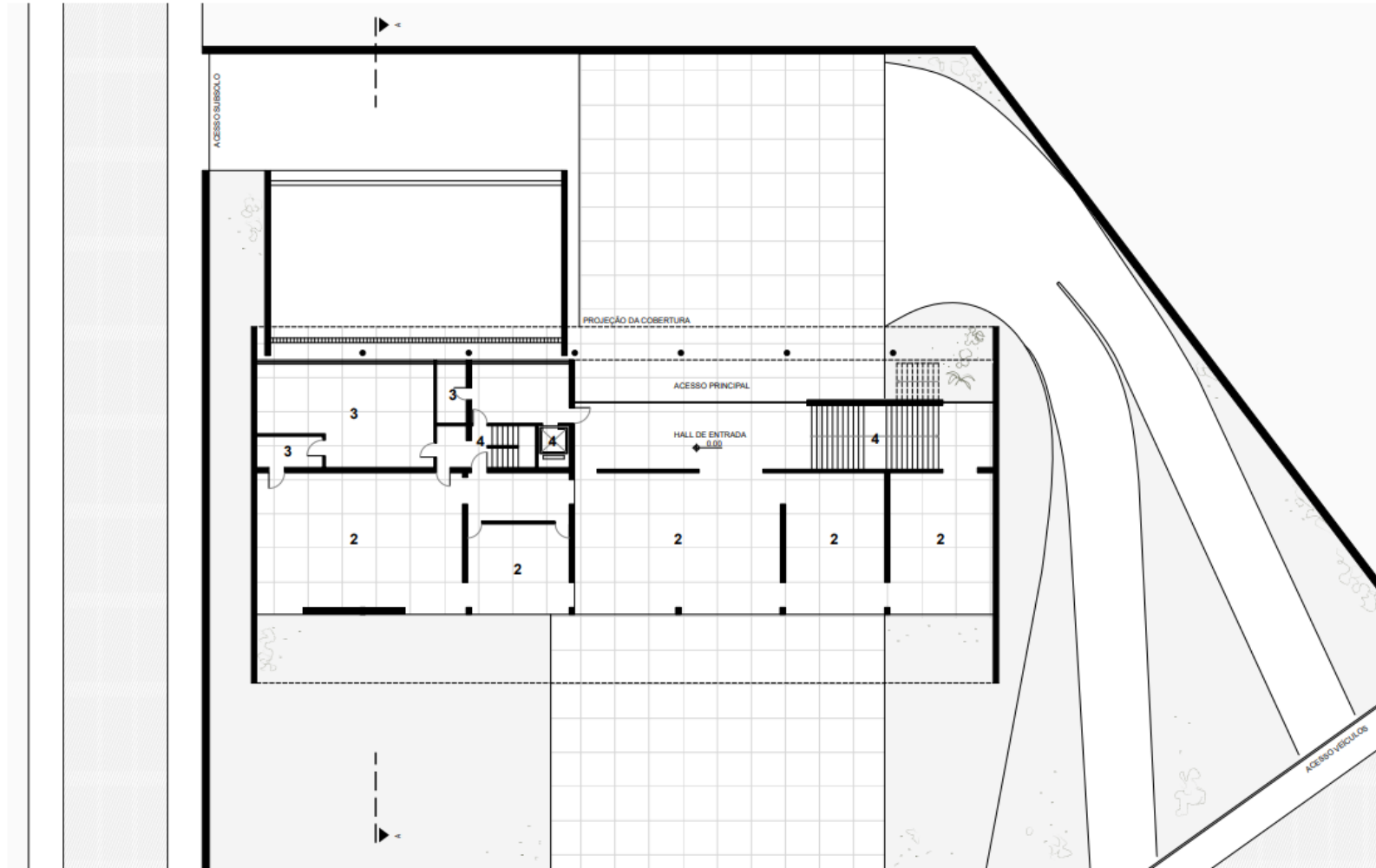
ÍCONE

A construção é de traçado simples tirando sua força da ordem e das dimensões de suas peças. Um paralelepípedo de 28,00 de frente, 14,00 de fundo e 8 metros de altura divide o terreno transversalmente em duas áreas distintas e caracterizadas, reeditando assim a velha tradição francesa “*entre cour [sic] e jardim*”. A composição geral é a de uma estrutura leve de concreto revestido de mármore branco formando um vasto pórtico pousado sobre [sic] uma esplanada de granito claro, um espelho d’água e o jardim. Engastado nele está uma vasta parede sólida, de azulejos brasileiros, com suas aberturas retangulares regularmente espaçadas num ritmo solene e sossegado. Do lado da entrada repete-se o motivo, mas aqui destaca-se apenas a grande porta da entrada⁵⁰.

O projeto da Residência se divide, basicamente, em duas partes: a íntima e a social e, por meio de estratégias de projeto, o arquiteto fez questão de diferenciar claramente os espaços, que são acessíveis ou não, assim como visíveis ou não. Os ambientes sociais do térreo, que fazem parte das funções representativas da Residência - os salões de recepções, a biblioteca e a sala de jantar-, se abrem para o jardim privado, voltados para a fachada sul do projeto. Em dias de recepção, as portas de vidro que comumente isolariam os espaços garantindo sua privacidade, se descortinam para o jardim e para a

piscina, onde Redig de Campos incluiu uma estátua em mármore desenhada por Bruno Giorgi. No primeiro pavimento, localiza-se a zona íntima da Residência, com os quartos, banheiros e saletas, ocupados pela família do Embaixador. A privacidade desses espaços foi garantida a partir da criação de varandas ao longo de toda a fachada sul, como mostram as plantas baixas dos redesenhos e as maquetes de estudo. Para prover quartos e banheiros de ventilação e iluminação naturais, portanto, Redig de Campos criou pátios ajardinados suspensos, entrecortados por vigas de cobertura que têm a função estrutural de suportar o elemento escultórico côncavo, em concreto armado. O tratamento da fachada norte do edifício, que se volta para a cidade de Beirute, partiu da ideia original de criar uma segunda pele com o *brise-soleil* – a exemplo do que Redig de Campos fez para a residência de Walter Moreira Salles no Rio de Janeiro. Na solução final, o arquiteto criou elementos maciços verticais em concreto revestido de mármore branco, que alternam superfícies opacas e seteiras.

⁵⁰ Trecho retirado de: MAURICIO, Jayme. *Mecenas financia embaixada brasileira de Redig de Campos*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1962.

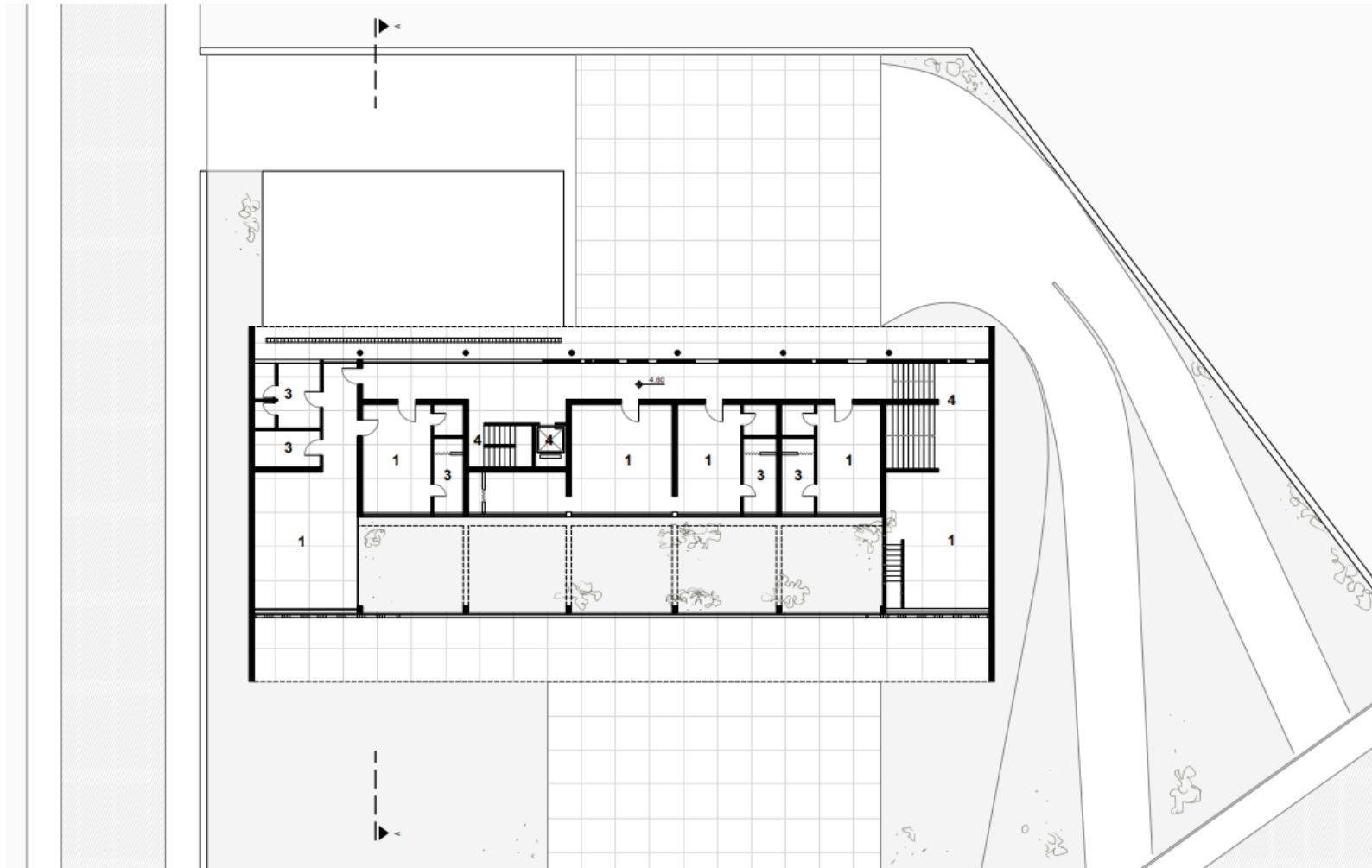



PLANTA BAIXA - TÉRREO
 escala 1:200
 0 1m 10m

- 1 Áreas íntimas
- 2 Áreas sociais
- 3 Áreas de serviço
- 4 Circulação Vertical

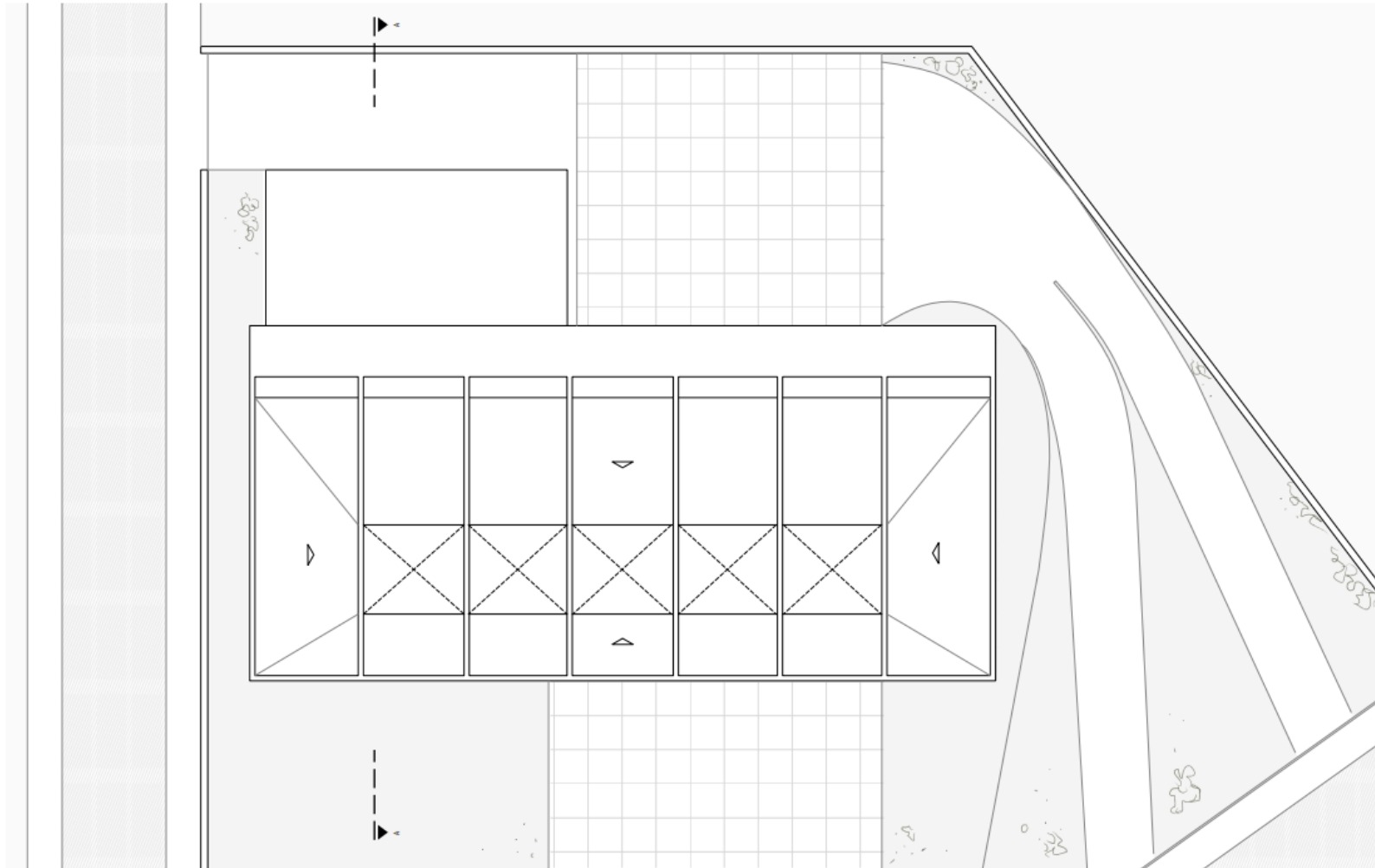
RESIDÊNCIA OFICIAL DO BRASIL EM BEIRUTE
 Arquiteto: Olavo Redig de Campos
 Projeto: 1962 Construção: 1977

002



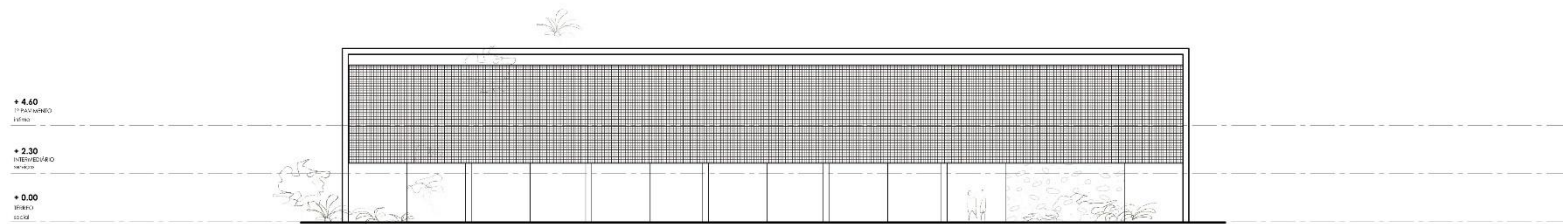

PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO
 escala 1:200
 0 1m 10m

RESIDÊNCIA OFICIAL DO BRASIL EM BEIRUTE
 Arquiteto: Cláudio Pédigo de Campos
 Projeto: 1962 Construção: 1977 **003**

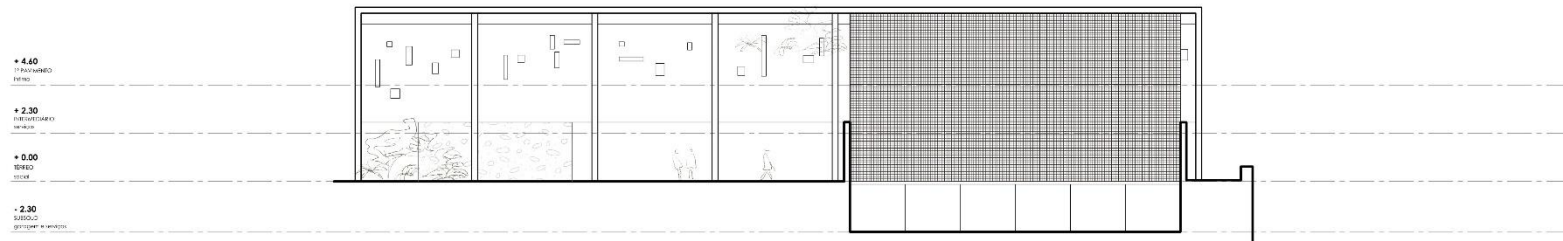


⊗ PLANTA DE COBERTURA
escala 1:200
0 1m 10m

RESIDÊNCIA OFICIAL DO BRASIL EM BEIRUTE
Arquiteto: Otávio Redig de Campos
Projeto: 1962 Construção: 1977 004

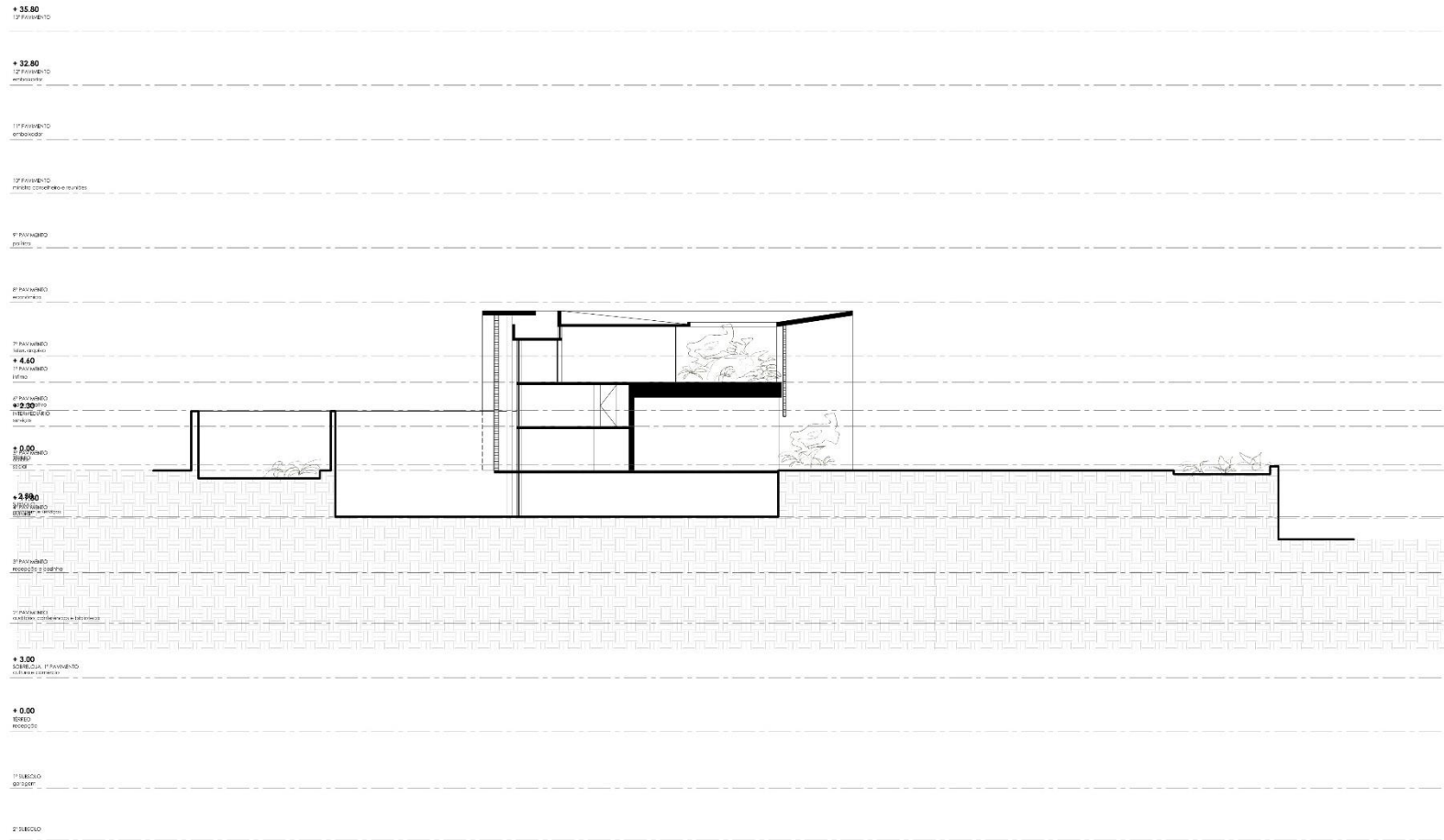


FACHADA POSTERIOR
 escala 1:200
 0 1m 10m



FACHADA PRINCIPAL
 escala 1:200
 0 1m 10m

RESIDÊNCIA OFICIAL DO BRASIL EM BEIRUTE 005
 Arquiteto: Cláudio Piretti de Campos
 Projeto: 1962 - Construção: 1977



CORTE AA'
 escala 1:200
 0 1m 10m

RESIDÊNCIA OFICIAL DO BRASIL EM BEIRUTE 006
 Arquiteto: Cláudio Piretti de Campos
 Projeto: 1962 Construção: 1977

DESENHOS

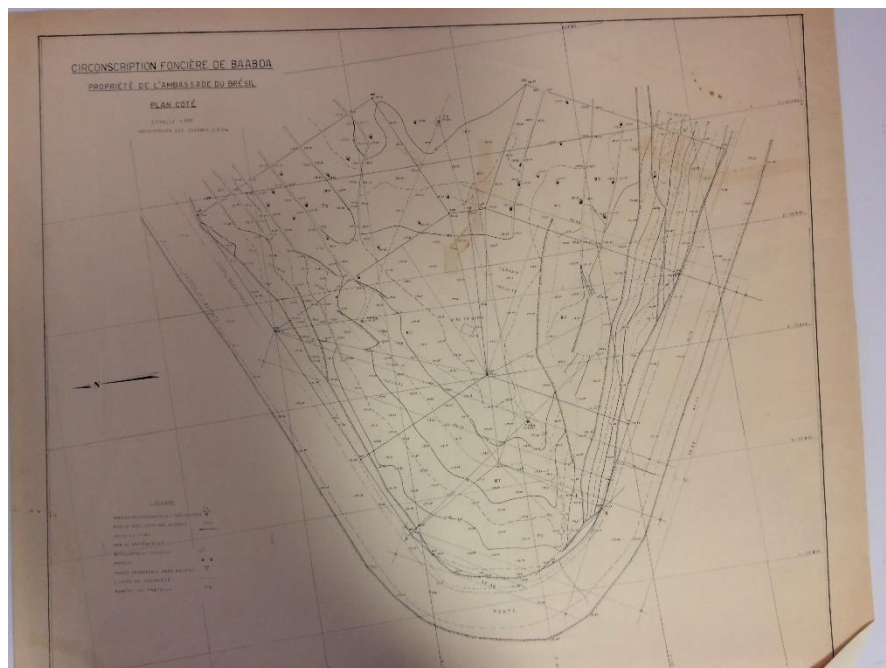


Figura 17: Planta de topografia do terreno. O ponto mais alto, correspondente ao platô onde foi posicionada a Residência, corresponde à cota 180. Já o ponto mais baixo, próximo às vias, à cota 175. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

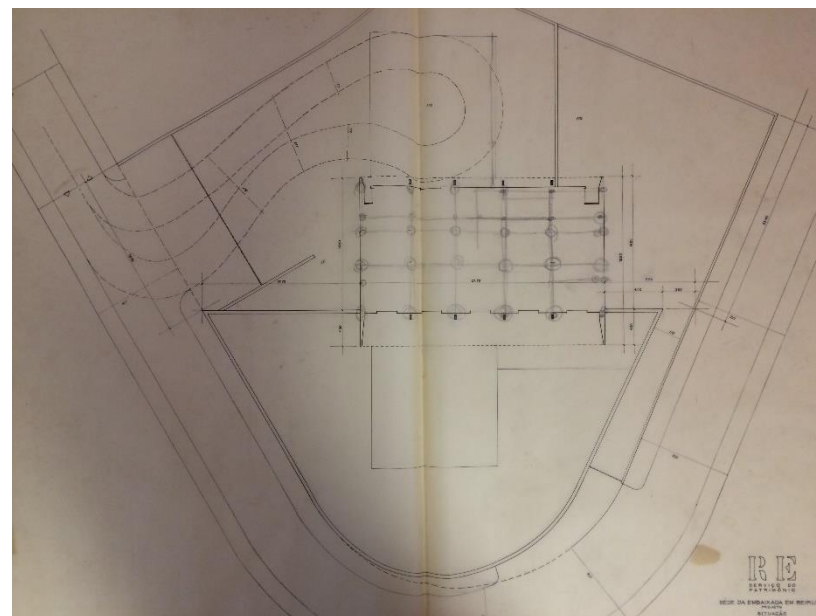


Figura 18: Proposta inicial que mostra o esquema estrutural do projeto e o acesso por meio das rampas na fachada norte, revisada posteriormente. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

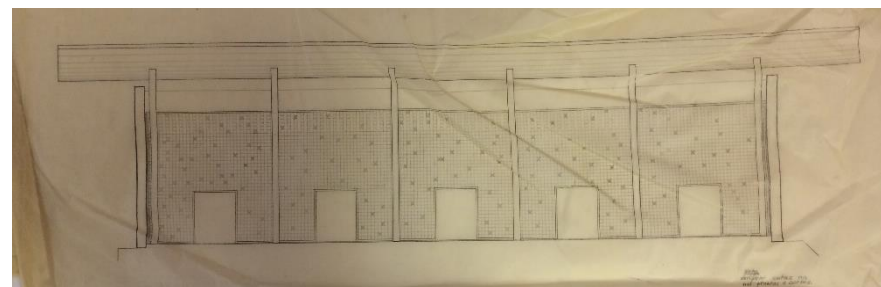


Figura 19: Estudo da fachada sul do projeto. Note-se a proposta para revestimento em azulejos e as portas de vidro que se abrem para o jardim. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

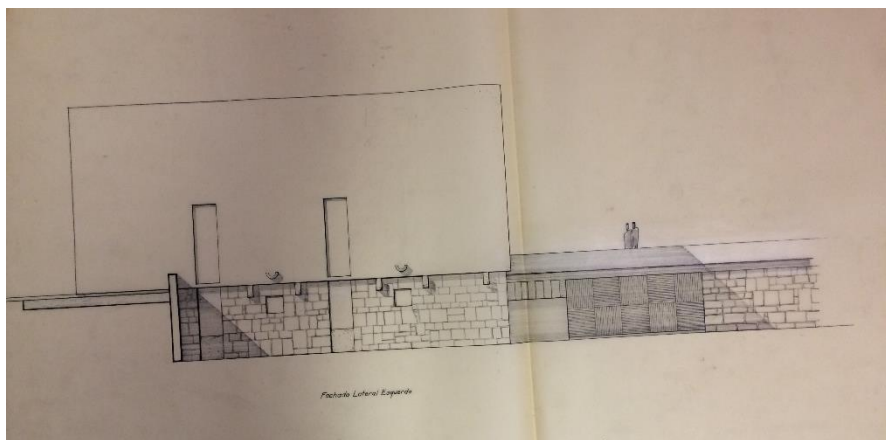


Figura 20: Estudos para a fachada oeste, que mostram a proposta do pavimento semi-enterrado onde estão dispostas as zonas de serviço. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

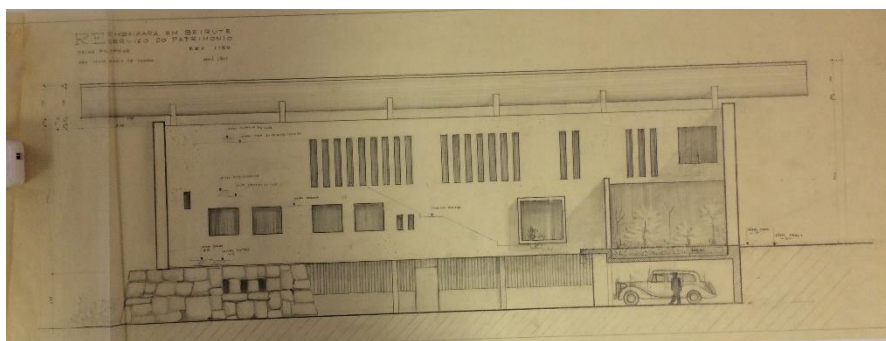


Figura 21: Estudos para a fachada oeste. Note-se a intenção de fazer aberturas em tamanhos e formatos variados. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

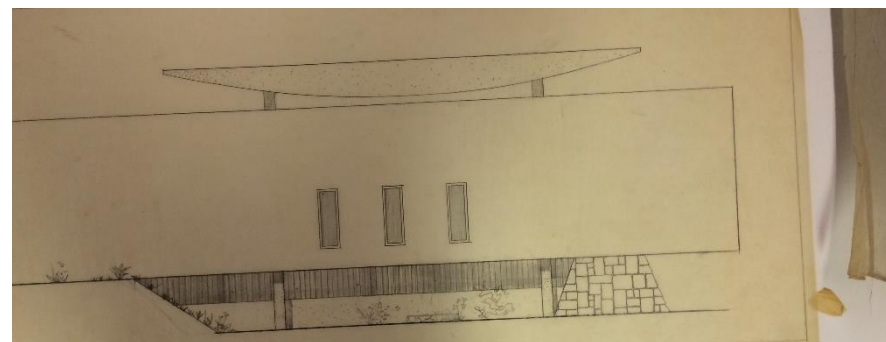


Figura 22: Estudos para a fachada oeste, ainda com solução indefinida para o muro de arrimo no terreno. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

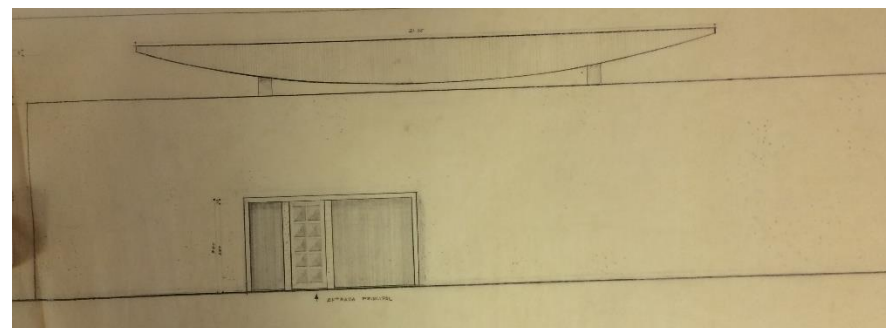


Figura 23: Estudos para a fachada oeste, como posicionamento da porta de entrada logo no acesso das vias. Essa solução foi alterada posteriormente. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

MAQUETES

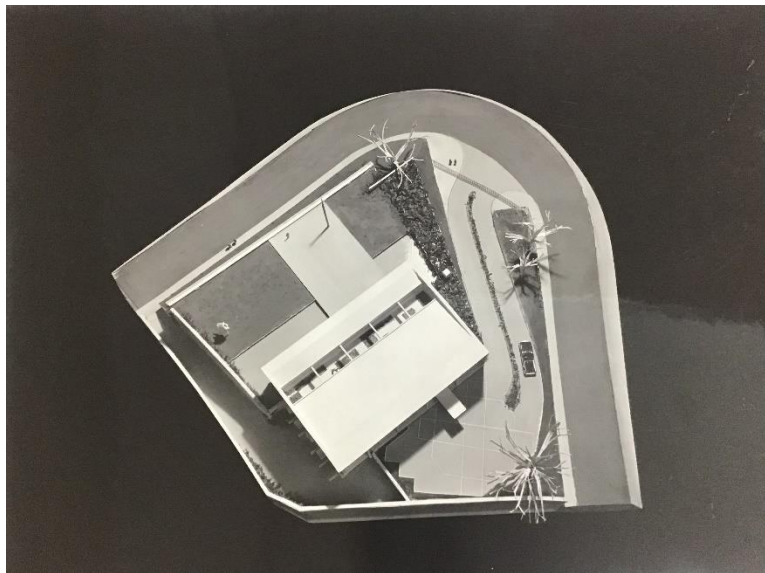


Figura 24: Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista superior. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

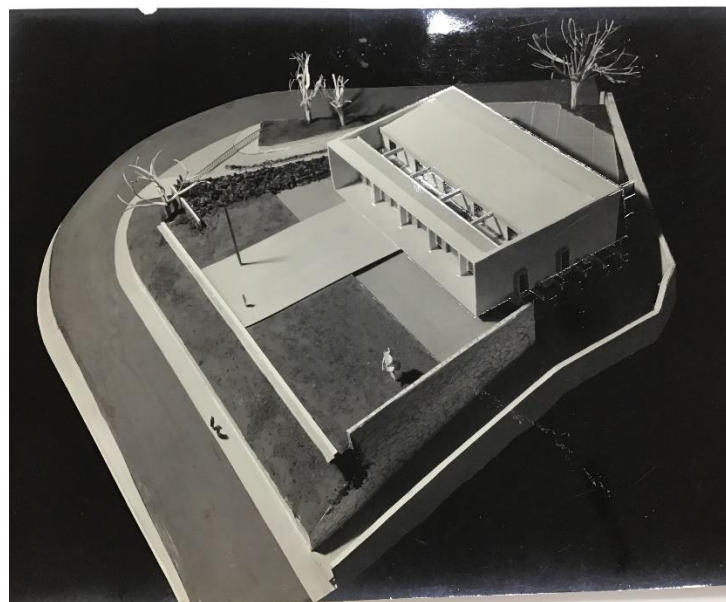


Figura 25: Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista da fachada sudeste do projeto. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 26: Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista da fachada oeste. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

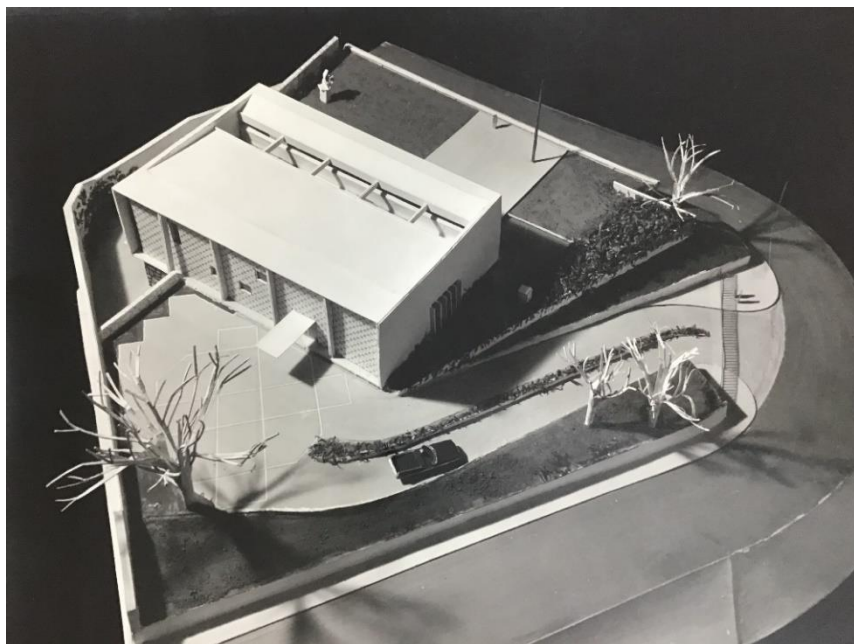


Figura 27: Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista superior com foco no acesso de veículos e nas fachadas sul e oeste. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

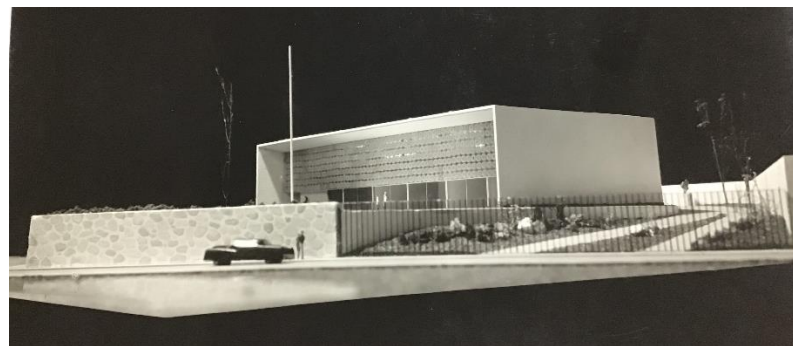


Figura 28: Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista a partir da rua da fachada norte. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 29: Maquete de estudo da primeira versão do projeto. Vista da fachada norte. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

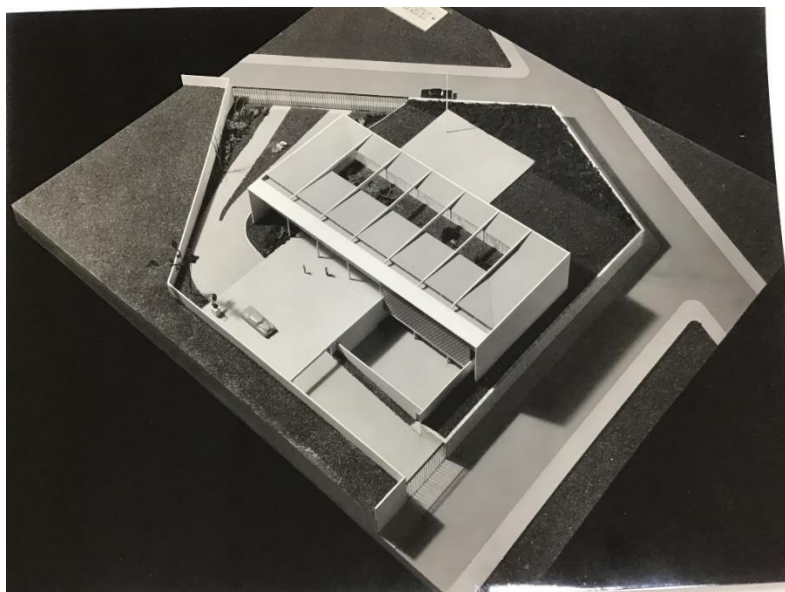


Figura 30: Maquete de estudo da segunda versão do projeto. Vista aérea. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

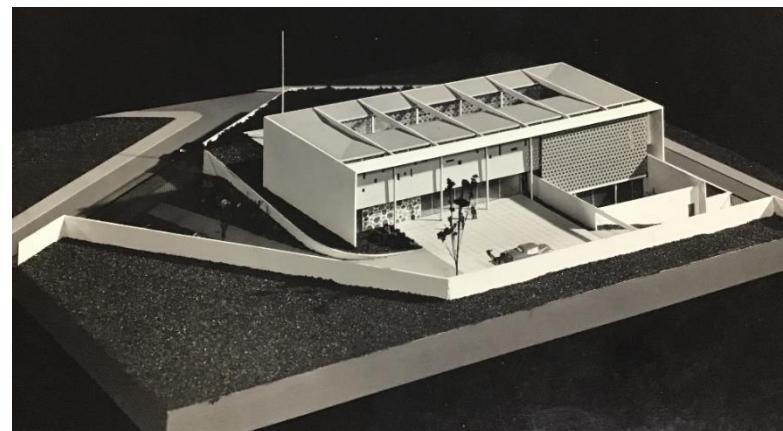


Figura 31: Maquete de estudo da segunda versão do projeto. Vista da fachada norte. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

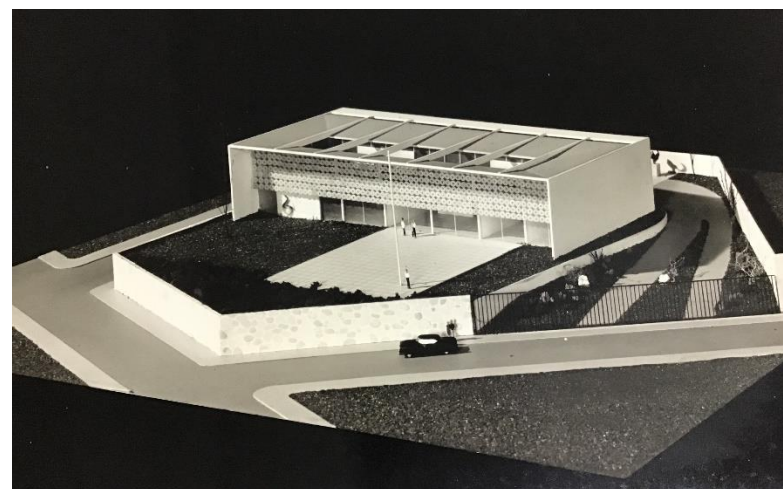


Figura 32: Maquete de estudo da segunda versão do projeto. Vista da fachada sul. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

PUBLICAÇÕES



Figura 33: Reportagem do Correio da Manhã de outubro de 1962 a respeito da Residência oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

FOTOGRAFIAS



Figura 34: Fotografia antiga mostrando a solução definitiva para os muros de arrimo na fachada oeste. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 35: Fotografia antiga mostrando a solução definitiva para os muros de arrimo na fachada oeste. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 36: Carlos Camargo e Olavo Redig de Campos trabalhando no modelo reduzido de uma das versões da Residência em Beirute. Fonte: Acervo pessoal de Carlos Camargo cedido à autora.

FOTOGRAFIAS ATUAIS



Figura 37: Vista da piscina a partir do jardim interno, na porção sul do terreno. Note-se o muro de arrimo que delimita a fachada leste, com as aberturas em formato retangular coincidentes com a paginação do mármore branco. Fonte: Archdaily.com



Figura 38: Vista da fachada sul do projeto, com enfoque nas portas de vidro que separam os ambientes sociais do jardim, e o painel em azulejos. Fonte: Archdaily.com



Figura 39: Detalhe da composição geométrica em azul e branco que conforma o painel que reveste a fachada sul do projeto. Fonte: Archdaily.com



Figura 40: Vista do muro de arrimo que delimita a fachada oeste do projeto e garante privacidade à zona do jardim e da piscina. À direita, a fachada sul do projeto. Acima, a cobertura côncava em concreto armado. Fonte: Archdaily.com



Figura 41: Vista da estátua de Bruno Giorgi que decora o jardim privativo na porção sul do lote. Ao fundo, o muro de arrimo que delimita a fachada oeste do projeto, com as aberturas retangulares e quadradas coincidentes com a paginação do mármore branco. Fonte: Archdaily.com

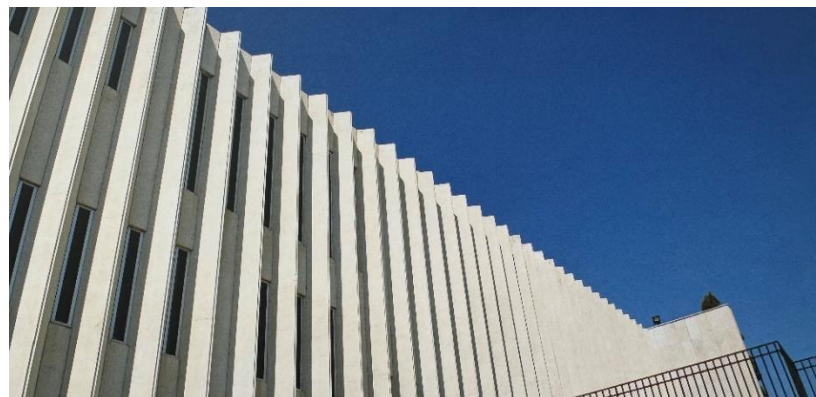


Figura 42: As seteiras e os *brise-soleil* verticais que conformam a fachada norte do projeto. Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2003.



Figura 43: Fachada norte com as janelas do tipo seteira nos pavimentos e o acesso à zona de serviço no pavimento semi-enterrado. Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2003.



Figura 44: Vista do jardim privado a partir da biblioteca, no pavimento térreo. Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2003.



Figura 45: Vista interna dos corredores íntimos que acessam os quartos no pavimento superior. Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2003.

DOCUMENTOS

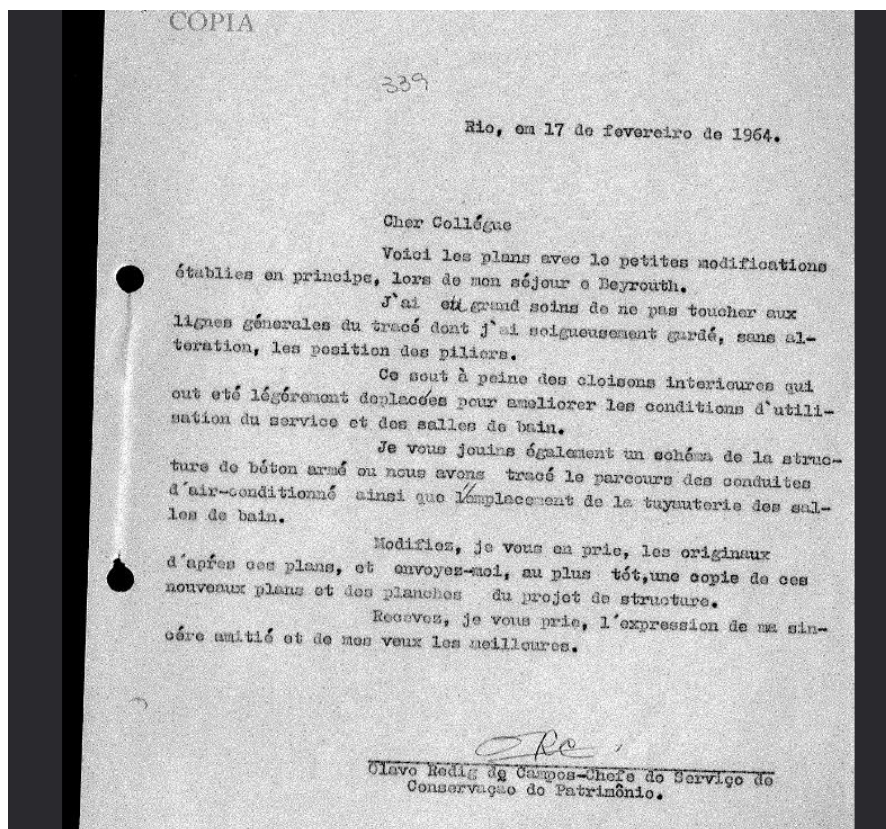


Figura 46: Telegrama enviado por Redig de Campos ao contratado local em 1964 com instruções para resolução de questões surgidas na obra. Chama a atenção o pedido: “Tomei muito cuidado para não mexer nas linhas gerais do traçado, que cuidadosamente mantive, sem alterações, a posição dos pilares”. Fonte: Acervo da Embaixada do Brasil em Beirute cedido à autora.

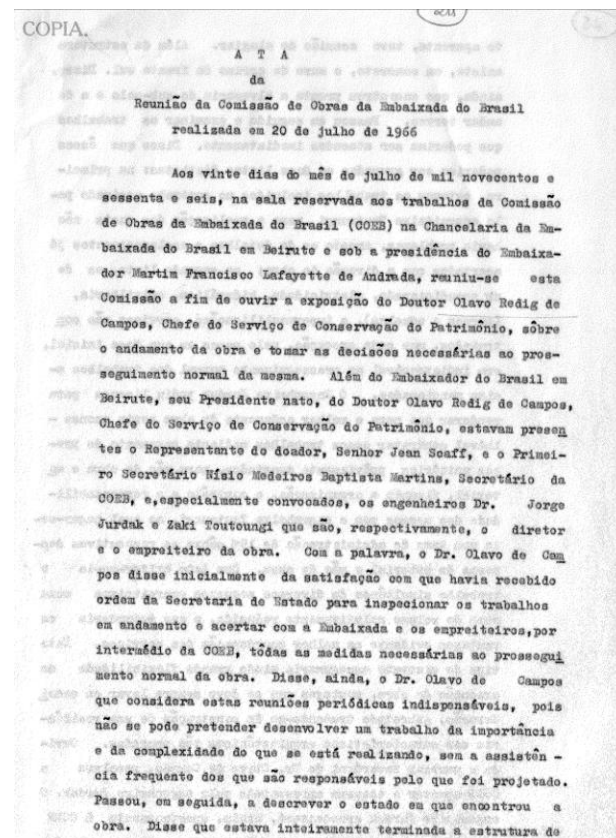


Figura 47: Parte I da ata de reunião realizada para encaminhamentos do projeto. O arquivo de julho de 1966 já mostra que a obra encontrava-se em estado avançado. Fonte: Maço pessoal do arquiteto Olavo Redig de Campos.

5) to aparente, teve ocasião de elogiar. Além da estrutura existe, em concreto, o muro de arrimo da frente sul. Disse, ainda, que encontrou pronta a alvenaria do sub-solo e a de andar térreo. Passou em seguida a examinar os trabalhos que poderiam ser atacados imediatamente. Disse que êsses poderiam ser grupados em duas listas distintas: na primeira, estavam os trabalhos incluídos no contrato assinado pelo empreiteiro Toutsoungi para a realização dos quais não havia problemas, exceto os de detalhes e esclarecimentos já acertados com a direção da obra; na segunda lista, os de ar condicionado, eletricidade, hidráulica, oxilheira, (marcos e aduelas), e impermeabilizações, serviços não contratados, mas cuja execução, pelo menos em sua fase inicial, era indispensável ao prosseguimento normal dos trabalhos acima mencionados. O engenheiro Jurdak pediu licença para ponderar que para o melhor andamento da obra seria aconselhável contratar esses trabalhos mediante pagamento de preços unitários previamente acertados, para mão de obra e material, ficando a organização, o controle e a responsabilidade dos mesmos com o engenheiro Toutsoungi, ao qual pagaria-se uma taxa de administração de 15% sobre as respectivas despesas de material e mão de obra. Com isto evitar-se-ia o trabalho simultâneo de diversos pequenos empreiteiros numa obra de volume relativamente reduzido, o que redundaria em vantagem evidente na melhor coordenação dos serviços. Este tipo de contrato asseguraria ainda grande flexibilidade na execução da obra, vantagem que se deve sempre levar em consideração, sobretudo tratando-se da construção de uma residência com características arquitetônicas tão apuradas. Ouvido o parecer favorável do Dr. Olavo de Campos, resolveu a COMOP aprovar o esquema apresentado pelo engenheiro Jurdak. O engenheiro Jurdak apresentou, assim, oportunamente à COMOP

Figura 48: Parte II da ata de reunião que mostra estado avançado da obra em julho de 1966. Fonte: Maço pessoal do arquiteto Olavo Redig de Campos.

base para o preparo das plantas de execução, a cargo do engenheiro Jurdak. Acrescentou que enviaria do Rio de Janeiro desenho da distribuição interna da cozinha, bem como o da fachada norte, que considera deva ser reestudada a vista de seu grande e inesperado destaque na paisagem urbana circunstante. Disse ainda que o desenho das portas principais da recepção, o das estantes e forração do escritório, bem como o dos armários embutidos, seriam igualmente desenhados no Rio de Janeiro, a partir de esquema geral de decoração, em estudo na Secretaria de Estado. Voltando

Figura 49: Destaque da ata de reunião de 1966 que mostra o engajamento de Redig de Campos na proposta de soluções, de modo a manter a integridade do projeto. Fonte: Maço pessoal do arquiteto Olavo Redig de Campos.

COPIA.

132

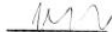
EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
TELEGRAMA datado de 4 de novembro de 1965
(Quinta-feira, 11 hrs.)
RECEBIDO em 4 de novembro de 1965

do MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
RIO DE JANEIRO

Nº 115

Construção da sede da
Embaixada.

Visto



É estranho que a Municipalidade tenha aprovado o abrigo antiaéreo (Schelter) de 46 metros quadrados e esteja agora exigindo 120 metros quadrados, quase 3 vezes mais para o mesmo abrigo. É igualmente estranho que ainda a posição da garage, em tudo semelhante à posição já aprovada, possa apresentar dificuldades para aprovação da planta. À vista, porém, -P2- da informação encaminhada por Vossa Excelência de que o abrigo antiaéreo com 120 metros quadrados é uma exigência que deve ser cumprida, concordo com o aumento do subsolo da área para direita do muro de arrimo, conforme o indicado na planta enviada em anexo ao ofício nº 360 dessa Embaixada. O abrigo deverá, porém, ficar em retângulo determinado pelo muro de concreto e pelas linhas 2 e 6, além de uma - P3 - X quarta linha paralela à B à 17, 15 metros desta. Não será, assim, necessário demolir o muro de concreto no trecho entre as linhas B e E, o que me parece muito importante e exatamente de acordo com o critério defendido pelos construtores libaneses, de completo aproveitamento das obras já executadas. Rogo mandar incluir na planta do engenheiro Jurdek pilastras D 3 E3 -P4- e H1 adequadas para garantir a estabilidade da estrutura.

COPIA.

133

2

lavanderia. As caldeiras e aparelhagem do ar acondicionado poderão ficar em retângulo determinado pelas linhas B e H e pelo muro de concreto já executado paralelo à linha 5. Estou certo de que Vossa Excelência conseguirá aprovação da garage -P5- na posição indicada pelo Serviço do Patrimônio, o que dispensará outras modificações da planta aprovada e permitirá manter a lavanderia e as acomodações para empregados de que se necessita. Não concordo com as modificações propostas para a escada de serviço, que deverá ser executada tal como indicado nas plantas feitas em Beirute pelo Serviço do Patrimônio. Só na hipótese de se verificar ser de todo impossível manter a garage na posição -P6- determinada pelo Serviço do Patrimônio é que se poderá adotar o esquema indicado na planta anexada ao ofício nº 360, transferindo, porém, neste caso, a lavanderia para o local onde está indicado a caixa d'água e esta ficará em outra posição, pois que não apresentam problema a iluminação e a ventilação.

EXTERIORES.

Em claro.

Figura 50: Parte I de carta enviada por Redig de Campos ao empreiteiro a respeito de soluções para o projeto a partir de requerimento por parte da prefeitura para a locação de um abrigo anti-bombas na Residência. Fonte: Maço pessoal do arquiteto Olavo Redig de Campos.

Figura 51: Parte II da carta enviada por Redig de Campos ao empreiteiro a respeito de soluções para o projeto. Fonte: Maço pessoal do arquiteto Olavo Redig de Campos.

Washington, D.C., Estados Unidos – 1973

Como já amplamente discutido no segundo capítulo desse trabalho, as relações entre Brasil e Estados Unidos ao longo, principalmente, do século XX definiram posições essenciais para compreender a história da política interna e externa brasileiras, apesar da natural proximidade cultural, linguística e histórica a outros países, tais como Portugal ou vizinhos latinoamericanos.

A instalação da Embaixada do Brasil em Washington foi resultante da frutífera aliança entre ambos os países nas primeiras décadas do século XX. Por meio da implementação da Política da Boa Vizinhança, e a partir de interesses econômicos mútuos e da busca pelo fortalecimento de sua posição de liderança na América Latina, a diplomacia brasileira foi bem-sucedida na condução de negociações que favoreceram seus interesses ao longo das décadas, como as já mencionadas políticas de aproximações alternadas e simultâneas, no

contexto da Segunda Guerra Mundial, ou de equidistância pragmática, durante os primeiros anos da Guerra Fria.

Nesse contexto, é importante também compreender o panorama da fundação da cidade Washington D.C., mesmo que brevemente, como uma cidade planejada, resultante das mudanças instituídas pela Guerra de Independência americana. Criada a partir do *Residence Act*, de 1790, que definiu a instalação da sede do governo dos Estados Unidos da América no novo Distrito de Columbia, localizado na confluência dos rios Potomac e Anacostia, foi encomendada por George Washington ao arquiteto e engenheiro franco-americano Pierre Charles L'Enfant.

A nova capital deveria ser “uma cidade magnífica, digna da nação, livre de suas origens coloniais e ousada na afirmação de uma nova identidade”⁵¹ e, por isso mesmo, inovadora em seu projeto. L'Enfant propôs uma rede de ruas ortogonais que conectariam os principais

51 Informações obtidas e traduzidas do site da National Capital Planning Commission, disponível em: <https://www.ncpc.gov/about/history/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

edifícios e espaços cívicos por meio de longas avenidas. Dos mais relevantes, o conhecido National Mall, define o eixo visual e simbólico que conecta o Memorial de Abraham Lincoln ao obelisco que homenageia o primeiro presidente americano, George Washington.

No projeto original de L'Enfant, em cada uma das laterais do National Mall estariam dispostas as Embaixadas estrangeiras, lado a lado, “para recriar uma promenade em miniatura da diversidade da arquitetura do mundo”. Essa idéia não prosseguiu e as Residências e Chancelarias se instalaram ao longo principalmente da Massachusetts Avenue Northwestern, no que hoje se conhece como Embassy Row. O editorial “*The Era of Elegant Embassies*” publicado pelo Washington Post em janeiro de 1976, apresenta o movimento

de ocupação da Embassy Row de Washington, o distrito da cidade que se transformou no bairro internacional da capital americana:

The rise of Washington as the world diplomatic center has increased the size of embassy staff, and the need for chancery space. The proliferation of new countries released from colonial fealties has increased the number of diplomatic missions in Washington from 56 before World War II to the current count of 129. (...) The result has been to enrich Washington's architectural diversity (...) (CONROY, 1974, p.182)⁵²

Com a ocupação dos lotes dispostos ao longo da Massachusetts Avenue pelas inúmeras Embaixadas estrangeiras, Washington D.C. ficou conhecida, portanto, por ser o centro diplomático internacional por excelência, como menciona a reportagem, com a paulatina adição de organismos internacionais à cidade, tais como a OEA (Organização dos Estados Americanos), o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio), entre outros.

⁵² A ascensão de Washington como centro diplomático mundial aumentou a necessidade de pessoal de Embaixada e a necessidade de espaço nas Chancelarias. A proliferação de novos países libertados das lealdades coloniais aumentou o número de missões diplomáticas em Washington de 56 antes da Segunda Guerra Mundial para a atual contagem de 129. O resultado foi enriquecer a diversidade arquitetônica de Washington – e sem nenhum custo para a construção para o contribuinte americano. Tradução nossa.

INDEX

Similar ao Setor de Embaixadas em Brasília, na Embassy Row, as Embaixadas estrangeiras correspondem a três categorias principais (CONROY, 1974): mansões construídas na virada do século no estilo *beaux arts*, como são os casos das Embaixadas britânica, francesa ou indonésia; edifícios de escritórios com fachadas envidraçadas comprometidos com o “estilo internacional” dos anos 1960, na qual se enquadra a Chancelaria brasileira e a Embaixada alemã; e edifícios cuja linguagem étnica expressa na volumetria ou na ornamentação das fachadas deixavam clara a vinculação aos seus países de origem.

Ao descrever com entusiasmo o projeto brasileiro de Olavo Redig de Campos, a publicação destaca a robusta estrutura em vigas de aço

ancoradas em apenas uma extremidade que deixavam em balanço a entrada do edifício, revestido por esquadrias de vidro:

In this same genre is the Brazilian Embassy chancery at 3006 Massachusetts Avenue, built to mind its manners to the John Russell Pope Brazilian residence next door. The new structure was designed by Olavo Redig de Campos with Ricardo de Abreu as assistant and Hans Ulrich Scharnberg as local consulting architect. Here again the structure is the visible row of steel columns. The most unusual effect is the cantilevering of the section of the building facing Massachusetts Avenue. The exterior is all bronze glass, enriching the effect and turning what could have been a cold, unsympathetic glass box into an almost romantic modern structure (CONROY, 1974, p.183)⁵³

A menção ao edifício “John Russell Pope” logo ao lado, diz respeito ao Palácio McCormick, ou à McCormick Villa, cujo projeto foi elaborado pelo arquiteto americano John Russell Pope, autor de outros edifícios e monumentos da cidade tais como a National Gallery of Art, o National Archives e o Jefferson Memorial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, P. 524). Inspirado no estilo

⁵³ Neste mesmo gênero está a Chancelaria da Embaixada do Brasil na Avenida Massachusetts, 3006, construída para respeitar a Residência brasileira de John Russell Pope, vizinha. A nova estrutura foi projetada por Olavo Redig de Campos, com Ricardo de Abreu como assistente e Hans Ulrich Scharnberg como arquiteto consultor local. Aqui, novamente, a estrutura é a fileira visível de colunas de aço. O efeito mais incomum é o balanço da seção do edifício voltada para a Avenida Massachusetts. O exterior é todo em vidro bronze, enriquecendo o efeito e transformando o que poderia ter sido uma caixa de vidro fria e antipática em uma estrutura moderna quase romântica. Tradução nossa.

neoclássico, o edifício de quatro andares com salões nobres de recepções e banquetes foi inaugurado em 1931, quatro anos antes de ter sido adquirido como propriedade do governo brasileiro após uma série de negociações para instalação de sua Residência Oficial:

A lei número 26, de 14 de fevereiro de 1935, abriu um crédito [sic] na importância [sic] de Rs. 3.900:000\$000⁵⁴ para a aquisição [sic] e adaptação do prédio em Washington, em que se installou [sic] a Embaixada dos Brasil nos Estados Unidos da America [sic]. (...) A compra de um edifício para sede [sic] permanente de nossa representação era cousa [i. é. coisa] que se reclamava desde os tempos em que foram Embaixadores do Brasil Joaquim Nabuco e Domicio da Gama (...). Ao invés de prédios [sic] alugados, moveis [sic] alugados e alfaias alugadas, como aconteceu no passado (...), é hoje a Casa do Brasil o historico [sic] Palacio McCormick, à Massachusetts Avenue n.3000. Essa casa é toda construída com pedra de cantaria, os marmores nella [sic] empregados vieram da Italia [sic], os lustres e as ferragens em bronze foram trazidos da França (...)⁵⁵

À época da aquisição do Palácio McCormick e do terreno anexo, as atividades burocráticas e administrativas da Embaixada se realizavam em um edifício existente, de dimensões insuficientes para

as demandas que um posto tão relevante quanto Washington apresentavam em termos de pessoal e espaços de trabalho. Posicionado no extremo norte do terreno, junto à Whitehaven Street, o edifício foi demolido e suas funções foram transferidas para a nova Chancelaria projetada por Olavo Redig de Campos, que teria suas obras concluídas em 1973.

Em termos da implantação do edifício, Redig de Campos inverteu a posição da Chancelaria e reverteu o acesso público, que antes acontecia a partir da Whitehaven Street, para a Massachusetts Avenue, ao posicionar o hall de ingresso ao edifício junto a essa avenida. O alinhamento da fachada principal da Chancelaria ao limite da fachada lateral da Residência garantem unidade às duas construções, posicionadas perpendicularmente uma à outra.

⁵⁴ O texto menciona a compra do Palácio McCormick pela quantia de 3.900:000 réis. Outros textos sugerem que a propriedade foi adquirida pelo valor aproximado de U\$200.000,00.

⁵⁵ A passagem transcrita, acima, foi retirada de documentos referentes ao Palácio McCormick disponíveis nas pastas relativas ao projeto da Chancelaria em Washington, localizadas no acervo do SARQ/MRE. Não foi identificada autoria.

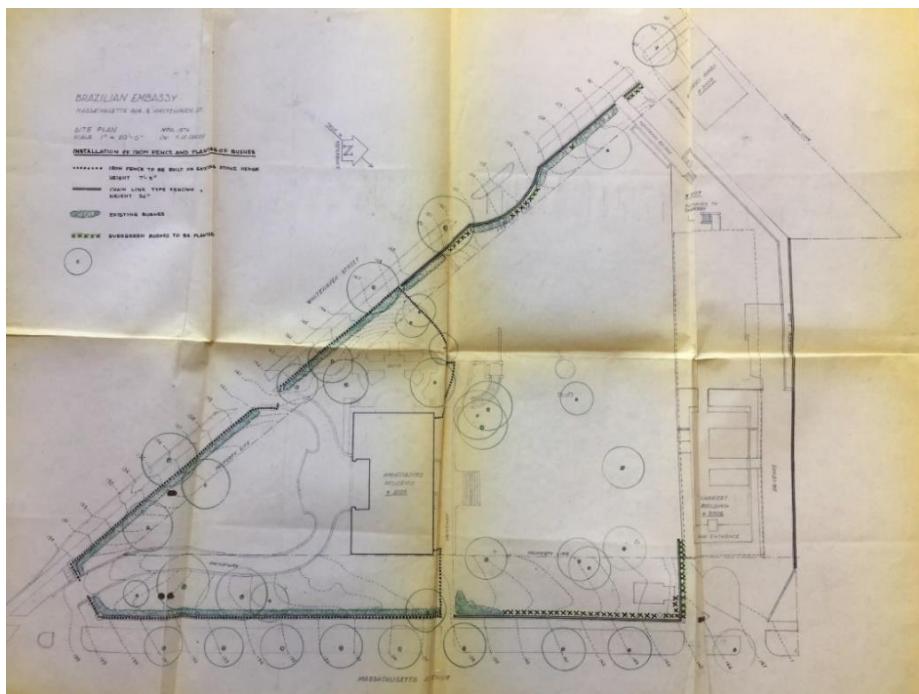


Figura 53: Planta de situação ilustrativa do lote em formato triangular em que se localizam a Residência Oficial, instalado na McCormick Villa, cujo acesso se dá a partir da conexão entre a Massachusetts Avenue e a Whitehaven Street; e a Chancelaria, alinhada longitudinalmente ao limite direito do terreno. Com uma área de 5.800m², a Residência ocupa um total de 1.634m² e a Chancelaria, de 3.180m² conforme documentação localizada nos acervos do SARQ/MRE. Entre os dois edifícios, um amplo jardim arborizado com árvores nativas. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

Com baixa ocupação do lote, a fachada lateral da Chancelaria e os fundos da Residência Oficial se separam por meio de um amplo jardim, que também tem a função de separar os espaços de trabalho da zona de representação. Os fundos do lote são destinados aos estacionamentos de funcionários e áreas de carga e descarga.

Não foram localizados documentos relativos ao memorial descritivo do projeto, tampouco materiais em boa qualidade de leitura que apresentassem seu estudo preliminar. Entretanto, em todas as versões do projeto identificadas nos arquivos, não houve grandes mudanças em termos do posicionamento do edifício junto ao extremo leste do terreno nem da volumetria retangular da Chancelaria, o que talvez permita afirmar que a definição do partido arquitetônico e da implantação do projeto tenham sido muito claras desde o princípio.

SÍMBOLO

Diferente de outros projetos, em que as fachadas em concreto explicitam a vinculação ao material mais empregado pelo modernismo brasileiro, em Washington, Redig de Campos explorou o vidro como linguagem principal. Não obstante, assim como em outros trabalhos, nota-se a clara intenção de preservar os interiores garantindo pouca visibilidade a partir dos exteriores por meio da utilização de esquadrias em cor bronze.

Maciço em sua volumetria, o edifício da Chancelaria na capital americana ocupa um prisma retangular de 15m de largura por 60m de comprimento em quatro pavimentos – térreo e três andares. Se estrutura a partir de uma rede de pilares e vigas em concreto distribuídos em uma malha ortogonal, que deixam em balanço as extremidades de todas as laterais da planta retangular. Desse modo, as fachadas se mantiveram desobstruídas de estruturas, o que permitiu que as esquadrias fossem posicionadas do piso ao teto e não fossem interrompidas por planos horizontais referentes a vigas de bordo, por exemplo. Essa estratégia garante uma leitura especialmente leve da volumetria a partir das janelas em fita –aqui,

ao referenciar um dos preceitos da arquitetura moderna empregados no projeto de Redig de Campos.

O tratamento do térreo também lembra soluções de projetos marcantes do modernismo brasileiro. Com a estratégia de recuar o limite da fachada no pavimento que acessa o edifício, e em seu perímetro optar por vidros transparentes em detrimento do de cor bronze, o arquiteto reinterpreta na Chancelaria em Washington a ideia do pilotis, ao passo que explicita os robustos pilares em concreto que delimitam o hall de acesso ao prédio e o mantém livre na medida do possível, mesmo que apenas visualmente (Figura 53).

A ‘caixa de vidro’ a que o artigo do Washington Post faz menção é, ainda, leve por ser capaz de espelhar o seu entorno, um jardim com espécies nativas que muda conforme a estação do ano – de verde e denso durante os meses de verão, marrom na temporada outonal, até a ausência de folhagens no inverno. E, naturalmente, no acesso ao edifício a partir da Massachusetts Avenue, a bandeira do Brasil é a marca definitiva de que se trata de edifício brasileiro.



Figura 54: Fachada principal e o acesso recuado, no térreo. Fonte: Cedido por Paulo César Braga (2024).

ÍCONE

As funções do programa de necessidades da Chancelaria em Washington se distribuem nos quatro pavimentos do edifício – um térreo e três andares, e é interessante notar como, à semelhança de outras Chancelarias que projetou, Redig de Campos adotou solução similar ao posicionar as salas de trabalho nos dois primeiros pavimentos junto às fachadas, de modo a priorizar a iluminação natural e a vista nos espaços de trabalho, e as zonas de serviços e de circulação ao centro. No primeiro e no terceiro pavimentos, o arquiteto criou espaços de representação – com áreas que podem servir para reuniões ou recepções – logo no hall de chegada dos elevadores e escadas. No primeiro andar, alocou os espaços relacionados à documentação e à pesquisa, com salas de leitura e biblioteca. No último pavimento, na porção da planta que se aproxima da fachada principal, o arquiteto posicionou a zona de trabalho do Embaixador. À luz das diretrizes que também seguiu em Buenos Aires e no trabalho dos interiores do Palácio dos Arcos, em Brasília, ali estão localizados o gabinete, com salões de estar e de

reuniões, as salas de secretarias do Embaixador e os aposentos pessoais para descanso.

Pouco parece ter mudado em termos da distribuição dos espaços no edifício, na volumetria ou nas soluções mais genéricas do projeto ao longo das revisões, que parecem ter se dedicado principalmente ao terreno circundante à Chancelaria e à conexão entre os dois edifícios por meio da sugestão de uma praça coberta que serviria à função consular, mas que nunca foi construída. As figuras 59 a 63 ilustram os estudos realizados para essa proposta em plantas baixas, cortes e modelos reduzidos, assim como as maquetes localizadas nos levantamentos (Figuras 87 a 92).

Outro valioso material localizado durante as pesquisas diz respeito ao layout dos espaços de trabalho e à definição do mobiliário e dos objetos de arte e decoração para os ambientes internos. Trata-se de uma série de desenhos à mão acompanhados de colagens realizadas pelo arquiteto (figuras 72 a 86), que provam a clara opção por parte de Redig de Campos pela especificação de móveis brasileiros, em jacarandá, e representativos do design nacional, outra característica que certamente trouxe da experiência de trabalho na transferência

do Itamaraty para Brasília, quando trabalhou lado a lado ao Embaixador Wladimir Murinho na caracterização e na decoração dos ambientes de trabalho e de representação no novo Palácio (GRANAFEI, 2021).

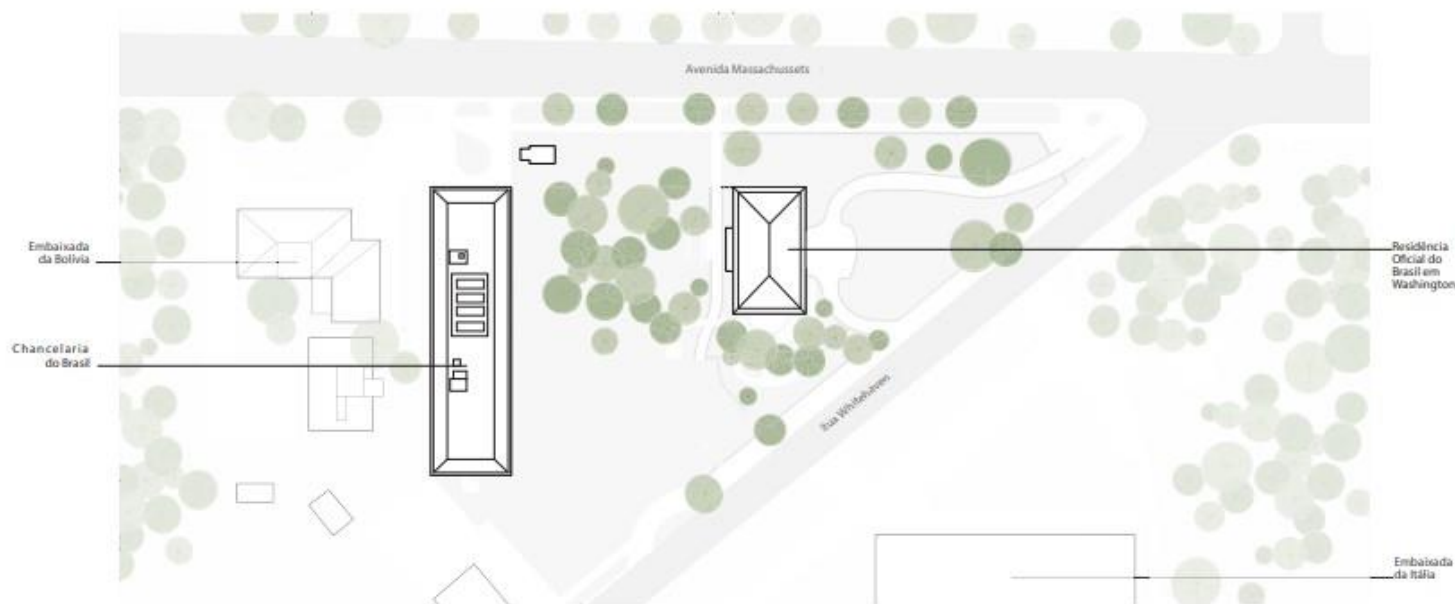
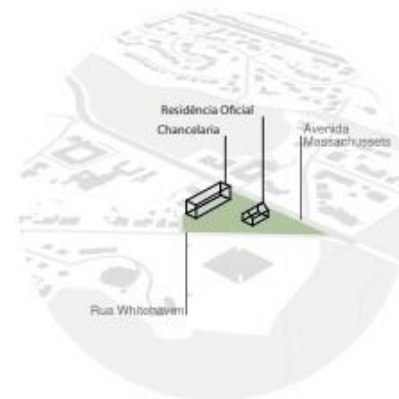
Era sua intenção que os interiores da Chancelaria contassem com uma série de mesas de trabalho, de reuniões, estantes e gabinetes para armazenamento de documentos, cadeiras e poltronas elaboradas pelo escritório de design brasileiro L'Atelier, fundado por Jorge Zalszupin em 1955 (LOSCHIAVO DOS SANTOS, 1995, p.118). Para o térreo, por outro lado, as figuras 73 e 74 mostram a proposta de um mobiliário desenhado pelo arquiteto com acabamento similar, que seria desenvolvido para servir como balcão de recepção. Não foi possível averiguar, entretanto, se os móveis foram adquiridos conforme especificação do arquiteto.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO
sem escala



MAPA DE SITUAÇÃO
sem escala



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
1:1000

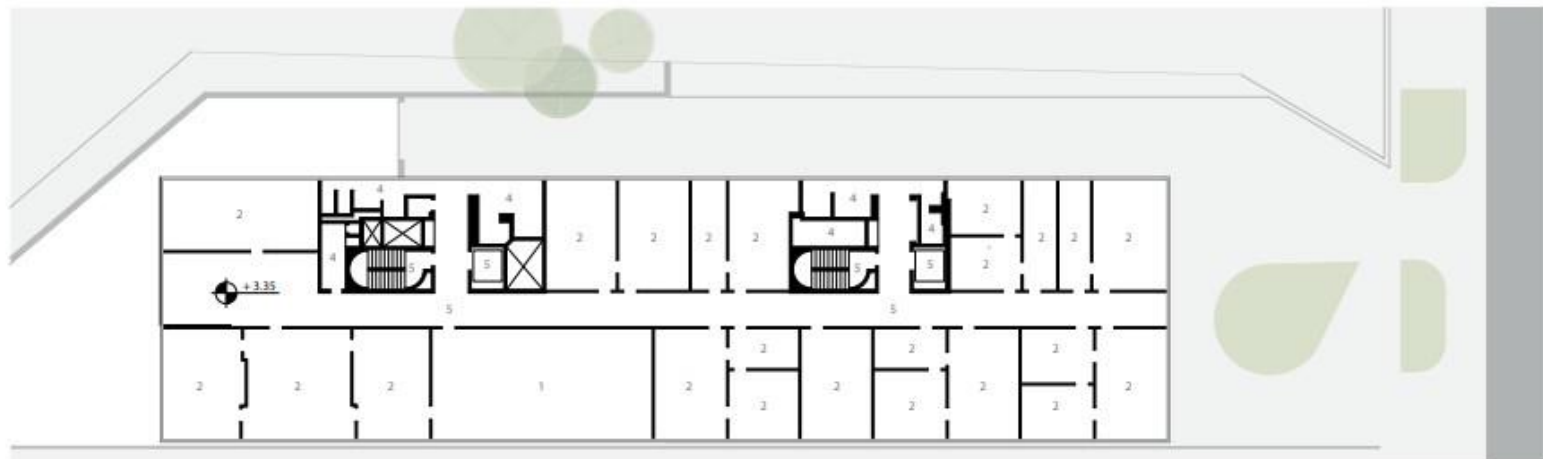
EMBAIXADA DO BRASIL EM WASHINGTON
Arq. Olavo Redig de Campos
1973

001



⊗ PLANTA BAIXA - TÉRREO CHANCELARIA
1:250

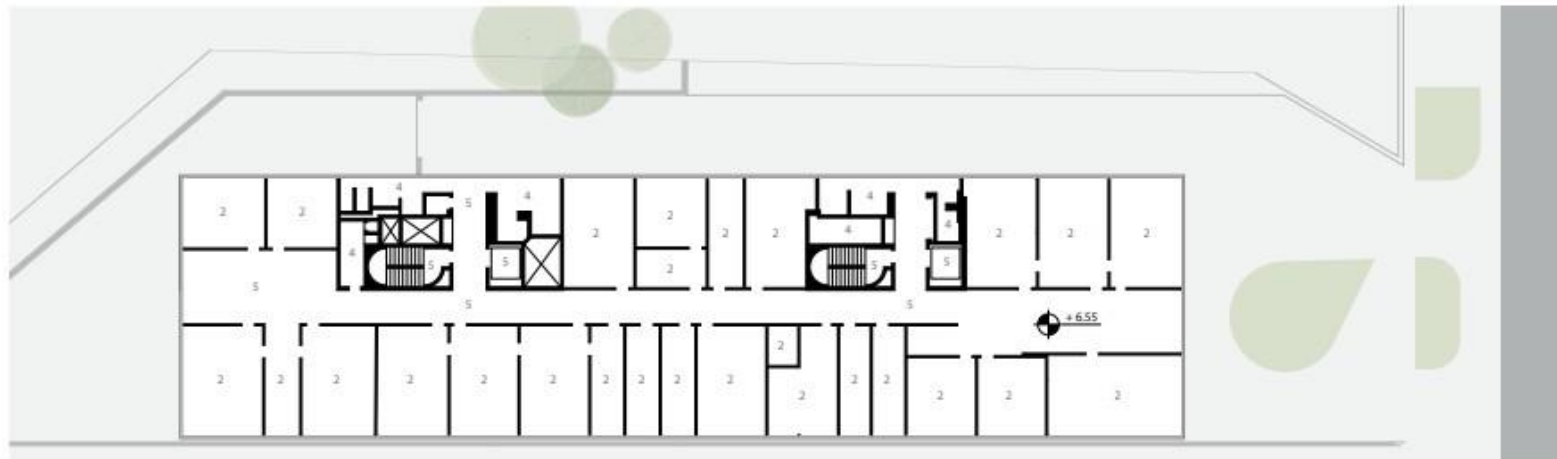
0m 5 10m



⊗ PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO CHANCELARIA
1:250

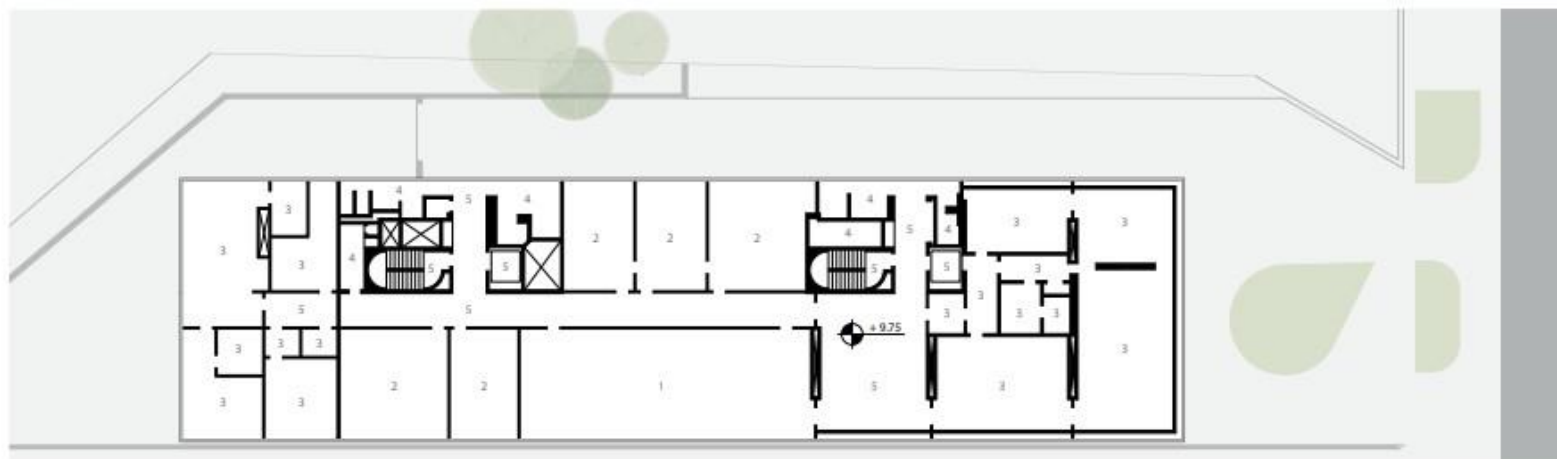
0m 5 10m

- 1. ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO
- 2. ESPAÇOS DE TRABALHO
- 3. ESPAÇOS PRIVADOS/SEGURANÇA
- 4. ESPAÇOS DE SERVIÇOS/ÁREAS TÉCNICAS
- 5. CIRCULAÇÃO/CIRCULAÇÃO VERTICAL



⊗ PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO CHANCELARIA
1:250

0 m 5 10 m



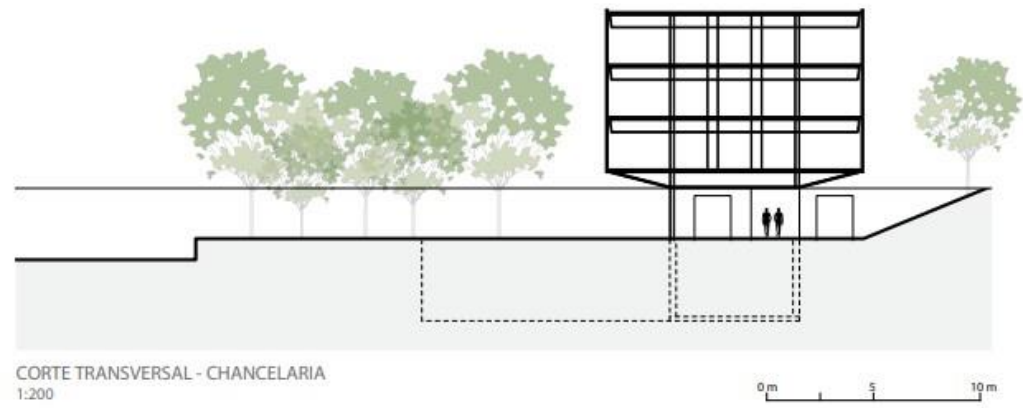
⊗ PLANTA BAIXA - 3º PAVIMENTO CHANCELARIA
1:250

0 m 5 10 m

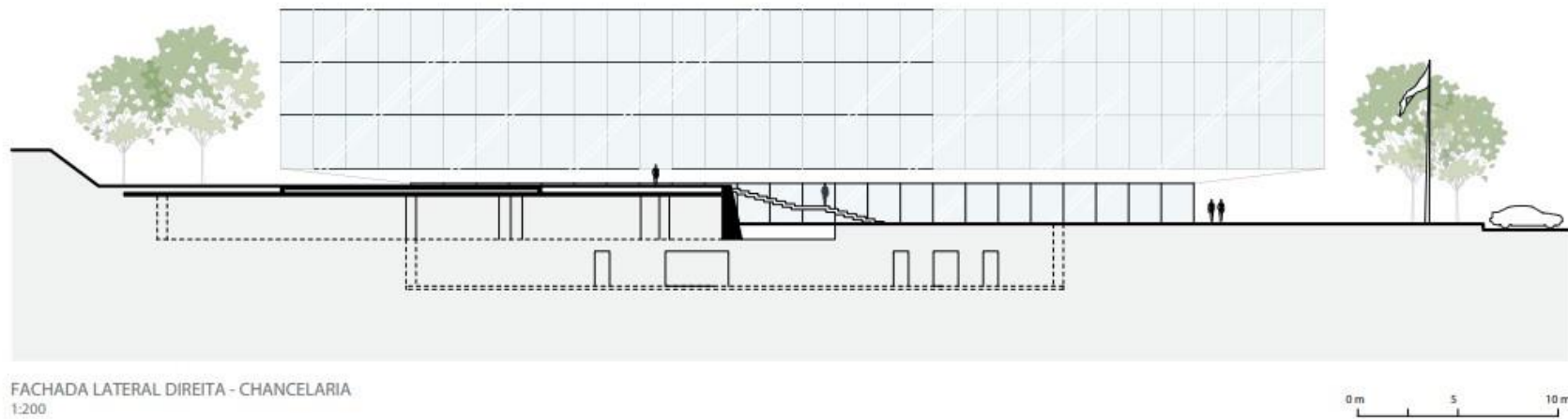
ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO
ESPAÇOS DE TRABALHO
ESPAÇOS PRIVADOS/SEGURANÇA
ESPAÇOS DE SERVIÇOS/ÁREAS TÉCNICAS
CIRCULAÇÃO/CIRCULAÇÃO VERTICAL

EMBAIXADA DO BRASIL EM WASHINGTON
Arq. Otávio Redig de Campos
1973

003



CORTE TRANSVERSAL - CHANCELARIA
1:200



FACHADA LATERAL DIREITA - CHANCELARIA
1:200

DESENHOS

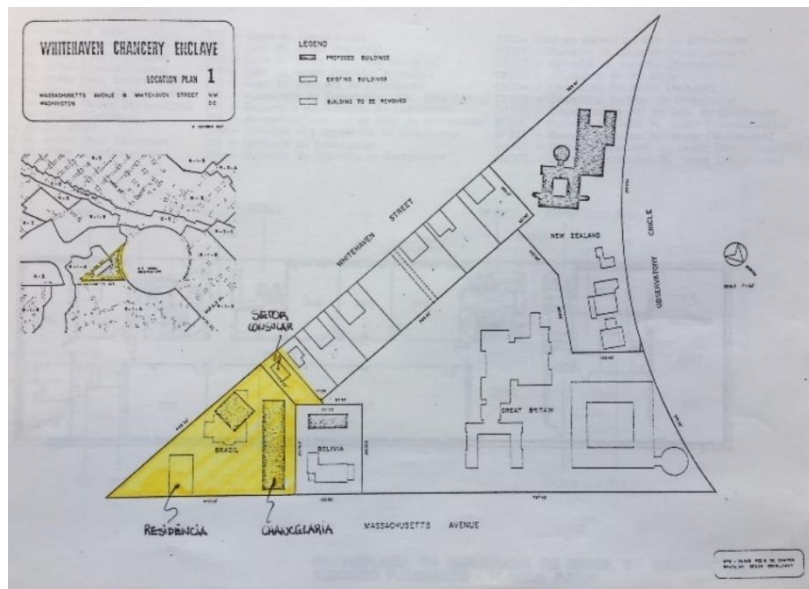


Figura 55: Planta de situação do lote adquirido pelo Brasil para instalação de sua Chancelaria. Nos terrenos vizinhos encontram-se as Embaixadas da Grã-Bretanha, da Nova Zelândia, do Irã, da África do Sul e do Sri Lanka. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

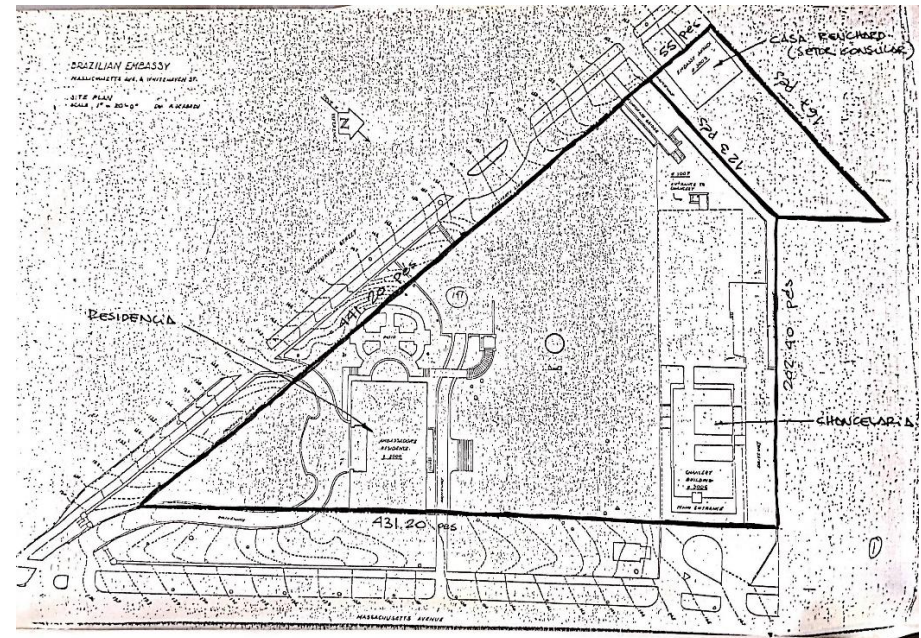


Figura 56: Planta de situação do lote mostrando a relação entre a posição da Residência e da Chancelaria, já com a demolição do edifício que anteriormente abrigava os espaços de trabalho. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

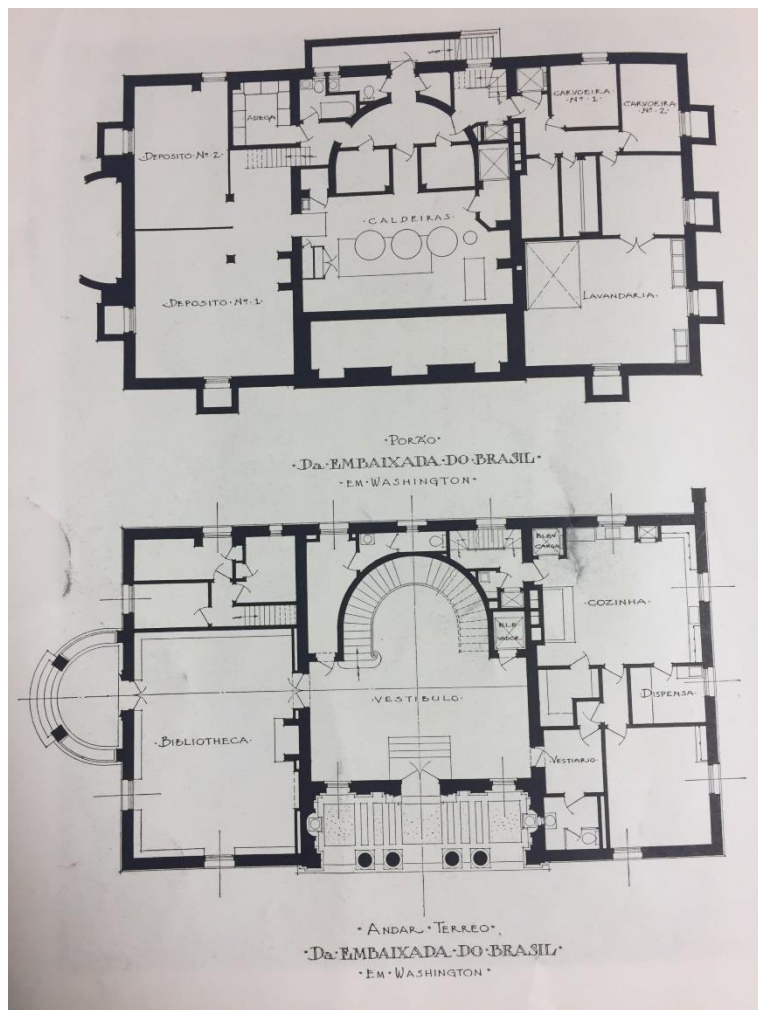


Figura 57: Plantas baixas do porão e do térreo do Palácio McCormick, a Residência Oficial do Brasil. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

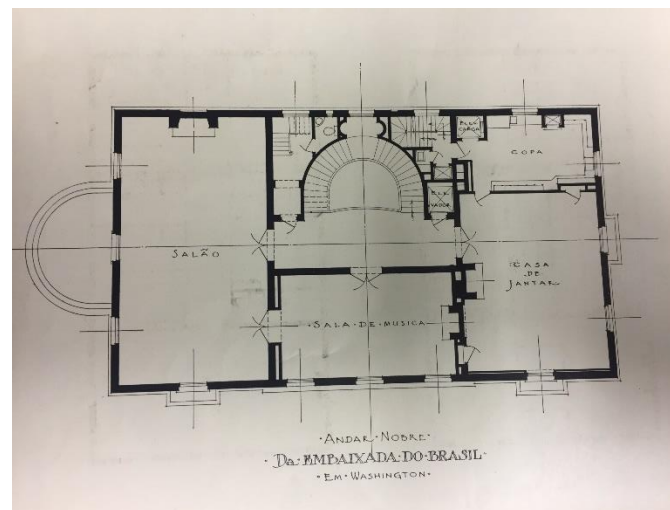


Figura 58: Planta baixa do 'andar nobre' do Palácio McCormick, a Residência Oficial do Brasil. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

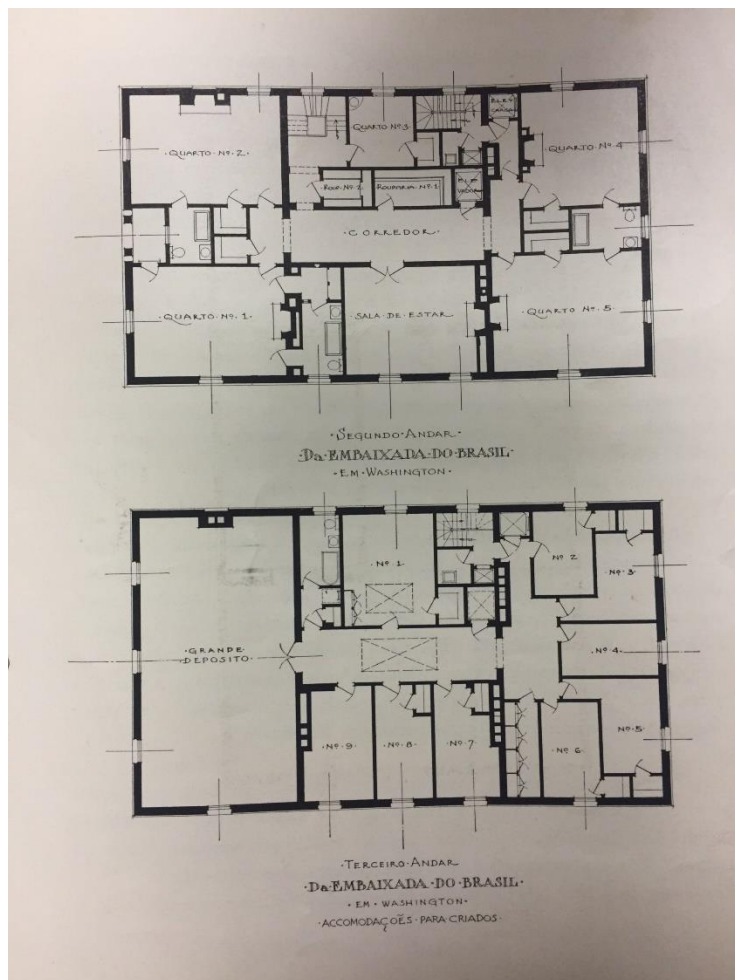


Figura 59: Plantas baixas do segundo e do terceiro andares do Palácio McCormick, a Residência Oficial do Brasil. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

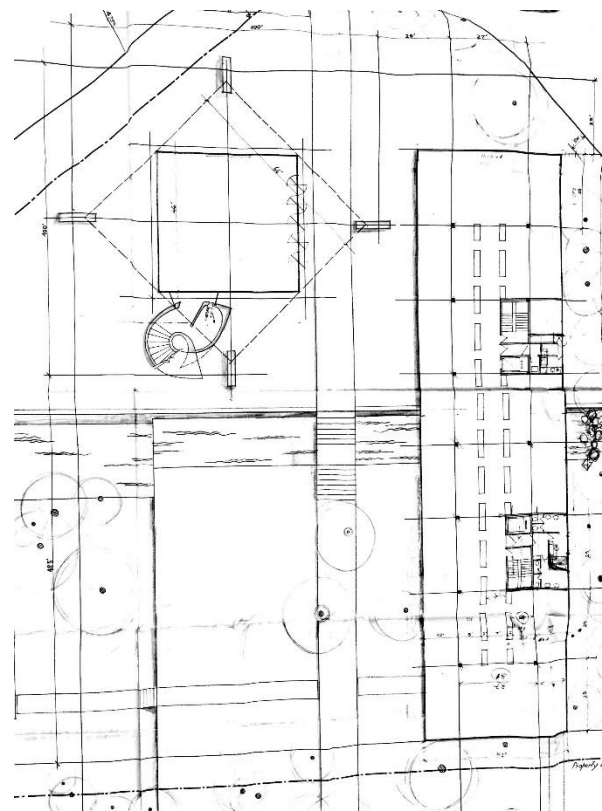


Figura 60: Planta baixa mostrando a proposta de tratamento do terreno ao redor da Chancelaria e da locação do edifício para atendimento consular junto à Whitehaven Street, que não foi executado. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

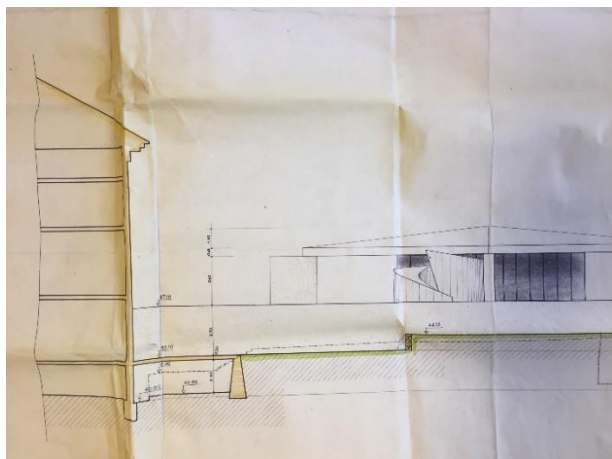


Figura 61: Primeira parte da seção transversal que mostra a Residência Oficial à esquerda e o edifício consular proposto ao centro. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

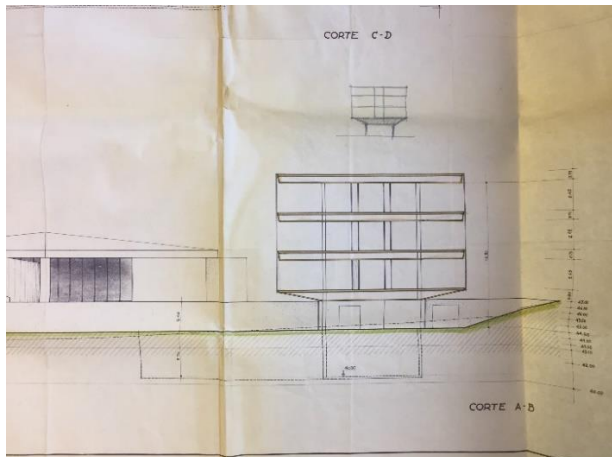


Figura 62: Segunda parte da seção transversal que mostra o edifício consular proposto ao centro e a Chancelaria à direita. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 63: Seção transversal que mostra a Chancelaria em corte à direita. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 64: Seção longitudinal do lote, que mostra a fachada lateral da Chancelaria ao fundo. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

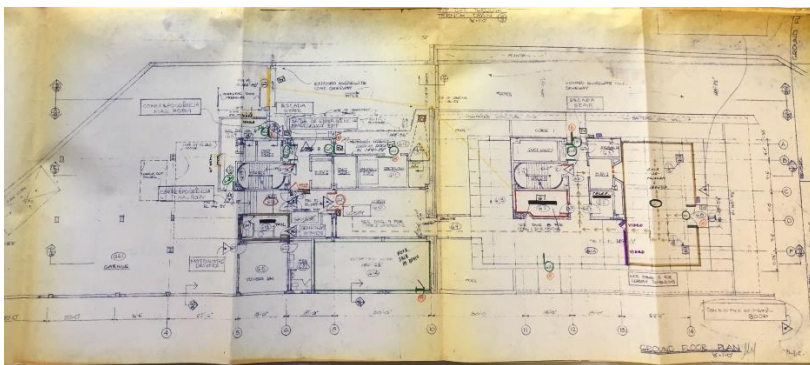


Figura 65: Planta baixa do térreo localizada durante as pesquisas. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

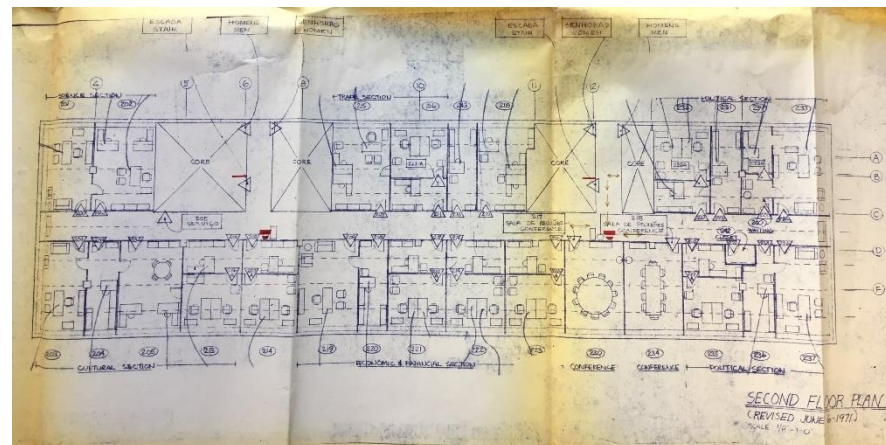


Figura 67: Planta baixa do segundo pavimento localizada durante as pesquisas. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

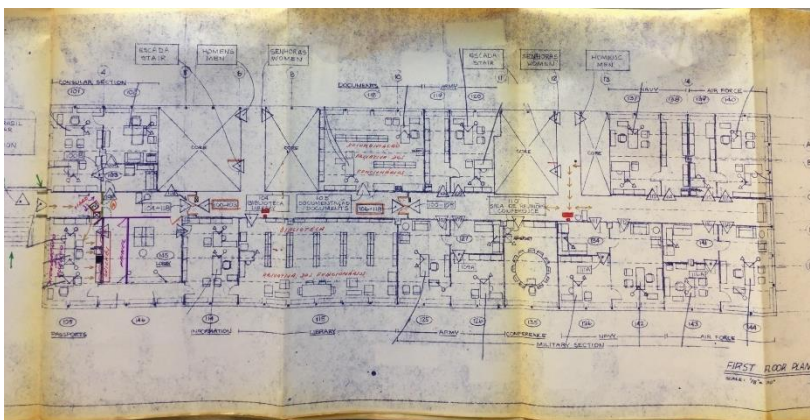


Figura 66: Planta baixa do primeiro pavimento localizada durante as pesquisas. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

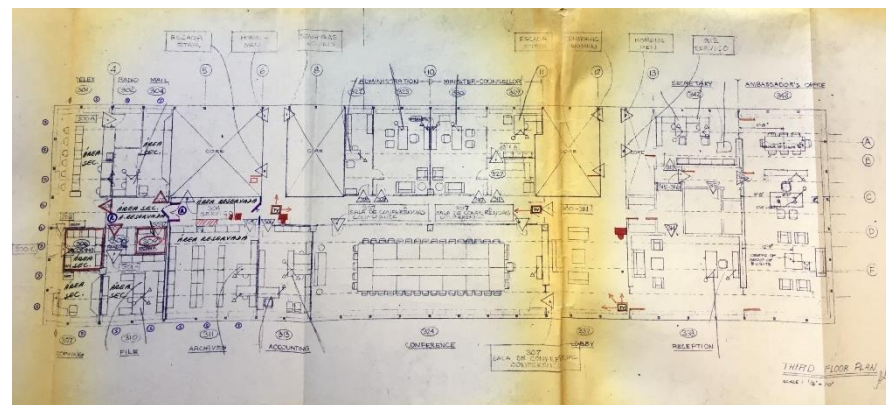


Figura 68: Planta baixa do terceiro pavimento localizada durante as pesquisas. Note-se a grande sala de reuniões prevista ao centro e os aposentos do Embaixador, localizados à direita da planta. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

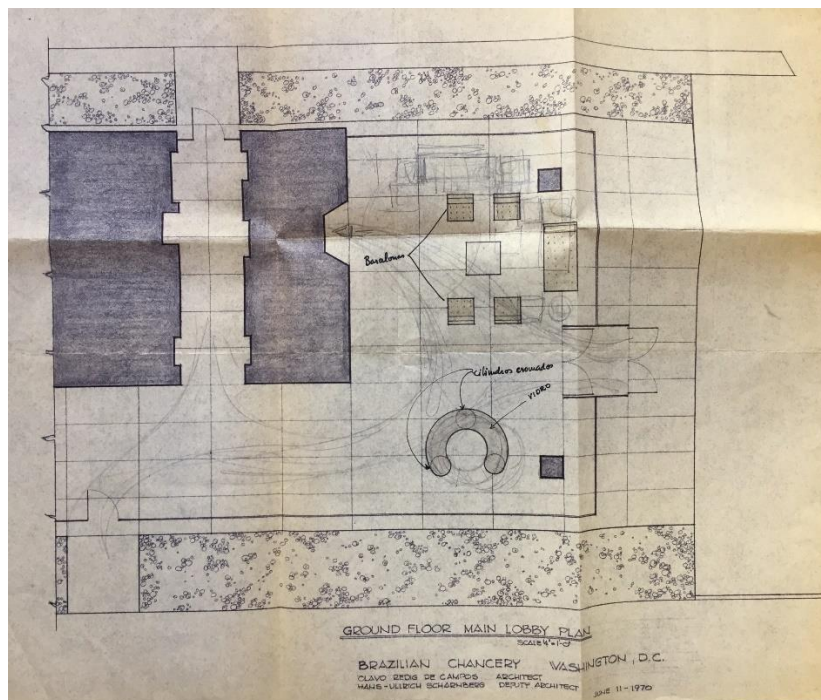


Figura 69: Porção da planta baixa do térreo localizada durante as pesquisas que mostra a sugestão de mobiliário e equipamentos decorativos em croquis. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

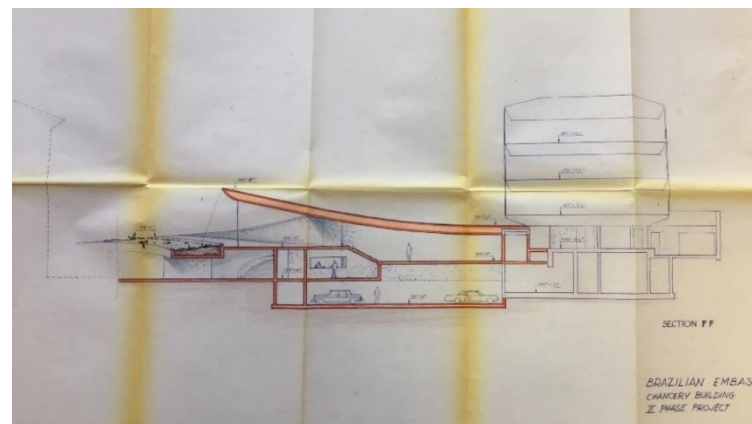


Figura 70: Segunda versão de proposta para ocupação do terreno entre a Chancelaria e a Residência Oficial localizados durante a pesquisa. Aqui, estudava-se a viabilidade de garagem semi-enterrada no lote. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

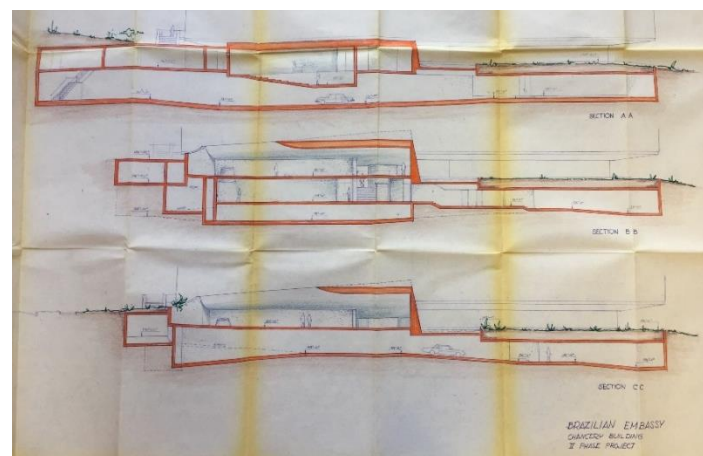


Figura 71: Seções longitudinais mostrando a segunda versão de proposta para ocupação do terreno. Aos fundos, a Chancelaria em vista. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

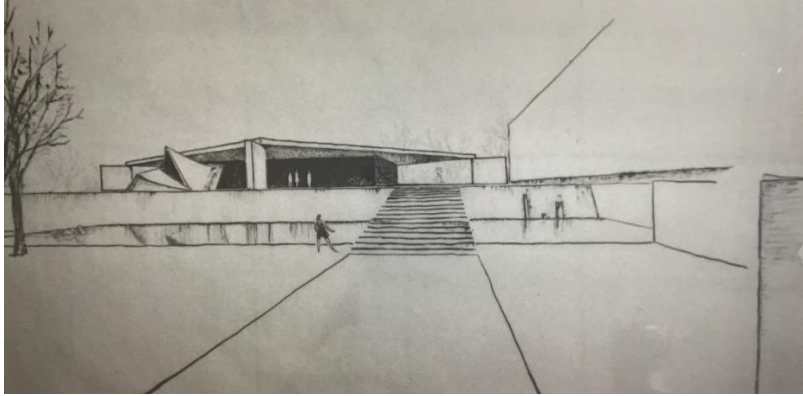


Figura 72: Perspectiva ilustrativa da proposta para o edifício consular. À esquerda a Chancelaria. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

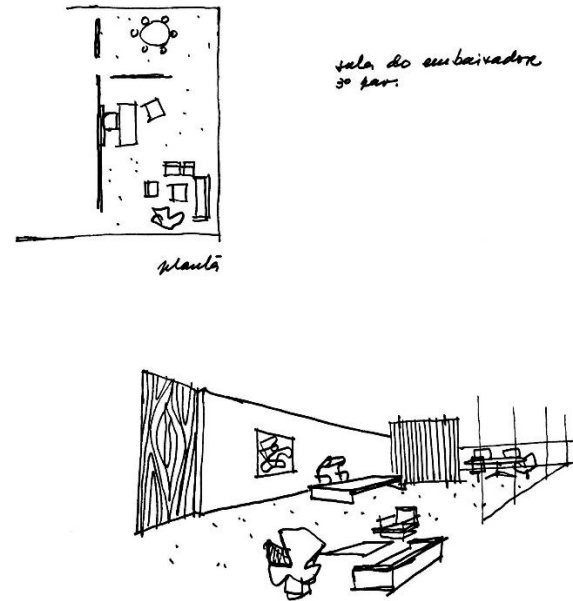


Figura 73: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de layout e mobiliário para a sala do Embaixador, no terceiro pavimento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

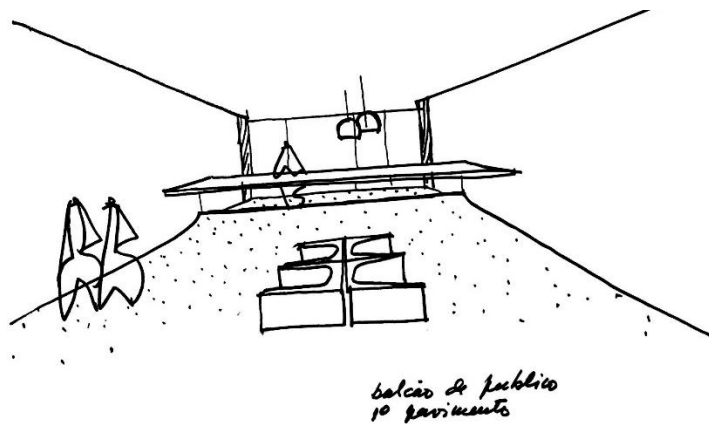


Figura 74: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos para o desenho de um balcão de atendimento ao público, localizado no primeiro pavimento. Note-se em frente a ele o posicionamento de dois pares de poltronas de autoria do escritório de mobiliário brasileiro L'Atelier. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

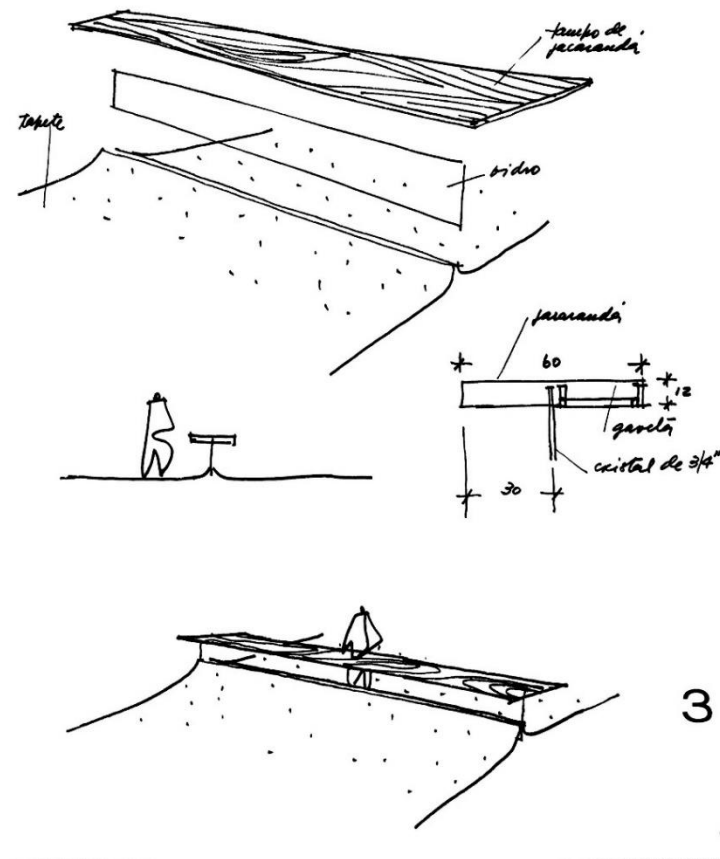


Figura 75: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos para o desenho e detalhamento construtivo do balcão de atendimento ao público, que deveria ser posicionado no primeiro pavimento da Chancelaria. Chamam a atenção o acabamento em jacarandá, similar ao idealizado pelo arquiteto para outros móveis no edifício. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

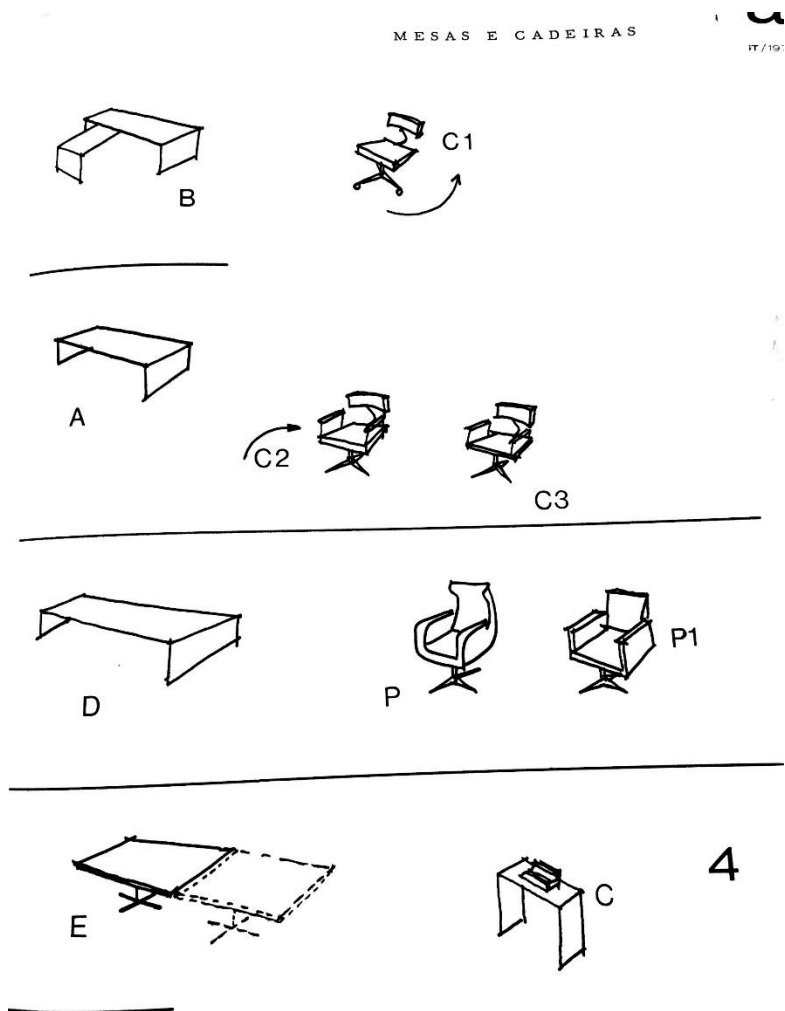


Figura 76: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

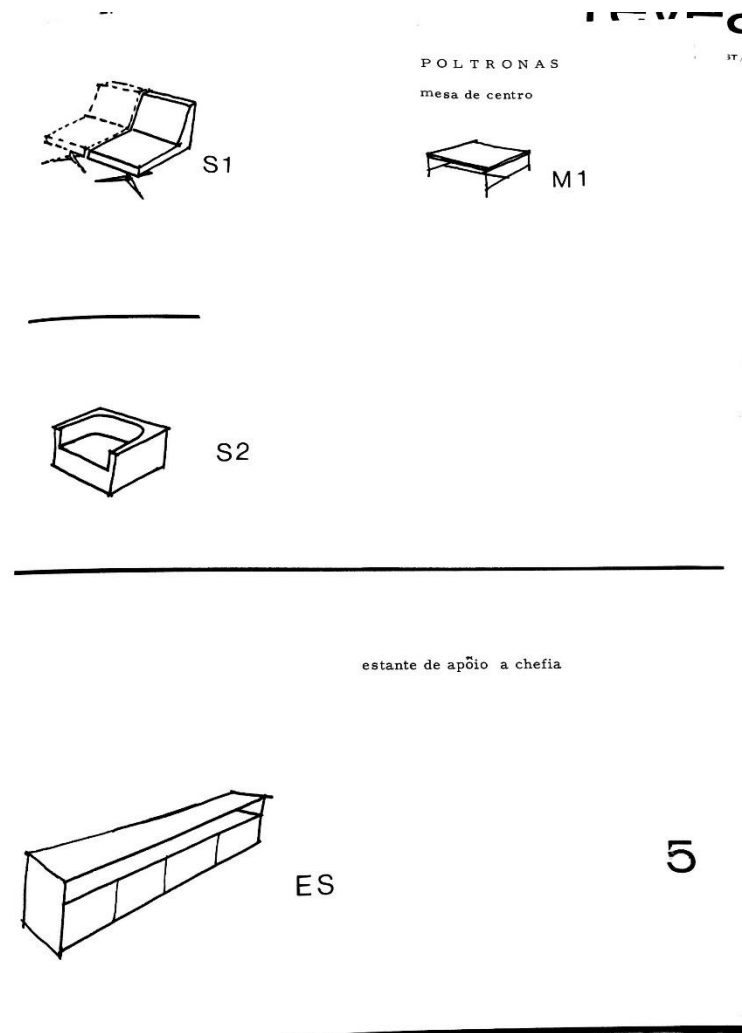
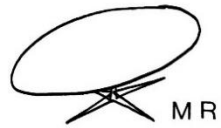


Figura 77: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, mesas de centro, estantes, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

MESAS DA SALA DO
EMBAIXADOR



MR

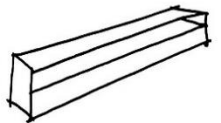
quantidade - 1 - 3º pav.



ME

quantidade - 1 - 3º pav.

estante - sala do embaixador



EE

6

GRUPOS DA SALA DO
EMBAIXADOR



S3

quantidade - 2



S4

quantidade - 4



S5

quantidade - 5

mesa de centro - embaixador



MC

mesa de canto - embaixador

ML



7

Figura 78: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

Figura 79: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com propostas de mesas de trabalho e de reunião, poltronas e cadeiras para cada um dos espaços. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

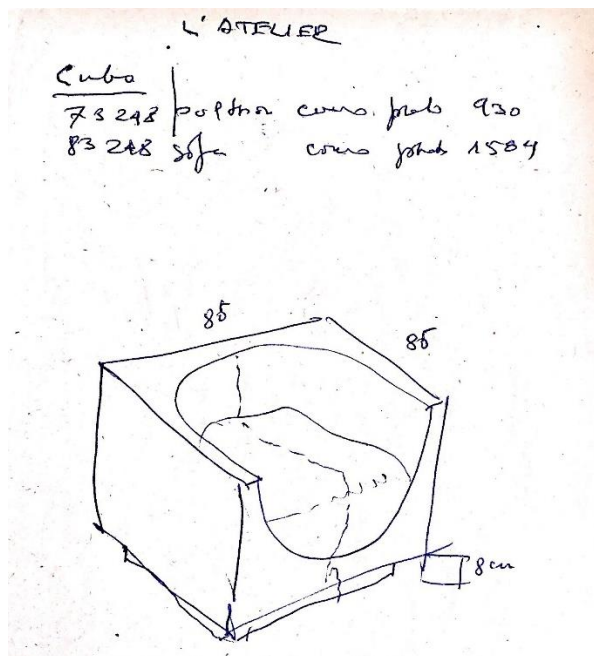


Figura 80: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com a proposta de aquisição de poltronas Cubo do escritório L'Atelier para a zona de recepção no primeiro pavimento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

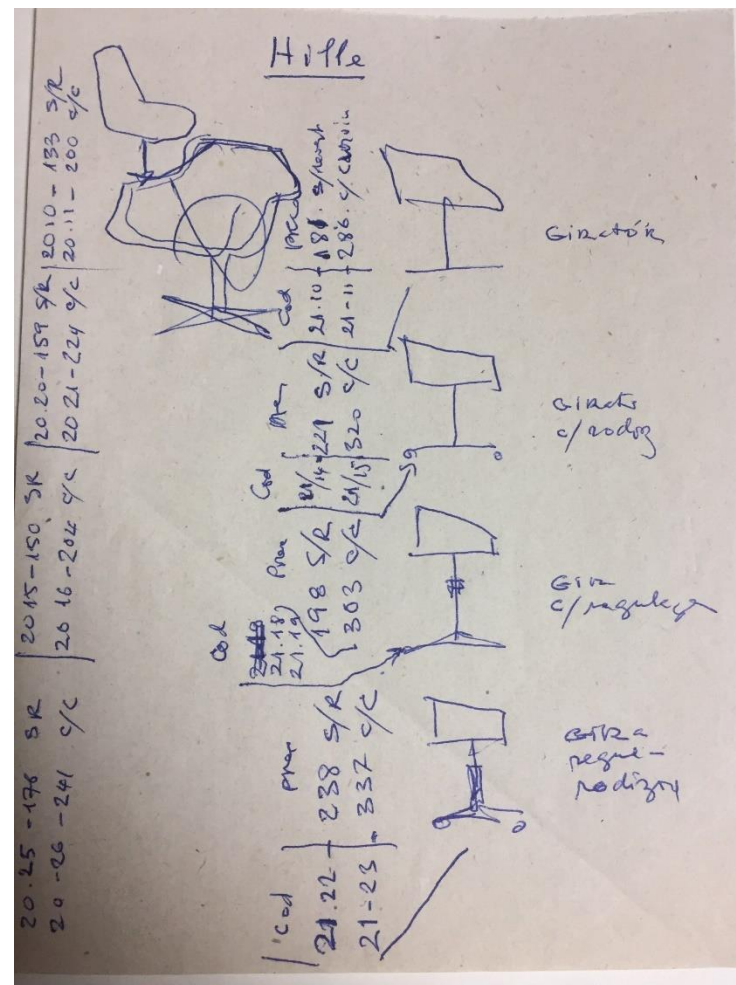


Figura 81: Croquis de autoria de Olavo Redig de Campos com a proposta de aquisição de poltronas Hille do escritório L'Atelier nos formatos "giratória", "giratória com rodízio", "giratória com regulagem de altura" e "giratória com regulagem de altura e rodízio". Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 82: Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 83: Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 84: Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 85: Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

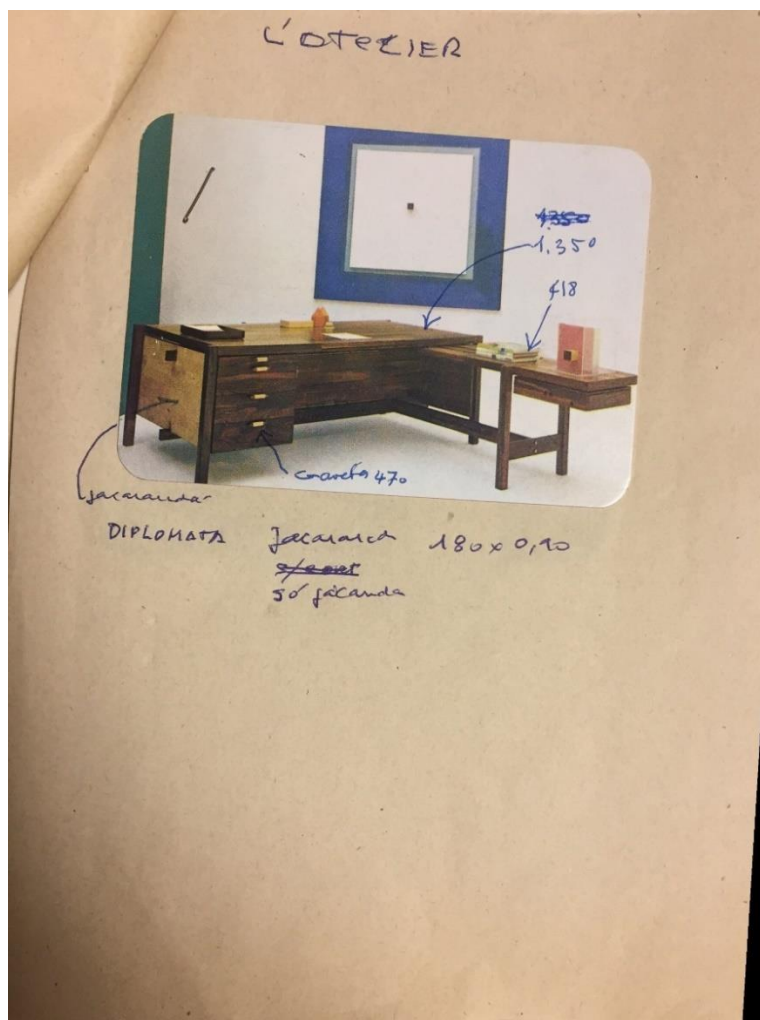


Figura 86: Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

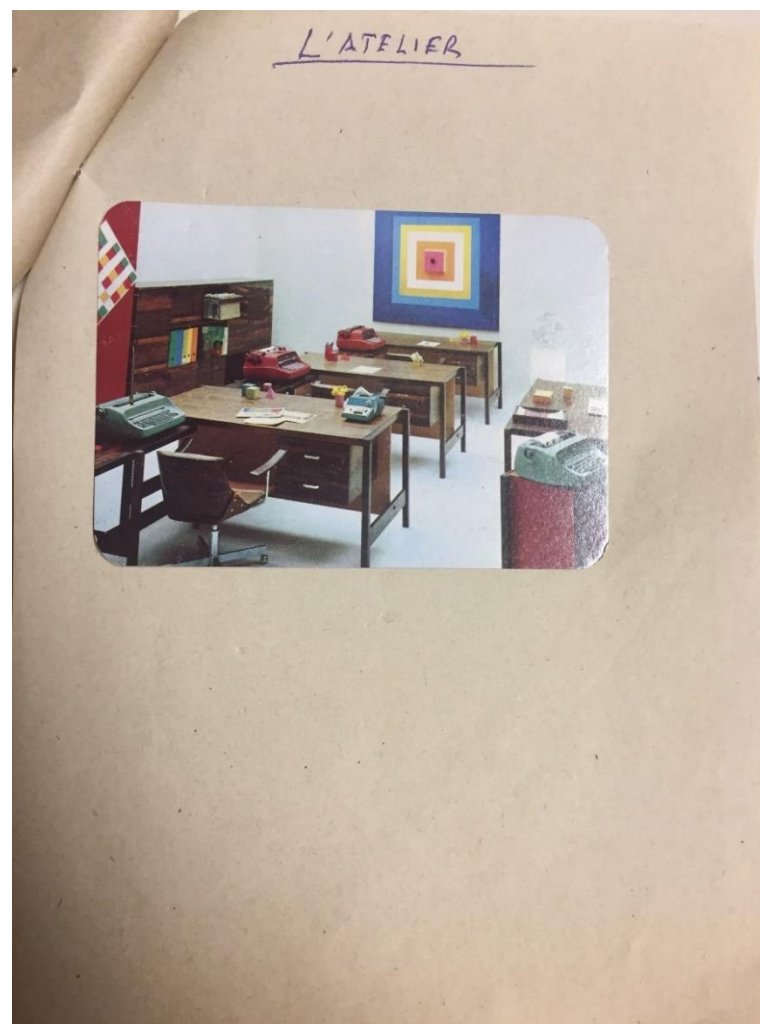


Figura 87: Colagens e desenhos de autoria de Olavo Redig de Campos com a sugestão de mobiliário para os espaços da Chancelaria. Note-se, inclusive, a preferência de cores e acabamentos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

MAQUETES

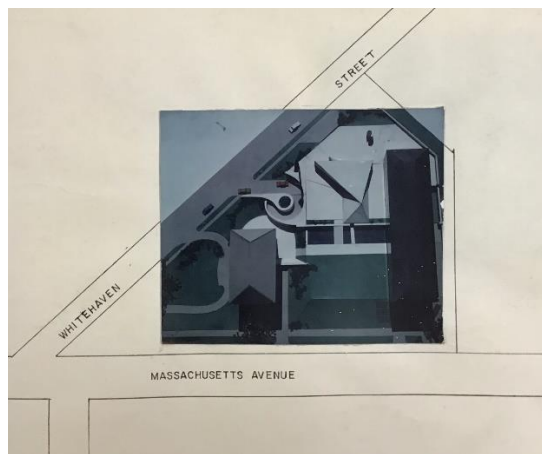


Figura 88: Maquete ilustrando a localização dos edifícios. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

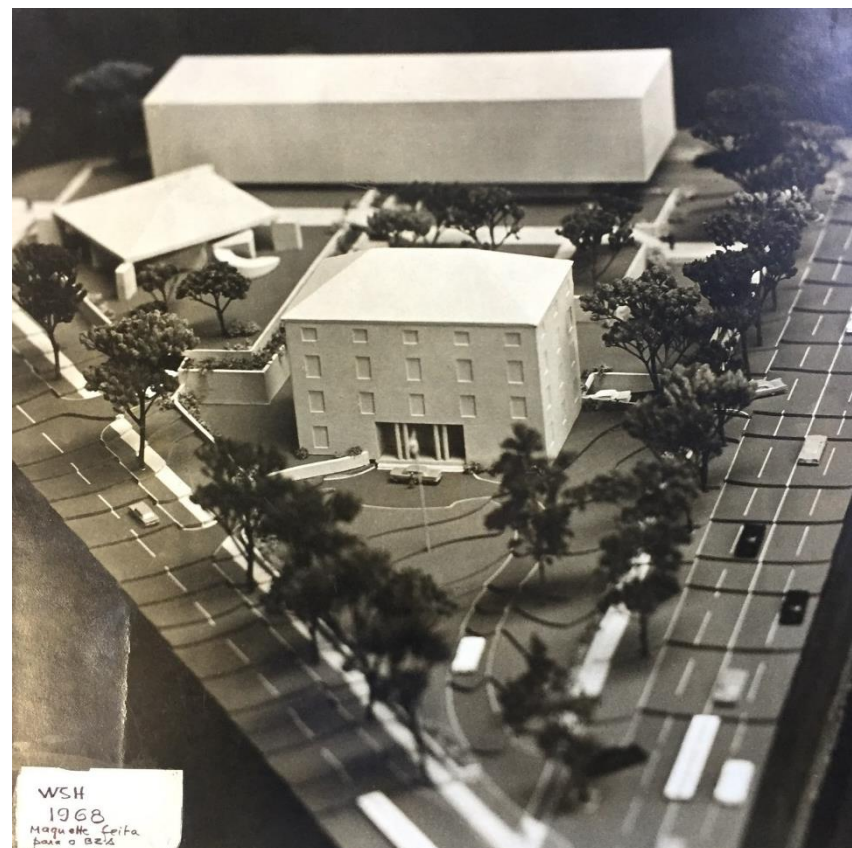


Figura 89: Maquete ilustrando a localização dos edifícios. No primeiro plano, a representação do Palácio McCormick e aos fundos a Chancelaria. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 90: Maquete mostrando a conexão entre os edifícios e a proposta do edifício consular.
Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 91: Maquete mostrando a proposta para o edifício consular, ao centro, não construído. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 92: Maquete mostrando a proposta para o edifício consular, ao centro, não construído. À esquerda, a Chancelaria. Note-se a posição da bandeira do Brasil ao fundo, que na versão definitiva foi locada logo em frente ao acesso principal à Chancelaria. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 93: Outras visões da maquete que ilustram a proposta para o edifício consular entre os edifícios da Chancelaria e da Residência. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

FOTOGRAFIAS



Figura 94: Fotografias antigas da fachada lateral do Palácio McCormick e do terreno vazio ao lado onde, futuramente, se instalaria o edifício da Chancelaria projetado por Redig de Campos. Note-se ao fundo o antigo edifício onde se realizavam as funções administrativas e burocráticas anteriormente, que foi demolido. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Fachada principal da Embaixada

Figura 95: Fachada principal do Palácio McCormick. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Entrada da Chancellaria: Whitehaven Street

Figura 96: Fachada principal da antiga Chancellaria, com acesso a partir da Whitehaven Street. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 97: Fotomontagem ilustrativa da construção do edifício da Chancelaria, presente nos saguões da Embaixada. Fonte: Registrado por Paulo César Braga (2024).



Figura 98: Fotomontagem ilustrativa do canteiro de obras, presente nos saguões da Embaixada. Fonte: Registrado por Paulo César Braga (2024).



COMPANHIA S. AMARAL, INC. - CONSTRUTORA S. AMARAL
 1500 N. W. 10th St. - Miami Beach, Florida - U.S.A.
 BRASILIAN FRANCHISE - CLAUDE BROSSE DE CAMPA, ARCHITECT
 1500 N. W. 10th St. - Miami Beach, Florida - U.S.A.
 JULY 8, 1970



COMPANHIA S. AMARAL, INC. - CONSTRUTORA S. AMARAL
 1500 N. W. 10th St. - Miami Beach, Florida - U.S.A.
 BRASILIAN FRANCHISE - CLAUDE BROSSE DE CAMPA, ARCHITECT
 1500 N. W. 10th St. - Miami Beach, Florida - U.S.A.
 JULY 8, 1970

Figura 99: Fotomontagens ilustrativas da construção do edifício da Chancelaria, presentes nos saguões da Embaixada. Fonte: Registrado por Paulo César Braga (2024).

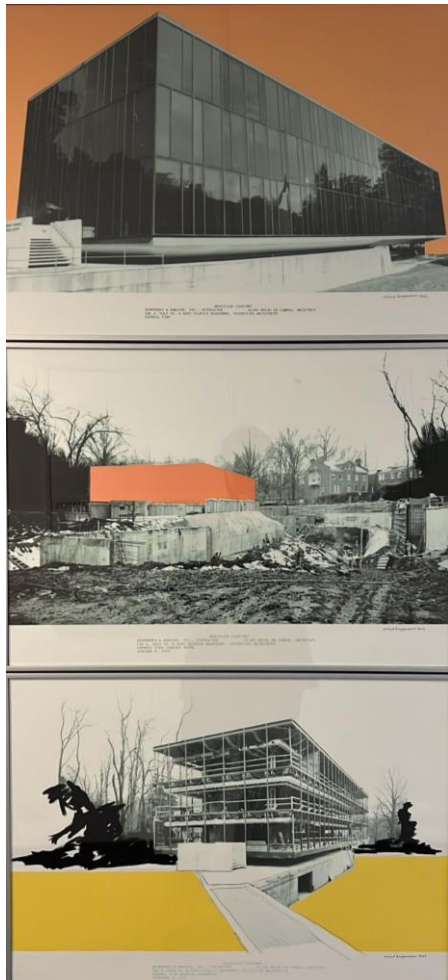


Figura 100: Fotomontagens ilustrativas da construção do edifício da Chancelaria, presentes nos saguões da Embaixada. Fonte: Registrado por Paulo César Braga (2024).



Figura 101: Fotografia do acesso posterior ao edifício da Chancelaria, a partir do estacionamento de servidores. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 102: Fotografia da fachada principal do edifício da Chancelaria, a partir do estacionamento de servidores. Fonte: Acervo do IMS/RJ.



Figura 103: Fotografia a partir da Massachusetts Avenue, que ilustra o acesso de veículos ao nível térreo da Chancelaria e o recuo em relação à fachada principal. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 104: Fachada principal da Chancelaria. Fonte: Cedido por Paulo César Braga (2024).



Figura 105: Vista da Residência Oficial a partir dos interiores da Chancelaria. Fonte: Cedido por Paulo César Braga (2024).

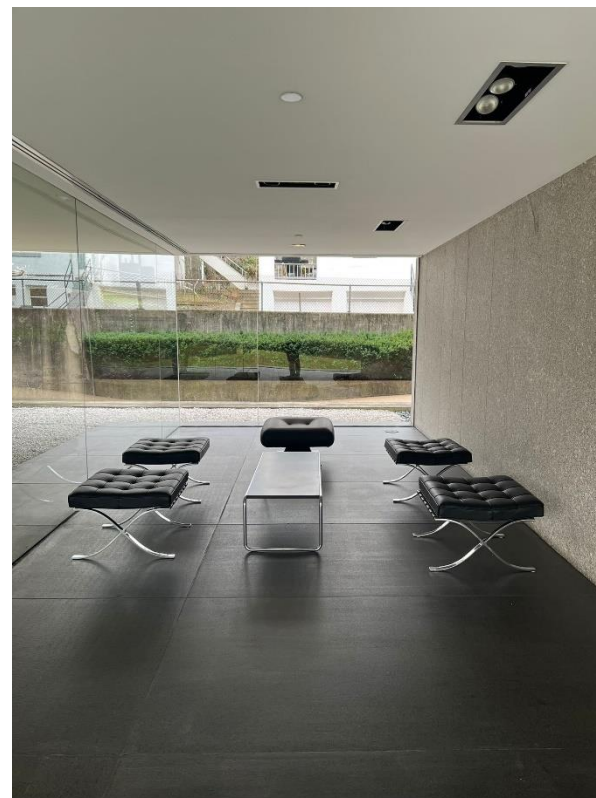


Figura 106: Vista interna do lobby de acesso aos elevadores, no térreo, com mobiliário similar ao sugerido por Redig de Campos no projeto. Fonte: Cedido por Paulo César Braga (2024).



Figura 107: Vista dos exteriores a partir de salas de trabalho no interior do edifício. Fonte: Cedido por Paulo César Braga (2024).



Figura 108: Interiores da Chancelaria. Na foto, a sala de reuniões presente no segundo pavimento. Fonte: Cedido por Paulo César Braga (2024).

Buenos Aires, Argentina – 1976

É conhecida a aproximação entre Brasil e Argentina nos mais diversos aspectos, desde o histórico e cultural até parcerias econômicas que se consolidaram após rivalidades e disputas, tanto territoriais quanto por influência, no continente sul-americano ao longo dos séculos. Como explicam Gonçalves e Lyrio (2003), a história dos dois países foi marcada “(...) menos por uma gradual aproximação” e mais “por altos e baixos de cooperação e conflito”, já que “herdaram uma rivalidade entre dois impérios europeus cujo ponto de encontro na América do Sul era uma fronteira que oscilou por mais de três séculos, ao sabor das migrações, dos tratados e das armas” (GONÇALVES; LYRIO, 2003, p.7).

Apesar de proximidade relativa em momentos pontuais, enquanto ambos os países se mantinham envolvidos em seus complexos contextos políticos internos e após duas crises diplomáticas de maior proporção⁵⁶, foi apenas a partir dos anos 1980 que a conexão entre Brasil e Argentina se efetivou, especialmente após a criação do

Mercosul, o Mercado Comum do Sul, que foi “concebido originalmente com a expectativa de que a integração econômica pudesse consolidar a distensão política” (GONÇALVES; LYRIO, 2003) existente no continente sul-americano. Estabelecidos em definitivo como líderes regionais – tanto pelas dimensões de seus territórios e populações quanto pela sua relevância em termos econômicos e comerciais-, as relações bilaterais entre Brasil e Argentina podem ser definidas por uma “aliança estratégica” (GONÇALVES; LYRIO, 2003) que justifica o papel central que ocupam na relação com os países vizinhos.

Para alguns autores, a diplomacia cultural foi fundamental na definição dessas políticas de aproximação entre os governos da Argentina e do Brasil, especialmente na década de 1930, quando a concorrência pelo papel de liderança na região esteve momentaneamente deixada de lado. Isso se deveu à necessidade de cooperação mútua para superação de crises econômicas

56 As crises diplomáticas a que o texto faz referência dizem respeito ao confronto Zeballos-Rio Branco, ocorrido na década de 1910, e a questão de Itaipu nos anos 1970 (GONÇALVES;LYRIO, 2003, p.9).

experimentadas por ambos os países, bem como a um discurso integracionista por parte do meio intelectual sul-americano, em que se justificava a busca por um modelo próprio de desenvolvimento em relação ao norte-americano e ao europeu (SANTOS, R. 2012) daquele momento.

Essa circunstância de aproximação recíproca teve como principais atores os Embaixadores brasileiros e argentinos à frente das Chancelarias em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, que atuaram como figuras mediadoras, na medida em que favoreceram uma série de oportunidades nos campos da educação e da cultura em detrimento da manutenção da imagem de rivalidade existente até então (SANTOS, R. 2012). Se destacam, aqui, a criação das iniciativas para incentivo de intercâmbio intelectual entre pesquisadores, a criação das escolas argentinas no Brasil para fomento e publicidade da história e da cultura do país vizinho e o fomento ao turismo. Também, a criação do *Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura*, em

Porto Alegre, em 1936, e de seu equivalente em Buenos Aires, que seriam “*centros de irradiação cultural que aumentariam entre as nossas populações o interesse por tudo quanto se refira a vida intelectual de um a outro país*” (COLLOR, in: SANTOS, R. 2012, p.10)⁵⁷

Ainda nesse contexto, durante a visita de Getúlio Vargas à capital argentina em 1935 em reciprocidade à viagem ao Rio de Janeiro do presidente Augustín Pedro Justo, dois anos antes, foram assinados importantes acordos econômicos, políticos e culturais (SANTOS, R. 2012, p. 5). Nessa ocasião, inclusive, o Brasil preocupou-se em garantir a propriedade de um dos principais exemplares da arquitetura portenha – o Palácio Pereda, em Buenos Aires, para sede de sua Embaixada na capital Argentina, assim como as obras de arte e mobiliário que compunham seus interiores (CHAIM, MEDEIROS, 2019b):

A decisão pela venda (da propriedade) guarda estreita relação com a visita oficial a Buenos Aires do Presidente Getúlio Vargas, em 1935. Na ocasião, o mandatário brasileiro havia sido hospedado pelos Pereda e demonstrado

⁵⁷ A referência diz respeito ao discurso inaugural do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, do então Embaixador do Brasil em Buenos Aires, Lindolfo Collor de Mello, publicado em Santos, R. (2012).

especial apreço pelo imóvel. Após a morte do patriarca argentino, a família decidiu vender o Palácio. Em troca de carregamentos de aço entregues do porto do Rio de Janeiro mais o edifício da antiga Embaixada do Brasil, situado na Avenida Callao 1555, o Palácio Pereda trocou de proprietário e a sede da Embaixada brasileira, de endereço. Uma bela permuta, sem dúvidas (Ministério das Relações Exteriores, 2013, p. 145).

A aquisição do Palácio Pereda para funcionamento da Residência Oficial foi estratégico instrumento para articulação do *soft power* brasileiro (Figura 109). Localizado no prestigioso bairro da Recoleta entre as ruas Cerrito e Arroyo, o Palácio tinha localização privilegiada, próximo a outras importantes representações como as Embaixadas da França e da Espanha. Ainda hoje, no Palácio Pereda, se localiza a Residência Oficial do Embaixador, e até 1991 seus interiores também abrigaram as funções da Chancelaria brasileira (CHAIM, MEDEIROS, 2019b). No mesmo ano foi inaugurado o edifício anexo para a qual foi transferida a Chancelaria, idealizado e conduzido por Olavo Redig de Campos a partir de 1976, que será apresentado a seguir.



Figura 109: Imagem que demonstra a relevância da aquisição do Palácio Pereda a partir da citação “Neste antigo palácio vai-se desenhando uma nova aliança...” para inserção do Brasil na Argentina e para sua presença como figura articuladora das relações entre os dois países. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

INDEX

Localizado em lote perpendicular à posição da Residência Oficial do Brasil, com fachada posterior voltada aos jardins do Palácio Pereda, o terreno da nova Chancelaria tinha tanto características que favoreceriam sua conexão com a cidade quanto prejudicariam a distribuição de suas funções devido ao “caráter marcadamente comercial em sua implantação”, conforme menciona o memorial descritivo escrito por Olavo Redig de Campos e localizado nos arquivos do MRE, em Brasília. Assim, se por um lado o edifício que abrigaria os espaços de trabalho dos diplomatas brasileiros estaria localizado ao lado de outras importantes Chancelarias estrangeiras e à Residência Oficial brasileira, por outro, se constituía por um terreno estreito e pouco profundo, de cerca de 17m de largura por 25m de comprimento, que se apresentava como um desafio em termos de partido arquitetônico (CHAIM, MEDEIROS, 2019b).

58 As menções entre aspas nessa seção dizem respeito a trechos do memorial descritivo do projeto da Chancelaria em Buenos Aires, parcialmente transcritos. A íntegra do memorial descritivo aparece a seguir, juntamente a outros materiais localizados durante os levantamentos.

A solução sugerida por Redig de Campos para este problema, no estudo preliminar, foi a de criar um recuo no acesso principal ao projeto nos níveis térreo e primeiro pavimento, que conformaria o que o arquiteto denominou “pátio ajardinado”, de modo que o edifício se diferenciasse volumetricamente das construções adjacentes (Figura 110). Isto se daria, ainda, pela proposta de uma “guarita em aço inoxidável” esculpida, que marcaria a transição entre os espaços interno e externo da Chancelaria (Figura 111)⁵⁸.

Para que isto fosse possível, recriamos a fachada nos dois primeiros pavimentos criando, assim, um amplo pátio ajardinado precedendo a entrada principal. Nesse pátio, plantas e esculturas formarão um quadro adequado ao grande saguão envidraçado do térreo. Para não ficar restrito à profundidade de construção do lote que é de apenas 24,375m recorreremos à incorporação do terreno da Embaixada ao lote recém adquirido. Este recurso, meramente formal, nos permitirá uma profundidade de 46,50 no edifício projetado, no entanto tem apenas 33,00 de extensão entre as fachadas da rua e do jardim. (...)

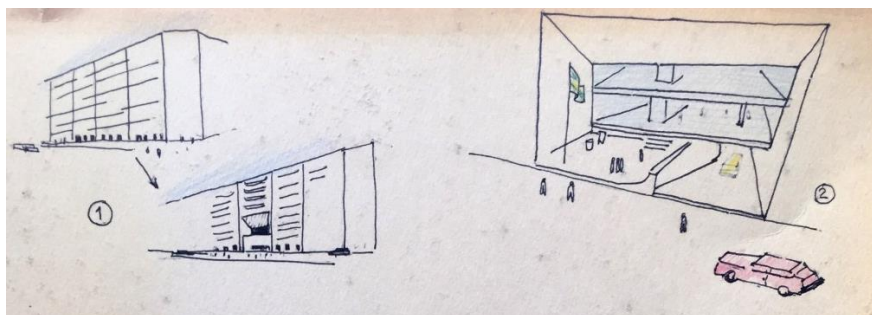


Figura 110: Desenhos contidos no memorial descritivo que ilustram a proposta de diferenciação do edifício da chancelaria em relação aos edifícios vizinhos e como o recuo na fachada nos níveis térreo e primeiro pavimento cria o “pátio ajardinado” que dá acesso ao hall de recepção do edifício. Note-se a entrada de veículos, à direita, que leva aos três níveis de garagem no subsolo.

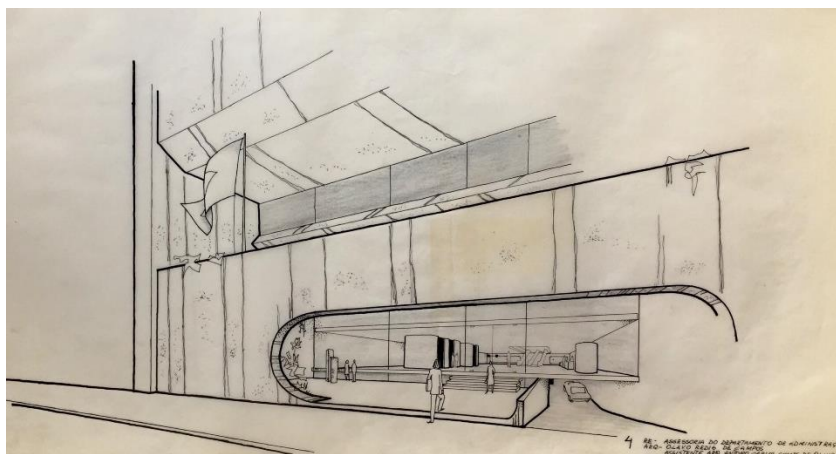


Figura 111: Desenho contido no memorial descritivo que ilustra a proposta da empena em concreto que marca a transição entre o espaço da cidade e o ambiente do interno do edifício, no térreo.



Figura 112: Desenho contido no memorial descritivo que ilustra o imaginado pelo arquiteto para a sobreloja, onde seriam realizadas exposições ou outros eventos de promoção.

De modo a compensar a perda em termos de área construtiva no nível térreo provocada por essa sugestão, Redig propôs a expansão virtual do térreo da Chancelaria a partir da conexão visual com a área de jardins da Residência Oficial, aos fundos do lote, por meio da proposta de painéis de vidro no limite posterior da construção.

No projeto original, o térreo estaria conectado ao mezanino (ou como nomeado nos desenhos, a *sobreloja*) por meio de escadas rolantes. O mezanino, por sua vez, deveria ser “como o prolongamento do saguão nobre, destinado a exposições e outras promoções” (Figura 112), e se lançaria sobre o lote do jardim da Residência Oficial, onde a vegetação original seria mantida mas uma piscina de grandes dimensões seria sugerida.

Nas diversas versões de projetos localizadas durante a pesquisa, apesar de variações na definição espacial do térreo, o conceito original pensado para conexão com a cidade – uma zona de transição no térreo, o favorecimento do percurso longitudinal ao longo do hall de recepção e a criação de um anteparo que delimitasse a fronteira posterior com os jardins da Residência Oficial – foi mantido. A versão final, entretanto, substituiu os painéis de vidro, que garantiriam a

permeabilidade visual proposta inicialmente, por um anteparo opaco que emoldura um jardim de inverno. Na versão construída em Buenos Aires, a parede de vidro deu lugar a um anteparo opaco que recebeu um painel de azulejos desenhado exclusivamente para a Chancelaria por Athos Bulcão (Figura 149, 150 e 156). As escadas rolantes que acessariam a sobreloja foram substituídas por uma escada helicoidal que cumpre o mesmo papel (Figura 151).

Ao mesmo tempo, ao priorizar o acesso dos pedestres e não dos veículos no nível térreo, o arquiteto posicionou o acesso às garagens à direita de quem entraria no edifício, para levar aos três níveis subsolos propostos para a disposição das garagens, auditórios e demais espaços, conforme menciona o memorial descritivo:

A entrada da garagem foi trazida para a frente de modo a não interferir no que abrange, assim, a largura total do terreno. Afim de evitar o desperdício de espaço resultante das rampas de acesso, prolongou-se a garagem por debaixo do jardim da residência nos fundos apenas. A lotação prevista é de 32 carros. Em consequência da disposição da garagem poderá ser construída nova piscina dando-se lhe ao melhor aspecto, além de completar o conjunto com pavilhão, bar, vestiário, etc. Precedendo a garagem, já no nível do subsolo, existe um segundo hall, com portaria própria, de onde os elevadores dão acesso a qualquer andar.

SÍMBOLO

A escolha pelo emprego do concreto armado na fachada principal, definido no estudo preliminar e mantido até a construção da Chancelaria apesar das alterações pelas quais passou o projeto, fazia jus à ‘nova técnica’ mencionada por Lucio Costa (COSTA (1936), 2007, p.27). A materialidade da definição dos pavimentos e a leitura sintética da volumetria do edifício brasileiro por excelência também estavam em sintonia com o que vinha sendo produzido pelos arquitetos argentinos, a exemplo do que realizou Clorindo Testa para o Banco de Londres em Buenos Aires, em 1966.

Como menciona Redig de Campos no memorial descritivo, o desafio principal em termos da fachada da Chancelaria foi o de garantir privacidade aos espaços de trabalho, ao mesmo tempo em que pretendia amenizar o aspecto de ‘clausura’ da volumetria maciça em concreto:

Foram evitadas grandes aberturas para o exterior afim de resguardar, ao máximo, as salas de trabalho. Isto tornou possível uma fachada livre, sem apoios intermediários com vigas que têm altura suficiente para alcançar o terreno de lado a lado. Sobretudo no térreo, a solução é de grande efeito. As jardineiras na fachada amenizam a sensação de clausura que poderá

resultar da adoção deste partido arquitetônico e ajudam a resguardar, da vista externa, as salas de trabalho.

O que foi definido inicialmente para a fachada do projeto da Chancelaria foi, de certa maneira, mantido, na medida em que a proposta original de recuo do térreo e do primeiro pavimento em relação ao plano externo da fachada principal e de transição nos ‘pavimentos culturais’ correspondentes ao segundo e terceiro pisos, não sofreu alterações. Na proposta original de Redig de Campos, os pavimentos décimo segundo e décimo terceiro seriam uma espécie de rebatimento da solução pensada para o terceiro e quarto pavimentos, mantendo a simetria em termos de volumetria com o recuo progressivo dois dois últimos pisos, correspondentes às salas de trabalho e recepção do Embaixador, em relação ao limite externo da fachada (Figura 113).

Para garantir a privacidade das salas de trabalho nos demais pavimentos, a solução idealizada por Redig de Campos incluiu a proposta de sete varandas autoportantes na fachada principal, que avançam ligeiramente em relação ao plano horizontal definido pela guarita, no térreo. Trata-se de estruturas que fazem as vezes de

mísulas em concreto com formato oblongo e que, funcionalmente, abrigam jardineiras em cada um dos pavimentos. Visualmente, na leitura da fachada principal, a alternância entre cheios e vazios definida pelas varandas e pelas janelas recuadas, é ritmada e regular, já que as estruturas em concreto – e as vigas invertidas que as sustentam – ocupam cerca da metade da altura de cada pé-direito (Figura 147). A presença do verde nas jardineiras, por outro lado, ameniza o impacto por vezes agressivo do concreto armado (Figura 148).

No térreo, o elemento que tanto marca a entrada do edifício quanto define a transição entre os espaços interno e externo – a ‘guarita’ em aço inoxidável que se constitui de um elemento em formato capsular recortado de um prisma retangular revestido em mármore – recebe também os outros dois elementos que se repetem como símbolos nas fachadas das representações oficiais: o mastro, a bandeira e o brasão brasileiros.



Figura 113: Fotografia da fachada principal, mostrando a guarita no térreo, o recuo nos primeiros pavimentos, as varandas e o recuo nos últimos pisos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

ÍCONE

O edifício da Chancelaria em Buenos Aires é formado por treze pavimentos, além dos três níveis de garagens subterrâneas. Neles, se distribuem os *espaços de representação* nos pisos térreo, primeiro, segundo e terceiro; os *espaços de trabalho* entre os pisos quarto e décimo primeiro; e os apartamentos do Embaixador nos pisos décimo segundo e décimo terceiro.

É interessante notar como a disposição funcional do edifício em Buenos Aires e as características de suas três zonas principais – representação, trabalho e apartamento do Embaixador – seguem a organização espacial definida para o Palácio do Itamaraty em Brasília, que, por sua vez, deriva das zonas administrativas, representativas e de escritórios do Palacete do Itamaraty no Rio de Janeiro (GRANAFEI, 2021). Isso mostra a compreensão refinada por parte de Redig de Campos das especificidades do projeto de edifícios diplomáticos e, em particular, o grande conhecimento da arquitetura da diplomacia no caso brasileiro, obtido por meio da experiência como arquiteto responsável pelo projeto de interiores do Palácio em Brasília.

Para Granafei (2021), ainda durante as primeiras discussões sobre o projeto do Palácio dos Arcos, em Brasília, havia a clara definição de que a sede do Ministério das Relações Exteriores na nova capital seria conformada por dois edifícios - um administrativo e um representativo. O primeiro abrigaria as atividades cotidianas do trabalho e do atendimento ao público nas seções consulares e nos escritórios. O segundo, deveria ser internamente distribuído à luz dos espaços definidos no Palacete do Rio de Janeiro, que, segundo o autor, são subdivididos em cinco categorias, a saber: Núcleo Gabinete; Núcleo de Atividades Protocolares e Cerimonial; Núcleo de Processamento da Informação; Centro de Documentação; e Centro de Convenções Internacionais (GRANAFEI, 2021, p.117).

Similar à Brasília, portanto, o térreo e o mezanino – ou a *sobreloja* da Chancelaria em Buenos Aires, assim como o terceiro pavimento, corresponderiam ao *Núcleo de Atividades Protocolares e Cerimonial*, em que espaços como saguões, escadarias para acesso a eventos, chapelaria e vestuários, salões de baile e de recepções, jardins e espaços abertos, saguões para banquetes e zonas de apoio como copas e cozinhas foram previstos. Em Buenos Aires foram acrescentados,

ainda, um anfiteatro para cerca de cem pessoas. O segundo pavimento, que originalmente abrigaria auditório, zonas de conferência, salas de leitura e biblioteca se assimilaria ao *Centro de Documentação*.

O pavimento tipo, entre o quarto e o décimo primeiro pisos, corresponderia ao *Núcleo de Processamento da Informação*, com espaços de trabalho propriamente ditos, inclusive áreas para atendimento ao público. Na Chancelaria, o pavimento tipo é definido pela disposição de cinco salas de trabalho igualmente distribuídas junto à cada uma das fachadas e, ao centro, a locação da circulação vertical, de banheiros e copa, de áreas de espera e de espaços que prescindiriam de iluminação e da ventilação naturais, tais como arquivos, depósitos ou 'telex'⁵⁹. Entre o quarto e o décimo primeiro pavimentos da Chancelaria funcionam as seções cultural, administrativa, econômica e política, e estão também localizadas as adidências, as zonas de arquivo e as salas de reuniões.

⁵⁹ Referência à área de expedição de telegramas, principal comunicação entre as Embaixadas e a Secretaria de Estado utilizada pelo MRE até hoje.

Finalmente, o décimo segundo e o décimo terceiro pavimentos, onde estão instalados os aposentos do Embaixador do Brasil na Argentina, correspondem ao *Núcleo-Gabinete* do Palácio dos Arcos, em Brasília, com seus espaços próprios de trabalho, de recepção e de descanso. Em Buenos Aires, portanto, os dois pavimentos contam com acesso via elevador privativo, antesalas, salas de secretários e de apoio, gabinete do Embaixador com salas de espera e de reunião, e os 'apartamentos', ou zonas de caráter mais privativo (Figura 114).

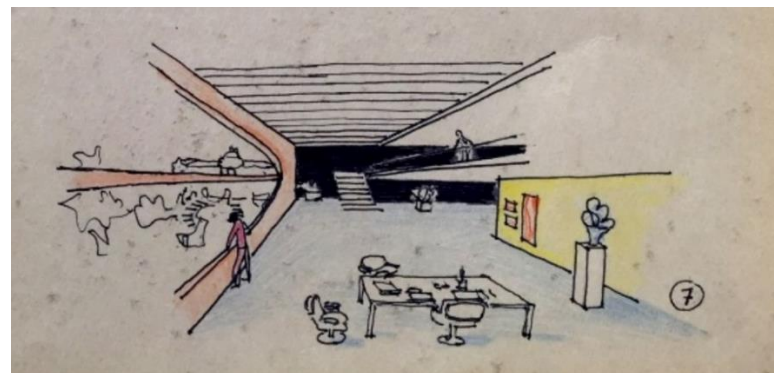


Figura 114: Desenho contido no memorial descritivo com proposta para os gabinetes do Ministro e do Embaixador, nos pisos superiores.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO
sem escala

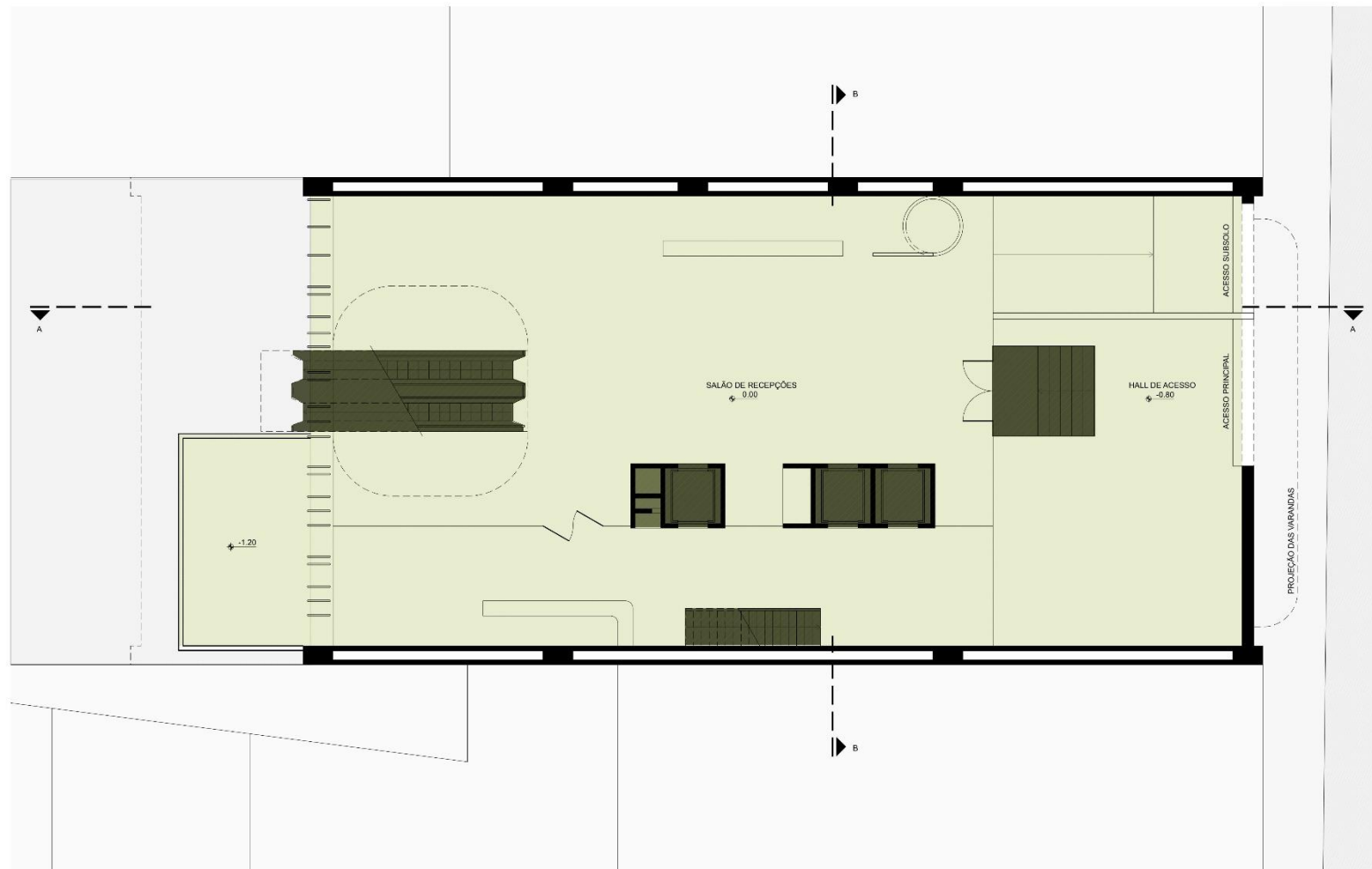


MAPA DE SITUAÇÃO
sem escala



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
escala 1:750

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
Arquiteto: Olavo Redig de Campos
Projeto: 1946 Construção: 1976 **001**

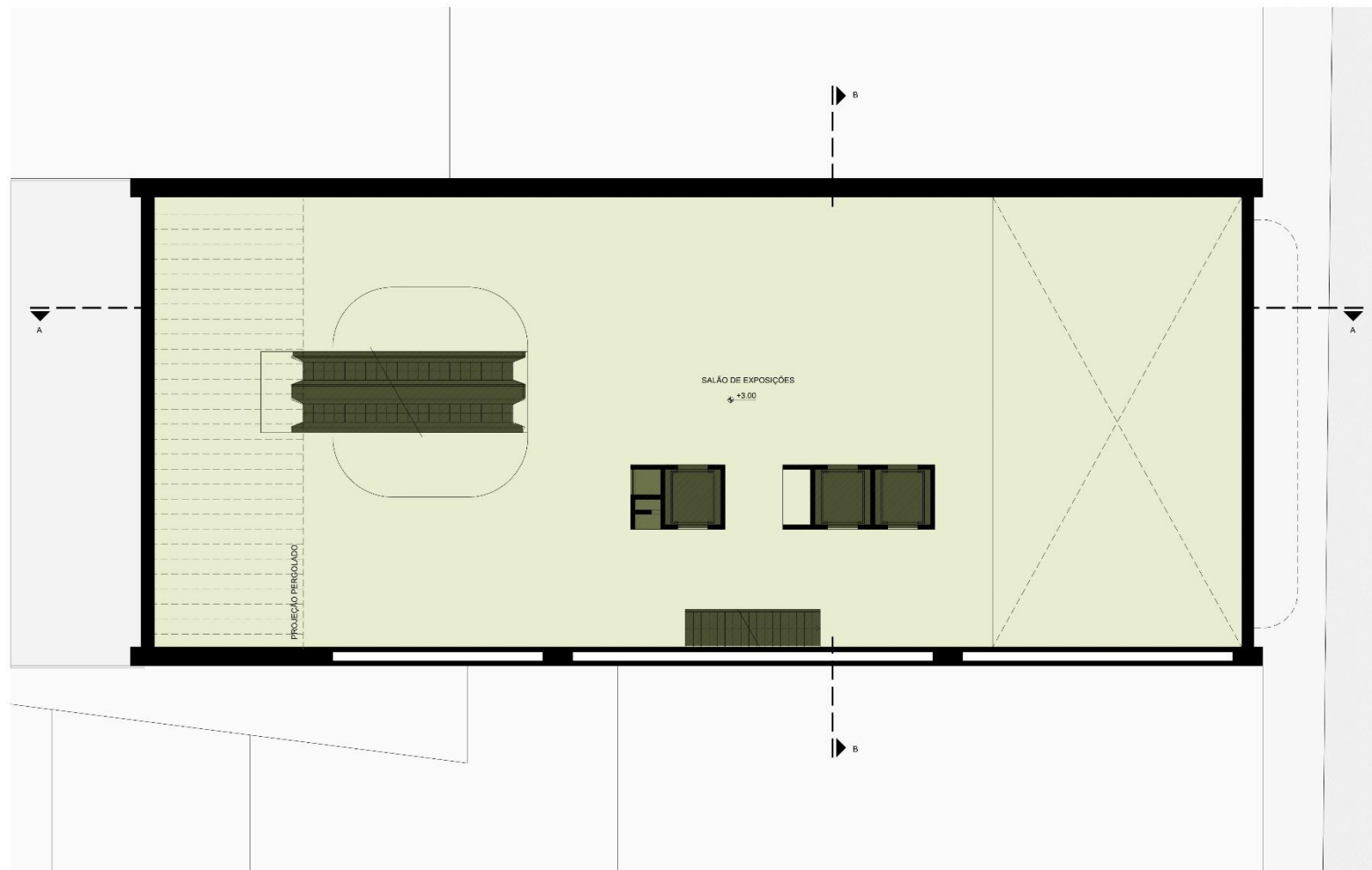



PLANTA BAIXA - TÉRREO
 escala 1:125

- Espaços de Representação
- Espaços de Trabalho
- Espaços Privados/Segurança
- Espaços de Serviços/Áreas técnicas
- Circulação Vertical

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
 Arquiteto: Olavo Pedig de Campos
 Projeto: 1946 Construção: 1976

002

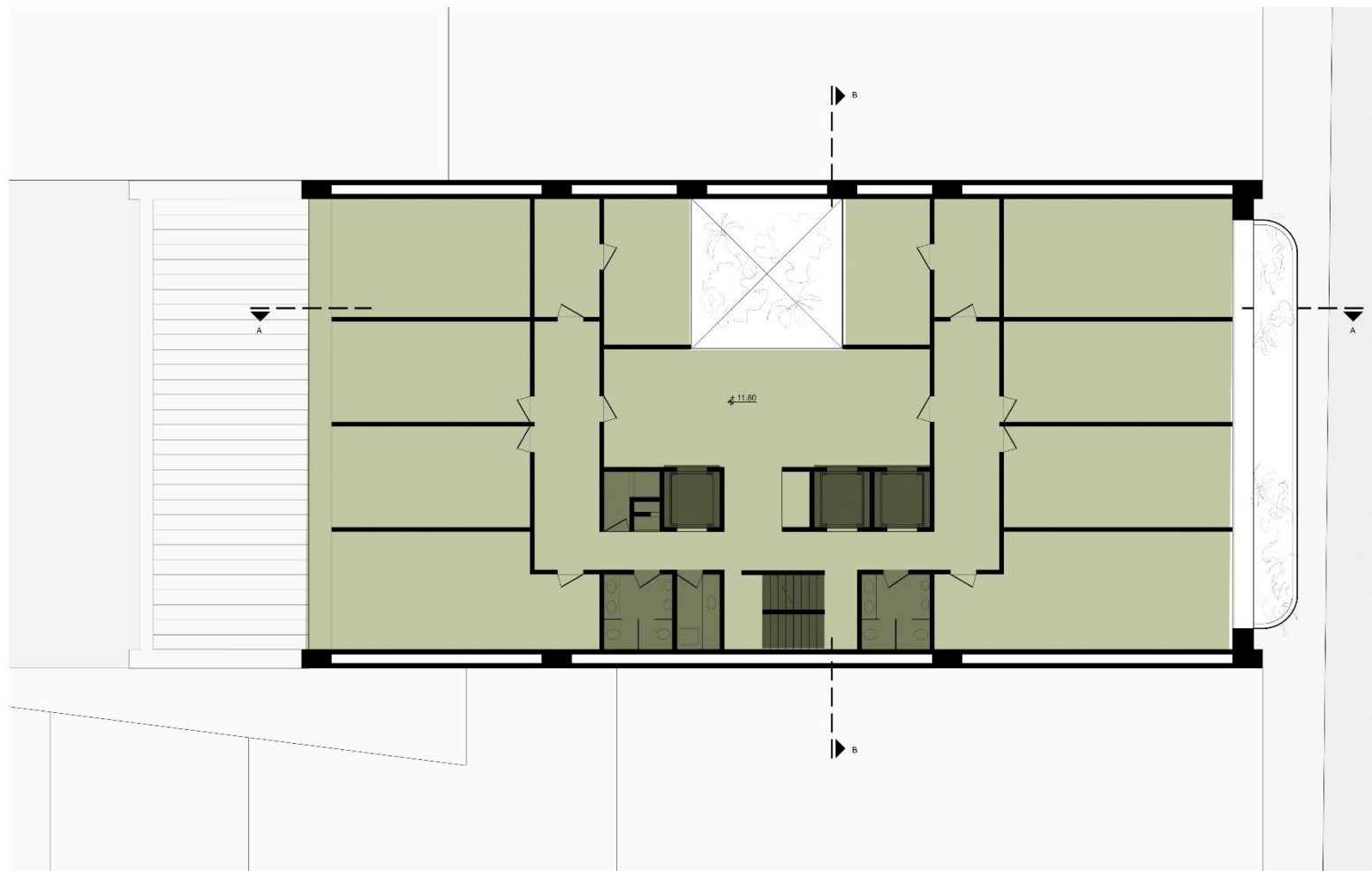


PLANTA BAIXA - SOBRELOJA
escala 1:125

- Espaços de Representação
- Espaços de Trabalho
- Espaços Privados/Segurança
- Espaços de Serviços/Áreas técnicas
- Circulação Vertical

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
Arquiteto: Olavo Redig de Campos
Projeto: 1946 - Construção: 1976

003

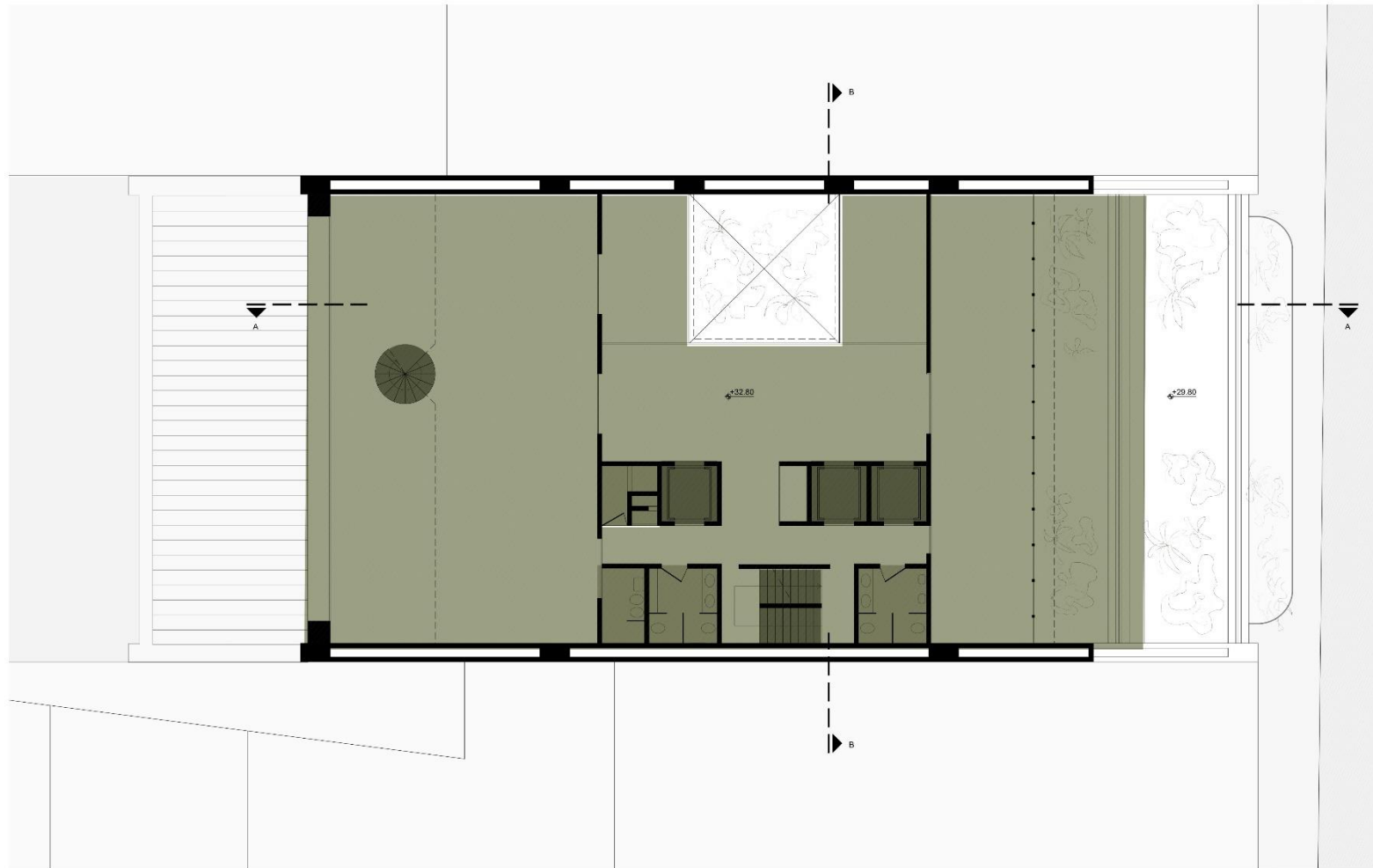


PLANTA BAIXA - PAVIMENTO TIPO - 3º PAVIMENTO
escala 1:125

- Espaços de Representação
- Espaços de Trabalho
- Espaços Privados/Segurança
- Espaços de Serviços/Áreas técnicas
- Circulação Vertical

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
Arquiteto: Olavo Hedig de Campos
Projeto: 1946 - Construção: 1976

004

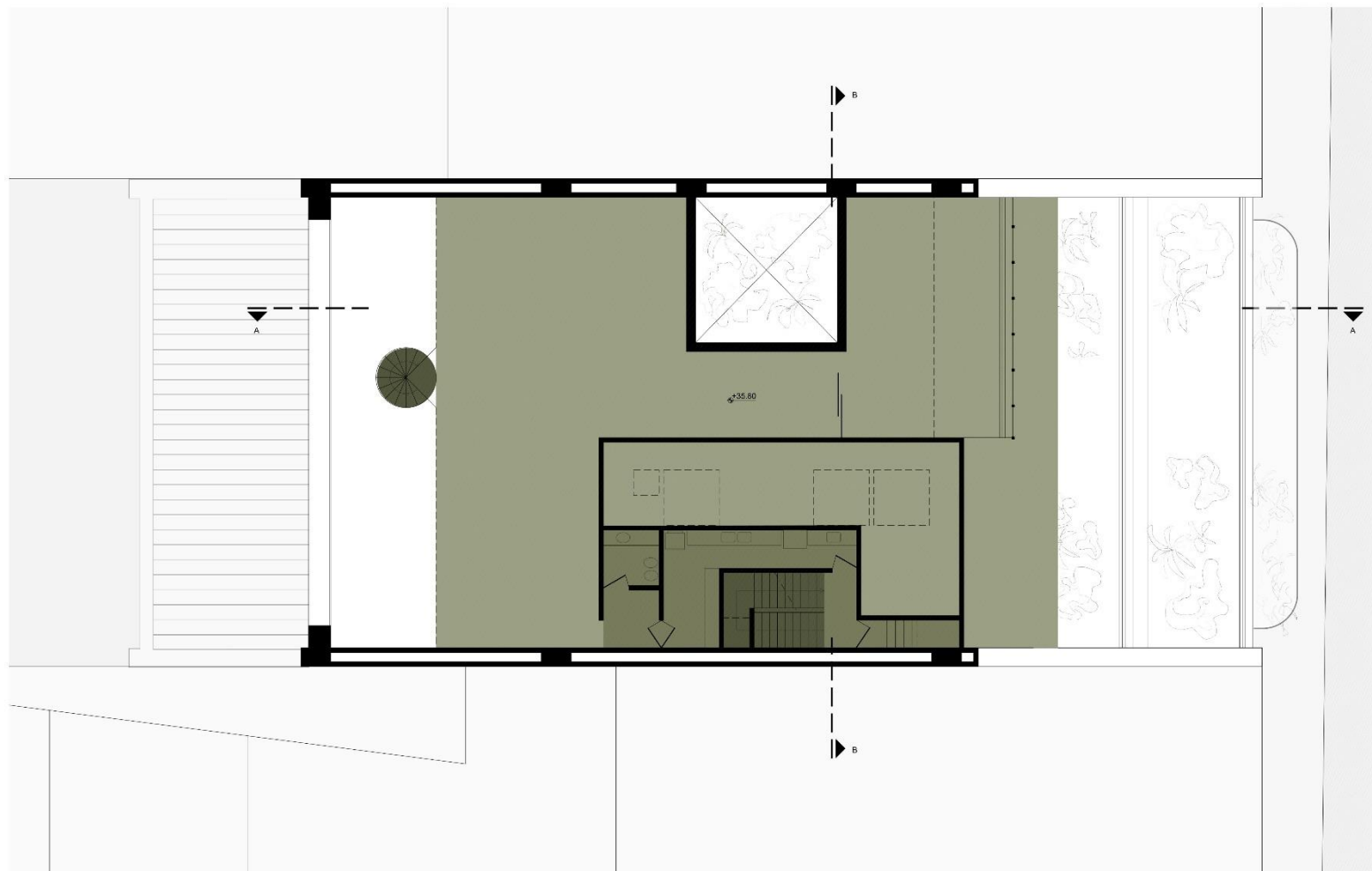



PLANTA BAIXA - 12º PAVIMENTO
 escala 1:125

- Espaços de Representação
- Espaços de Trabalho
- Espaços Privados/Segurança
- Espaços de Serviços/Áreas técnicas
- Circulação Vertical

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
 Arquiteto: Olavo Pedig de Campos
 Projeto: 1946 Construção: 1976

005

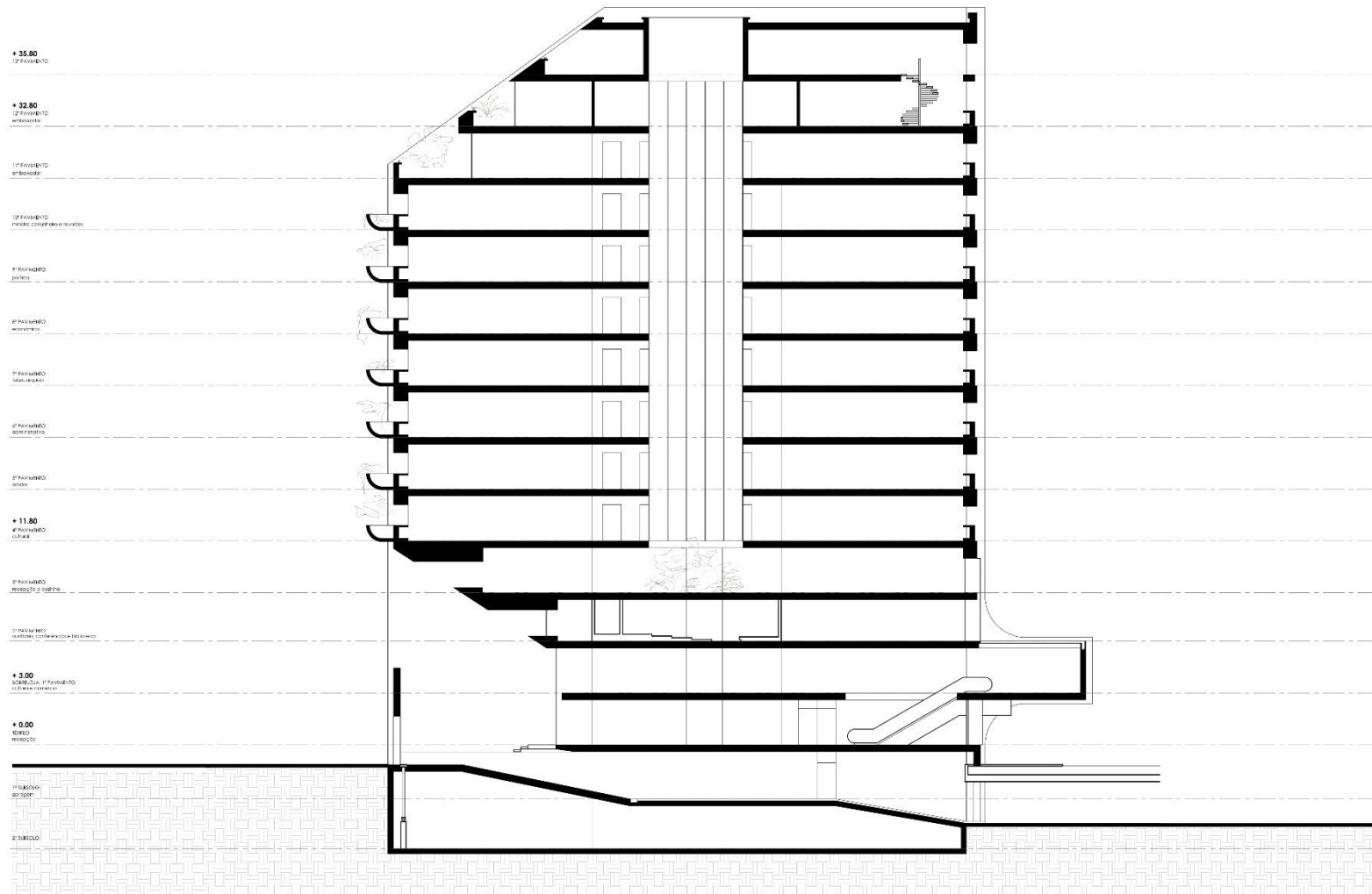


PLANTA BAIXA - 13º PAVIMENTO
escala 1:125

- Espaços de Representação
- Espaços de Trabalho
- Espaços Privados/Segurança
- Espaços de Serviços/Áreas técnicas
- Circulação Vertical

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
Arquiteto: Olavo Pedig de Campos
Projeto: 1946 Construção: 1976

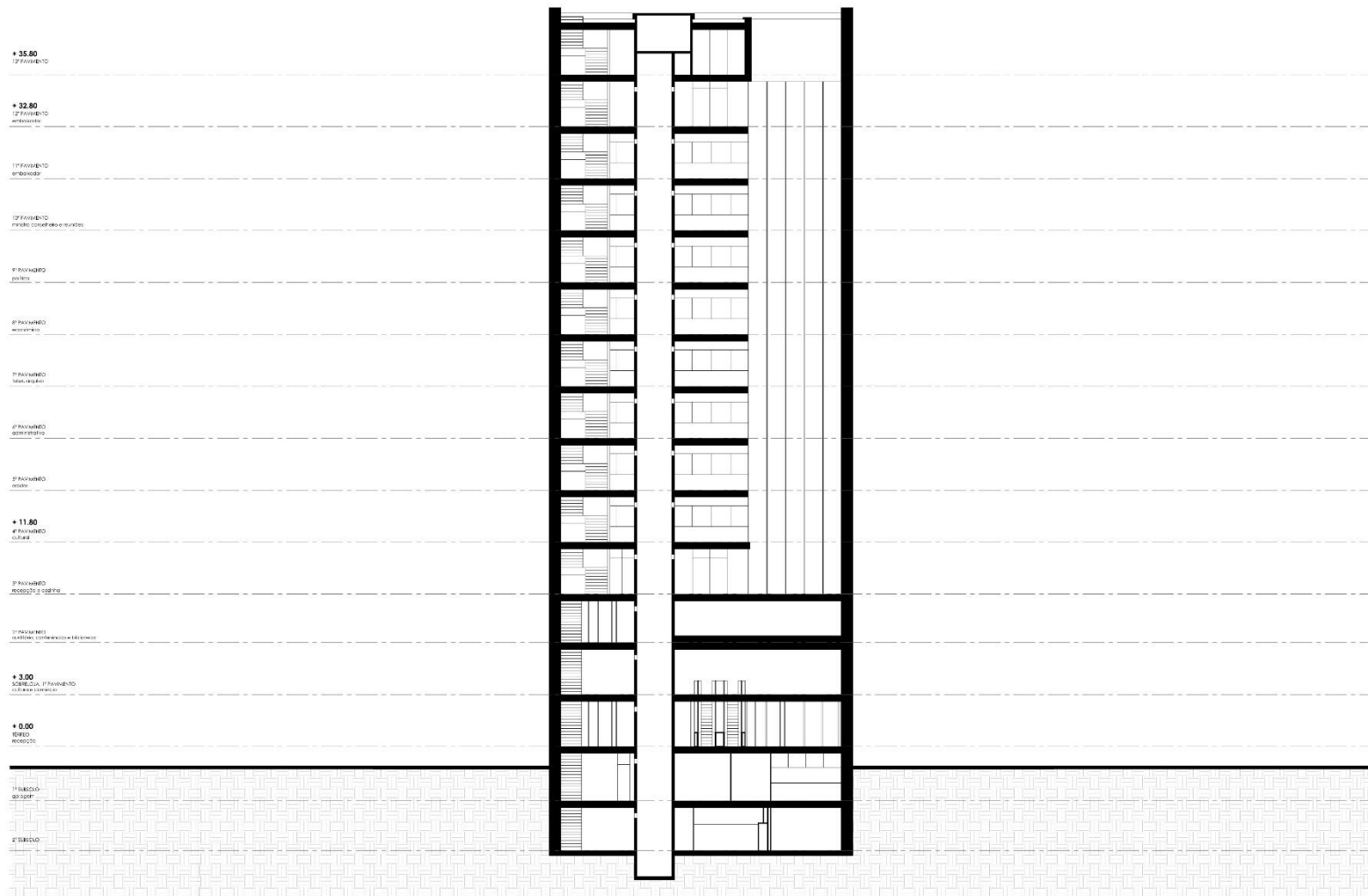
006



CORTE AA¹
escala 1:200

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
Arquiteto: Olavo Redig de Campos
Projeto: 1946 Construção: 1976

007



+ 35.80
12º FAVENIMENTO

+ 32.80
12º FAVENIMENTO

11º FAVENIMENTO

10º FAVENIMENTO

9º FAVENIMENTO

8º FAVENIMENTO

7º FAVENIMENTO

6º FAVENIMENTO

5º FAVENIMENTO

+ 11.80
4º FAVENIMENTO

3º FAVENIMENTO

2º FAVENIMENTO

+ 3.00
SALA DE REUNIÃO

+ 0.00
NÍVEL DO TERRENO

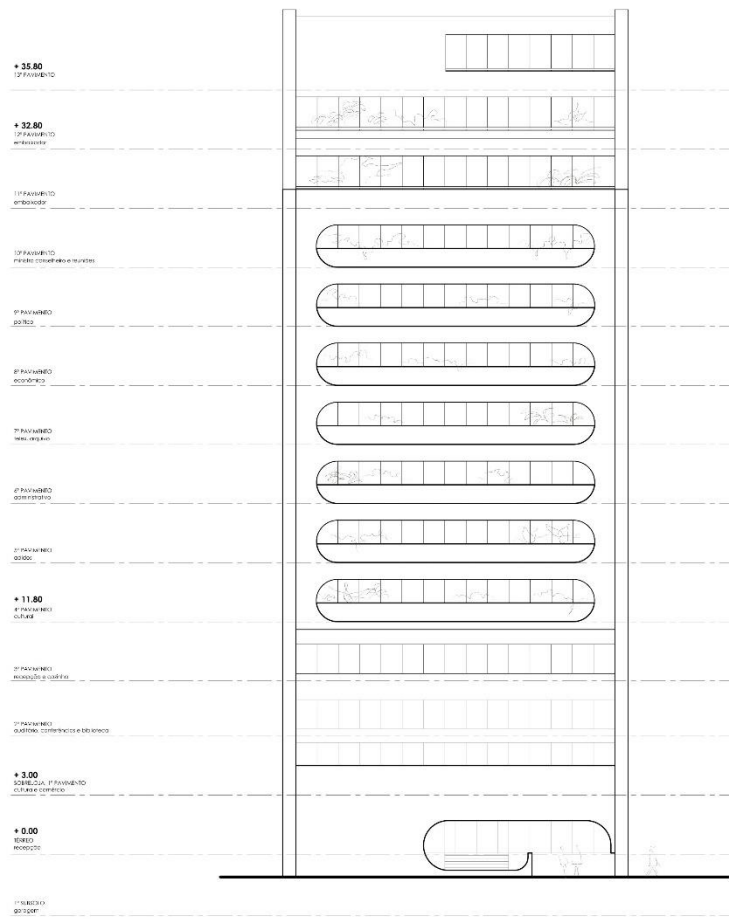
1º SUBSÓLIO

2º SUBSÓLIO

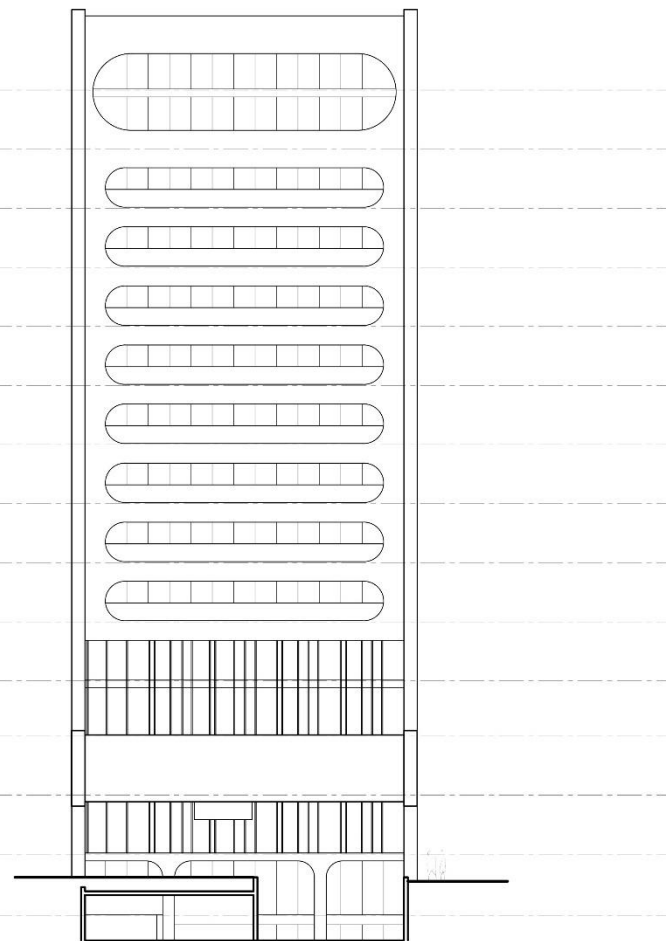
CORTE BB¹
escala 1:200

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
Arquiteto: Olavo Redig de Campos
Projeto: 1946 Construção: 1976

008



FACHADA PRINCIPAL
 escala 1:200



FACHADA POSTERIOR
 escala 1:200

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES
 Arquiteto: Olavo Redig de Campos
 Projeto: 1946 Construção: 1976

009

DESENHOS



Figura 115: Planta de situação da chancelaria em Buenos Aires. Note-se que o terreno em preto se trata do lote da Chancelaria propriamente dito e em verde, da Residência Oficial. Documento constituinte do memoria descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

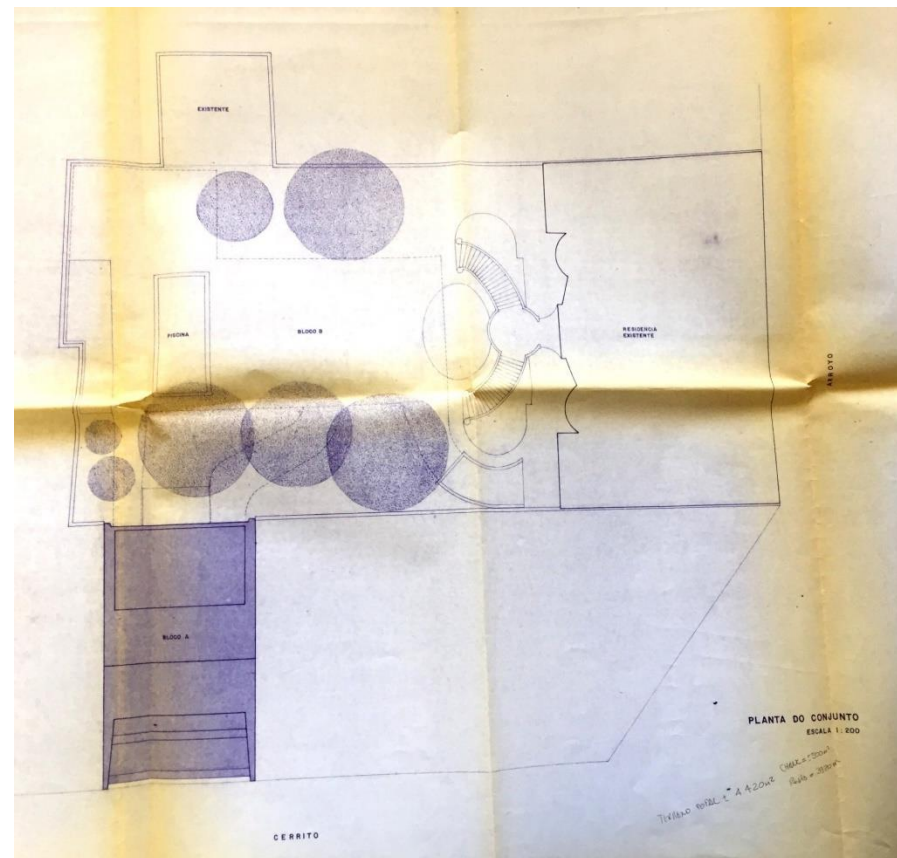


Figura 116: Planta de localização do conjunto, ampliada em relação à planta de situação. O desenho mostra a proposta de conexão visual entre os fundos da Chancelaria e os jardins da Residência Oficial.. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

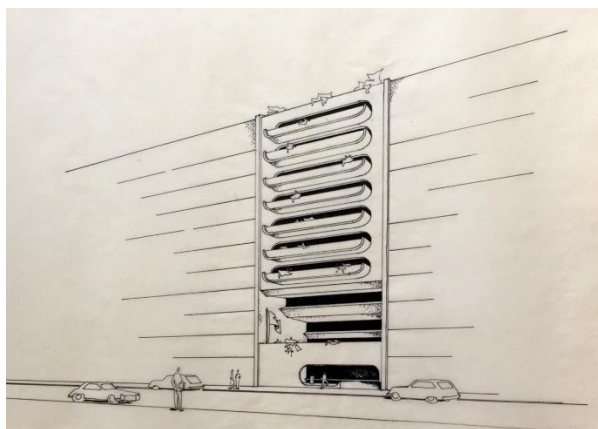


Figura 117: Primeira versão para a composição da Chancelaria do Brasil. Documento constituinte do memoria descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 118: Segunda versão para a fachada principal. Chamam a atenção os estudos para posição da bandeira nacional. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

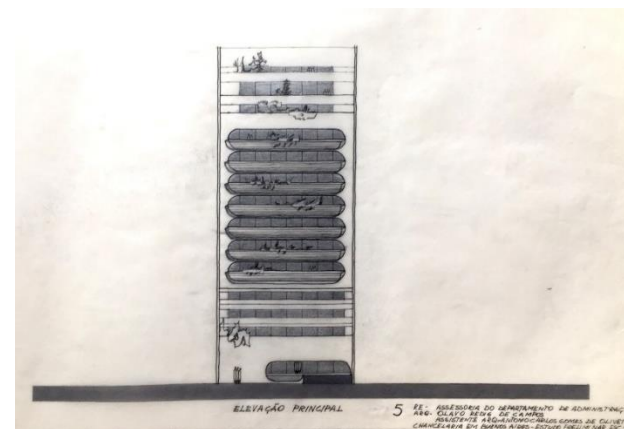


Figura 119: Proposta original da fachada principal da Chancelaria. Documento constituinte do memoria descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

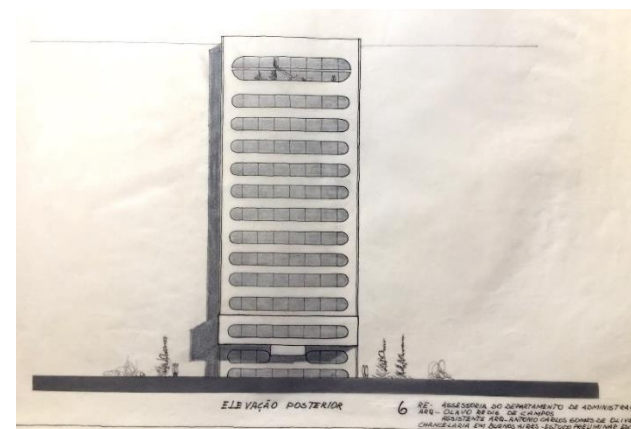


Figura 120: Proposta original da fachada principal da Chancelaria. Documento constituinte do memoria descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

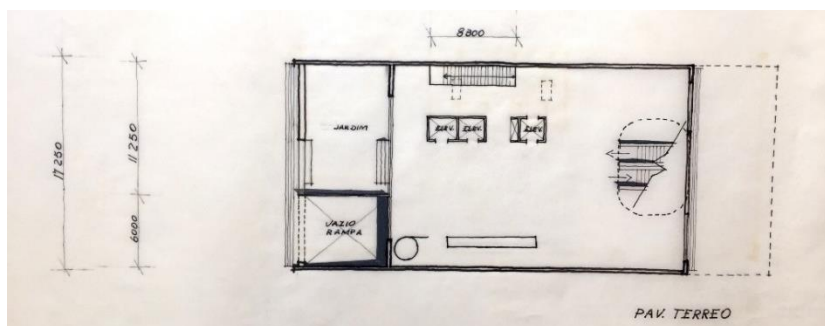


Figura 125: Planta do Térreo para a primeira versão do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

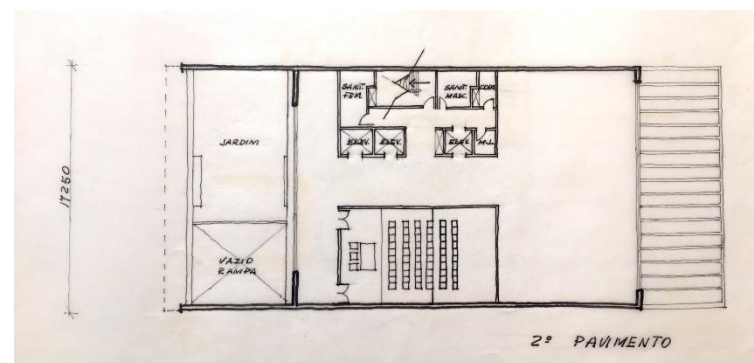


Figura 127: Planta do Segundo Pavimento para a primeira versão do projeto. Note-se a proposta original de locação do auditório, aqui, que foi posteriormente alterada. Atualmente, o auditório se localiza no segundo subsolo. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

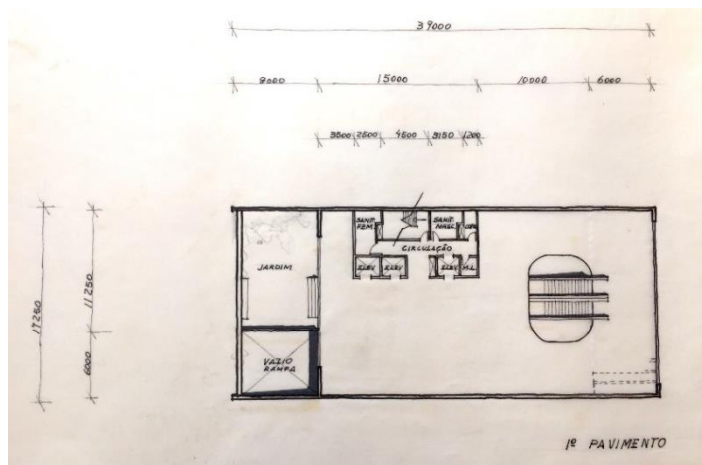


Figura 126: Planta do Primeiro Pavimento (sobreloja) para a primeira versão do projeto. Note-se a conexão entre os pavimentos térreo e segundo pavimento por meio das escadas rolantes, que posteriormente foram substituídas por escada helicoidal. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

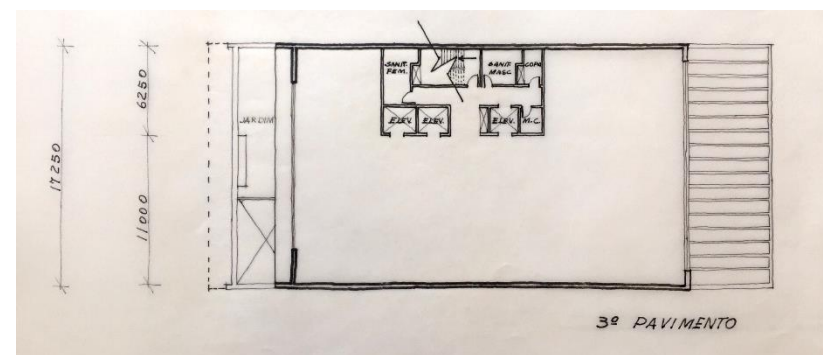


Figura 128: Planta do Terceiro Pavimento para a primeira versão do projeto. A planta livre originalmente deveria receber biblioteca, salas de leitura e consultas. Atualmente, o terceiro pavimento recebeu salas de escritórios. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

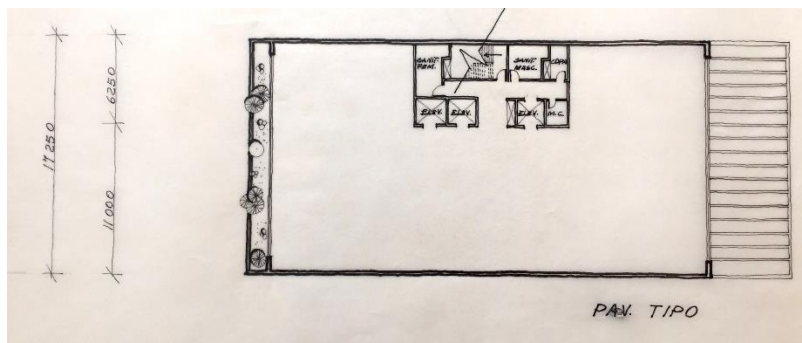


Figura 129: Planta livre do pavimento tipo (entre os pavimentos quarto e décimo primeiro). Note-se o núcleo central das circulações verticais e de zonas de serviço e a área livre junto às fachadas para disposição das salas de escritório. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

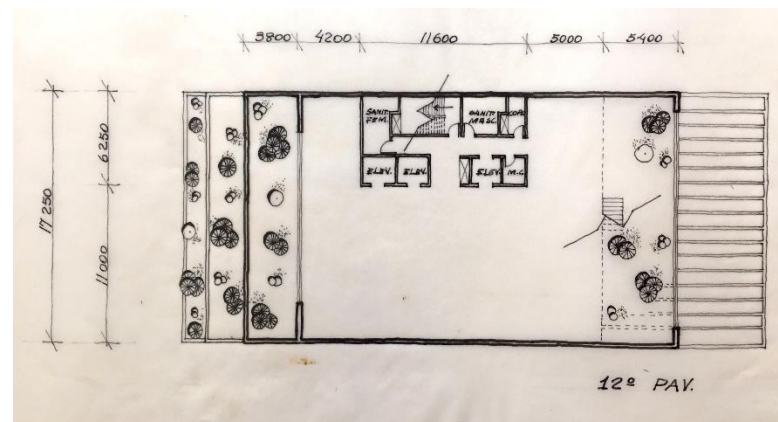


Figura 131: Planta do Décimo Segundo pavimento para a primeira versão do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

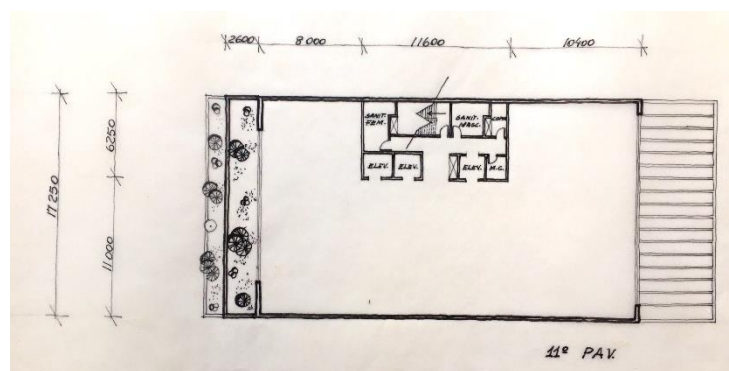


Figura 130: Planta do Décimo Primeiro pavimento para a primeira versão do projeto. Note-se o recuo progressivo das varandas a partir desse piso. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

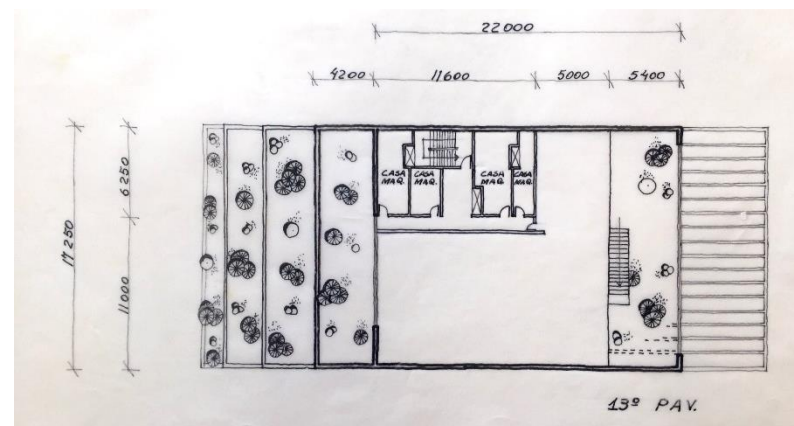


Figura 132: Planta do Décimo Terceiro pavimento para a primeira versão do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

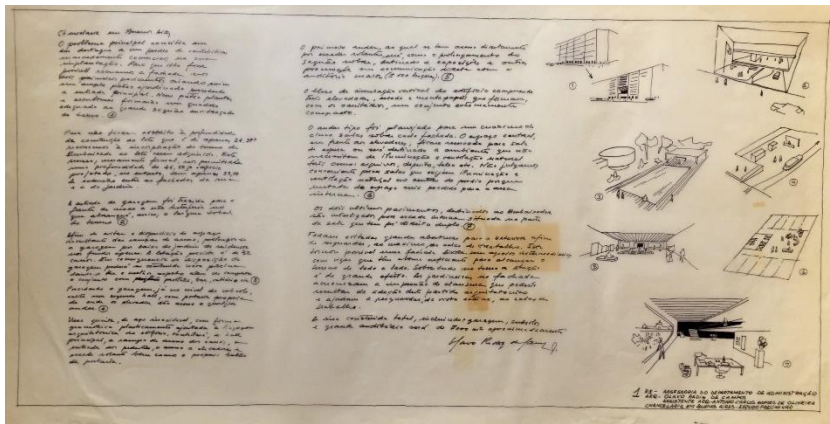


Figura 133: Documento original do memorial descritivo do projeto, a partir do qual as passagens referenciadas ao longo do texto foram extraídas. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

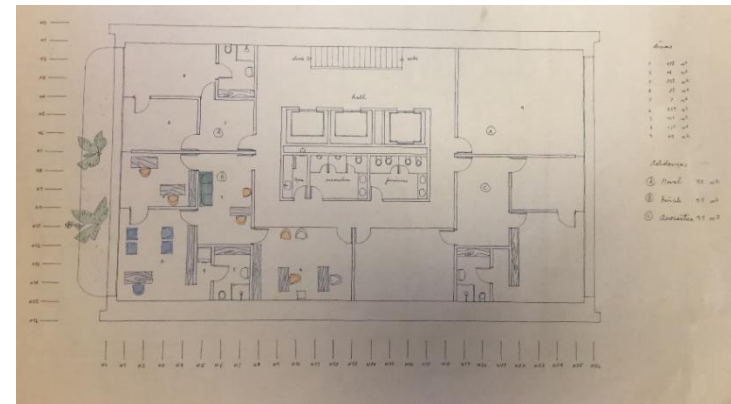


Figura 135: Figura 23: Proposta de Layout para os espaços de trabalho no pavimento tipo. Note-se o deslocamento das zonas de circulação vertical para o núcleo do projeto em relação à proposta original. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

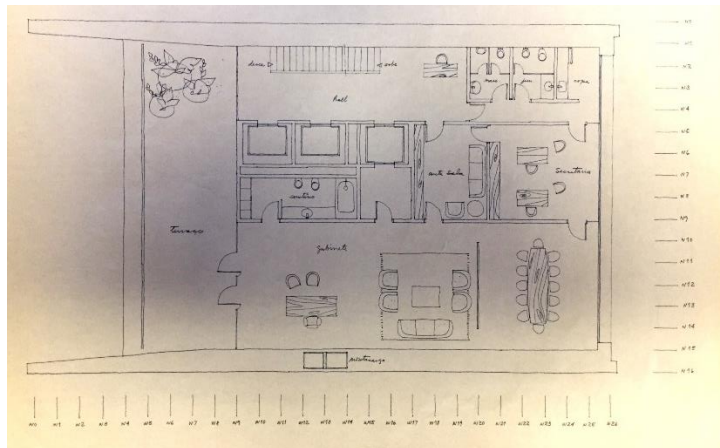


Figura 134: Proposta de Layout para os aposentos e gabinetes do Embaixador, no décimo segundo pavimento. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

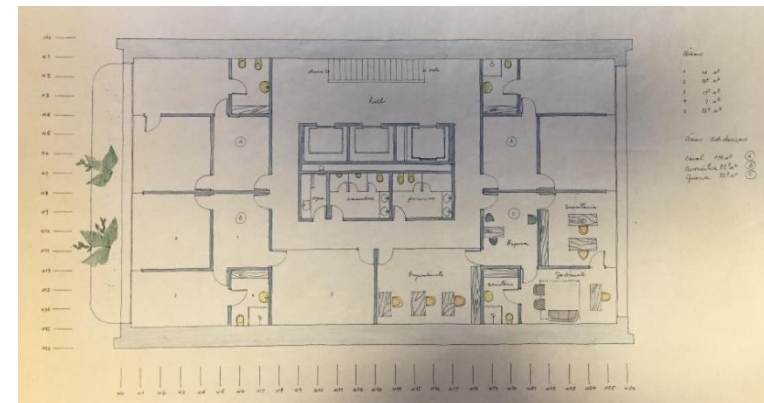


Figura 136: Proposta de Layout para os espaços de trabalho no pavimento tipo. Note-se o deslocamento das zonas de circulação vertical para o núcleo do projeto em relação à proposta original. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

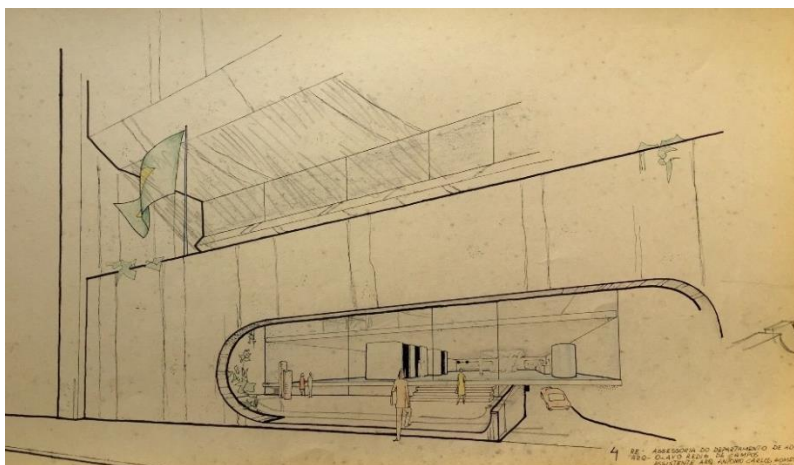


Figura 137: Desenho à mão com proposta da guarita em formato oblongo no acesso ao edifício. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

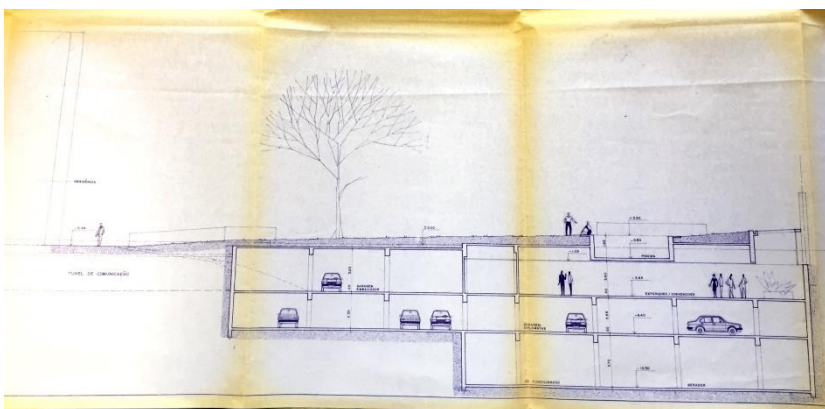


Figura 138: Corte longitudinal mostrando os níveis subterrâneos no projeto e a disposição das garagens. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

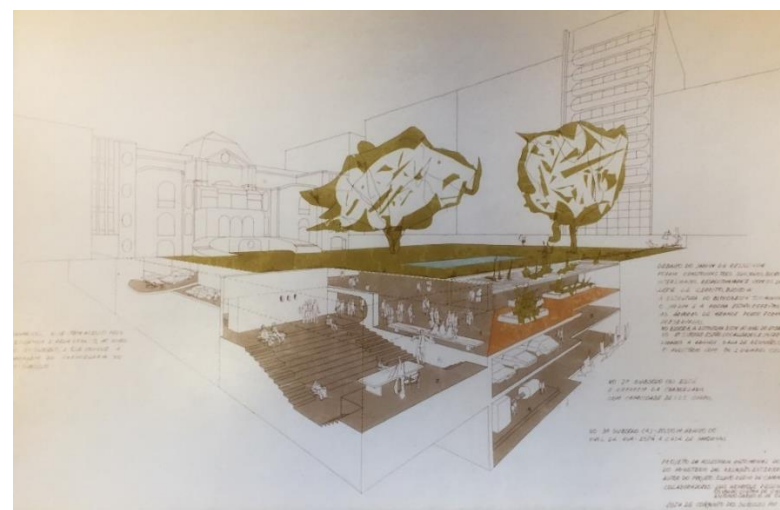


Figura 139: Perspectiva isométrica ilustrativa da proposta de conexão visual no térreo e funcional no subterrâneo entre os edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial. No desenho, fica evidente a proposta da piscina nos jardins da Residência, das garagens e do auditório no Segundo Subsolo. Aqui, trata-se de versão revisada do projeto, uma vez que na proposta original o auditório estaria localizado na sobreloja. Fonte: Acervo do IMS/RJ.

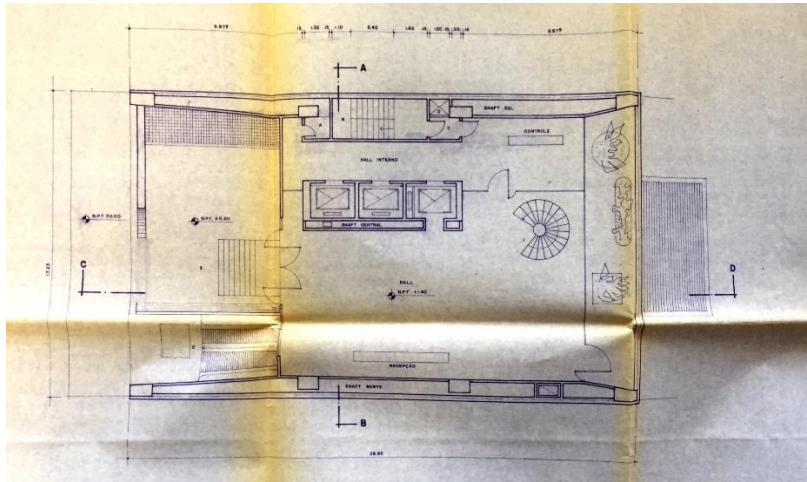


Figura 140: Planta baixa do térreo na versão definitiva da Chancelaria. As principais alterações identificadas em relação à proposta original são a substituição das escadas rolantes pela escada helicoidal para acesso à sobreloja; a inclusão do jardim de inverno após a escada helicoidal e de painel opaco aos fundos (que posteriormente recebeu azulejaria de Athos Bulcão); reposicionamento das caixas de circulação vertical ao centro da planta; e a alteração das estruturas que delimitam o lote. Em relação a essa proposta, parece ter sido alterada a abertura do último dos elevadores para o hall central, que atualmente não acontece. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

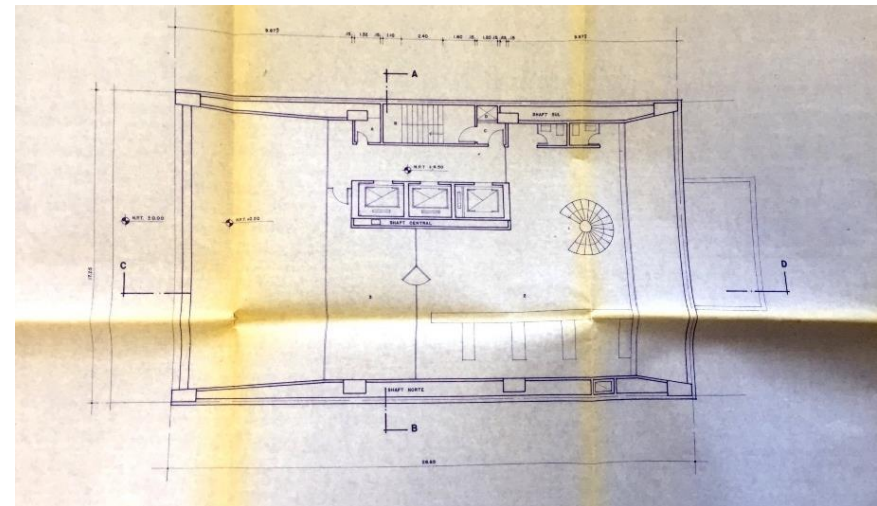


Figura 141: Planta baixa da sobreloja na versão definitiva da Chancelaria. A idéia original de amplitude e liberação deste nível para a realização de eventos e recepções não foi mantida. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

MAQUETES

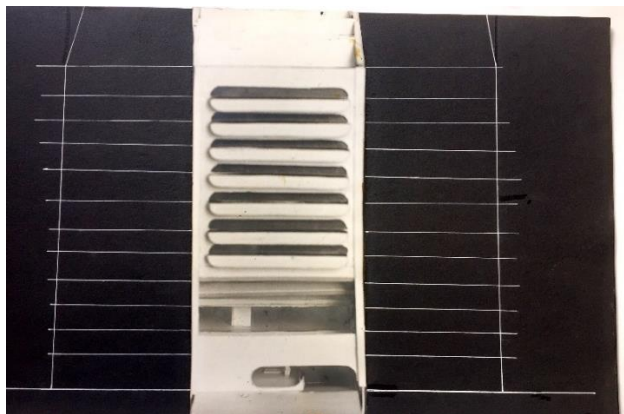


Figura 142: Maquete ilustrativa da proposta para a fachada principal, na versão original do projeto. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

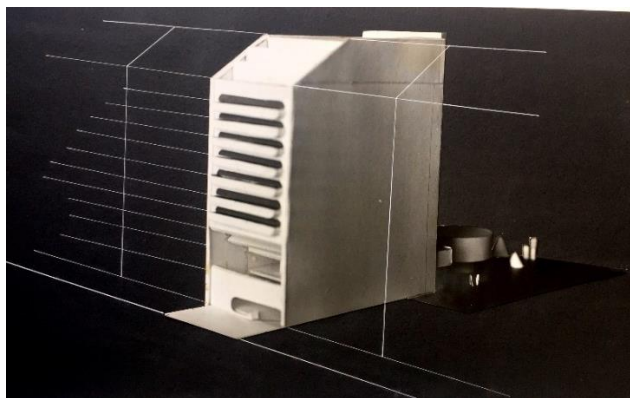


Figura 143: Maquete ilustrativa da volumetria da Chancelaria, na versão original do projeto. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

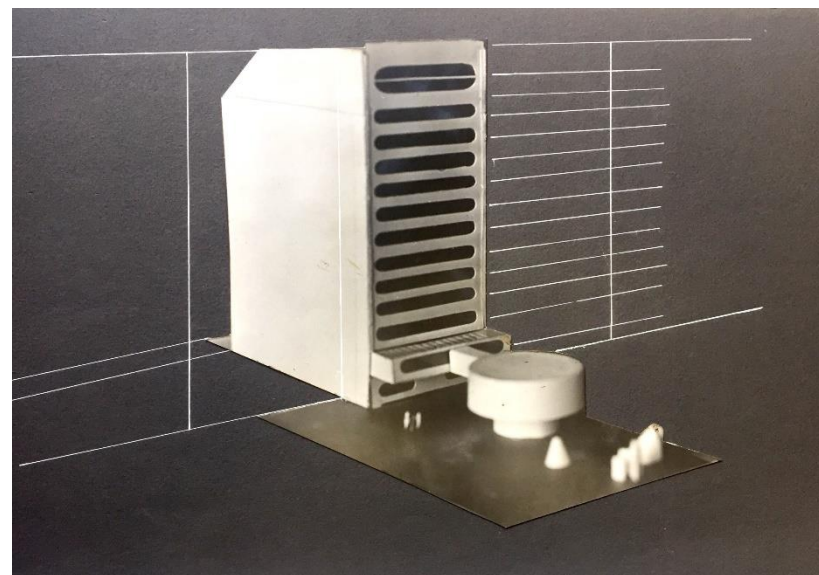


Figura 144: Maquete ilustrativa da proposta para a fachada posterior, na versão original do projeto. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

FOTOGRAFIAS

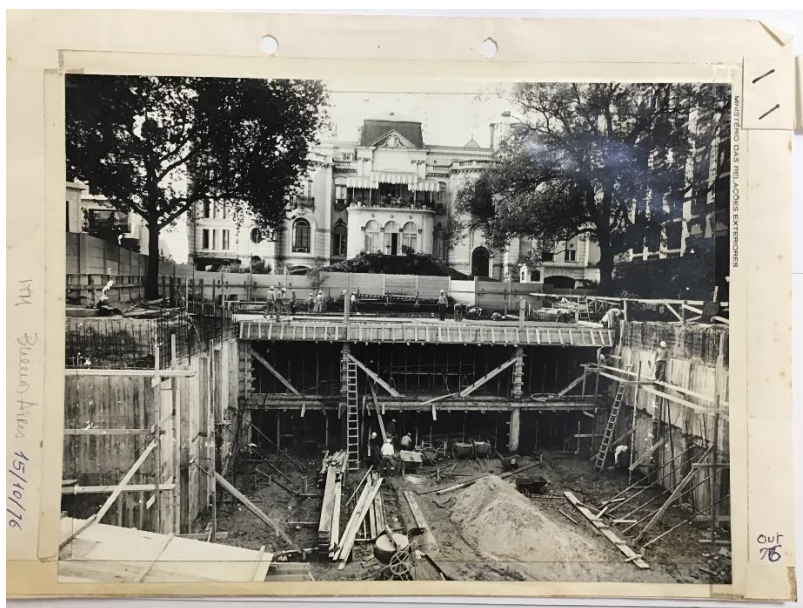


Figura 145: Fotografia da demolição e construção dos subsolos do projeto (1976). Aos fundos, a fachada posterior do Palácio Pereda. Fonte: Acervo SARQ/MRE.

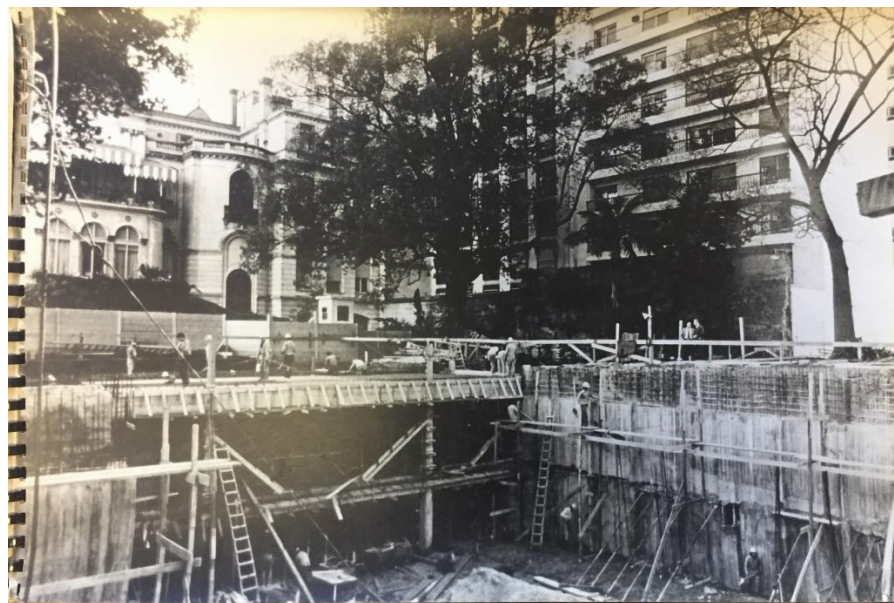


Figura 146: Fotografia da demolição e construção dos subsolos do projeto (1976). À esquerda, a fachada posterior do Palácio Pereda. À direita, as fachadas posteriores dos edifícios que conformam o terreno em que se insere o projeto. Fonte: Acervo SARQ/MRE.



Figura 147: Fotografia mostrando a finalização das obras na fachada principal do projeto.
Fonte: SARQ/MRE.



Figura 148: Fotografia detalhando as varandas e as janelas, nos pavimentos. Fonte: Acervo SARQ/MRE.



Figura 149: Fotografia da etapa de acabamentos no térreo da Chancelaria. Note-se a instalação do painel em azulejos de autoria de Athos Bulcão. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 150: Fotografia a partir do acesso principal ao edifício, no nível térreo. À esquerda, o painel em granito com cheios e vazios também é de autoria de Athos Bulcão, e reveste os fundos da caixa de circulação vertical. Ao fundo, o painel em azulejos e a escada helicoidal. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 151: Detalhe da concretagem da escada helicoidal, ainda sem corrimãos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 152: Fotografia da construção dos acessos ao subsolo. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

FOTOGRAFIAS ATUAIS



Figura 153: Fachada principal da Chancelaria em Buenos Aires. Fonte: Cedido por Ana Cristina Palhas (2024).



Figura 154: Detalhe do acesso à Chancelaria, no térreo. Fonte: Cedido por Ana Cristina Palhas (2024).

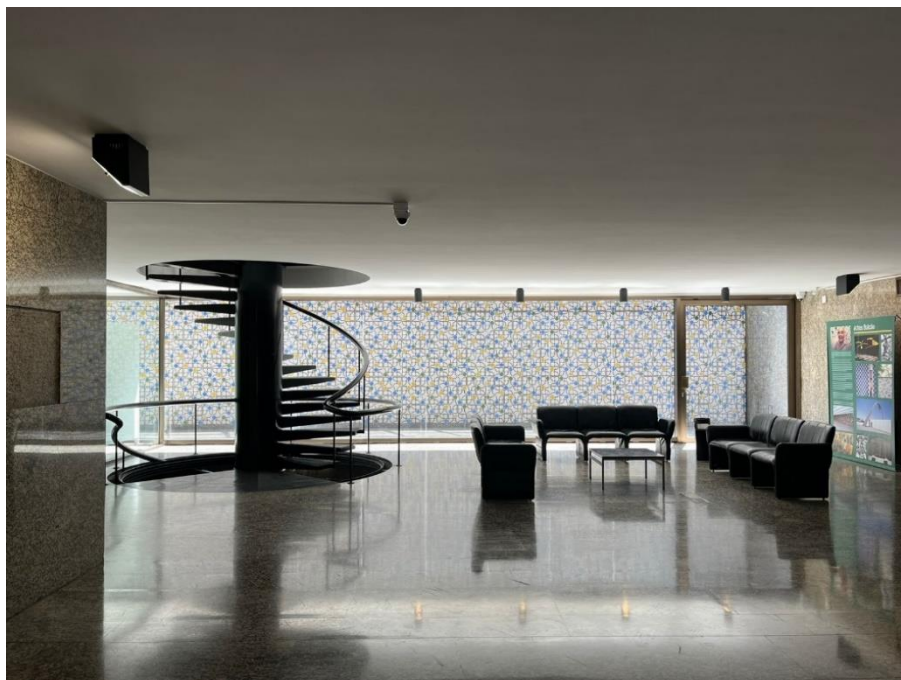


Figura 155: Fotografia atual a partir do acesso principal ao edifício, no térreo. Fonte: Cedido por Ana Cristina Palhas (2024).

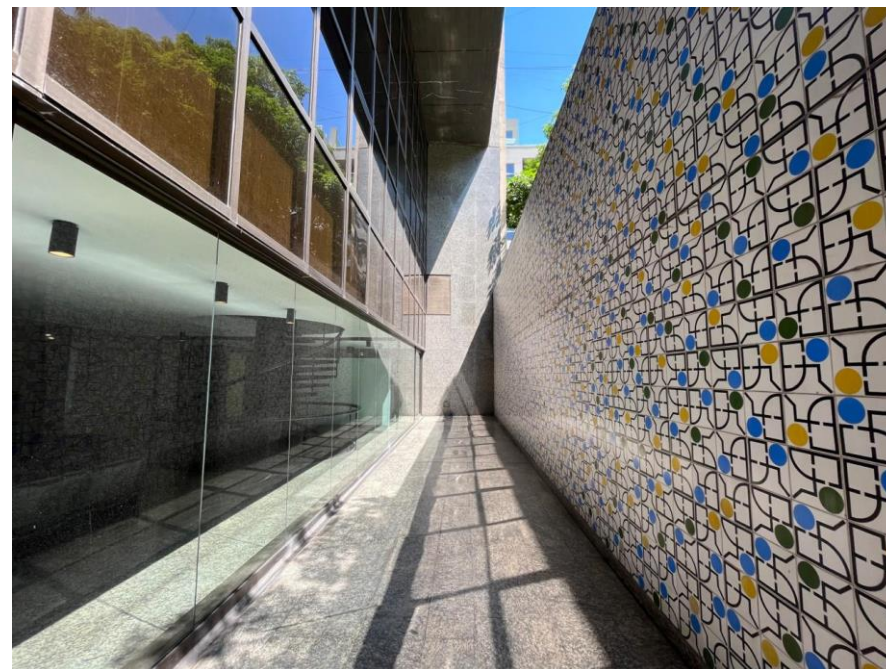


Figura 156: Fotografia do jardim de inverno proposto para a fachada posterior, anterior ao painel de azulejos de autoria de Athos Bulcão que delimita o edifício e os jardins da Residência Oficial. Fonte: Cedido por Ana Cristina Palhas (2024).



Figura 157: Fotografia atual dos interiores de uma sala de escritórios na Chancelaria, voltada para os jardins da Residência Oficial, que aparecem ao fundo. Fonte: Cedido por Ana Cristina Palhas (2024).

Lagos, Nigéria – 1979

A Nigéria é, historicamente, o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano e, desde seu processo de independência nos anos 1960, é também uma das maiores economias da África. País mais populoso da região, a Nigéria é, ainda, uma das nações centrais na produção e exportação de petróleo.

O relacionamento entre o Brasil e o país africano remonta ao período da escravidão e do tráfico negreiro, já que o Brasil foi um dos destinos de cerca de cinquenta mil escravos enviados às Américas no século XVIII, provenientes da região do Delta do Niger, no sul do país (MELOS; MEROLA, 2013, p. 52). Após a abolição da escravatura no Brasil, muitos ex-escravos libertos retornaram aos países de origem na África ocidental, algo que aconteceu de maneira curiosa no caso nigeriano:

(...) havia em Lagos um grupo chamado “os brasileiros”. Eram os escravos, originários do Golfo da Guiné, que tinham retornado (à Nigéria) depois de libertos. É curioso porque a Nigéria não tem mão-de-obra de construção civil (...) Então, esses brasileiros voltaram para lá, tendo trabalhado na construção civil no Brasil e se tornaram os grandes construtores de Lagos. Todas as casas importantes (...) eram conhecidas como casas brasileiras (...). (DUBUGRAS in: RODRIGUES, 2014, v.3, p.45)

Colonizado pelo Império Britânico em 1861, a história política do país é conturbada e baseada principalmente nas disputas territoriais entre as diferentes etnias que ocupavam o território. A independência da Grã-Bretanha em 1960 deixou um legado de grande desigualdade em uma sociedade dividida politicamente, o que ocasionou em um cenário de instabilidade e em uma sequência de golpes de estado. Somente nos anos 1970, ao se beneficiar das crises internacionais de 1973 e 1979, o país encontrou certa estabilidade ao exercer a ‘diplomacia do petróleo’ (MELOS; MEROLA, 2013).

As relações diplomáticas com o Brasil apenas se estabeleceram em 1960 e coincidiram com um momento de crescente atenção voltada ao continente africano pela diplomacia brasileira a partir de sua Política Externa Independente:

A África, agora praticamente independente, passa a ser vista pelo Brasil como um novo espaço para a ampliação de sua zona de influência, na tentativa de se estabelecer como um pólo na região (MELOS; MEROLA, 2013, p. 52).

INDEX

A cidade de Lagos foi sede da primeira Embaixada brasileira no continente africano, inaugurada em 1963 em imóvel temporário antes do projeto de Dubugras, em 1979. Atualmente funciona como Consulado-Geral do Brasil na Nigéria após a transferência da capital para a cidade de Abuja, em 2010.

Ao falar sobre o projeto na Nigéria nos depoimentos realizados ao Arquivo Público do Distrito Federal em 1993, disponíveis na íntegra na tese *EDMD: Uma biografia, uma visão*, Dubugras menciona dois fatores limitadores de sua atuação no projeto em Lagos. Em primeiro lugar, o grave problema da insegurança e da criminalidade com que sofria a capital nigeriana já nos anos 1970, que exigiria do projeto “certas medidas tais como a previsão de cercas e de elementos de proteção”. Em seguida, a pouca disponibilidade de materiais de construção, a maioria importada e com preços muito elevados, e a inexistência de mão-de-obra especializada para a execução do projeto:

(...) os materiais (de construção) na Nigéria são caros e um pouco refugio da Europa (...) Então, nós propusemos que mandassem todos os materiais do Brasil. Fizemos um orçamento desses materiais aqui e lá. Nós economizamos 700 mil dólares mandando. E o preço de ter, a propagadanda de ter, vamos dizer, a Embaixada se transformar numa promoção comercial ao vivo, o Itamaraty gostou tanto da idéia que quando nós propusemos mobiliar, a condição foi que (...) nós íamos equipar tudo (...) Então foi tudo para lá, fizemos uma casa brasileira (DUBUGRAS in: RODRIGUES, 2014, v.3, p. 45)

Situação similar foi encontrada pelo arquiteto nos demais trabalhos realizados na África, cujos projetos não serão explorados nessa tese, mas colaboram para a compreensão de como as dificuldades na disponibilidade de recursos e de tecnologia afetaram a tomada de decisões. Na Praia, em Cabo Verde, havia um grave problema de fornecimento de madeira para a construção civil, mesmo para as fôrmas de estruturas em concreto. A solução encontrada por Dubugras foi realizar o projeto inteiramente em estruturas metálicas pré-fabricadas no Brasil e transportadas para a ilha:

Construído no Centro Cívico da Praia, ao lado de outras Embaixadas já em funcionamento, o edifício da Embaixada do Brasil em Cabo Verde, com os recortes de sua estrutura metálica verde, olha o mar do alto de um platô de 40m, evocando um barco de pesca prestes a partir, ou os terraços e passarelas das estações terminais européias do final do século. (...) A escassez de mão-de-obra e de materiais de construção no arquipélago de Cabo Verde foi contornada ao se propor um edifício em estrutura metálica, fabricado no Brasil e montado in loco por brasileiros e caboverdianos. Para

que a estrutura não sofresse os danos da maresia, foi utilizado o aço Cos-ar-cor da Cosipa, tratado e pintado segundo as especificações dadas pela Petrobrás para suas plataformas de petróleo em alto-mar, e aço galvanizado A-36 para as peças internas mais protegidas. A importação de materiais de construção fez com que aproximadamente 60% do custo total da obra fosse gasto no Brasil (REVISTA PROJETO, 1988, p.45)

Já para a Embaixada em Guiné-Bissau, que, essa sim, dispunha de grande quantidade de madeira, elaborou um projeto basicamente estruturado em pilares, vigas e colunas realizadas in loco. Isso mostra a grande flexibilidade do arquiteto em se adaptar aos diferentes contextos e às realidades distintas em que realizou seus projetos.

SÍMBOLO

O edifício da Embaixada em Lagos se desenvolve de fora para dentro, de modo que a fachada que se volta à rua é praticamente opaca, sem aberturas que permitam qualquer visibilidade a partir do exterior.

Disposto em um terreno de cerca de dois mil metros quadrados, o projeto se constitui da Chancelaria, no acesso direto a partir da rua, e da Residência Oficial, na parte posterior do lote, conectadas entre si por um edifício retangular que corresponde à garagem e por uma passagem coberta que se abre ao jardim. Nos fundos do lote, um pequeno apartamento para funcionários e, à direita, a piscina e as estações locais de tratamento de água e gerador de energia definem a ocupação do terreno (Figura 158).

Em um projeto com tantas limitações criativas devido à situação de insegurança do local, Dubugras criou reentrâncias nas fachadas laterais por meio da alternância entre avanços e recuos de espaços internos, tanto nos quatro vértices do prédio da Chancelaria, quanto nos espaços da Residência Oficial (Figuras 158 e 159).

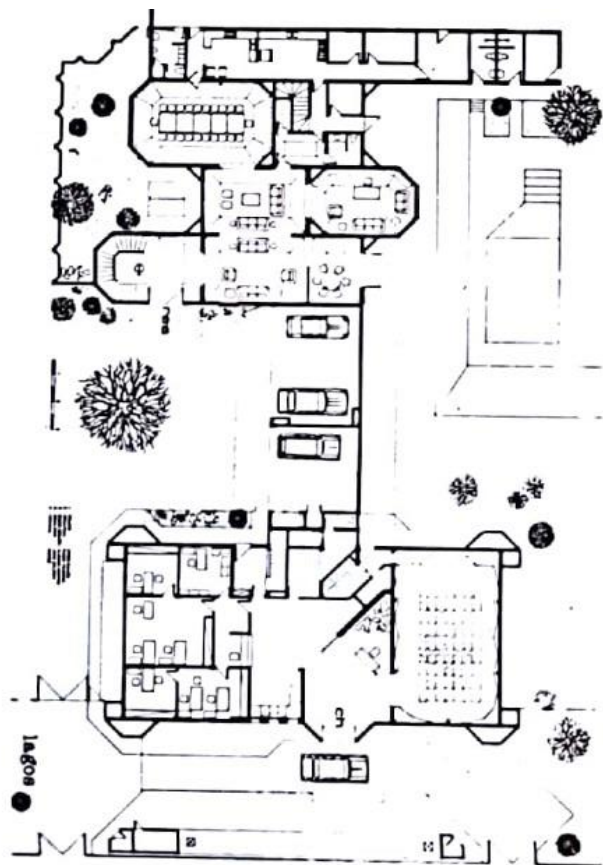


Figura 158: Planta baixa do térreo. O edifício mais próximo da rua é a Chancelaria e, aos fundos, após a garagem, encontra-se a Residência Oficial. Fonte: Revista Projeto.

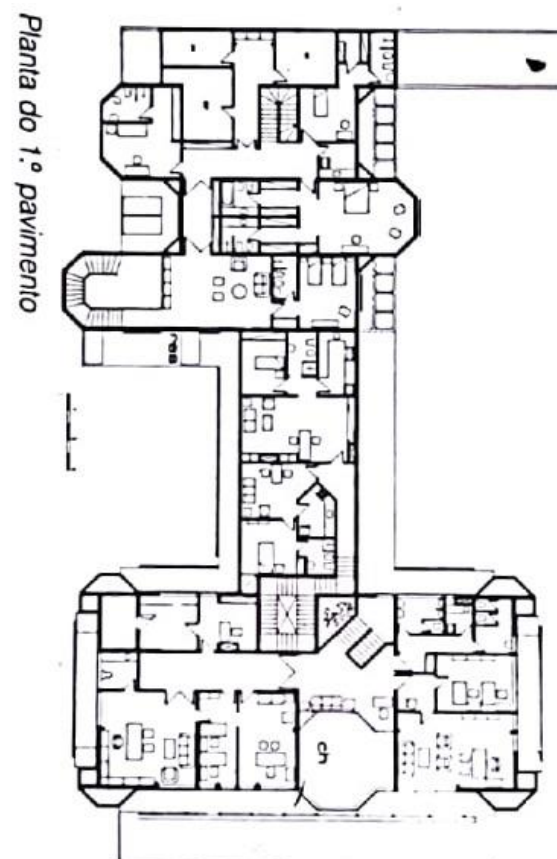


Figura 159: Planta baixa do primeiro pavimento dos edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial. Fonte: Revista Projeto.

Planta do 2.º pavimento: dois apartamentos para diplomatas.

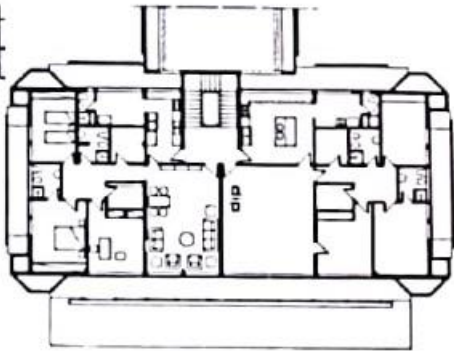


Figura 160: Planta baixa do segundo pavimento, que abriga apartamentos temporários para diplomatas no edifício da Chancelaria. Fonte: Revista Projeto.

ÍCONE

Apesar da volumetria maciça e à primeira vista desinteressante, assim como em outros projetos assinados por Dubugras, os espaços internos são bem trabalhados tanto pela gradual e cuidadosa distribuição das funções quanto pela qualidade dos acabamentos.

Na Chancelaria, o ingresso principal se dá pelo hall de recepção, separado dos espaços de trabalho vizinhos pela parede em diagonal que define a escada que acessa o primeiro e o segundo pavimentos. No térreo e no primeiro pavimento se distribuem as salas de trabalho dos diplomatas e demais funcionários e, no segundo andar, Dubugras incluiu dois pequenos apartamentos temporários.

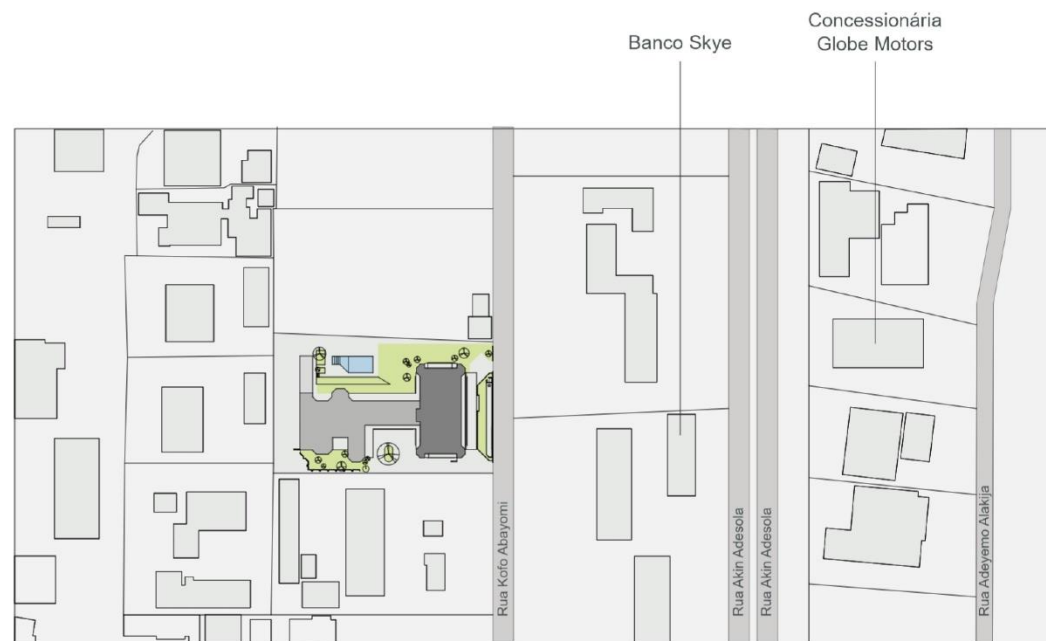
Na entrada da Residência, o acesso também se volta, no primeiro plano, à escada facetada que leva aos demais pavimentos, e ao salão de recepções protegido por painéis em madeira, à direita (Figura 161). As salas de estar, jantar e as varandas refletem a preocupação do arquiteto em criar espaços de convívio com qualidade, conforto e obras de arte brasileiras. Dentre os artistas presentes, quadros de Antônio Poteiro e Carybé e a emblemática escultura de Rubem

Valentim no hall de acesso à Residência chamam a atenção (Figura 170). Como descreve Rodrigues (2014), “no hall de acesso há uma demonstração clara e simbólica de incorporar um significado histórico de ligação entre a cultura brasileira e africana através da poesia sincrética de Rubem Valentim” (RODRIGUES, 2014, p.245).

Como menciona no depoimento do Arquivo Público, “(...) tudo o que foi dentro da casa foi do Brasil” (DUBUGRAS in: RODRIGUES, 2014, v.3, p. 45), dos objetos de arte ao mobiliário e aos itens de decoração, até eletrodomésticos e equipamentos de uso pessoal. O que mais chama a atenção, no entanto, é a especificação de materiais de acabamento, todos provenientes do Brasil. Dentre os principais fornecedores, estão a Cerâmica Brennand para os pisos da maioria dos espaços sociais, Tabacow para os carpetes de madeira, Jatobá para as pastilhas cerâmicas utilizadas no revestimento de paredes de áreas molhadas, Lumini para todas as luminárias, Meka para a marcenaria e mobiliário fixo, dentre outros.



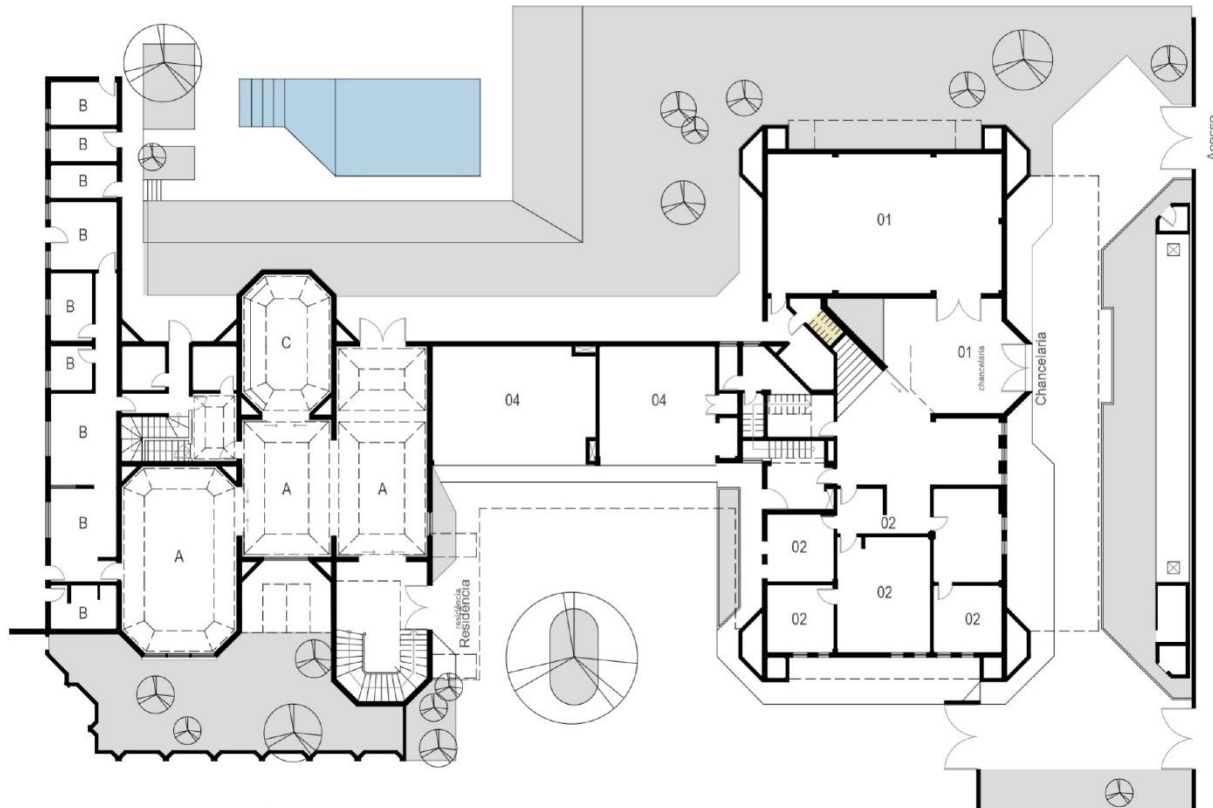
Figura 161: Vista do salão de recepções e do hall da escada. Ao fundo, estátua de Rubem Valentim.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
escala 1:750

EMBAIXADA DO BRASIL EM LAGOS 001
Arquiteto Elvin Mackay Dubugras
Projeto: 1979 - 1987 / Construção: 1982 - 1985

- | | |
|----------------------------------|---------------------|
| 01 Espaços de Representação | A Áreas sociais |
| 02 Espaços de trabalho | B Áreas de serviço |
| 03 Espaços Privados/Segurança | C Áreas de trabalho |
| 04 Espaços Serviços/Área Técnica | D Áreas íntimas |

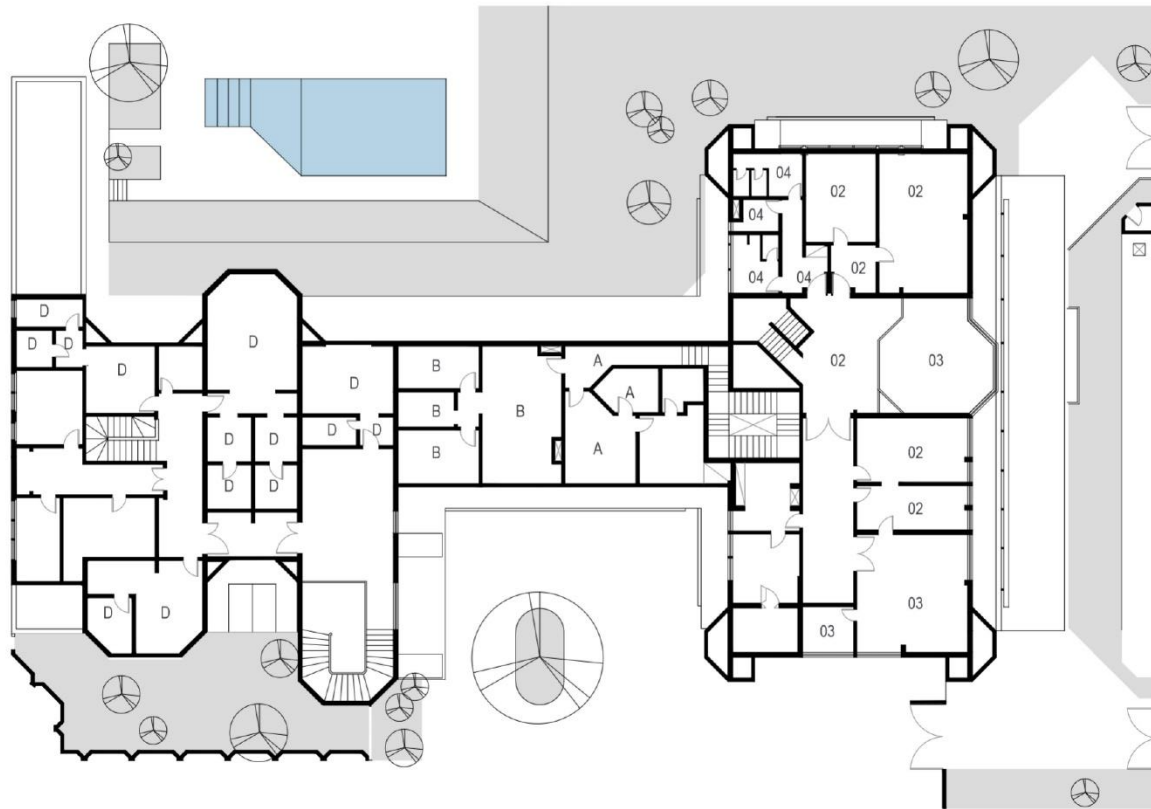


⊕ PLANTA DO NÍVEL TÉRREO
escala 1:125

EMBAIXADA DO BRASIL EM LAGOS
Arquiteto Elvin Mackay Dubugras
Projeto:1979 - 1987 / Construção: 1982 - 1985

002

- | | |
|----------------------------------|---------------------|
| 01 Espaços de Representação | A Áreas sociais |
| 02 Espaços de trabalho | B Áreas de serviço |
| 03 Espaços Privados/Segurança | C Áreas de trabalho |
| 04 Espaços Serviços/Área Técnica | D Áreas íntimas |

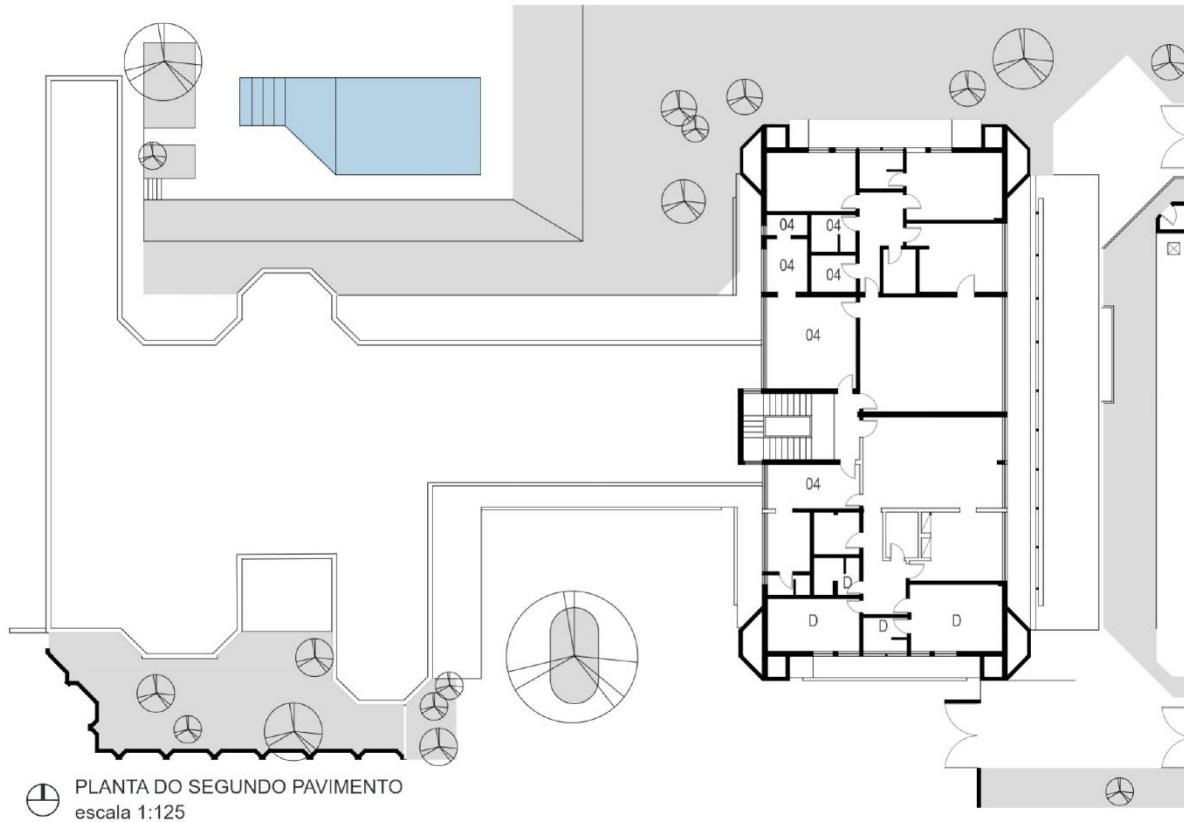


⊕ PLANTA DO PRIMEIRO PAVIMENTO
escala 1:125

EMBAIXADA DO BRASIL EM LAGOS
Arquiteto Elvin Mackay Dubugras
Projeto:1979 - 1987 / Construção: 1982 - 1985

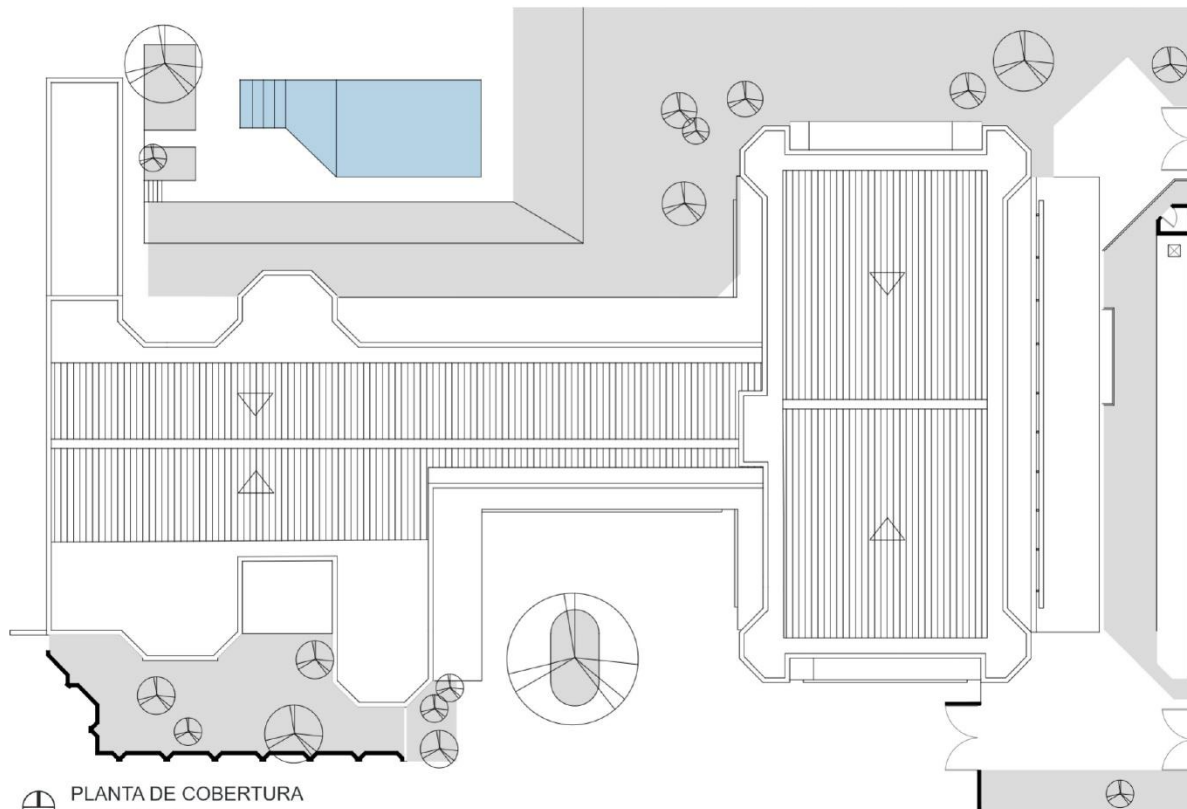
003

- | | |
|----------------------------------|---------------------|
| 01 Espaços de Representação | A Áreas sociais |
| 02 Espaços de trabalho | B Áreas de serviço |
| 03 Espaços Privados/Segurança | C Áreas de trabalho |
| 04 Espaços Serviços/Área Técnica | D Áreas íntimas |



EMBAIXADA DO BRASIL EM LAGOS
 Arquiteto Elvin Mackay Dubugras
 Projeto: 1979 - 1987 / Construção: 1982 - 1985

004



⊕ PLANTA DE COBERTURA
escala 1:125

EMBAIXADA DO BRASIL EM LAGOS
Arquiteto Elvin Mackay Dubugras
Projeto: 1979 - 1987 / Construção: 1982 - 1985

005

DESENHOS

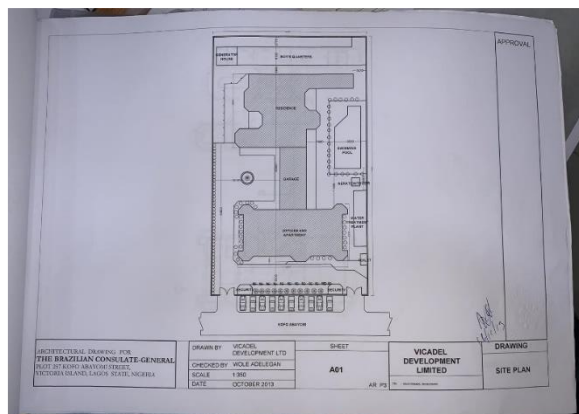


Figura 162: Planta de implantação do projeto. Fonte: Cedido pelo Consulado-Geral em Lagos.

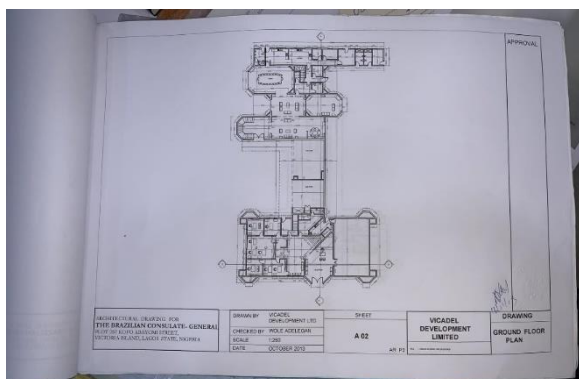


Figura 163: Planta baixa do térreo do projeto. Fonte: Cedido pelo Consulado-Geral em Lagos.

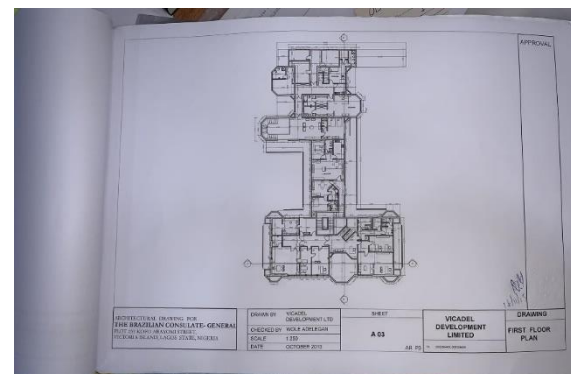


Figura 164: Planta baixa do primeiro pavimento. Fonte: Cedido pelo Consulado-Geral em Lagos.

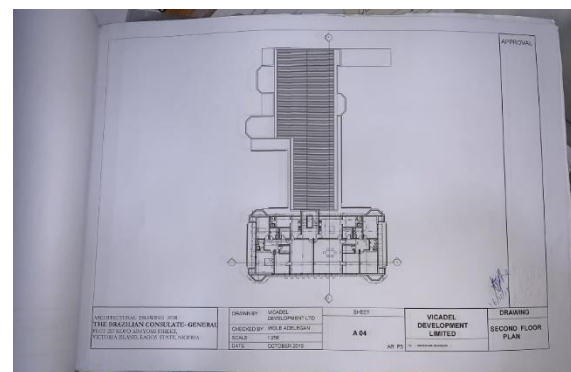


Figura 165: Planta baixa do segundo pavimento do projeto. Fonte: Cedido pelo Consulado-Geral em Lagos.

FOTOGRAFIAS

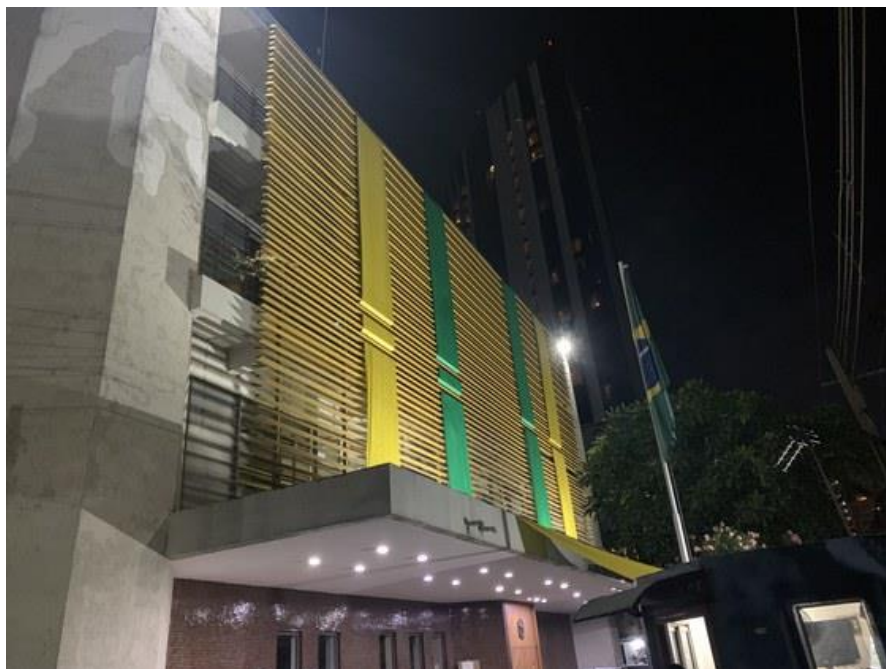


Figura 166: Fachada principal do atual Consulado-Geral do Brasil em Lagos. Note-se a função dos brises-soleil, que garantem tanto proteção solar aos espaços internos quanto privacidade e segurança, já que limitam a visibilidade a partir do exterior do edifício. Fonte: Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/consulado-lagos>.



Figura 167: Fotografia da fachada principal à época da construção. Fonte: Revista Projeto.



Figura 168: Fotografia mostrando a conexão entre os edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial a partir da passarela no jardim. Fonte: Revista Projeto.



Figura 169: Vista da entrada principal da Residência a partir do acesso ao lote. Fonte: Revista Projeto.



Figura 170: Vista da fachada posterior da Chancelaria a partir do jardim. Fonte: Revista Projeto.



Figura 171: Interiores da Residência Oficial. Salas de estar e jantar separadas por painéis de madeira. Fonte: Revista Projeto.

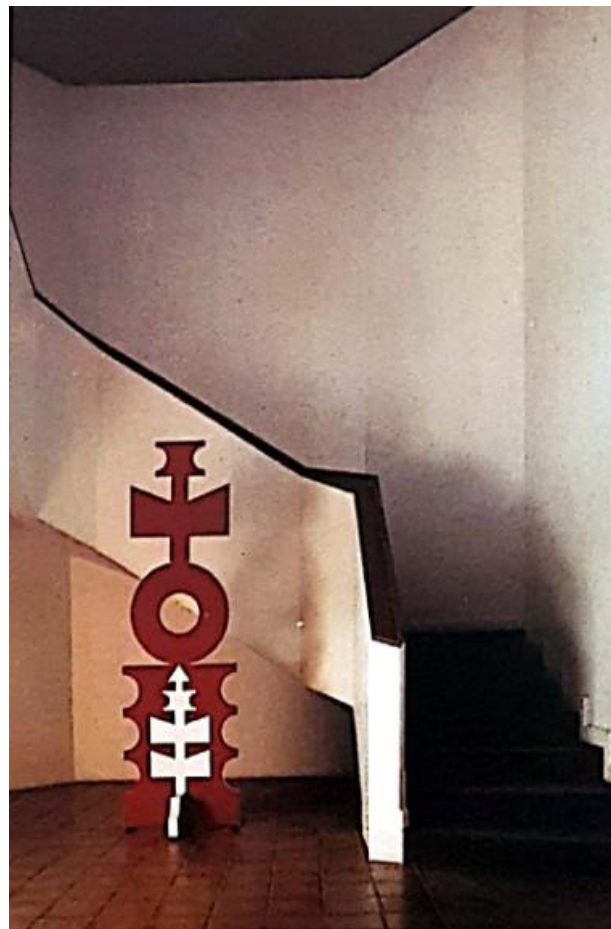


Figura 172: Escultura de Rubem Valentim no hall de entrada da Residência Oficial. Fonte: Rodrigues (2014).

Riade, Arábia Saudita – 1981

As relações entre Brasil e Arábia Saudita se relacionam à política interna desenvolvimentista do governo militar, a partir dos anos 1970, e à busca por parcerias bilaterais estratégicas, no campo da política externa, aliadas à conjuntura internacional deflagrada pelas crises internacionais do petróleo em 1973 e 1979, que, segundo Hobsbawn (1995), “transformaram o mercado de energia mundial”:

(...) sob pressão do cartel de produtores do petróleo, a OPEP⁶⁰, o preço do produto, então baixo e, em termos reais, caindo desde a guerra, mais ou menos quadruplicou em 1973, e mais ou menos triplicou de novo no fim da década de 1970, após a Revolução Iraniana. Na verdade, a gama real de flutuações foi ainda mais sensacional: em 1970 o petróleo era vendido a um preço médio de 2,53 dólares o barril, mas em fins da década de 1980 o barril valia 41 dólares. (...) Para os produtores de petróleo (...), transformou o líquido negro em ouro” (HOBSBAWN, 1995, p. 459).

Nos anos 1970, o Brasil era altamente dependente do petróleo como fonte de energia e o maior importador do produto dentre os países em desenvolvimento (SANTANA, 2006), apesar de ter um relacionamento econômico inexpressivo com os países do Oriente Médio. O aumento do preço de venda do barril de petróleo após a

crise de 1973, entretanto, afetou sobremaneira a balança comercial brasileira com os países da região, o que levou à necessidade de revisão das estratégias de aproximação, especialmente da Arábia Saudita. Com vistas à garantir o abastecimento de petróleo em um momento de alta demanda interna, portanto, a principal medida tomada pela diplomacia brasileira foi o estabelecimento das relações diplomáticas plenas entre os dois países, em 1974, e uma sequência de visitas mútuas de chefes de estados a partir de então. Com os demais países do Oriente Médio, principalmente o Iraque, também houve a preocupação em aumentar o relacionamento e a oferta de bens industrializados e automobilísticos, eletrodomésticos e carnes:

O ano de 1974 testemunhou notável incremento na expansão da presença do Brasil nos países árabes tanto no plano político quanto no econômico. Com efeito, em junho daquele ano, foram abertas embaixadas nos Emirados Árabes Unidos e em Bahrein. Em julho, foram estabelecidas relações diplomáticas com o Sultanato de Omã e, mais tarde, com mais dez Estados da região, dando início à intensa temporada de troca de visitas de alto nível, haja vista a esperança de criarem-se novos mercados para as exportações nacionais (SANTANA, 1995, p.169).

⁶⁰ Criada nos anos 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo contava com a Arábia Saudita como país membro fundador além de Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela.

Ao mesmo tempo em que passava a se posicionar cada vez mais em favor do mundo árabe em fóruns multilaterais em frente às questões políticas que se sucederam a partir dos anos 1970, os efeitos da aproximação com o Oriente Médio foram essenciais para a melhor compreensão do mercado árabe e para “ampliar o leque das relações internacionais do Brasil” (SANTANA, 2006, p.176). Internamente, as crises de 1973 e, principalmente, a de 1979, aceleraram as políticas de incentivo para a extração e o refinamento de petróleo nacional e para as pesquisas a respeito de fontes de energias alternativas na Petrobrás.

Em termos da diplomacia cultural, a aproximação entre o Brasil e os países árabes e do Oriente Médio se deu em especial a partir da presença marcante do país em diversas feiras internacionais como as de Trípoli, Teerã, Argel, Bagdá, Casablanca e Damasco, entre 1977 e 1979.

INDEX

Nesse contexto de aproximações, o complexo diplomático projetado por Elvin Dubugras em Riade se localiza no *Diplomatic Quarter*, o bairro da capital saudita idealizado em 1975 para acolher as Embaixadas estrangeiras, já que, até então, as Chancelarias operavam desde a cidade de Jeddah, de onde seriam transferidas a partir de 1983. O ambicioso plano urbanístico do bairro diplomático, distante cerca de dez quilômetros do centro da capital, foi levado a cabo pela Royal Commission for Riyadh City⁶¹ e tinha como premissa a construção de um bairro de nível internacional, com toda a infraestrutura necessária para um bom funcionamento, inclusive escolas, hospitais e centros comerciais internacionais (Figuras 212 e 214).

O bairro deveria ser consistente com o desenvolvimento da cidade, e de fácil acesso a partir do centro. Além disso, apesar de estritas regras para aprovação dos projetos, as missões diplomáticas deveriam ter a oportunidade de desenvolver os projetos de suas

⁶¹ A companhia real para desenvolvimento urbano da capital saudita.

representações, na mesma medida em que a iniciativa privada poderia participar da construção e da implementação dos projetos.

O Brasil dispunha de dois lotes, o da Chancelaria, próximo às Embaixadas da Itália, da França e da Gâmbia, e o da Residência, terreno assimétrico vizinho às Residências do Qatar e de Oman, na parcela sudoeste do bairro. Além desses, contava ainda com áreas destinadas à construção de residências funcionais e imóveis de trânsito. Todos os projetos foram realizados por Elvin Dubugras.

Seguindo as específicas diretrizes para o tratamento urbano e paisagístico, ambos os projetos deveriam contar com um cinturão verde que serviria como proteção às fachadas laterais, cujas espécies seriam combinações de árvores de maior porte tais como acácias, ciprestes, eucaliptos ou ficus, e de arbustos (Figuras 190 a 194). Os tipos de plantas autorizados a serem inseridos nos projetos deveriam seguir as especificações do regulamento paisagístico do bairro diplomático, recuperado durante os levantamentos e apresentado abaixo (Figura 216).

Quente e seco na maior parte do ano, o clima desértico da capital saudita era uma condicionante importante a ser considerada, o que levou o arquiteto a criar composições mais compactas e com poucas aberturas para o exterior. A inclusão das cartas solares de cada uma das fachadas dos projetos no memorial descritivo (Figuras 172 e 177) ilustra a preocupação de Dubugras, que orientou o tratamento de cada abertura na intenção de propor construções o mais eficiente possíveis do ponto de vista térmico.

SÍMBOLO

As fachadas têm um caráter bastante interessante nos projetos em Riade, em parte devido às inúmeras restrições definidas pela Royal Commission para aprovação dos projetos. Diferentes do que se vê em projetos brasileiros são, portanto, sóbrias e revestidas em sua maior extensão por placas em mármore branco. As poucas aberturas, correspondentes às janelas de salas de trabalho no caso da Chancelaria, e de cômodos como quartos e salas na Residência Oficial, são protegidas por placas em alumínio que fazem as vezes dos *muxarabis* da tradicional arquitetura árabe.

Dubugras ressalta, por sua vez, o muxarabis da tradição colonial brasileira, sempre presente como solução em seus projetos e provavelmente influência dos anos iniciais como arquiteto, quando documentou e catalogou a arquitetura em Goiás (RODRIGUES, 2014, p.130). No memorial descritivo do projeto da Residência, o arquiteto explica que a proteção em alumínio que protege os quartos foi concebida a partir de uma herança cultural comum, trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses e implementada na arquitetura colonial como as treliças em madeira que protegem portas e janelas.

ÍCONE

Percebe-se uma linguagem própria, quando escolhe alguns elementos para compor diversas obras e dessa forma construir uma assinatura. Por mais que suas obras ainda se desenvolvam dentro de um conceito contextual, onde o lugar, as peculiaridades histórico culturais e os usos ditam o que vai ser a obra, ainda assim cada obra incorpora algum sinal de sua assinatura, como nos desenhos em diagonal, cores, a “calha caixa”, uso de telhas metálicas, forros de gamelas, portas de madeira com encaixe ripado, muxarabis (RODRIGUES, 2014, p.131)

Os projetos em Riade, diferentemente das outras experiências com edifícios diplomáticos que realizou em Cabo Verde, na Nigéria ou na Guiné-Bissau, apresentaram à Dubugras o desafio adicional de repensar o espaço de convívio em um país muçulmano, na medida em que deveriam obedecer a uma série de rigorosas regras, especialmente no tratamento de aberturas, terraços e jardins.

Mostra disso é o documento apresentado por Dubugras à autoridade saudita como resultado da revisão para aprovação dos desenhos (Figura 215), que esclarece certos pontos do projeto na intenção de impedir a vista direta dos terrenos vizinhos. São comentários a respeito da inexistência de janelas nos pavimentos superiores a não ser em banheiros, o tratamento das molduras das esquadrias, que

conformariam ângulo de 30°, a previsão de parapeitos de altura mínima de 1,50m e o uso de vidros jateados escuros em todas as aberturas. Ademais, a garantia de que, no terraço, o parapeito de 1,80m de altura asseguraria que nenhuma visão externa seria possível (Figura 215).

O atendimento às normativas em termos de implantação, tratamento paisagístico e revestimento externo – que, de acordo com as diretrizes da Royal Commission, deveriam ser sempre em mármore claro-, levou à proposta de edifícios simples, compactos em sua volumetria e de certa maneira opacos em relação ao exterior, mas extremamente ricos em sua espacialidade interior, cheia de referências à arquitetura e à arte brasileiras.

Grande parte disso se deve à uma importante característica do trabalho de Dubugras, segundo destaca Rodrigues (2014), que diz respeito à atenção que dedicava aos interiores e aos detalhes - não apenas nos projetos de Embaixadas mas especialmente neles-, que “passariam a representar também a identidade do país e os valores que vão além do significado estrito de um móvel” (RODRIGUES, 2014, p. 232). Assim, toda a composição do projeto e a

especificação de mobiliário, objetos de decoração e de arte faziam parte do conceito global do projeto.

Dessa maneira, tanto na Chancelaria quanto na Residência Oficial, as referências ao Brasil são inúmeras, seja pela paginação dos pisos em ladrilhos, pela presença de cores marcantes (na Residência), pela vegetação escolhida para os jardins internos ou pela presença das inúmeras obras de artistas nacionais. Destacam-se, aqui, a escultura pendente *Estrela*, de Jaime Golubov, posicionada no hall da Chancelaria, e o trabalho de Athos Bulcão, presente em ambos os projetos (Figura 200). Segundo Rodrigues (2014), “a obra de Golubov (...), de fundamentos geométricos, reproduz à sua maneira os fundamentos dos *arabesques* tão comuns na cultura árabe” (RODRIGUES, 2014, p.231) e representaria mais um ponto de ligação entre a arte brasileira e a tradição árabe.

A parceria com Athos Bulcão, por sua vez, foi recorrente no trabalho de Dubugras, devido ao tempo em que trabalharam juntos na Universidade de Brasília. A arte de Athos integrada à arquitetura de Dubugras está presente em praticamente todos os projetos do

arquiteto, e em Riade compõe painéis em azulejos nas áreas externas (Figuras 206 e 207).

Diversos outros artistas brasileiros ocupam espaços sociais dos dois projetos, dentre eles obras de Glenio Bianchetti, Emanuel Araújo, gravuras, litografias e serigrafias de Roberto Burle Marx, Alfredo Volpi, Chico Barreto, Marília Rodrigues e Fayga Ostrower (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003, p. 418).

O edifício da Chancelaria se resolve, em planta baixa, em torno de um pátio central, e, em elevação, distribui suas funções em três pavimentos. O pátio, elemento tão característico da arquitetura árabe e estratégia bioclimática essencial para resfriar o ambiente interno em regiões de clima desértico, como na capital saudita, é inteiramente protegido da visibilidade externa, mas iluminado naturalmente graças à claraboias no teto e conta com um espelho d'água.

Na Residência, similarmente, o acesso principal se dá a partir também de um pátio central em pé direito duplo, voltado para a própria construção, cuja iluminação é conformada pelos lanternins

resultantes da superposição de forros hexagonais na cobertura (Figuras 208 e 209)

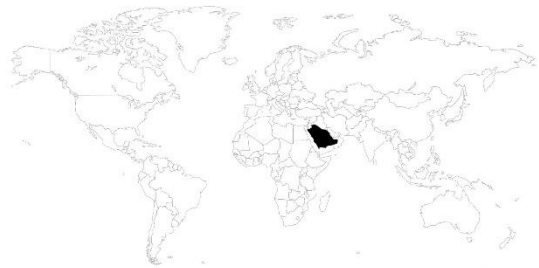
Nos dois projetos, assim como em muitos outros realizados por Dubugras, chamam a atenção as linhas diagonais que conformam escadarias ou espaços de transição entre ambientes e a importante presença do hall de ingresso. Para Rodrigues (2014):

As plantas de Elvin são cuidadosamente estudadas desde o hall, parte social, íntima, dependência de serviços, o que demonstra um estreito domínio do que cada um desses setores deveria resultar em espaço e funcionalidade e(...) sempre que possível, a arquitetura de Elvin pode ser lida com a força da diagonal em relação aos limites do terreno e configura espaços dinâmicos, onde o que está sendo favorecido é a perspectiva do volume ao invés do plano de imponente fachada (RODRIGUES, 2014, p. 93-95)

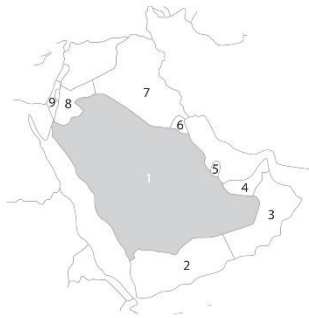
O projeto da Chancelaria, portanto, tem no pátio central (que faz as vezes de hall de acesso ao projeto) o elemento conector entre a porção lateral esquerda, que abriga as funções de um pequeno apartamento para instalação temporária de servidores ou de visitas – com quartos, banheiros, salas, áreas de cozinha e serviços independentes –, à porção lateral direita, onde operam as salas de

trabalho, de reuniões, o serviço consular da Chancelaria e os gabinetes e áreas íntimas do Embaixador.

A Residência, por sua vez, tem o acesso principal marcado pelo imponente e colorido pátio com as arestas entrecortadas e as demais funções distribuídas nos blocos periféricos, posicionados paralelos ou perpendiculares ao acesso principal, e conectados por um grande salão que representa a diagonal tão marcante dos projetos de Dubugras. (Figura 208). Os grupos funcionais tradicionais – social, íntimo e de serviços-, ficam, portanto, bastante separados entre si.



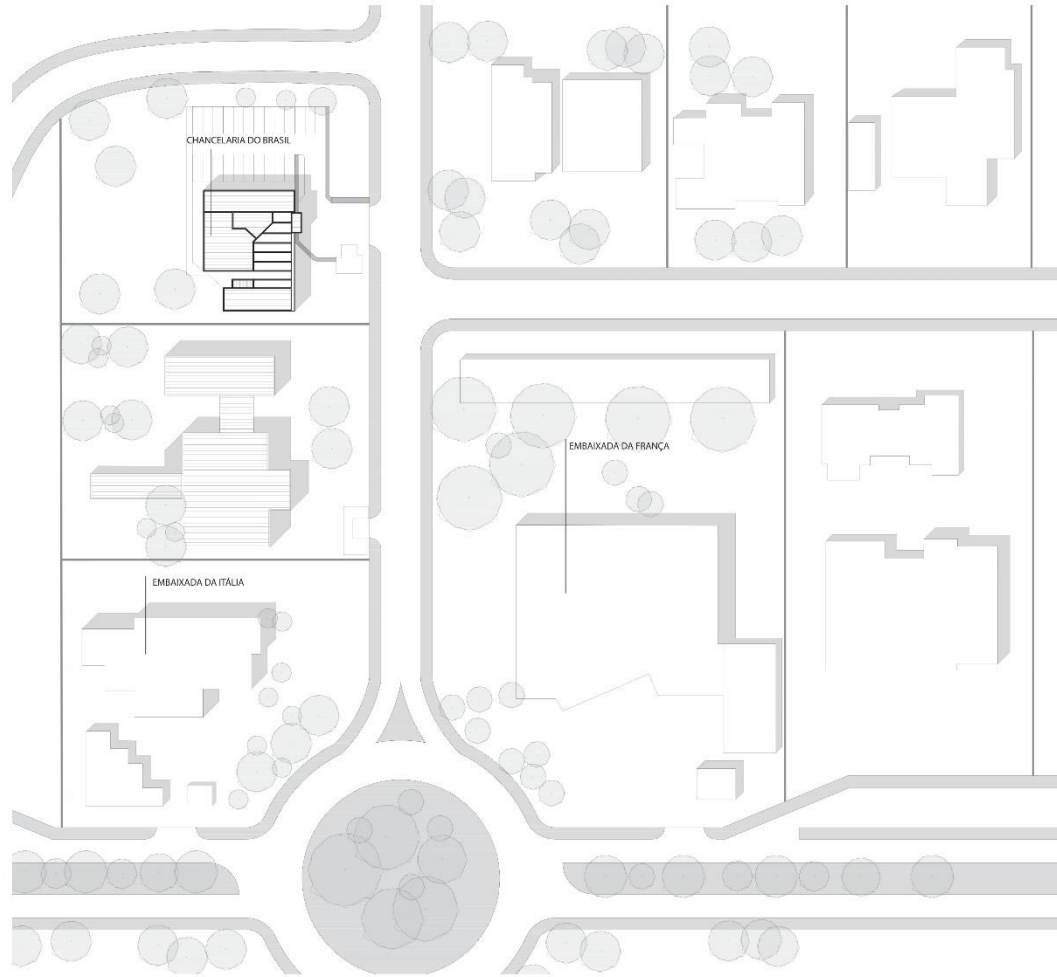
ARÁBIA SAUDITA



- ARÁBIA SAUDITA 1
 - ÍEMEN 2
 - OMÁ 3
 - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS 4
 - CATAR 5
 - KUWAIT 6
 - IRAQUE 7
 - JORDÂNIA 8
 - ISRAEL 9
- MAPA DE LOCALIZAÇÃO



- ZONA DIPLOMÁTICA 1
 - UNIVERSIDADE KING SAUD 2
 - CENTRO DE RIADE 3
- MAPA DE SITUAÇÃO, RIADE.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESC. 1:1000

CHANCELARIA DO BRASIL EM RIADE
Arq. Elvin Mackay Dubugras
Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

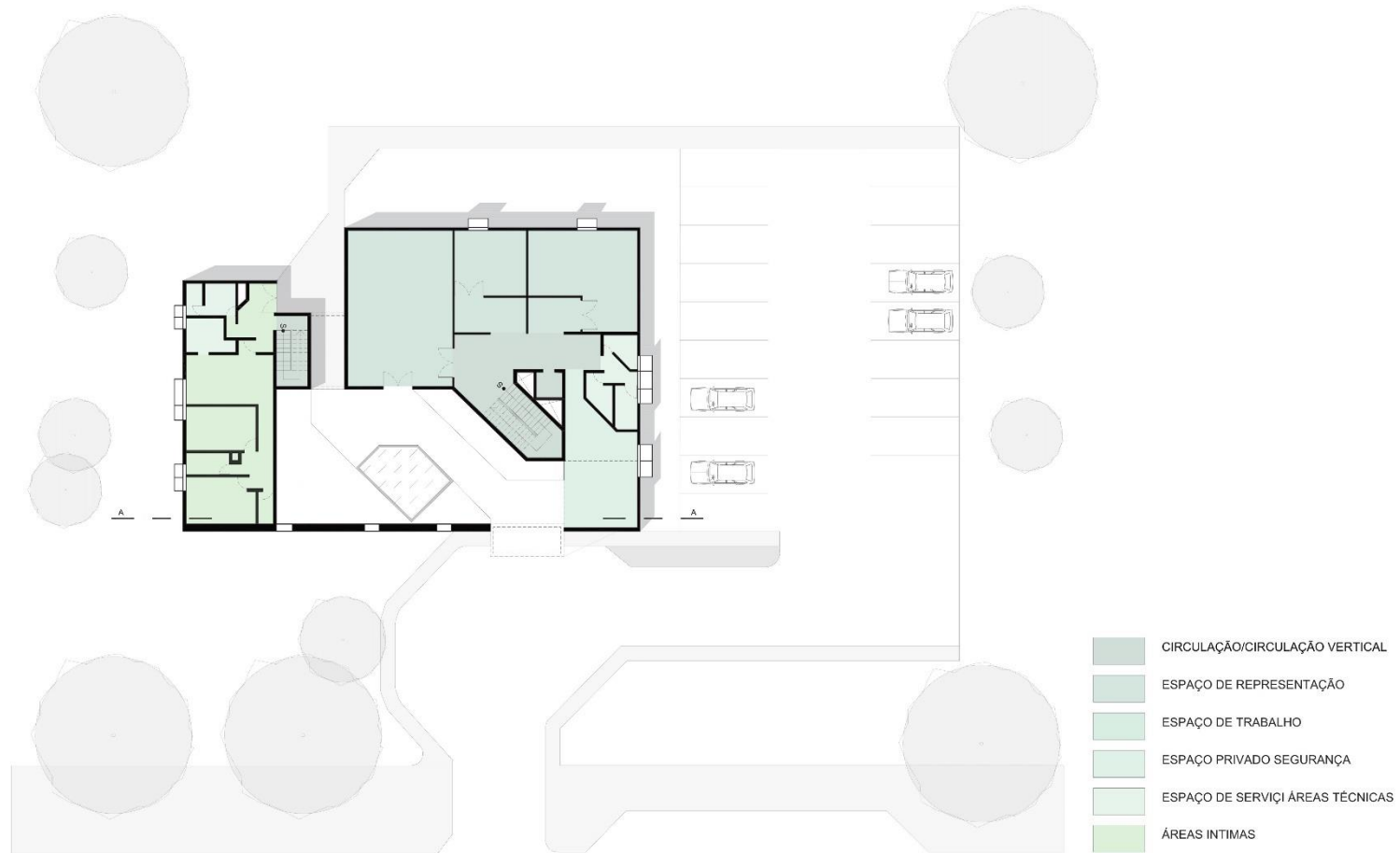
001



⊗ PLANTA DE COBERTURA
ESC. 1:250

CHANCELARIA DO BRASIL EM RIADE
Arq. Elvin Mackay Dubugras
Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

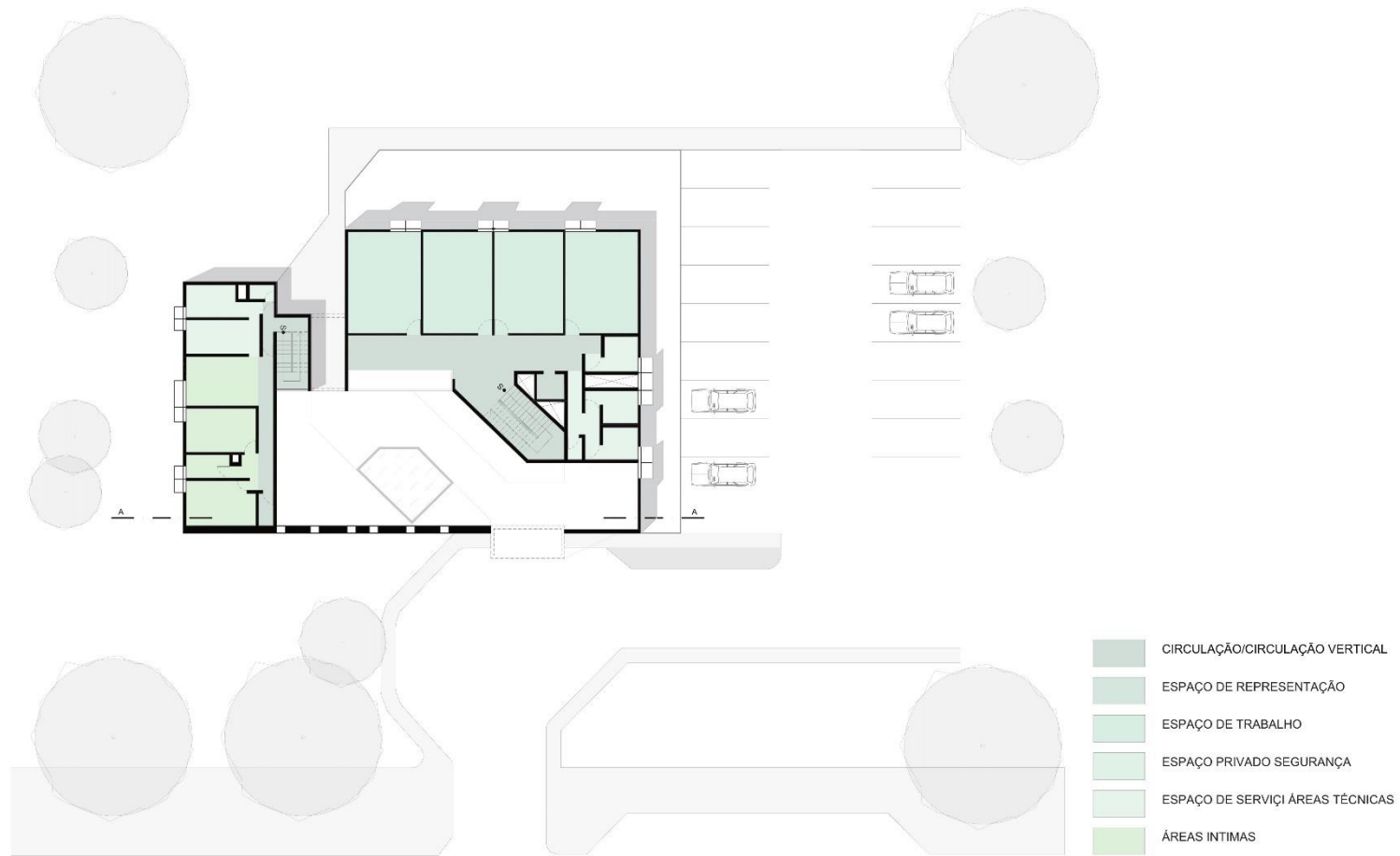
002




 PLANTA BAIXA - TÉRREO
 ESC. 1:250

CHANCELARIA DO BRASIL EM RIADE
 Arq. Elvin Mackay Dubugras
 Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

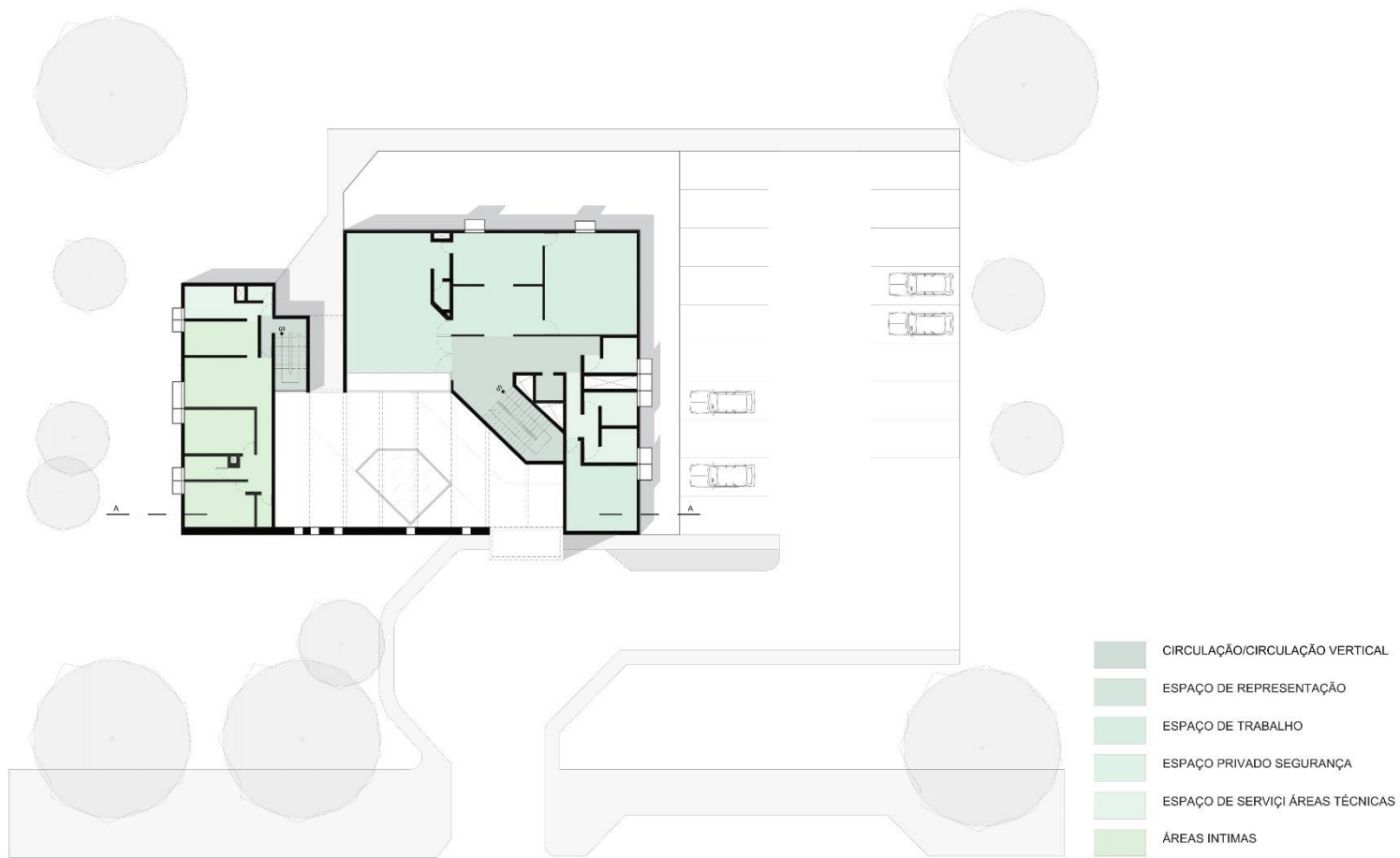
003




 PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO
 ESC. 1:250

CHANCELARIA DO BRASIL EM RIADE
 Arq. Elvin Mackay Dubugras
 Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

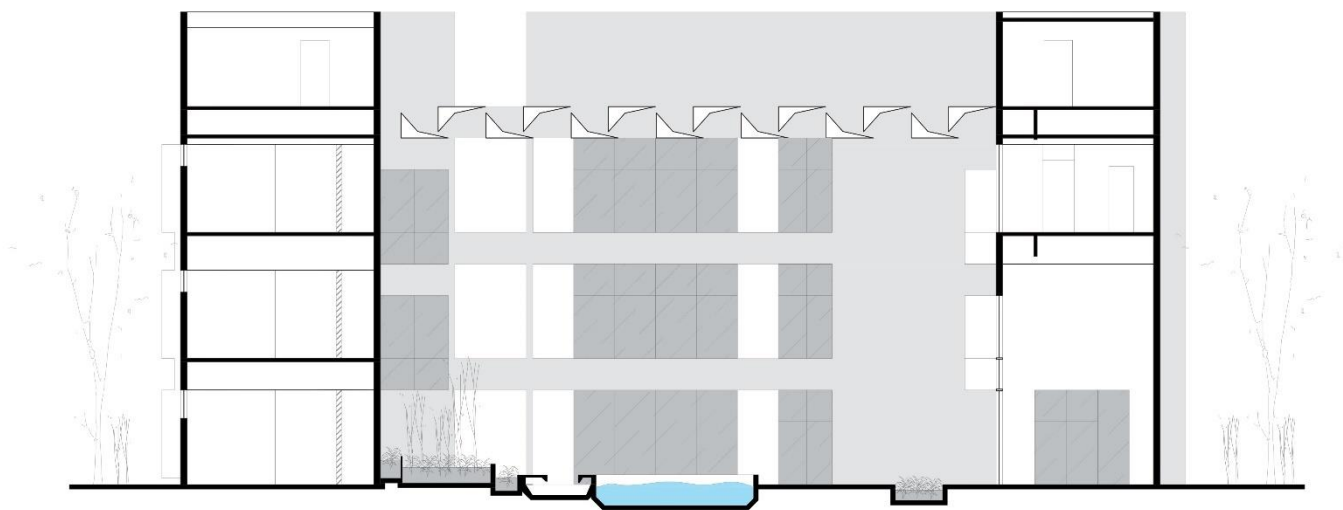
004




 PLANTA BAIXA - 3º PAVIMENTO
 ESC. 1:250

CHANCELARIA DO BRASIL EM RIADE
 Arq. Elvin Mackay Dubugras
 Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

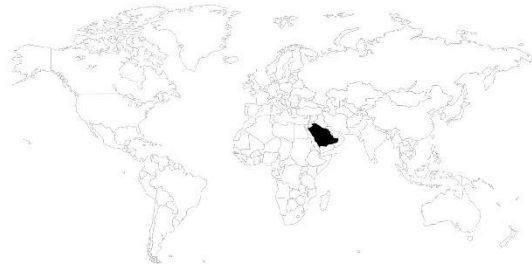
005



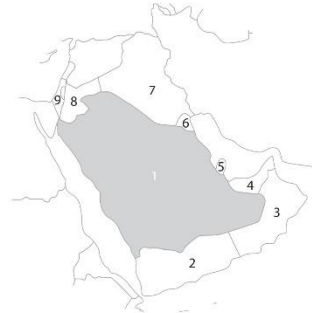
⊗ CORTE AA
ESC. 1:125

CHANCELARIA DO BRASIL EM RIADE
Arq. Elvin Mackay Dubugras
Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

006



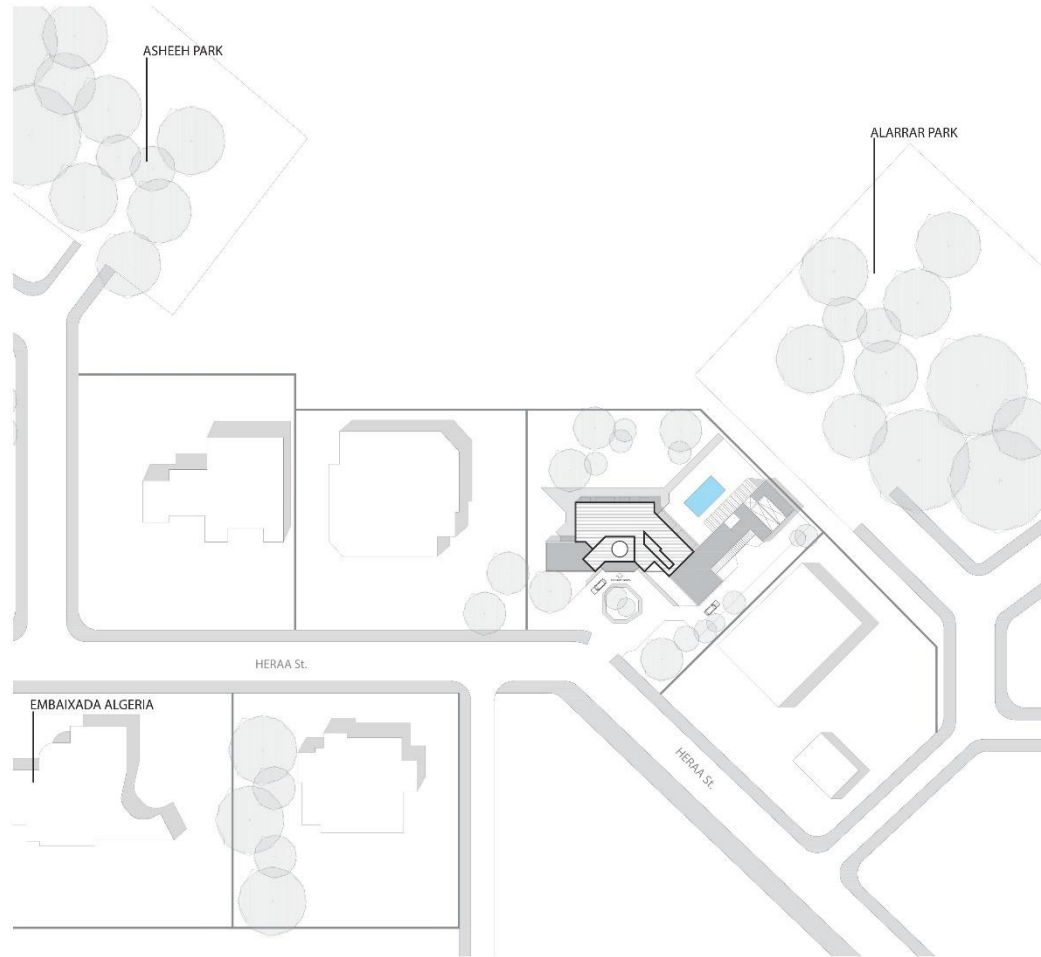
ARÁBIA SAUDITA



- MAPA DE LOCALIZAÇÃO
- ARÁBIA SAUDITA 1
 - YEMEN 2
 - OMÃ 3
 - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS 4
 - CATAR 5
 - KUWAIT 6
 - IRAQUE 7
 - JORDÂNIA 8
 - ISRAEL 9



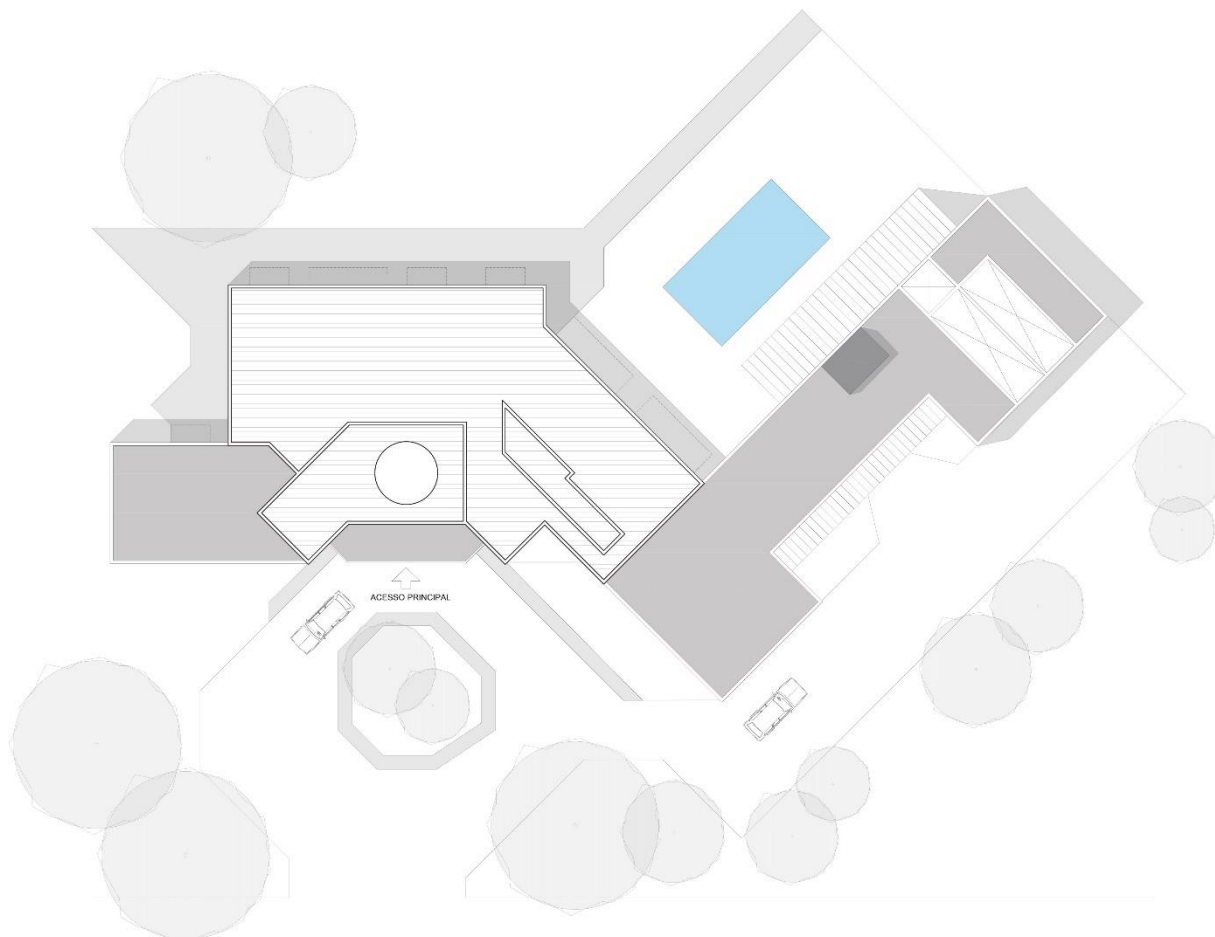
- MAPA DE SITUAÇÃO, RIADE.
- ZONA DIPLOMÁTICA 1
 - UNIVERSIDADE KING SAUD 2
 - CENTRO DE RIADE 3



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESC. 1:1000

RESIDÊNCIA DO EMBAIXADOR EM RIADE
Arq. Elvin Mackay Dubugras
Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

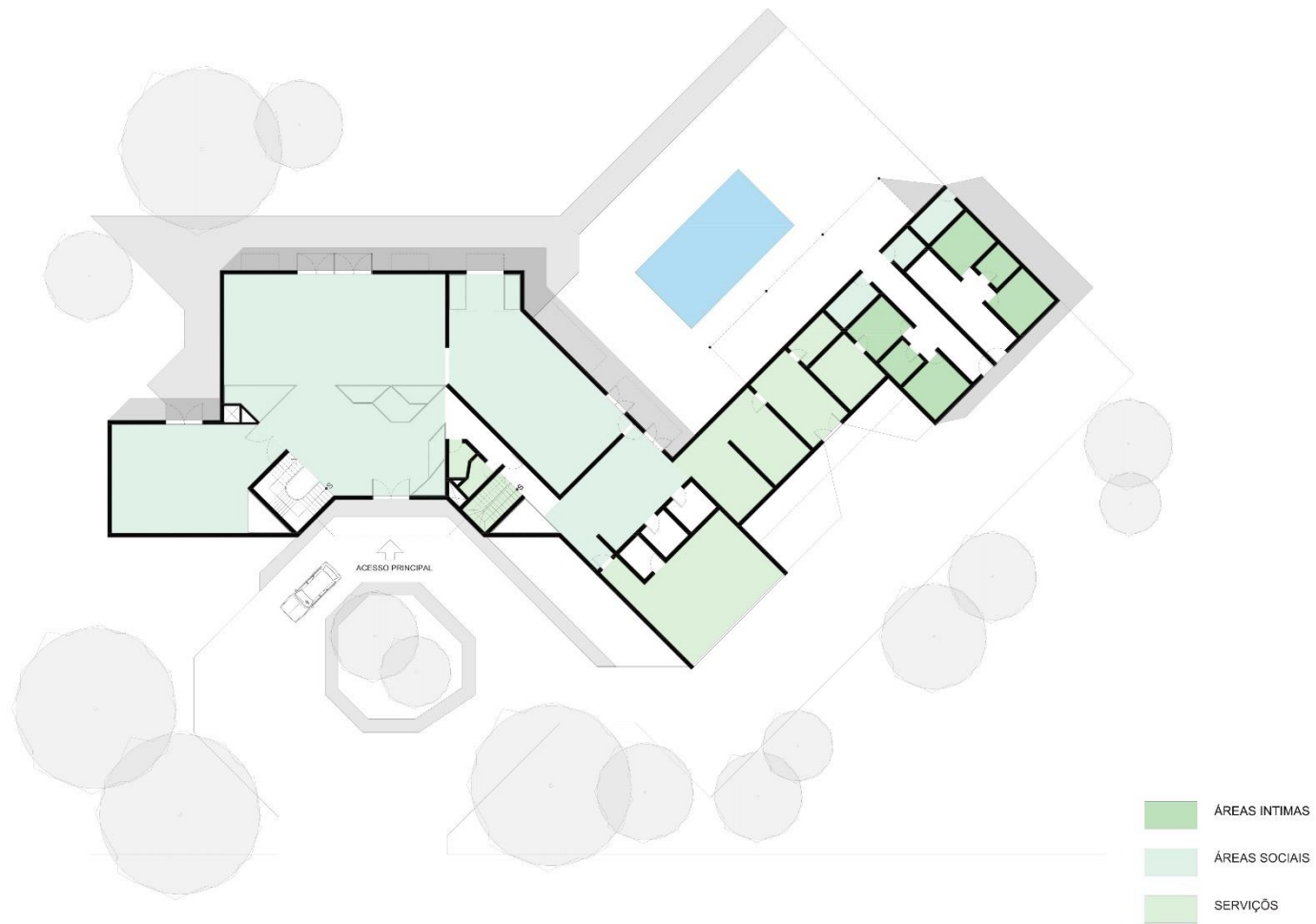
001



PLANTA DE COBERTURA
ESC. 1:250

RESIDÊNCIA DO EMBAIXADOR EM RIADÉ
Arq. Elvin Mackay Dubugras
Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

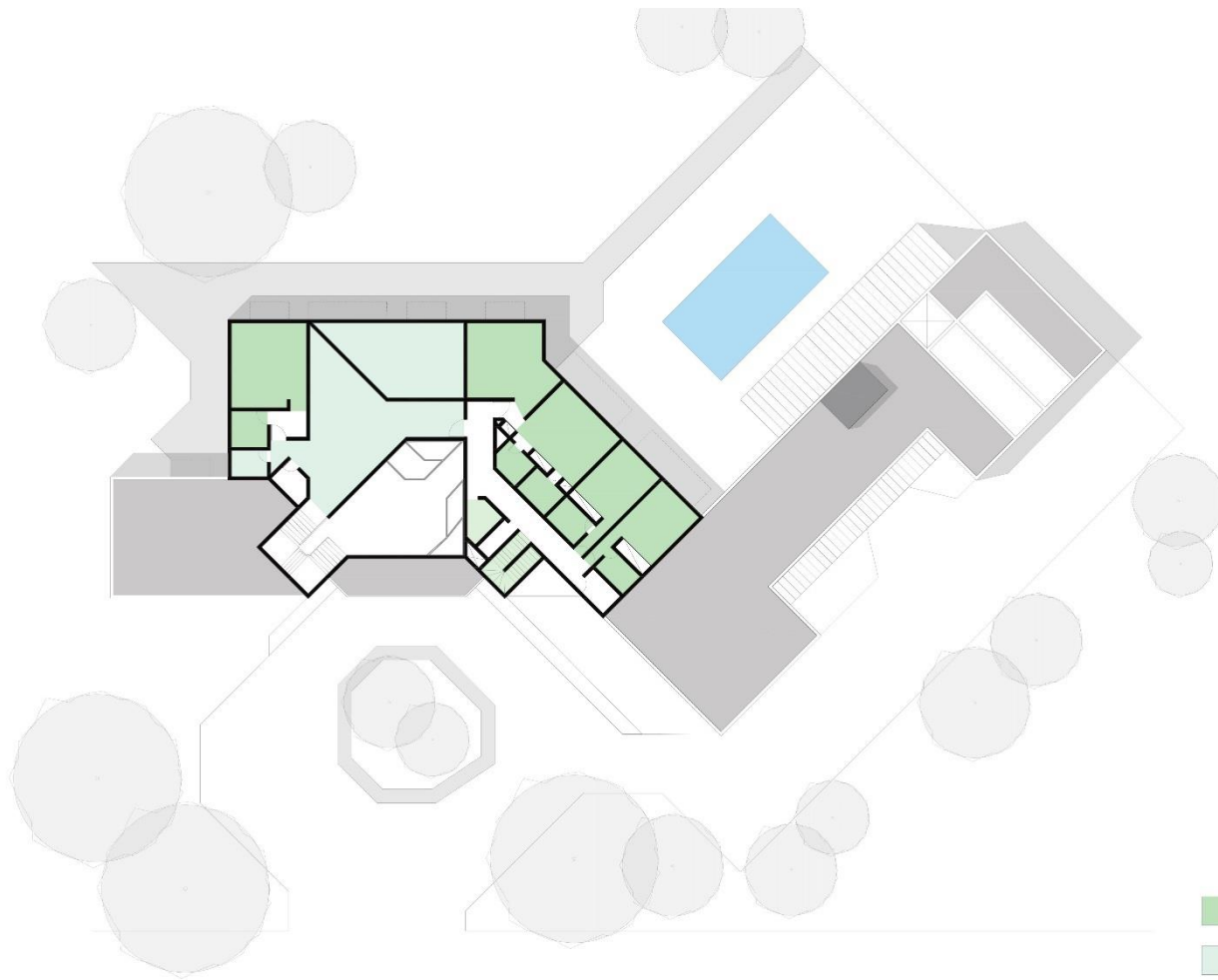
002




PLANTA TÉRREO
 ESC. 1:250

RESIDÊNCIA DO EMBAIXADOR EM RIADE
 Arq. Elvin Mackay Dubugras
 Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

003



- ÁREAS INTIMAS
- ÁREAS SOCIAIS
- SERVIÇOS

PLANTA 1º PAVIMENTO
ESC. 1:250

RESIDÊNCIA DO EMBAIXADOR EM RIADE
Arq. Elvin Mackay Dubugras
Ano proj. 1981-82 Ano obra. 1983-86

004

DESENHOS

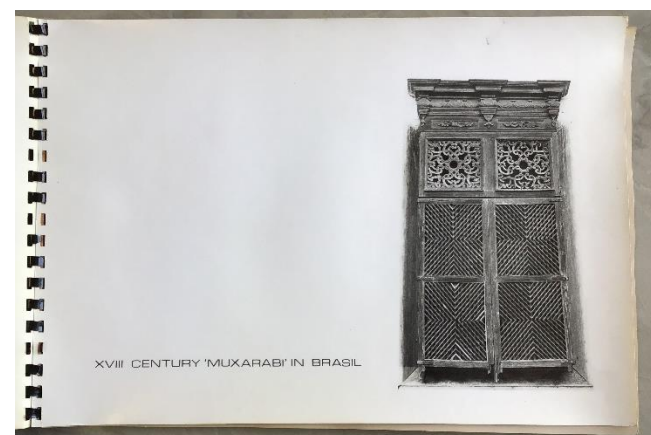


Figura 173: Capa e contracapa do Memorial Descritivo. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 174: Estudo solar para as fachadas da Residência Oficial, contido no Memorial Descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 175: Planta de implantação da Residência Oficial contida no Memorial Descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 180: Planta de implantação da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

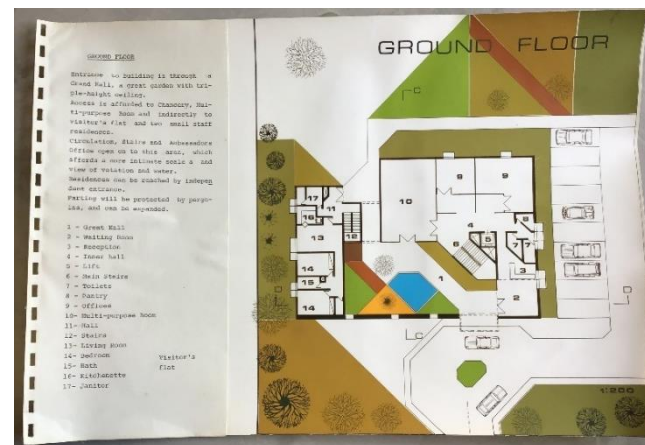


Figura 182: Planta do térreo da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

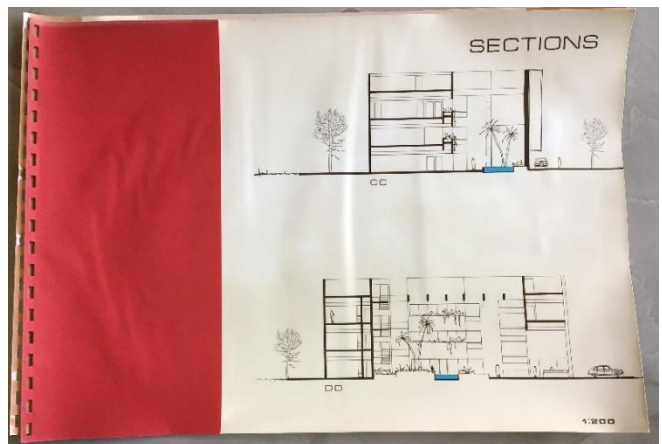


Figura 181: Seções da Chancelaria contidas no memorial descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

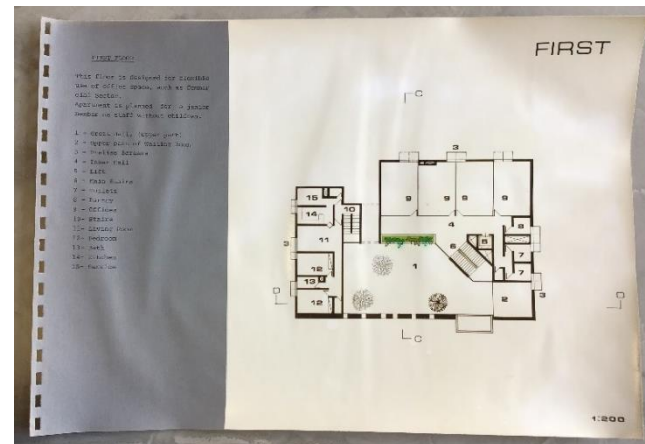


Figura 183: Planta do primeiro pavimento da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

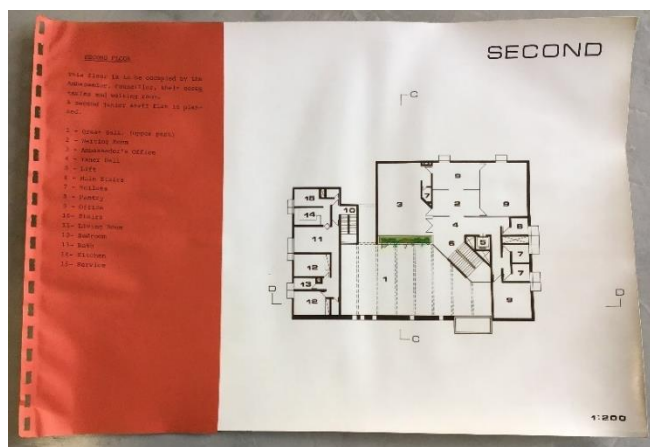


Figura 184: Planta do segundo pavimento da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

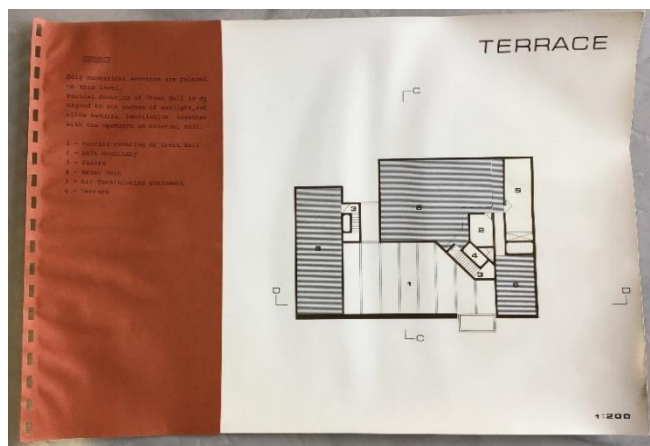


Figura 185: Planta do terraço da Chancelaria contida no memorial descritivo do projeto. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

MAQUETES



Figura 186: Maquete da Residência Oficial. Vista superior. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 187: Maquete da Residência Oficial. Volumetria. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

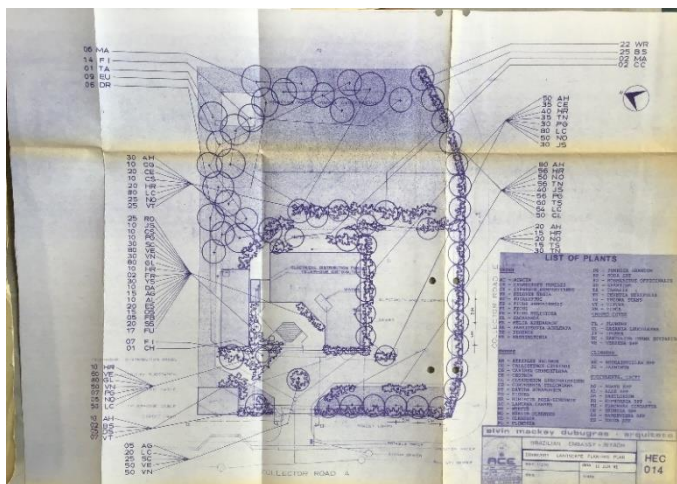


Figura 191: Planta de paisagismo da Chancelaria com especificação de espécies, de acordo com os regulamentos para tratamento dos lotes. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

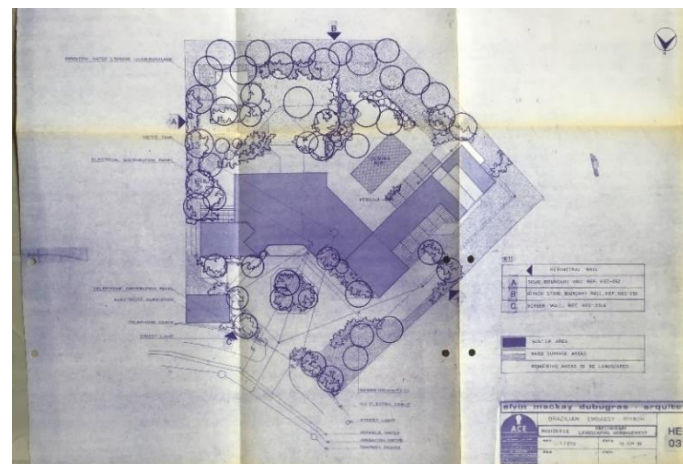


Figura 192: Planta de paisagismo da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

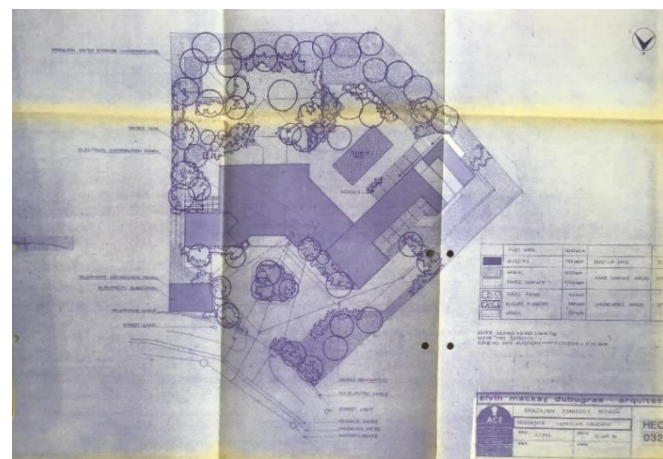


Figura 193: Planta de paisagismo da Residência Oficial com especificação de espécies, de acordo com os regulamentos para tratamento dos lotes. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

FOTOGRAFIAS

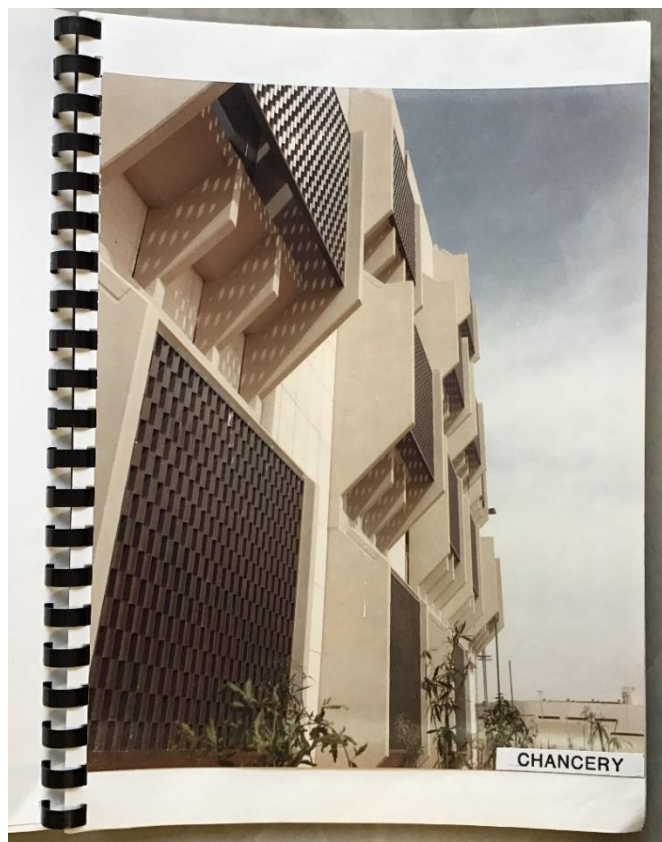


Figura 196: Fachada principal da Chancelaria em Riade. Notem-se os detalhes dos 'muxarabis' metálicos que protegem as esquadrias. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 197: Vista das fachadas posterior e lateral direita a partir da via de acesso à Chancelaria. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 198: Fachada principal da Chancelaria em Riade. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 199: Vista da fachada lateral direita da Chancelaria. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

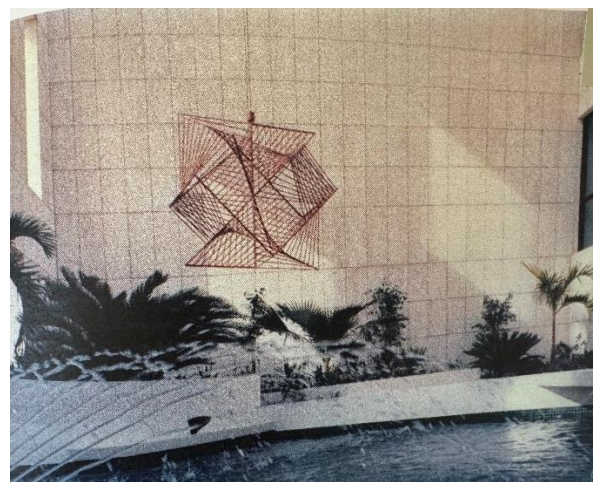


Figura 200: Detalhe do pátio interno do edifício da Chancelaria. Notem-se as aberturas zenitais na cobertura, o espelho d'água e a escultura de Jayme Golubov pendente. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

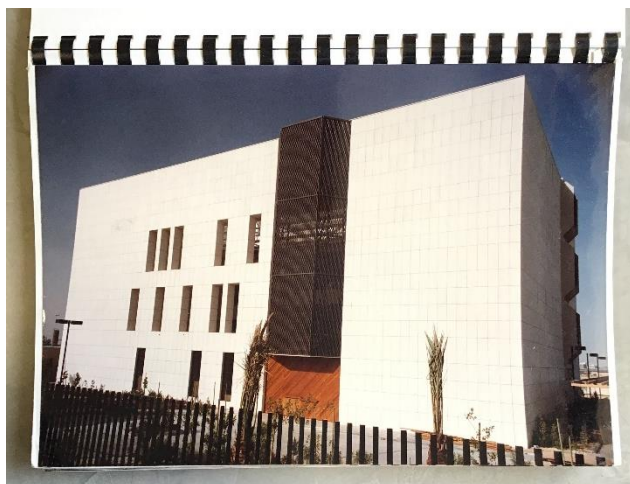


Figura 201: Fachada posterior da Chancelaria. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 203: Vista da Chancelaria a partir da rua. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

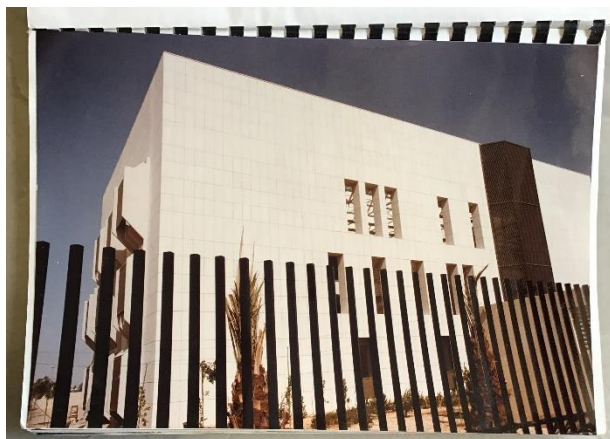


Figura 202: Detalhe da fachada posterior da Chancelaria, vista a partir da via de acesso. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 204: Fachada principal da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

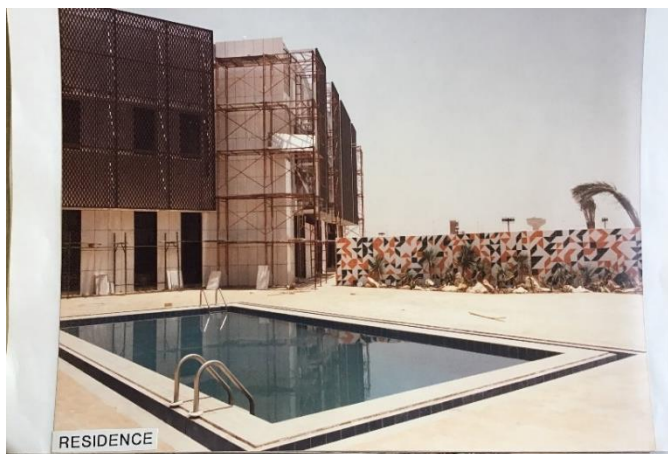


Figura 205: Fachada posterior da Residência Oficial. Vista da piscina e do painel que divide os espaços, com azulejos de Athos Bulcão. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 206: Detalhe de um dos painéis de autoria de Athos Bulcão, na Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 207: Detalhe do painel externo da Residência Oficial, com azulejos de Athos Bulcão. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 208: Detalhes dos interiores na Residência Oficial. Aqui, mostra-se o pátio interno que acessa as zonas de representação, no térreo, e íntimas, no segundo pavimento. Notem-se as cores fortes, os jardins, a inclusão de peças de arte brasileiras. Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2013

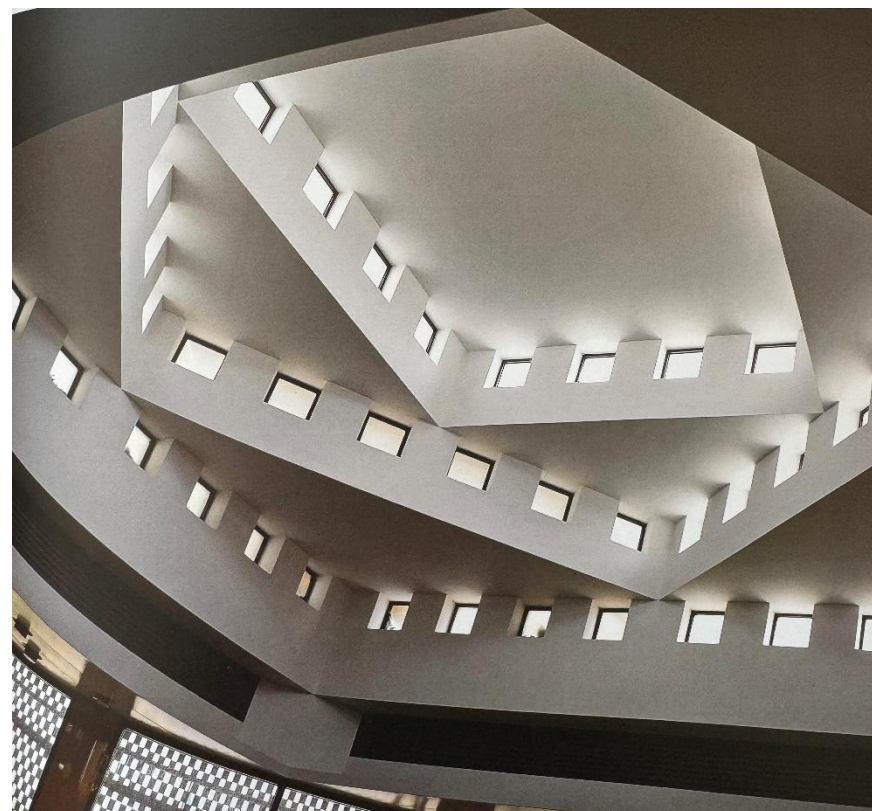


Figura 209: Detalhe dos lanternins que viabilizam a iluminação natural no interior do edifício da Residência Oficial. Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2013



Figura 210: Detalhe dos interiores na sala de jantar da Residência Oficial. Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2013.

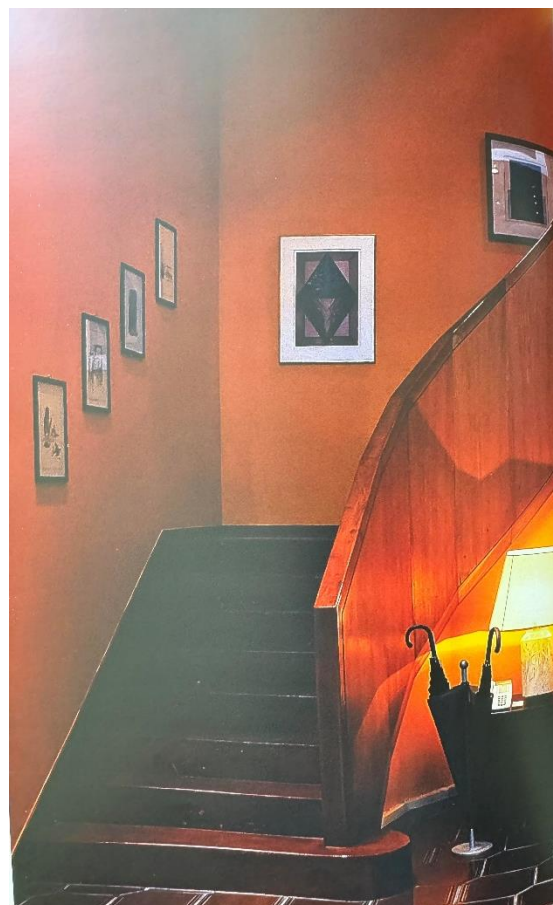


Figura 211: Detalhe da escada que acessa o pavimento superior, onde se localizam os quartos e dependências íntimas, a partir do hall de entrada. Fonte: Rodrigues (2014).

PUBLICAÇÕES

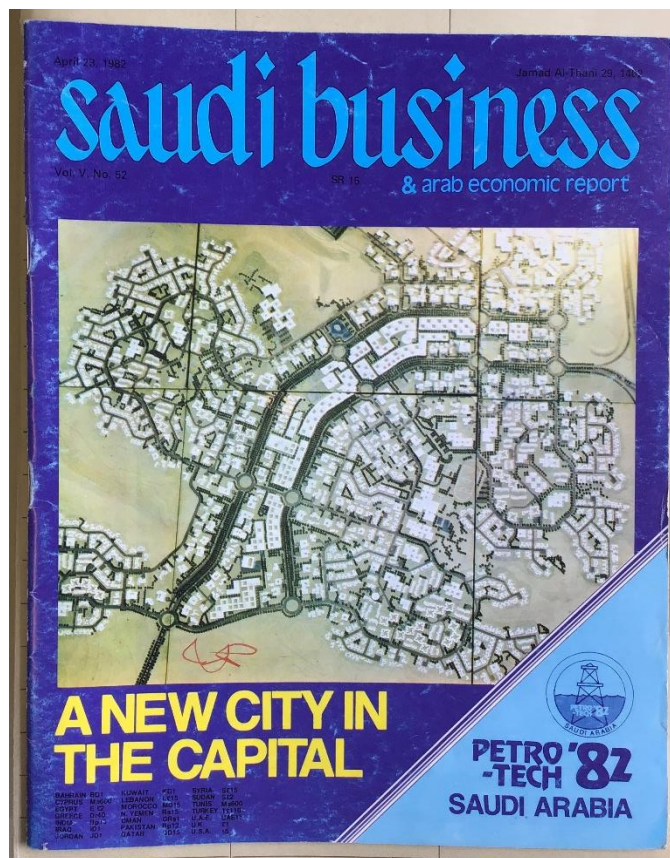


Figura 212: Capa da revista 'Saudi Business' de 1982, que se dedica à apresentação do bairro diplomático na nova capital do país, Riade. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 213: Charge a respeito do bairro diplomático da nova capital, Riade. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Dr. Muhammad Al Sheikh, director general of the project, with a consultant.

A NEW CITY IN THE CAPITAL

By Dawadas Kini

THE FAINT profile of a new city is emerging from the desert sands north-west of Riyadh. Neither a self-enclosed compound nor just another new neighborhood, the area is designed to house the Kingdom's diplomatic community, which will be transferred to the capital from Jeddah starting in 1983. The enormous project—worth SR5.6 billion at 1977 prices—will follow the move of the Ministry of Foreign Affairs to Riyadh.

All infrastructural works are scheduled to be complete by August. The 900-hectare Riyadh Diplomatic Quarter is to be inaugurated in late-

1983, at which time plans call for some 80 embassies to be built and functioning with a total population of 11,000. By 1990, the end of the first stage of the project, the population will have risen to 85 embassies and 15,000 inhabitants. By 2000, the target date for the project's second phase, 125 embassies will reside in the quarter among a population of about 31,000.

According to Dr. Muhammad Al-Sheikh, director general of the Bureau for the Project of Ministry of Foreign Affairs and the Diplomatic Quarter, the new site—10 kilometers from the city center and 10 kilometers west of new-

airport—will be a complete, self-sufficient neighborhood fully integrated with the city. The bureau's High Executive Committee, chaired by Governor of Riyadh Prince Salman, set a general policy guideline "that the diplomatic quarter achieve maximum integration, interaction and coordination between the quarter and the city of Riyadh."

The committee commissioned in 1977 a master plan from three West German companies—Speerplan Regional and Stadplaner; Heinie, Wischer und Partner Planungs; and Dhein-Ruhr Ingenieurbüro—under an SR1 million contract that included infrastructural design. "Preparation of site, designing and construction of infrastructure and public superstructure delineates the responsibility of the government of Saudi Arabia," Al-Sheikh clarified.

The infrastructure includes a network of roads, water and sewage pipelines, electricity and telephone cables, water towers, sewage treatment plants and storm water drainage channels. Construction of these facilities, worth a total of about SR350 million, is now 80 percent complete.

The road construction work, including landscaping, was awarded to Riyadh-based Ibrahim Al-Rashid Al-Humaid & Bros in August 1979. The firm's SR 115.2 million contract, to be completed by August 31, is well over half way finished. The landscaping includes some 7,500 palm trees planted along the main and access roads to shade the walkways and driveways.

Water and sewage works worth more than SR150 million are being carried out by Kak Dong Construction Co. of South Korea. They include a 5,000-cubic-meter capacity potable water tower, a 1,500-cubic-meter capacity irrigation water tower, sewage treatment facilities and nearly 300 kilometers of water and sewage pipes. Virtually already complete, the SR150 million contract calls for an August 31 construction deadline.

Mitsubishi Corp. of Japan was selected in 1979 to install the power and telephone system, which includes 8,600 telephone lines (with provisions for an additional 10,000 lines) and some 250 kilometers of power cables worth a total of SR8.5 million. It too will be complete by the end of August. Finally, Electro-Mechanical Engineering Co. of Saudi Arabia was awarded an SR22 million contract for a nursery that is now complete and flourishing.

The public or community superstructure will consist of schools, mosques, cultural centers, sports facilities, a golf club,

a diplomatic club, public parks and a garden. "The only element on which we have started construction is the campus for the international school at a cost of SR160 million to accommodate 1,500 students," Dr. Al-Sheikh explained. The campus will boast 15 buildings over an area of 80,000 square meters. A joint venture consisting of Rabiah Nassar Co. of Riyadh and Pacific Construction Co. of South Korea will complete the campus within two years.

Saudi Arabian firms were awarded a substantial portion of the design work for the superstructure, either alone or in joint ventures with foreign firms, according to Project Deputy Director General Ahmed Salloom. Saudi Arabian companies were wholly responsible for designing the government services complex, the intermediate and secondary school, the elementary school and the kindergarten in contracts worth a total of SR8.8 million. Design contracts for the mosques are expected to be awarded soon. Construction contracts for superstructure works other than the international school will be let progressively from June through the end of the year, according to Director of Superstructure Abdul Latif al-Sheikh.

Embassies have been assigned plots for their chancelleries and ambassador residences in varying sizes according to their requirements as conveyed to the bureau. They can purchase, lease or exchange on a reciprocal basis (with diplomatic plots in their own countries) the land they require. The embassies must then present preliminary site plans and architectural designs to the bureau for approval, whereupon a building permit is granted and construction can start. Al-Sheikh emphasized the fact that the embassies can commission the construction on their own or entrust it to a third party. Between 30 and 35 embassies have already submitted their designs. No building permits have been issued yet, but some embassies, such as those of the United States, Kuwait, Korea and Jordan, are close to receiving them. The cost of these embassy projects will vary greatly depending on quality and facilities—between SR2,000 and SR7,000 a square meter, according to Al-Sheikh.

The diplomatic quarter, as conceived and approved in the master plan, is not a "diplomatic get-away" or a "ghetto-like social environment," stressed Juergen Schepermann, director of infrastructure programs, but an integrated urban quarter. The master plan

rejected the concepts of a diplomatic enclave along the lines of those in Brasilia or Islamabad, confined exclusively to the diplomatic community. The alternative of dispersing the diplomatic crops throughout the city as in Jeddah and other older capitals was also dismissed. To quote the plan, "The objective of integration can be realized by accommodating in the diplomatic quarter uses and facilities that are functionally not directly related to the diplomatic service. Firstly, additional residential population would be housed in the new quarter constituting the social element to integration. Secondly, additional public or semi-public facilities would be created in the quarter to diversify its economic and social pattern, attract outdoor demand and serve the city population."

The sought-for integration will be achieved both by location and facilities. The new King's Office and Council of Ministers complex is immediately south of the site. The new Sports City is also nearby, and the new Riyadh University campus is being developed to the North. High-class residential areas, including large palace complexes for the royal family, are situated in between the diplomatic city and downtown Riyadh.

As far as facilities are concerned,

many of them will attract people from neighboring areas. The quarter's school, for example, will cater to the needs of the other neighborhoods. The commercial, cultural and recreational facilities are likely to bring people from all over Riyadh. Congress and convention facilities, a forum for international cultural events, an information center and private offices are planned as well. Building designs, the street layout, traffic management, and the utility infrastructure are expected to resemble the rest of Riyadh for the most part.

The plans call for a gradual integration of non-diplomatic residents into the community population. At the end of 1983, there will be 1,500 non-diplomatic residents out of the total population of 11,000. By 1990, one out of four will be unconnected with any mission, and by 2000 one out of two residents will not belong to the diplomatic community.

The master plan has focused on the requirements of the Kingdom's diplomatic community as they are now envisaged; should they outgrow the quarter after the year 2000, the missions will spill out into the city at large.

The master plan envisages the total cost of the project at SR3.8 billion for the first stage and SR5.6 billion for the

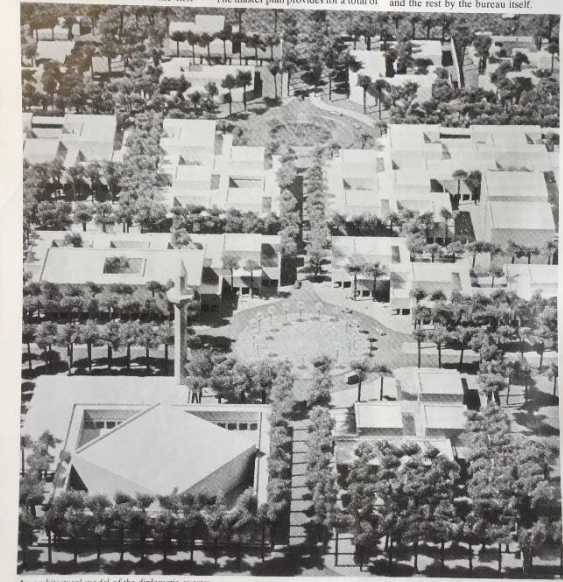


Officials of the Diplomatic Quarter project point to the location of the international school. *Jumad Al-Thani 29, 1402 Saudi Business 27*

two stages together, based on 1977 prices without taking into account inflation over the 20-year period. It emphasizes that the infrastructure estimates are fairly well based, but that superstructure costs are less certain. The share of public construction costs (the technical infrastructure and the public superstructure) is estimated at SR1.8 billion for the first

stage and SR635 million for the second. The average area for each diplomatic mission is assumed to be 7,000 square meters, 80 percent of which is expected to house the embassy office and the ambassadors' residences, except for some exceptionally large embassies like those of the United States and Pakistan. The master plan provides for a total of

5,000 housing units in a broad range of dwelling types to suit different social and household needs. The first phase will see the construction of 2,200 units at a cost of about SR1 billion with 80 percent of it—or 1,800 units—housing embassy staff. It is assumed some of it will be contracted by the diplomatic missions and the rest by the bureau itself.



An architectural model of the diplomatic quarter. *28 Saudi Business April 23, 1982*

Figura 214: Artigo da 'Saudi Business' de 1982 que explica o projeto do novo bairro diplomático da capital saudita. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

DOCUMENTOS

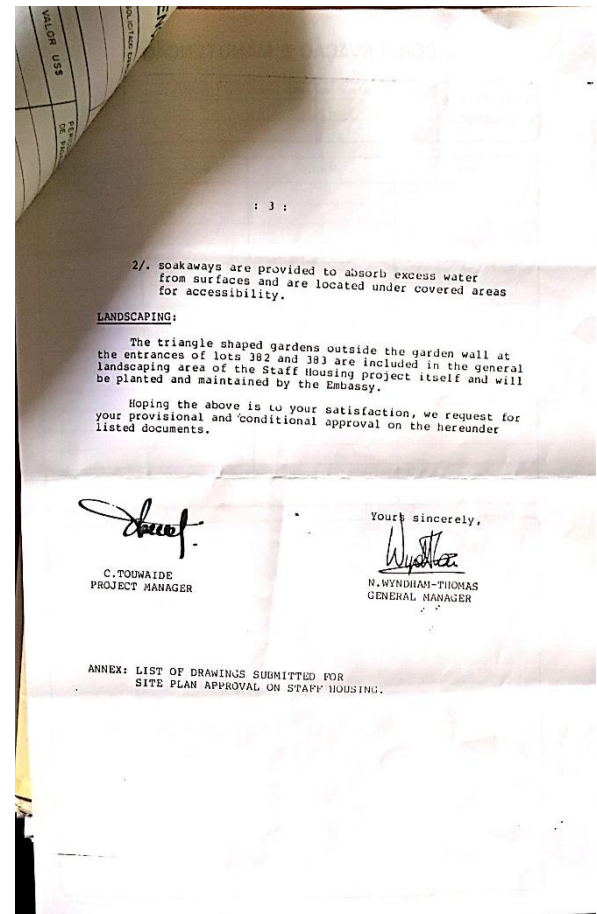
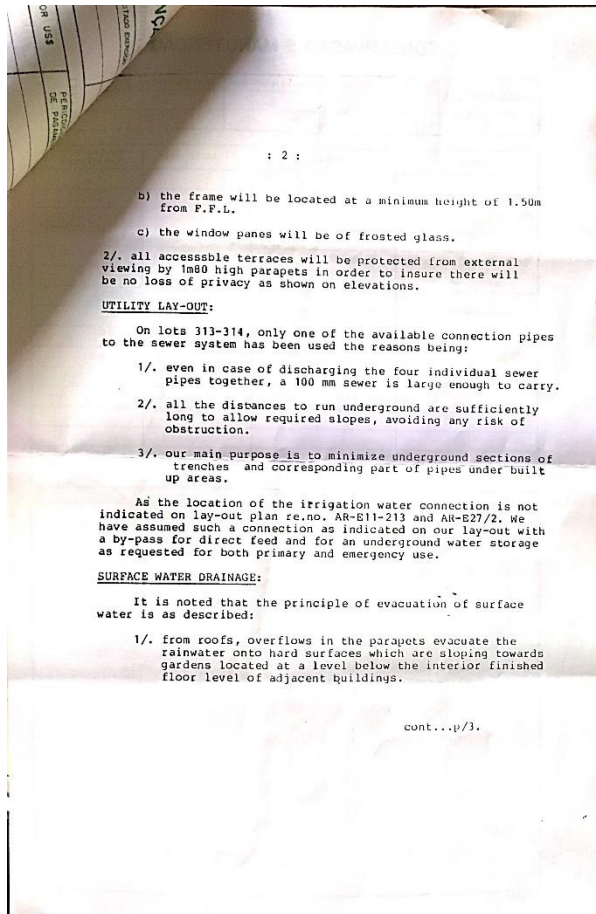
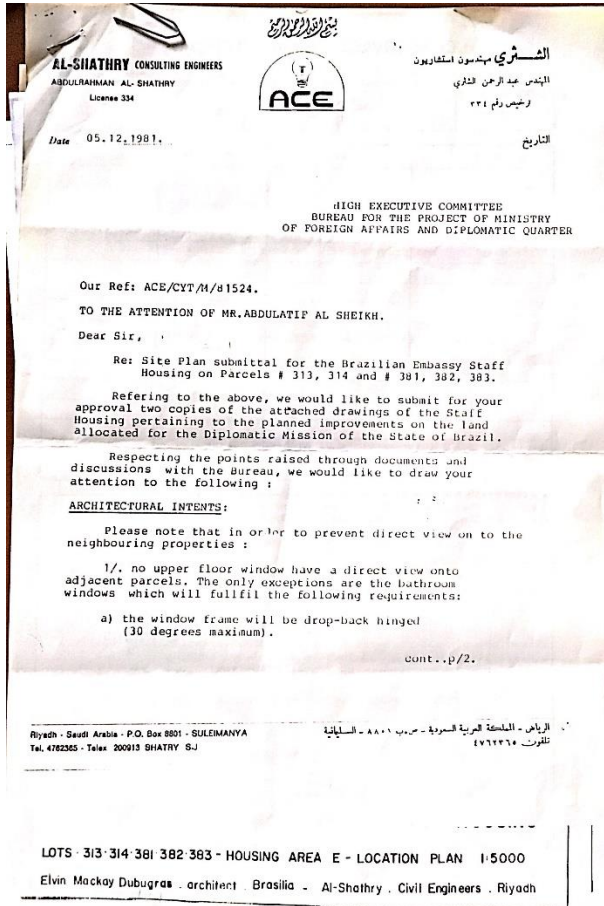


Figura 215: Documento de aprovação dos projetos brasileiros para a Chancelaria e a Residência Oficial no bairro diplomático de Riade por parte da autoridade saudita. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

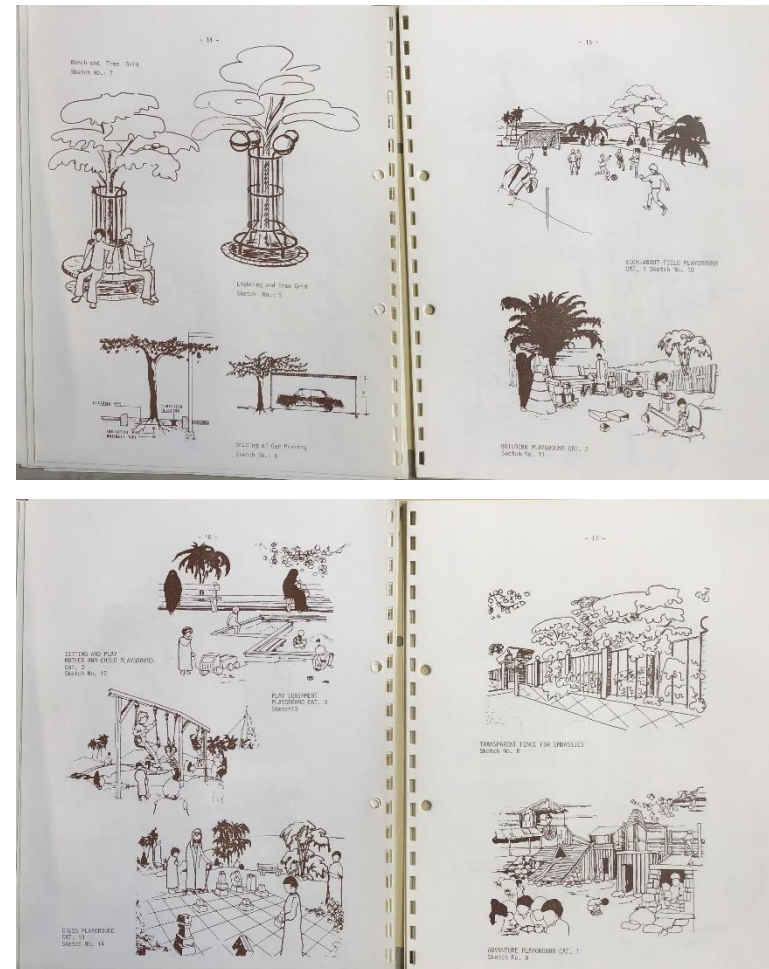
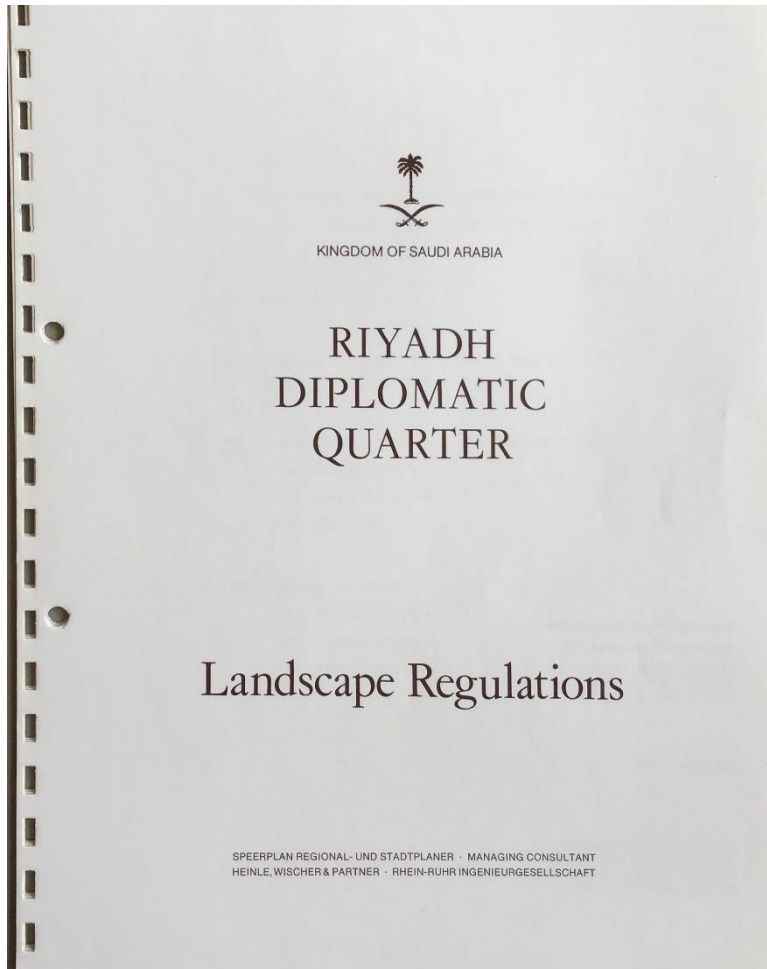


Figura 216: Caderno de normativas a respeito do paisagismo e do tratamento dos terrenos no bairro diplomático de Riade. A rigorosa legislação estipulava áreas comuns, além de espécies de vegetação autorizadas. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

Tóquio, Japão – 1981

O histórico das relações diplomáticas entre Brasil e Japão é, em certa medida, bastante similar ao do Líbano, uma vez que tem na imigração uma de suas bases mais sólidas. Com efeito, o Brasil é a maior comunidade *nikkei*⁶² do mundo, com uma população de mais de dois milhões de descendentes, assim como é bastante relevante a presença brasileira no país asiático, em que estima-se haver uma comunidade de cerca de duzentas mil pessoas⁶³.

O movimento migratório que culminou na grande presença nipônica no Brasil teve início com a abertura da política econômica japonesa no fim do século XIX e a “inserção do país no sistema geopolítico mundial” a partir de então (NUNES, 2008, p.138). Concomitantemente, no Brasil, a abertura das fronteiras – especificamente a partir da Lei número 97 de outubro de 1982, que garantia livre entrada a japoneses e chineses (NUNES, 2008, p.139)-, e a assinatura do Tratado de Amizade Comércio e Navegação, em 1985, transformaram o Brasil em um dos destinos mais procurados pelas comunidades de emigrados japoneses, que se instalaram

⁶² Denominação em japonês para as comunidades de descendentes de japoneses nascidos fora do Japão. Fonte: Wikipedia.

principalmente – mas não somente – nos estados de São Paulo e do Paraná. De acordo com Nunes (2008), “a mão-de-obra japonesa foi fundamental para o desenvolvimento de certas regiões e para o sucesso, ainda que parcial, de algumas colônias agrícolas”:

O desenvolvimento econômico japonês impulsionado no final do século XIX não foi capaz de satisfazer às necessidades de uma população que se espremia em um território bastante acidentado e desprovido de recursos naturais em quantidade suficiente para abastecer seu sistema produtivo. Assim, fatores políticos e econômicos levam a uma intensa emigração de japoneses, que buscavam melhores oportunidades no continente americano. As condições geopolíticas desfavoráveis a muitos japoneses – desemprego, instabilidade político-econômica, conflitos armados – vão ao encontro dos interesses da jovem república. As primeiras tentativas de implantação de projetos de colonização dirigida em terras brasileiras aconteceram ainda no período colonial, em meados do século XVIII. Após a independência e o estabelecimento do regime imperial, as idéias de ocupação dos “vazios” do território ganham força, fato que resulta no estímulo à vinda de imigrantes: inicialmente europeus; num segundo momento, japoneses (NUNES, 2008, p. 139)

Nesse sentido, o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o então Império do Japão se deu em 1895, até serem interrompidas por dez anos após a declaração de guerra do Brasil ao

⁶³ Segundo informações disponibilizadas no portal do Ministério das Relações Exteriores. Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/japao>

país oriental em 1942, após o ataque japonês à base aérea de Pearl Harbour, nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial.

Apesar do hiato nas trocas entre os países durante os anos de afastamento, a partir dos anos 1960 uma série de ações de cooperação técnica nos campos da ciência, tecnologia, das inovações e do desenvolvimento sustentável, bem como grandes investimentos japoneses no Brasil – especialmente nas indústrias siderúrgica, de alumínio e de celulose – reacenderam as relações comerciais entre Brasil e Japão, que, de acordo com Nunes (2008), tinham interesses convergentes:

Japão, potência industrializada dependente da importação de alimentos e matérias-primas; Brasil, Estado dotado de condição natural favorável – capaz de fornecer o que a indústria japonesa buscava – e dependente de investimentos externos. A aproximação de Brasil e Japão integrará a consolidação da política externa brasileira dos anos 1960 e 1970 que almejará a multilateralidade e a conquista de novos mercados (NUNES, 2008, p.141-142).

O Japão é, portanto, o parceiro mais tradicional do Brasil na Ásia, historicamente. Grandes investimentos priorizaram a instalação de empresas multinacionais nos campos de tecnologia e dos eletroeletrônico no Brasil a partir de então. Mas os acordos entre

Brasil e Japão nos anos 1960 e 1970 favoreceram especialmente a política agrícola de desenvolvimento dos cerrados, definidas no governo Geisel como forma de expandir a produção agropecuária brasileira em direção ao Centro-Oeste brasileiro (RICUPERO, 2021, p.490). Foram determinantes para o sucesso dessa política iniciativas de cooperação como a criação do Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e do Centro de Pesquisa da Agricultura do Cerrado (CPCA), apoiados pela Japanese International Cooperation Agency (JICA), nos anos 1970.

Em relação às representações diplomáticas, a partir da necessidade de prestar apoio à imigração, a primeira legação brasileira se instalou em Tóquio em 1897, elevada posteriormente à categoria de Embaixada, em 1923. Atualmente, três consulados prestam assistência às comunidades de brasileiros no Japão, em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu. E, mediante à dimensão das relações entre os países, o Brasil adquiriu dois lotes próprios nacionais na capital japonesa destinados aos estratégicos projetos da Chancelaria e da Residência brasileiras que seriam instalados nos anos 1980, de modo

que a arquitetura pudesse evidenciar a presença da cultura brasileira no Japão. Como mencionou o autor dos projetos, Ruy Ohtake:

(...) É sabida a importância da arquitetura brasileira contemporânea como uma das referências de nossa cultura. Além disso, procuramos, em ambos projetos, destacar os laços fraternais entre Brasil e Japão, diante de uma importante oportunidade de estabelecer uma mão dupla cultural. De um lado, o Brasil como país de acolhimento à imigração japonesa iniciada em princípios do século passado, e de outro lado, em 1981 apresentava-se o ensejo de o Brasil estabelecer sua presença no contexto japonês, ao construir os edifícios da Embaixada e da Residência Oficial, projetados por um arquiteto nissei (...) (Ohtake, in: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003, p.482).

INDEX

Os projetos arquitetônicos dos prédios da Chancelaria e da Residência Oficial do Brasil em Tóquio foram concebidos pelo arquiteto nipo-brasileiro Ruy Ohtake em 1981 e a construção ficou a cargo de um consórcio formado pelas empresas Fujita CO. e C. Itoh. Localizados nos bairros de Minato e Shibuya, respectivamente, as obras de suas instalações se iniciaram em maio de 1982, e foram concluídas em meados de 1983.

Ruy Ohtake menciona tanto no memorial descritivo da Residência Oficial quanto na publicação do Ministério das Relações Exteriores, de 2003, que fora convidado pelo Itamaraty para realizar os dois projetos no Japão. As circunstâncias desse convite, entretanto, não foram compreendidas durante as pesquisas realizadas nos arquivos, já que nenhuma carta convite ou contrato de prestação de serviços foi localizado. Um relatório detalhado obtido nos arquivos do SARQ/MRE e apresentado ao Ministério das Relações Exteriores por Olavo Redig de Campos e Elvin Dubugras, por outro lado, foi o documento que esclareceu muitos questionamentos a respeito do projeto.

O relatório foi resultado da viagem que Redig de Campos e Dubugras fizeram a Tóquio, em maio de 1973, com o “objetivo de colher dados para a construção da nova Chancelaria e Residência do Brasil”. Isso mostra o grande comprometimento por parte de Redig de Campos em acompanhar de perto o planejamento e o projeto das Embaixadas, mesmo daquelas pelas quais já não mais estaria responsável. Aqui, é importante destacar que o arquiteto realizou a viagem ao Japão já próximo de sua aposentadoria, que aconteceria três anos depois, em maio de 1976⁶⁴.

De certa maneira, foi a partir dessa viagem e de seus desdobramentos que os três arquitetos contemplados por essa pesquisa estariam conectados entre si – já que a experiência com os projetos realizados por Dubugras o gabaritavam para a assessoria à Redig de Campos, e Ohtake seria o idealizador dos projetos em Tóquio, anos mais tarde.

O relatório é dividido em três partes. A primeira, chamada “Viagem para coleta de dados”, apresenta os objetivos do trabalho e o roteiro da viagem, os profissionais e as empresas japonesas entrevistadas, as informações colhidas sobre os terrenos e a composição do programa de necessidade das edificações. Logo nas primeiras páginas, os arquitetos comentam sobre a existência de documentos suficientes para dar início ao planejamento do projeto, ainda em 1973, tais como levantamento topográfico, sondagem de reconhecimento do subsolo, fotografias aéreas do terreno, plantas de zoneamento e levantamento sobre a legislação vigente, mas também sugerem as dificuldades de realização dos projetos no Japão, devido à dificuldade de comunicação e de deslocamento, por um lado, e ao desconhecimento da legislação local, por outro.

Recomendam à Embaixada em Tóquio, então, a distinção entre as equipes de desenvolvimento do projeto e da obra e que “fossem marcadas entrevistas com três arquitetos e com a firma executora

⁶⁴Essa informação foi obtida a partir da análise dos documentos relativos ao maço pessoal de Olavo Redig de Campos, localizados durante a pesquisa no SARQ/MRE. Redig de Campos se aposentou do MRE no cargo de “Arquiteto Classe C do quadro permanente” em 09 de maio de 1976. O arquiteto faleceu em 1984.

do Relatório Preliminar. Os nomes desses arquitetos foram obtidos a partir de trabalhos publicados em revistas de arquitetura japonesas recentes, levando-se em conta o nível profissional e a experiência de atividade em escritórios de renome como os dos arquitetos Kenzo Tange e Kunio Maekawa⁶⁵. Redig de Campos e Dubugras participaram das entrevistas com dois dos profissionais sugeridos, Azuza Kito e Sachio Otani, inclusive na visita a alguns de seus projetos. Os resultados foram insatisfatórios devido às “dificuldades de comunicação”, conforme relatam, já que nenhum dos dois arquitetos falava inglês.

Algo que chama a atenção na leitura do relatório é o que comentam os arquitetos no item 1.2.5 a respeito de consulta com o professor Kunio Maekawa sobre qual seria a melhor estratégia para os projetos do Brasil no Japão:

“(…) O Prof. Maekawa, provavelmente o arquiteto japonês mais conhecido no exterior depois de Kenzo Tange, tendo vivido anos em Paris e trabalhado com Corbusier, considerou dois pontos fundamentais na

seleção do profissional a ser contratado: experiência com o estilo de vida ocidental e domínio da língua inglesa”. A partir de sua recomendação, dois outros arquitetos foram entrevistados por Redig de Campos e Dubugras na sequência: Junzo Yoshimura, “autor dos projetos do Novo Palácio Imperial de Tóquio e da Japan House, em Nova York”, e Hiroje Oe, “arquiteto do Pavilhão Japonês no IV Centenário de São Paulo e da Embaixada do México na capital japonesa”. A conclusão a que chegam é a de que o escritório de Oe seria o “mais indicado para desencumbir-se [sic] da tarefa de Assessoria, Desenvolvimento de projeto e Supervisão das obras.”

Ainda na viagem de prospecção, outros pontos levantados pelos dois arquitetos seriam determinantes para futuras decisões de projeto tomadas por Ohtake, tais como a boa disponibilidade de materiais de construção e de “acabamento excelente”, em que “o uso do concreto aparente é bastante comum, e com execução correta”. Outro ponto interessante é o que mencionam a respeito da baixa disponibilidade de mobiliário e objetos decorativos, o que justificaria a grande preocupação com a especificação de elementos para os interiores dos projetos:

65 Os trechos em aspas e as citações destacadas, neta seção, dizem respeito a passagens transcritas a partir do relatório de viagem ao Japão realizado por Redig de Campos e Dubugras.

“(…) devido à maneira de vida tradicional do Japão, o setor de mobiliário encontra-se, ainda, em fase bastante afastada de nossas necessidades, com produção local de baixo nível e alto preço. A maioria dos móveis de qualidade internacional é importada, e seus preços podem ser situados em torno de 2 a 3 vezes os similares produzidos no Brasil tomando-se por base as respectivas listas de preços”.

Na sequência, os arquitetos apresentam particularidades do terreno da Residência – não mencionam, entretanto, o lote da Chancelaria-, que deveriam ser considerados na proposta do projeto, e um esboço inicial com o programa de necessidades dos dois edifícios. Para o terreno da Residência, localizado no bairro de Yoyogi Shibuya-Ku, os arquitetos comentam:

“(…) o terreno tem cerca de 2.400m², aproximadamente 65% plano, e o restante com forte declive de mais de 6m terminando em muro de arrimo. A maior parte da arborização concentra-se na extremidade sul, junto à divisa com Embaixada da Bulgária, e no declive, sugerindo o aproveitamento dessa região para a Residência. Há ainda a considerar-se o ruído proveniente da linha de trem que passa a pouca distância dos fundos do terreno, com tráfego constante. O baixo nível arquitetônico de qualquer dos vizinhos existentes, inclusive do lado oposto à rua, e a ausência de vista, torna aconselhável que o prédio volte-se para dentro do terreno, criando suas próprias zonas de interesse. Exteriormente deverá ter aspecto marcante que o destaque nas imediações”.

A segunda parte do relatório, “Tarefas a executar”, elenca o planejamento geral para os projetos da Chancelaria e a Residência, de modo a “garantir uma sequência lógica que permita a construção sem despesas desnecessárias ou imprevistas”. Para os arquitetos, os projetos deveriam traduzir a “intenção de que a nova Embaixada seja a imagem da arquitetura brasileira contemporânea”.

Redig de Campos e Dubugras sugerem, portanto, que as etapas iniciais – ou o Estudo Preliminar e o Anteprojeto -, deveriam ser realizadas em Brasília, pelo Serviço de Patrimônio, “contratando para tanto, em regimen *[sic]* de serviços prestados, os trabalhos de profissionais necessários – arquiteto, engenheiros consultores e desenhistas” – para que “os arquitetos brasileiros tenham autonomia sobre o Projeto até sua conclusão”. Segundo o relatório, o Estudo Preliminar deveria incluir todos os desenhos e ser apresentado com “maquete de volume” para possibilitar as avaliações do empreendimento no Brasil e a negociação do contrato com o arquiteto japonês que desenvolveria o projeto executivo. Já o Anteprojeto deveria contar com pré-detalhamento de soluções “(…)a fim de melhor apresentar a ideia do partido arquitetônico e

garantir sua compreensão pelo arquiteto japonês sem perda do caráter brasileiro que se deseja (...).”

Já os projetos complementares, de aprovação e de adequação ao código de obras e às legislações locais, além dos desenhos executivos, deveriam ser conduzidos pela empresa japonesa a ser contratada, assim como o acompanhamento no desenvolvimento das obras. Finalmente, a terceira parte do documento resume os principais pontos tratados e sugere cronograma para encaminhamento dos trabalhos (Figura 263).

Entre a apresentação do relatório, em 1973, e a realização do projeto por Ruy Ohtake, em 1981, é possível que a reestruturação pela qual passou o Setor de Patrimônio com a aposentadoria de Redig de Campos, em 1976, tenha colaborado para a mudança de planos na condução dos projetos, o que teria ocasionado no convite ao arquiteto paulista para realizar os projetos. No fim, uma decisão bastante acertada e que fazia muito sentido.

SÍMBOLO

Os edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial carregam em suas fachadas características que automaticamente lembram a linguagem dos projetos pelos quais Ruy Ohtake é reconhecido: o uso do concreto aparente, as texturas distintas entre partes do todo, as curvas na definição de espaços e a presença da cor em determinados elementos do projeto. Para Magalhães (2019), a definição de curvas e a escolha dos materiais para os acabamentos dos projetos, inclusive a cor, estão relacionados à preocupação do arquiteto em “articular luz e sombra no espaço com o objetivo de ampliar suas possibilidades sensoriais e desse modo enriquecer a convivência” (MAGALHÃES in: BRANDÃO, MAGALHÃES, GOMES, 2019, p.72).

Outro fator recorrente em seus projetos, especialmente de residências, é a presença de uma pequena *praça*, que favoreceria o encontro entre pessoas. Como explica Gomes (2019), nos projetos residenciais, “optando por dois muros laterais estruturais e um sistema de vigas transversais, o arquiteto liberava todo o vão interno da presença de pilares, dando liberdade para conformação das áreas. O partido estrutural tinha a implicação clara de propiciar uma

pequena praça para o convívio de familiares” (GOMES in: BRANDÃO, MAGALHÃES, GOMES, 2019, p.72). O edifício da Chancelaria se destaca de seu entorno imediato pelo recuo em relação aos limites da estreita via que lhe dá acesso com a proposta, justamente, de uma pequena praça na entrada do prédio, acessível a partir de uma escadaria. Essa estratégia garante o destaque do projeto em relação aos vizinhos, devido ao desenho urbano de Tóquio, de vias pequenas e calçadas praticamente inexistentes. A perda espacial com a sugestão do recuo do edifício é compensada por meio da distribuição espacial em dois níveis subsolos, térreo e dois pavimentos.

A fachada curva, ladeada por empenas em concreto aparente e definida por uma grande superfície envidraçada marcada por elementos verticais pintados em vermelho, colabora com a plasticidade e a leveza do projeto. Dois outros pontos de cor são marcantes na fachada principal e na composição geral do projeto: a caixa de circulação vertical pintada em azul, no hall de acesso ao edifício, e o elemento curvilíneo que ladeia as escadarias que acessam o edifício, pintado em amarelo, e onde estão dispostas salas de trabalho e áreas de exposição no nível térreo.



Figura 217: O terreno da Embaixada se revela à esquerda, com a escadaria que acessa a praça proposta pelo arquiteto, a partir da estreita via. Fonte: Cedida por Otávio Trindade.



Figura 218: Fachada principal da Chancelaria. Destaque para o elemento curvilíneo amarelo. Fonte: Cedida pelo Setor Cultural da Embaixada em Tóquio.

Na Residência Oficial, por outro lado, há uma composição interessante de elementos planos e curvos na fachada principal que, diferentemente da Chancelaria (e inclusive devido ao caráter da construção), não se abre tanto à cidade. De um lado, a estrutura maciça que corresponde à casa, em concreto armado, e de outro a marquise com formas curvas e fluidas, em preto, são entremeadas pelo elemento que acessa a residência, pintado em azul intenso.



Figura 219: Fachada principal da Residência. Fonte: Disponível em: www.ohtake.com.br

ÍCONE

(...) queremos acreditar que a cultura brasileira, através de nossa arquitetura contemporânea, está claramente manifestada, e nem poderia deixar de ser, na solução que apresentamos à Embaixada⁶⁶

Os edifícios apresentam várias referências à arquitetura brasileira, possivelmente mais próximas das características do brutalismo da escola paulista que do modernismo expresso pela escola carioca, que os projetos de Redig de Campos tanto rememoram. Apesar de bastante robustos, os elementos curvilíneos e coloridos presentes nas fachadas de ambos os projetos colaboram para a leveza da composição. É que, para Gomes (2019), Ohtake:

(...)superou sua formação modernista, inserindo-se nas contradições pós-modernas e elaborando respostas arquitetônicas inéditas e incisivas como alternativa ao caos e à desordem urbana dominantes na metrópole contemporânea (...) A distinção entre dois grupos atuantes no início de sua formação, o carioca e o paulista, nos permite algumas pistas no entendimento de seus projetos (...) Da escola paulista, mais precisamente de Vilanova Artigas e Rino Levi, sua arquitetura e, por consequência, sua produção de mobiliário derivam a busca pela primazia da execução, prezando o mais minucioso detalhamento e a constante experimentação de materiais industrializados. Da escola carioca, nitidamente marcada pelo seu contato com Niemeyer, Ohtake viria a herdar a busca pela leveza,

⁶⁶ Trecho retirado do memorial descritivo da Residência Oficial, por Ohtake.

plasticidade e uso arrojado do concreto (GOMES in: BRANDÃO, MAGALHÃES, GOMES, 2019, p.83).

Como menciona a publicação do Ministério das Relações Exteriores, ambos os projetos surpreenderam, na época de sua inauguração, por não necessariamente corresponderem às características comumente identificadas em projetos japoneses, tanto na composição quanto na espacialidade e no tratamento dos interiores. A esse respeito, Ohtake comentou:

(...)“algumas pessoas pensaram que eu faria algo bastante japonês. Mas minha formação deu-se toda aqui (no Brasil), de forma que o projeto acabou por revelar-se brasileiro” (OHTAKE, in: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003, p. 487).

Nesse sentido, se na Chancelaria a composição dos interiores é bastante compacta devido à perda espacial ocasionada pela inclusão da praça no acesso principal ao edifício, na Residência, o arquiteto cria generosos espaços que se integram para favorecer o percurso a partir da entrada principal até os jardins posteriores, passando pela biblioteca, salão de recepções e sala de estar. Como menciona, esse seria o “eixo da casa contemporânea brasileira” (OHTAKE, in: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003, p. 487).

Ao atender as diretrizes estabelecidas no relatório de Redig de Campos e Dubugras a respeito dos interiores, tanto na Chancelaria quanto, principalmente, na Residência, houve um minucioso trabalho de especificação de mobiliário e design nacional, a exemplo da proposta de aquisição das Poltronas Altas de Oscar Niemeyer e da Cadeira Vermelha, dos irmãos Campana, assim como de telas de Tomie Ohtake, que compõem os espaços internos na sala de estar e de jantar.

Na Chancelaria, que conta com artigos menos especiais em termos de design, a presença de móveis integrados à arquitetura (Figura 220) é mais uma das marcas do trabalho de Ohtake, em cujos projetos os “móveis e diversos outros utensílios se integram aos espaços como parte deles, e não como acessórios ou acréscimos” (GOMES in: BRANDÃO, MAGALHÃES, GOMES, 2019, p.72).



Figura 220: Mobiliário integrado à arquitetura projetado por Ohtake para o auditório da Chancelaria. Fonte: Cedido por Otávio Trindade.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO
sem escala



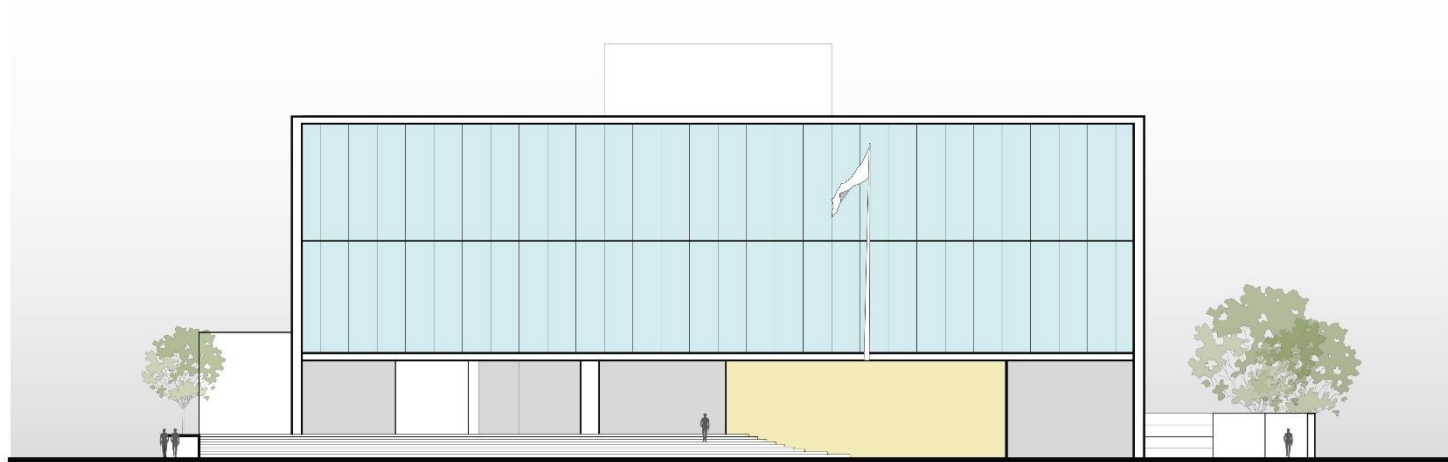
MAPA DE SITUAÇÃO
sem escala



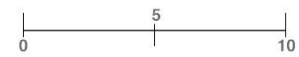
IMPLANTAÇÃO - CHANCELARIA
esc.: 1/500

0 5 10

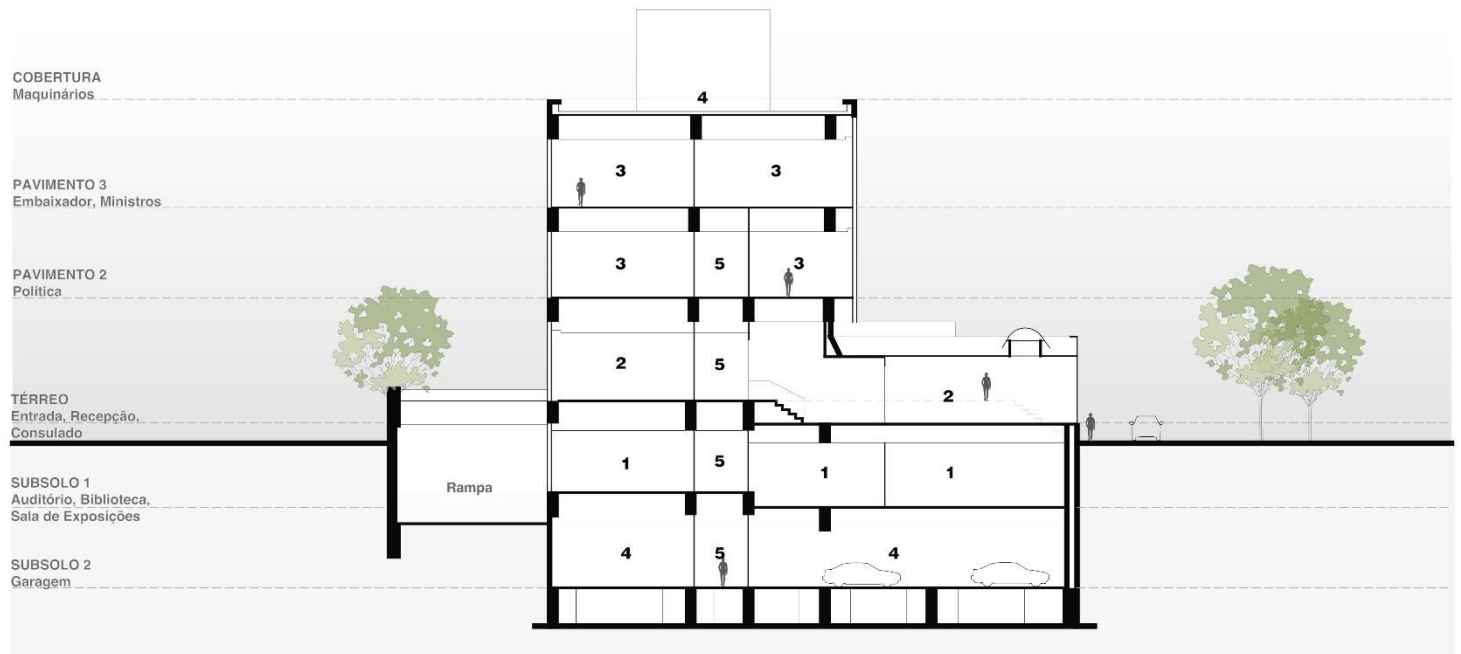
CHANCELARIA - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake 001



FACHADA LESTE
esc.: 1/150



CHANCELARIA - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake 002

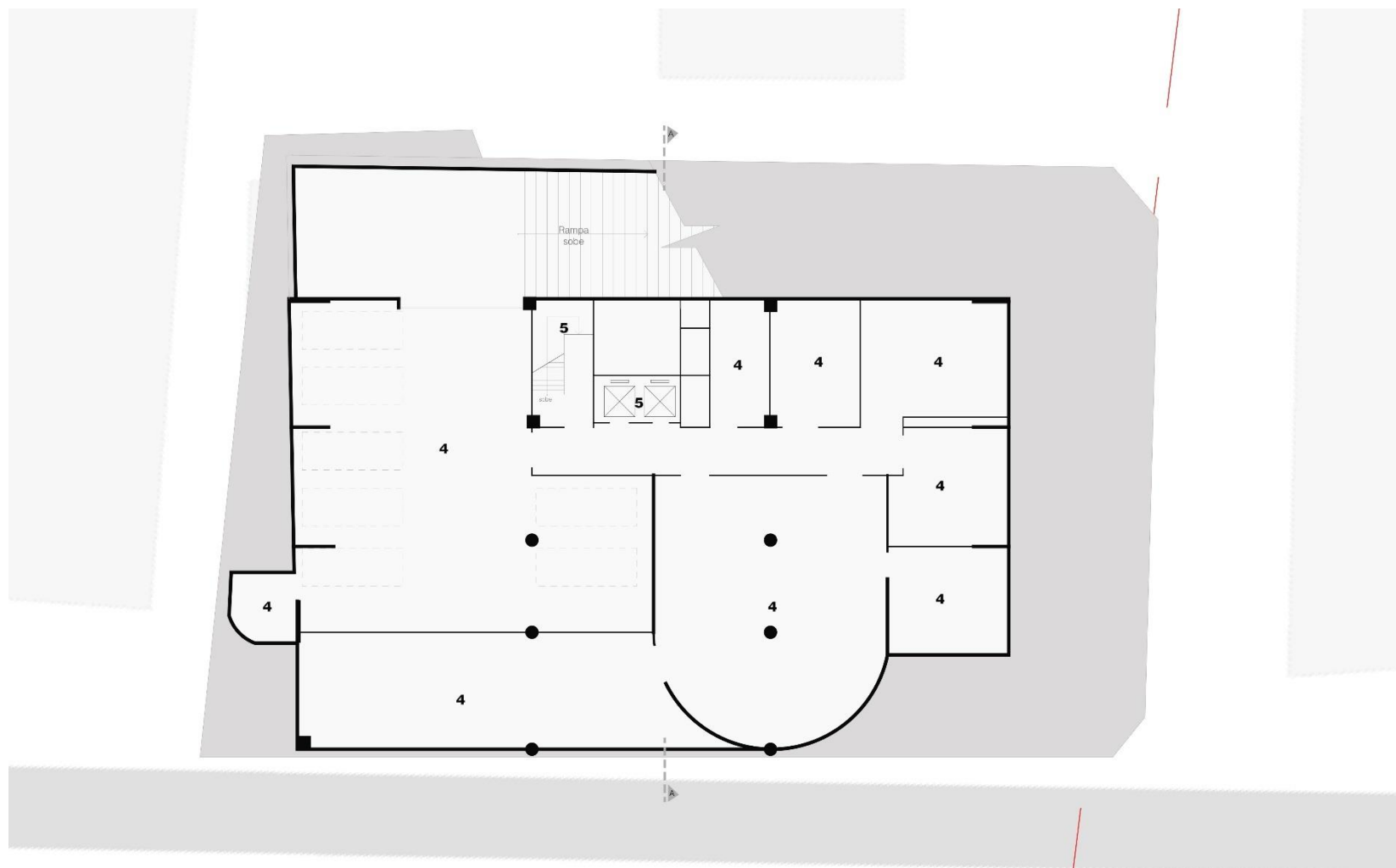


CORTE AA
esc.: 1/150

- 1 Espaços de Representação
- 2 Espaços de Trabalho
- 3 Espaços Privados/Segurança
- 4 Espaços de Serviços/Áreas Técnicas
- 5 Circulação Vertical



CHANCELARIA - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake 003



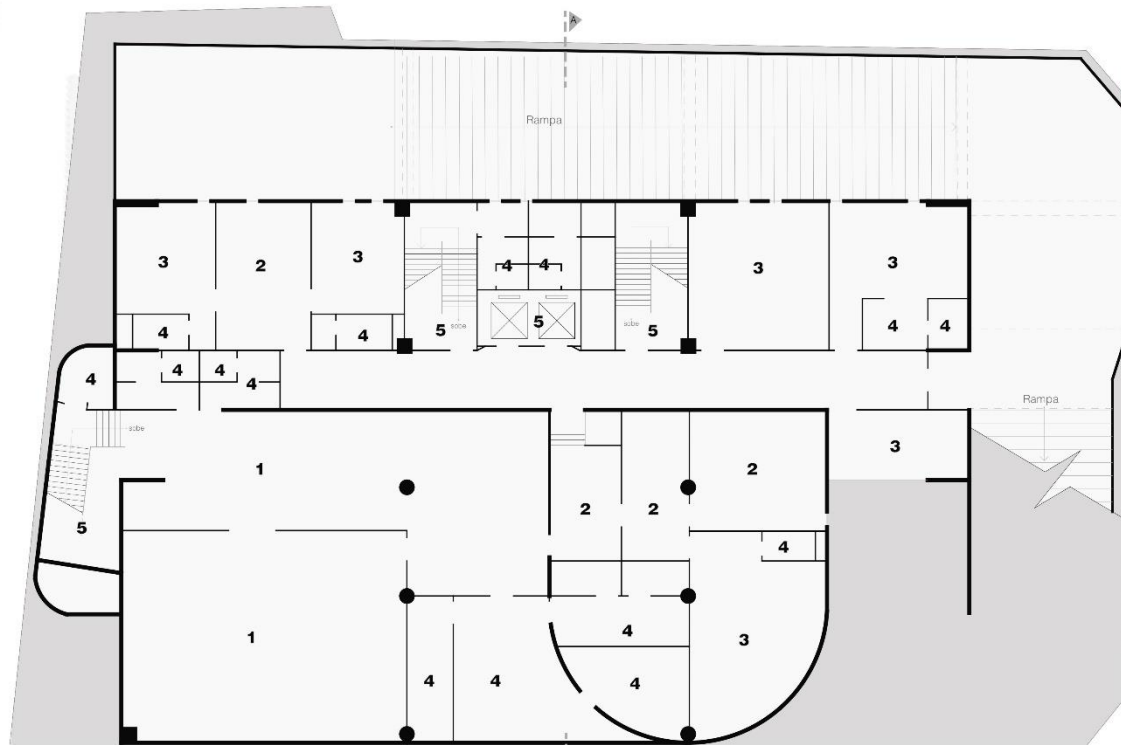
PLANTA BAIXA - SUBSOLO 2
esc.: 1/150

- 1 Espaços de Representação
- 2 Espaços de Trabalho
- 3 Espaços Privados/Segurança
- 4 Espaços de Serviços/Áreas Técnicas
- 5 Circulação Vertical



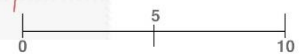
CHANCELARIA - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake

004



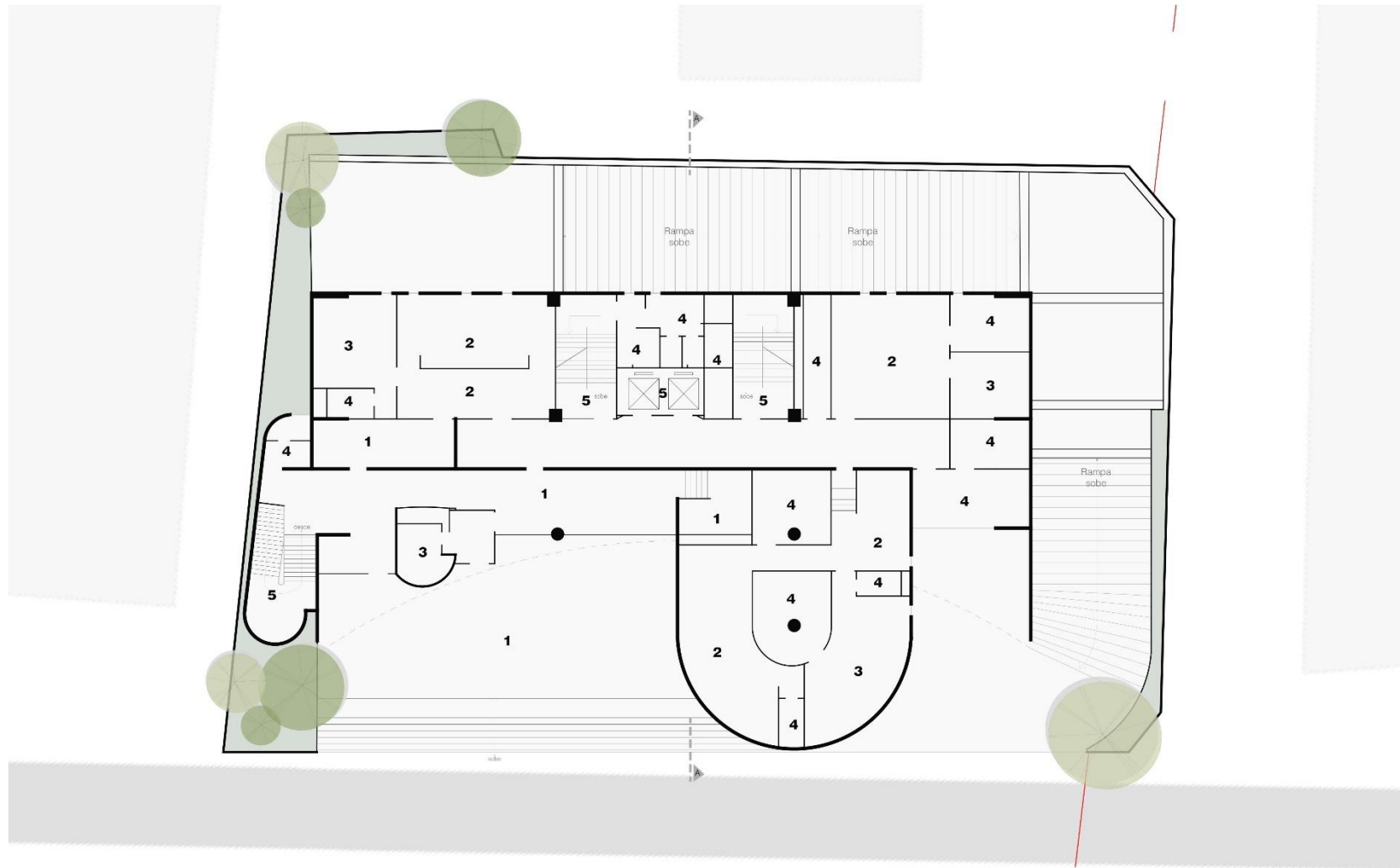
PLANTA BAIXA - SUBSOLO 1
esc.: 1/150

- 1 Espaços de Representação
- 2 Espaços de Trabalho
- 3 Espaços Privados/Segurança
- 4 Espaços de Serviços/Áreas Técnicas
- 5 Circulação Vertical



CHANCELARIA - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake

005



PLANTA BAIXA - TÉRREO
esc.: 1/150

- 1 Espaços de Representação
- 2 Espaços de Trabalho
- 3 Espaços Privados/Segurança
- 4 Espaços de Serviços/Áreas Técnicas
- 5 Circulação Vertical

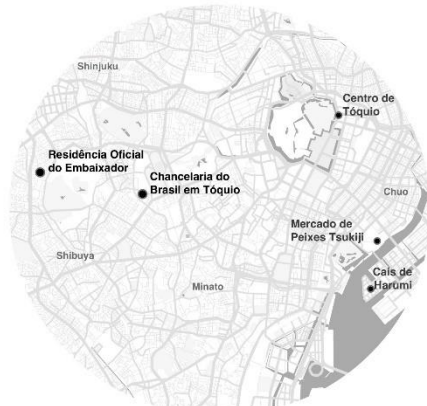
0 5 10

CHANCELARIA - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake

006



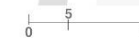
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
sem escala



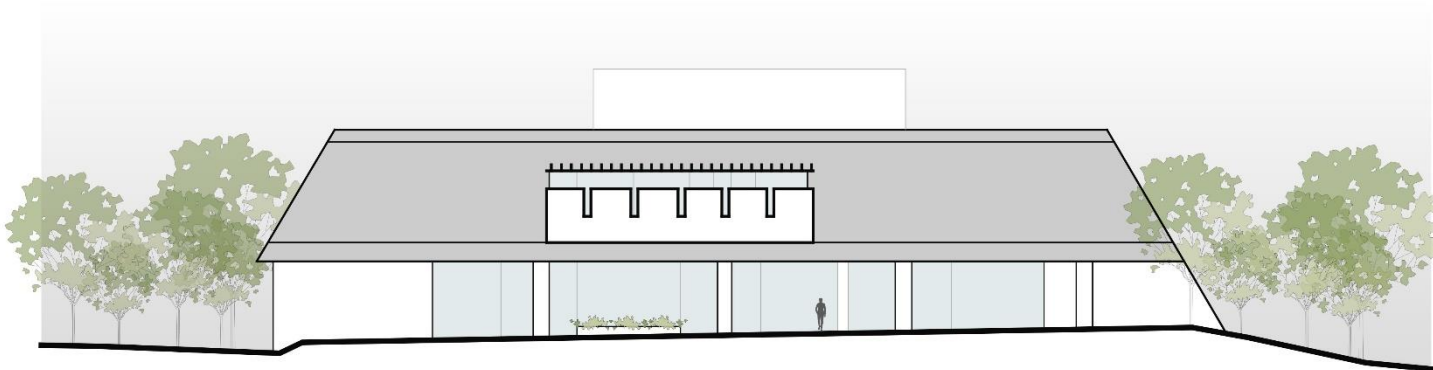
MAPA DE SITUAÇÃO
sem escala



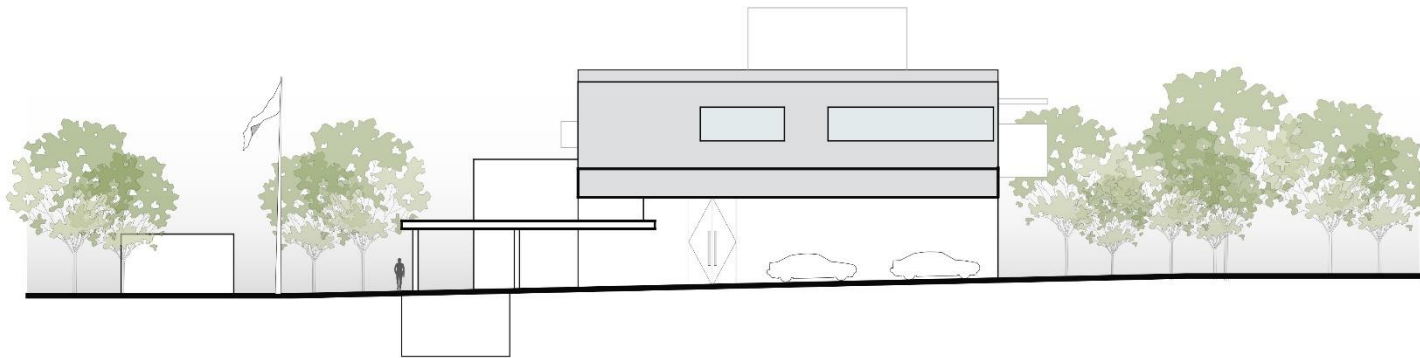
IMPLANTAÇÃO - RESIDÊNCIA OFICIAL DO EMBAIXADOR
esc.: 1/500



RESIDÊNCIA OFICIAL - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake 001

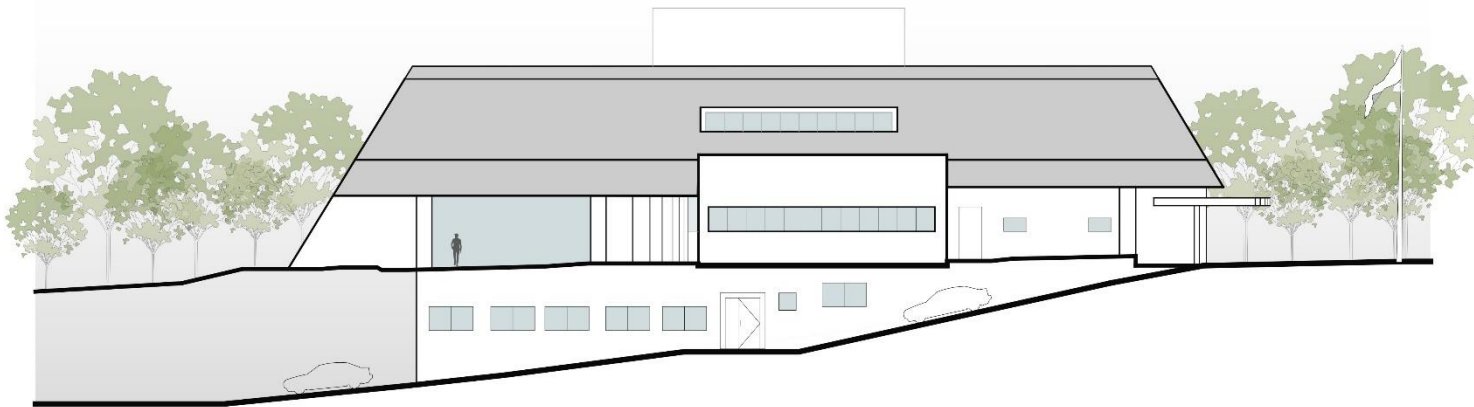


FACHADA SUL
esc.: 1/150

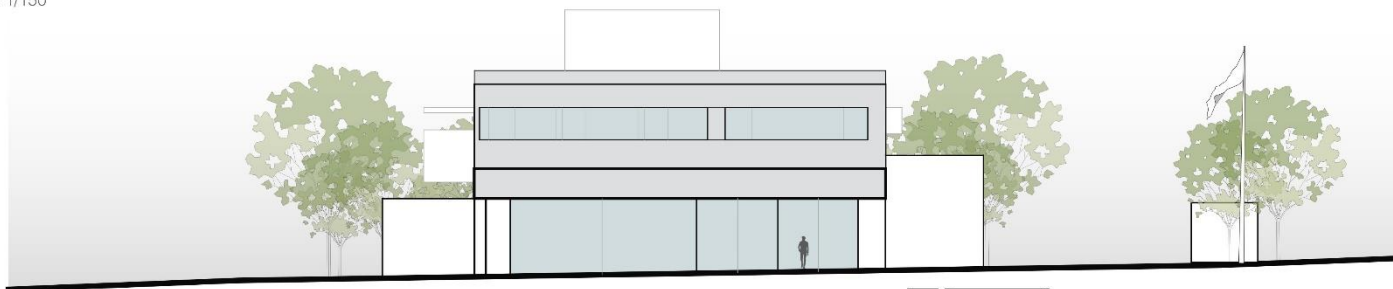


FACHADA OESTE
esc.: 1/150

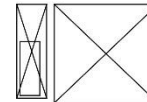
0 5 10
RESIDÊNCIA OFICIAL - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO 002
Ruy Ohtake



FACHADA NORTE
esc.: 1/150

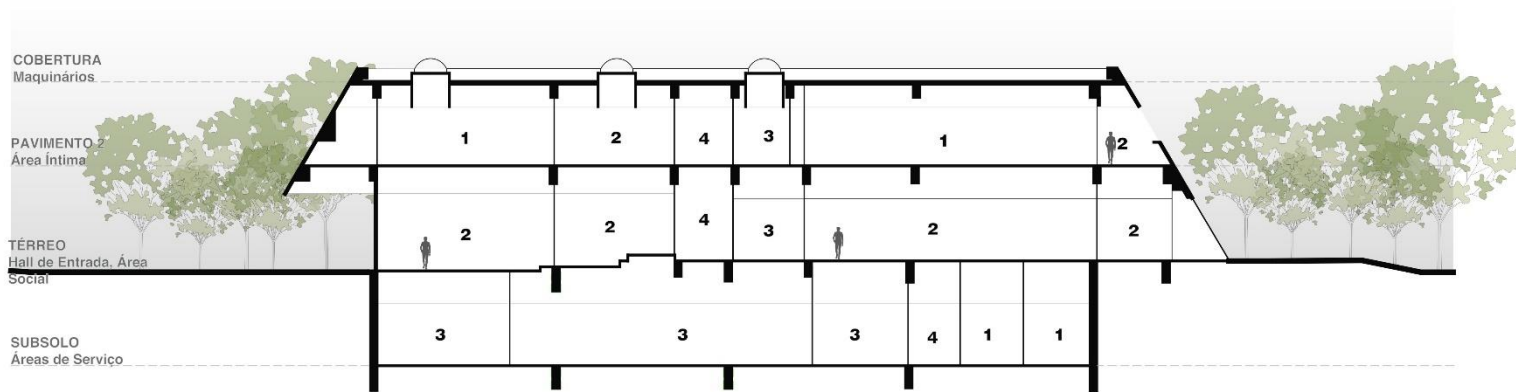


FACHADA LESTE
esc.: 1/150



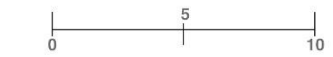
RESIDÊNCIA OFICIAL - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake

003

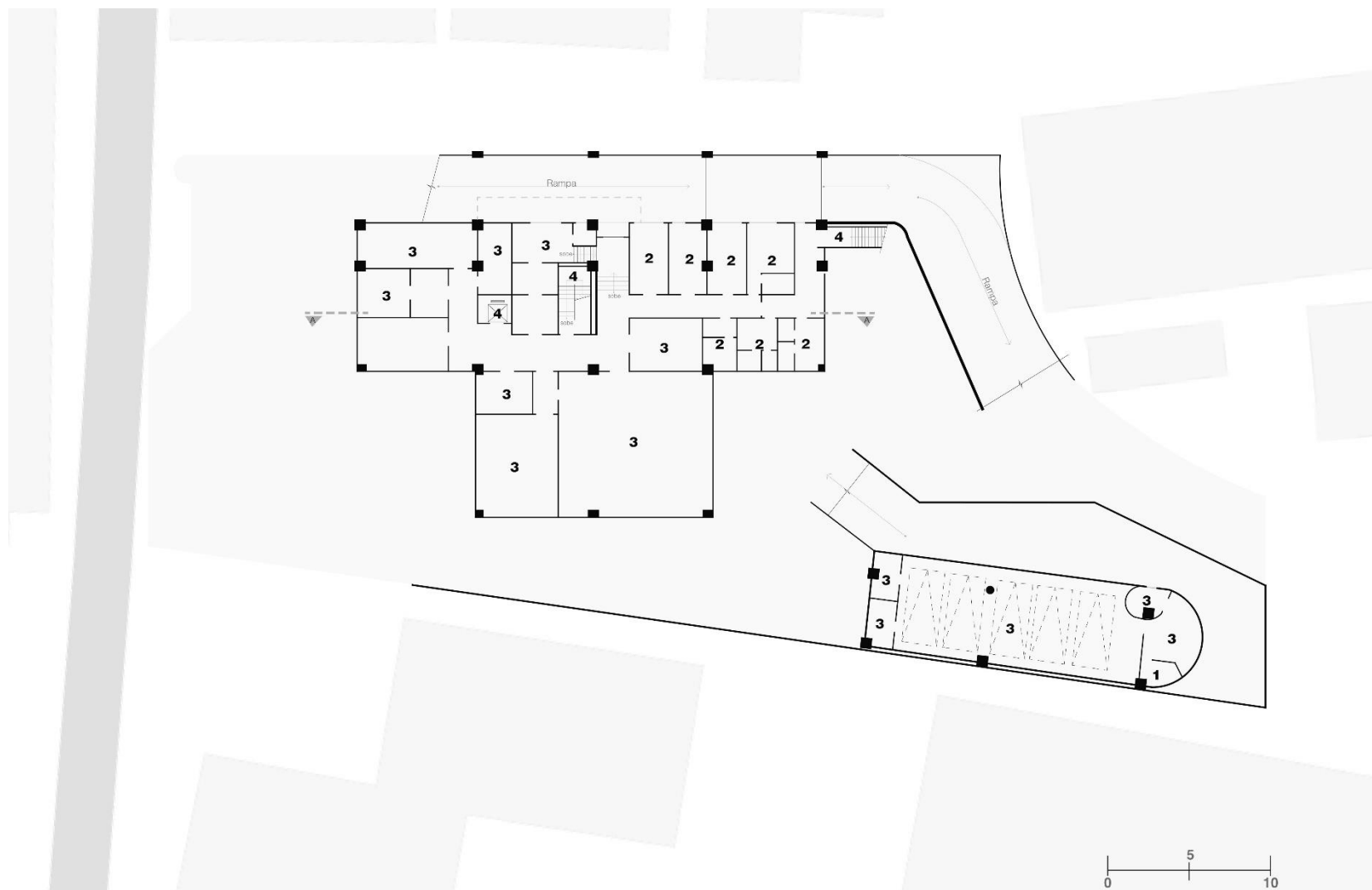


CORTE AA
 esc.: 1/150

- 1 Áreas Íntimas
- 2 Áreas Sociais
- 3 Áreas de Serviço
- 4 Circulação Vertical



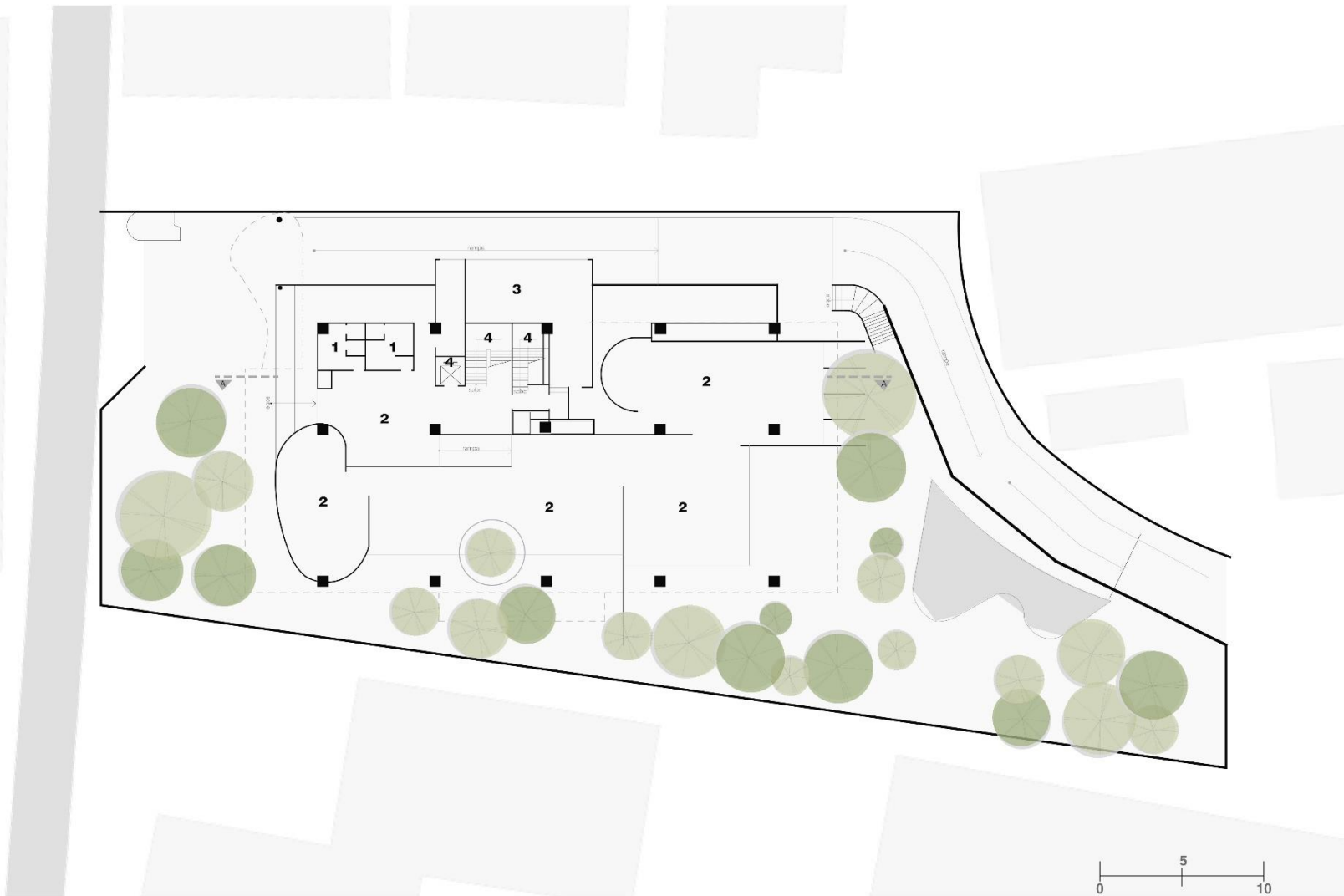
RESIDÊNCIA OFICIAL - EMBAIXADA DO
 BRASIL EM TÓQUIO
 Ruy Ohtake 004



PLANTA BAIXA - SUBSOLO
esc.: 1/200

- 1 Áreas Íntimas
- 2 Áreas Sociais
- 3 Áreas de Serviço
- 4 Circulação Vertical

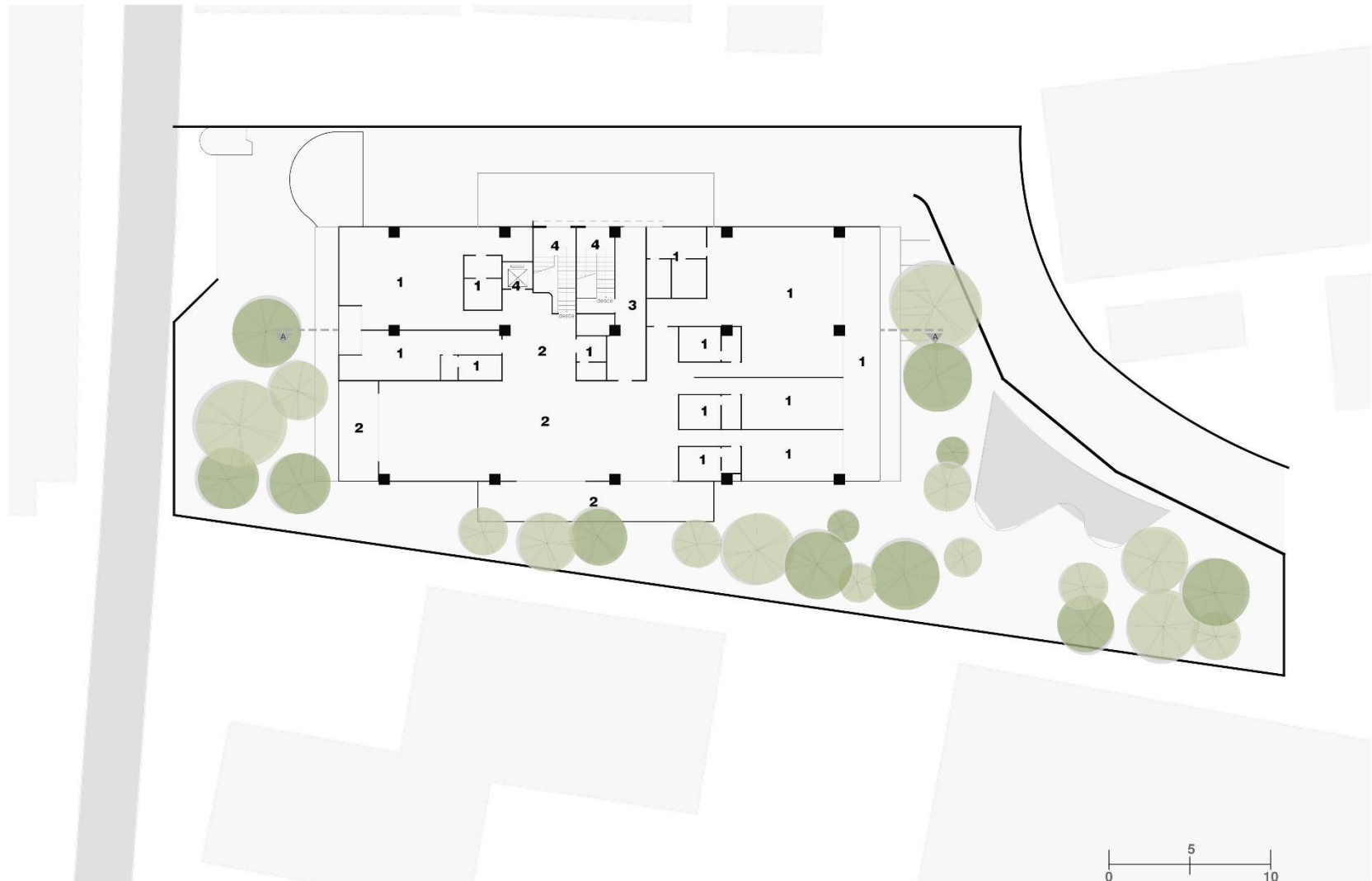
RESIDÊNCIA OFICIAL - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO
Ruy Ohtake 005



PLANTA BAIXA - TÉRREO
esc.: 1/200

- 1 Áreas Íntimas
- 2 Áreas Sociais
- 3 Áreas de Serviço
- 4 Circulação Vertical

RESIDÊNCIA OFICIAL - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO 006
Ruy Ohtake



PLANTA BAIXA - PAV.1
esc.: 1/200

- 1 Áreas Íntimas
- 2 Áreas Sociais
- 3 Áreas de Serviço
- 4 Circulação Vertical



RESIDÊNCIA OFICIAL - EMBAIXADA DO
BRASIL EM TÓQUIO 007
Ruy Ohtake

DESENHOS

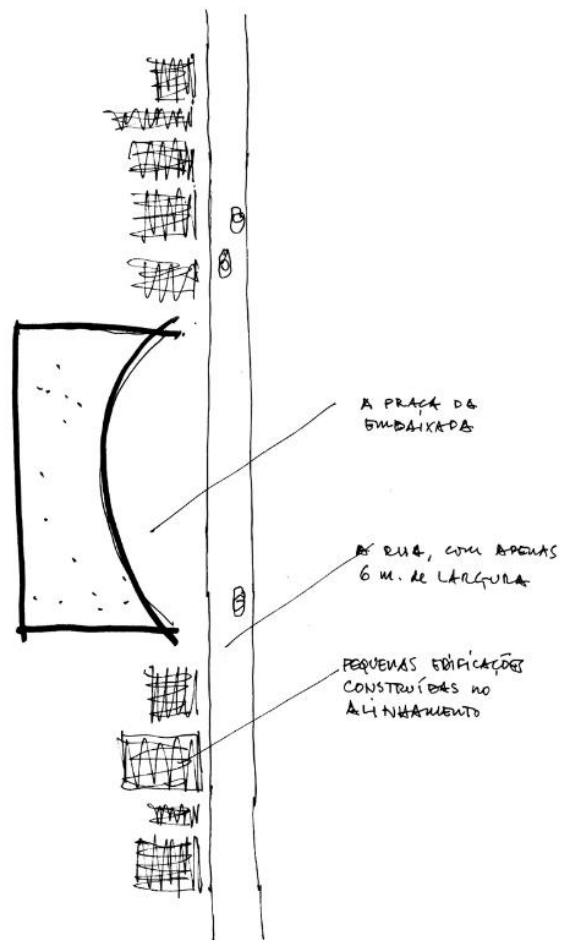


Figura 221: Croqui esquemático da solução obtida para a implantação do edifício. Fonte: Disponível em www.ohtake.com

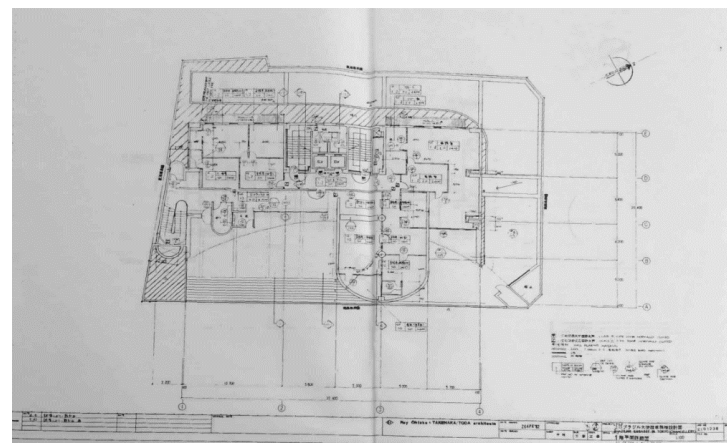


Figura 222: Planta baixa do térreo da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

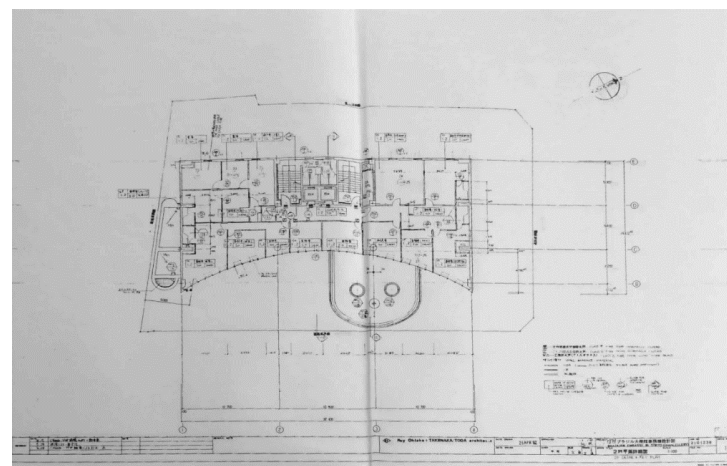


Figura 223: Planta baixa do primeiro pavimento da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

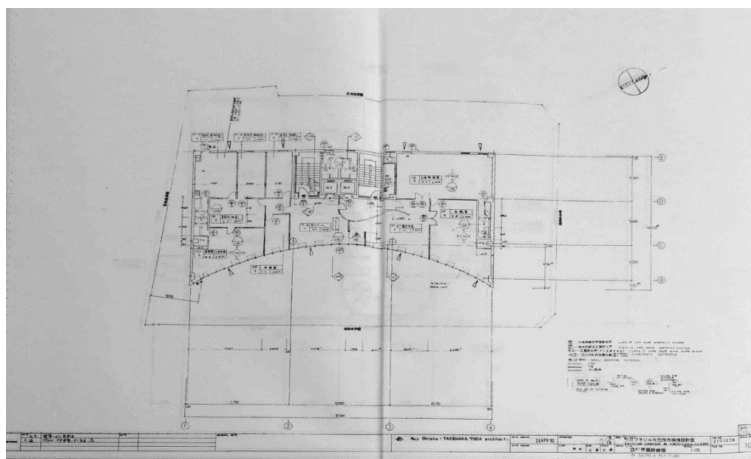


Figura 224: Planta baixa do segundo pavimento da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

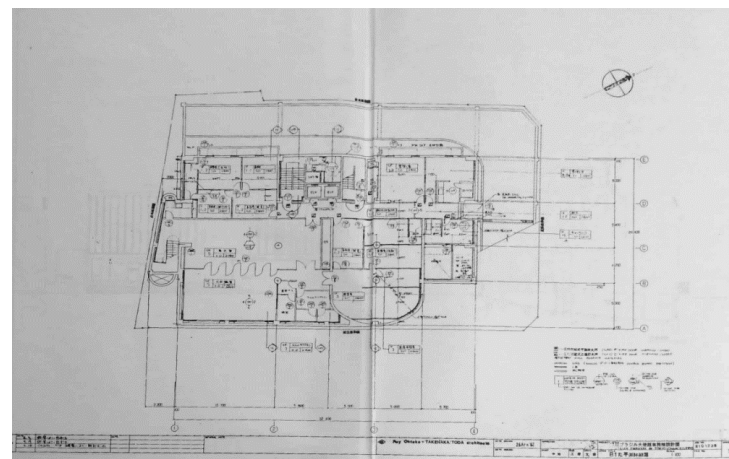


Figura 226: Planta baixa do segundo subsolo da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

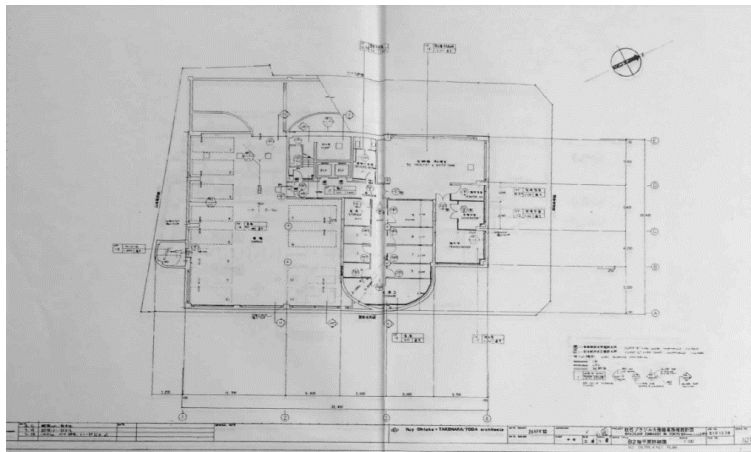


Figura 225: Planta baixa do primeiro da Chancelaria, obtida na etapa de levantamento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

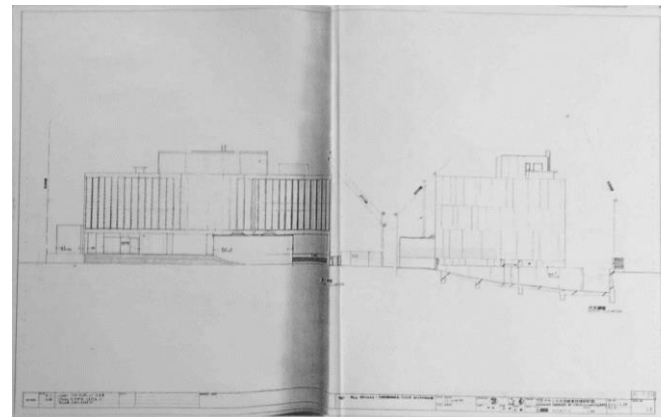


Figura 227: Fachada principal, obtida na etapa de levantamento. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 228: Croqui esquemático da fachada principal da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

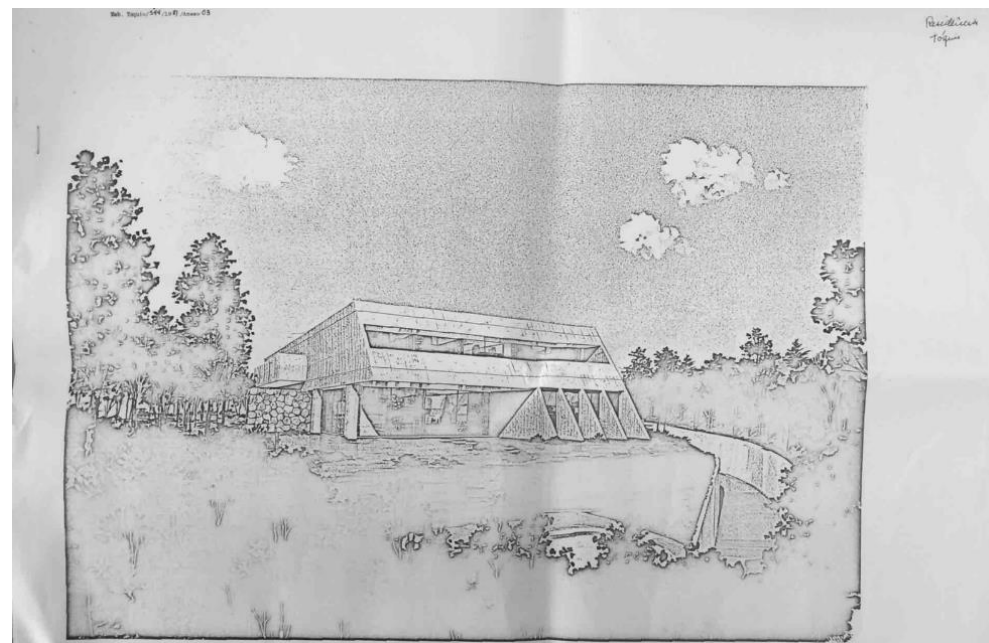


Figura 229: Croqui esquemático da fachada posterior da Residência Oficial. Fonte: SARQ/MRE.

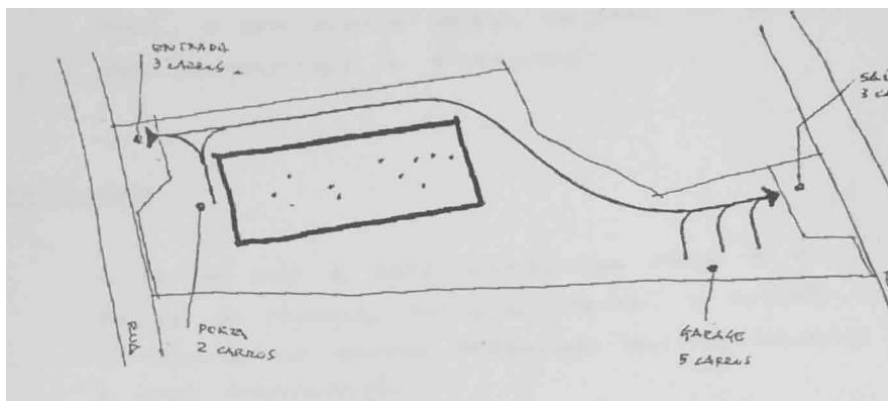


Figura 230: Croqui esquemático da implantação do edifício da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

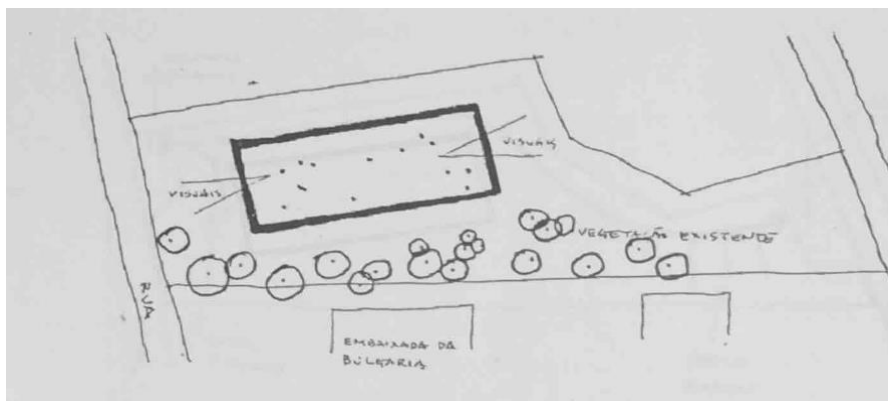


Figura 231: Croqui esquemático da implantação do edifício da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

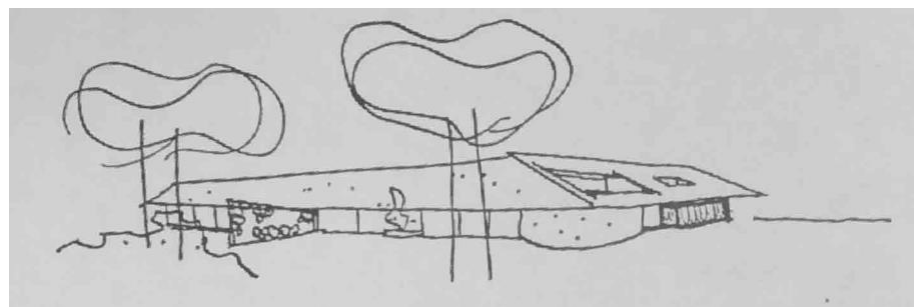


Figura 232: Croqui esquemático que mostra a volumetria do edifício da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

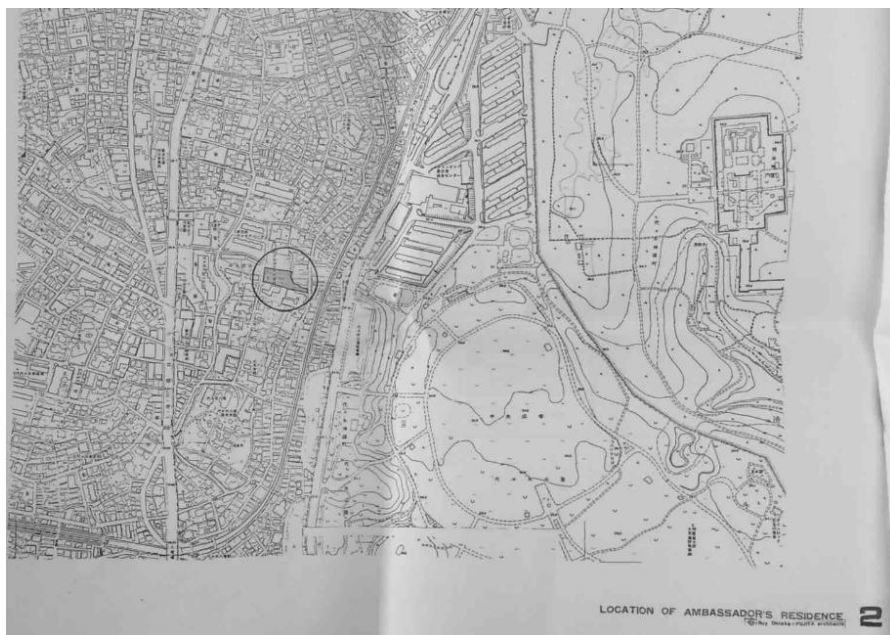


Figura 233: Mapa de implantação da Residência Oficial em relação ao parque de Yoyogi, que aparece à direita. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

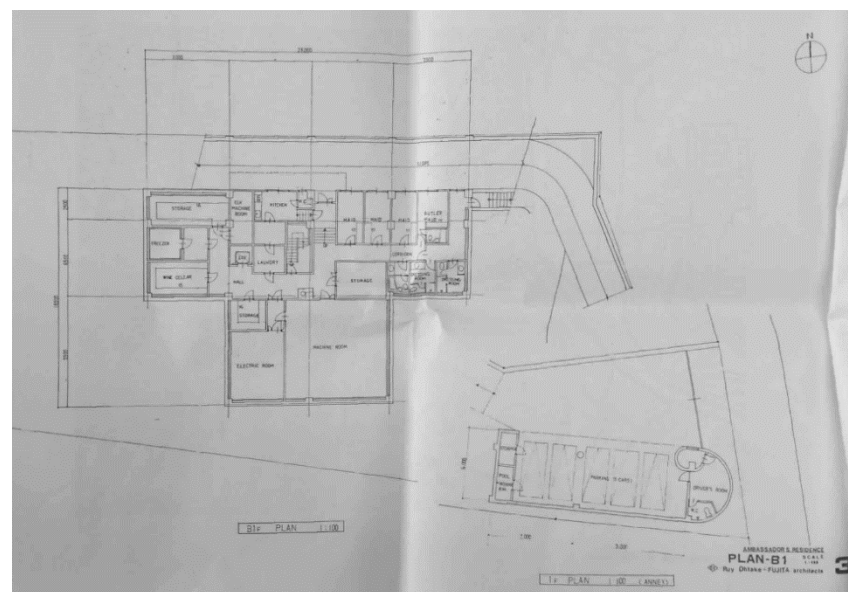


Figura 234: Planta do nível subsolo da Residência Oficial, semi enterrado e acessível a partir de uma rampa que ladeia todo o lote. Fonte: SARQ/MRE.

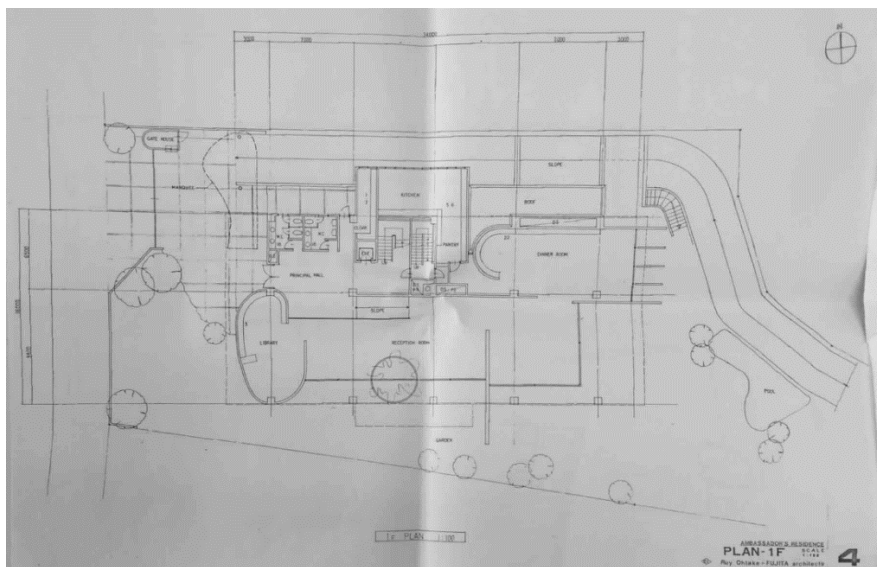


Figura 235: Planta baixa do térreo da Residência Oficial. Note-se o posicionamento dos espaços de representação (biblioteca, salão de recepção e de jantar) na porção sul do lote. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

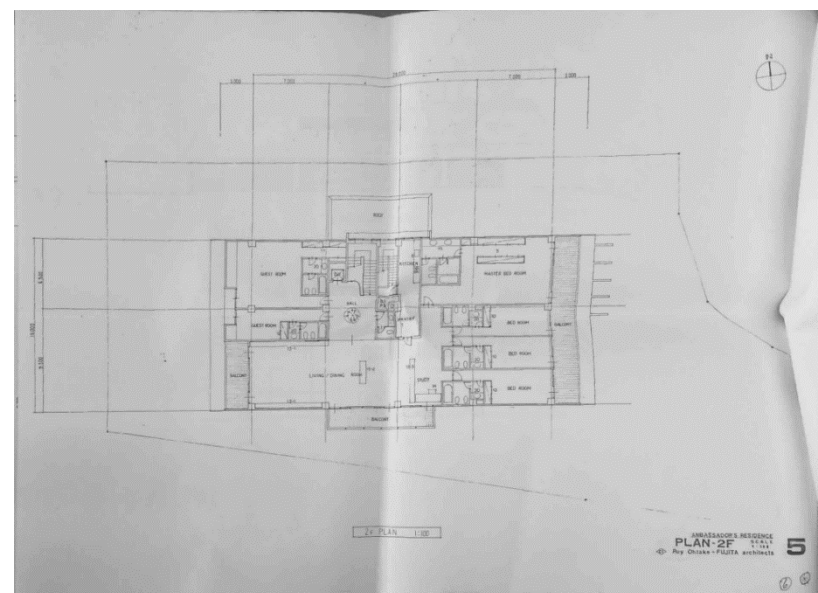


Figura 236:Planta baixa do pavimento superior da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.



Figura 237: Elevações sul e oeste da Residência Oficial. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

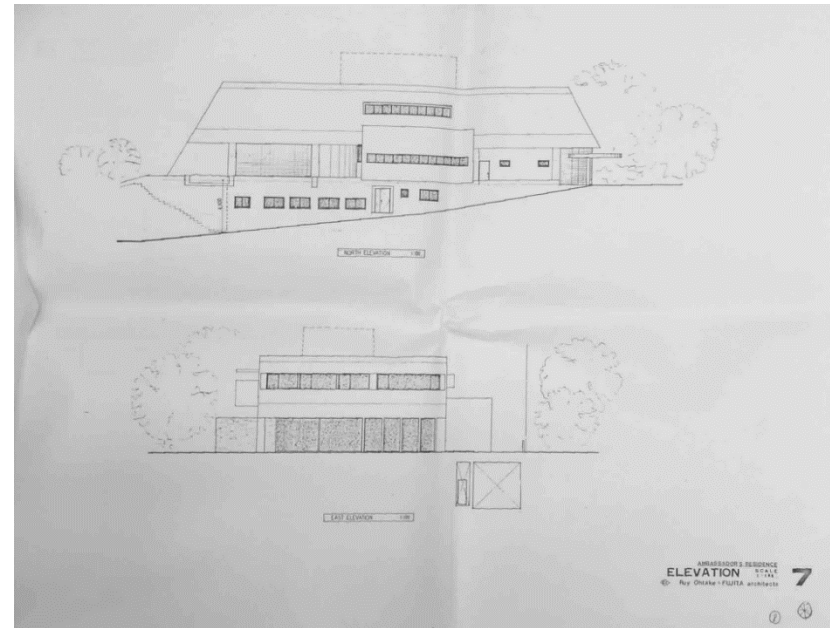


Figura 238: Elevações sul e leste da Residência. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

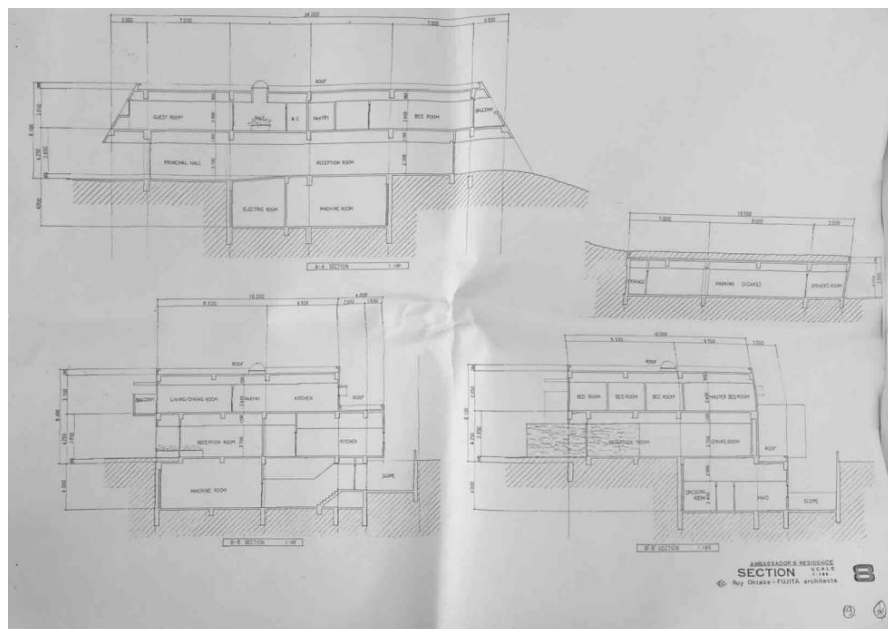


Figura 239: Seções transversais e longitudinais da Residência. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

FOTOGRAFIAS



Figura 240: Aproximação ao lote da Embaixada a partir da via que dá acesso a ela. Fonte: Cedida por Otávio Trindade.



Figura 241: Fotografia antiga mostrando a relação que o edifício da Chancelaria tem com a rua de acesso. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 242: Vista frontal da Chancelaria a partir de via de acesso perpendicular. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 243: Vista frontal da Chancelaria. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 244: Fachada principal da Chancelaria, vista a partir da chegada ao terreno. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br

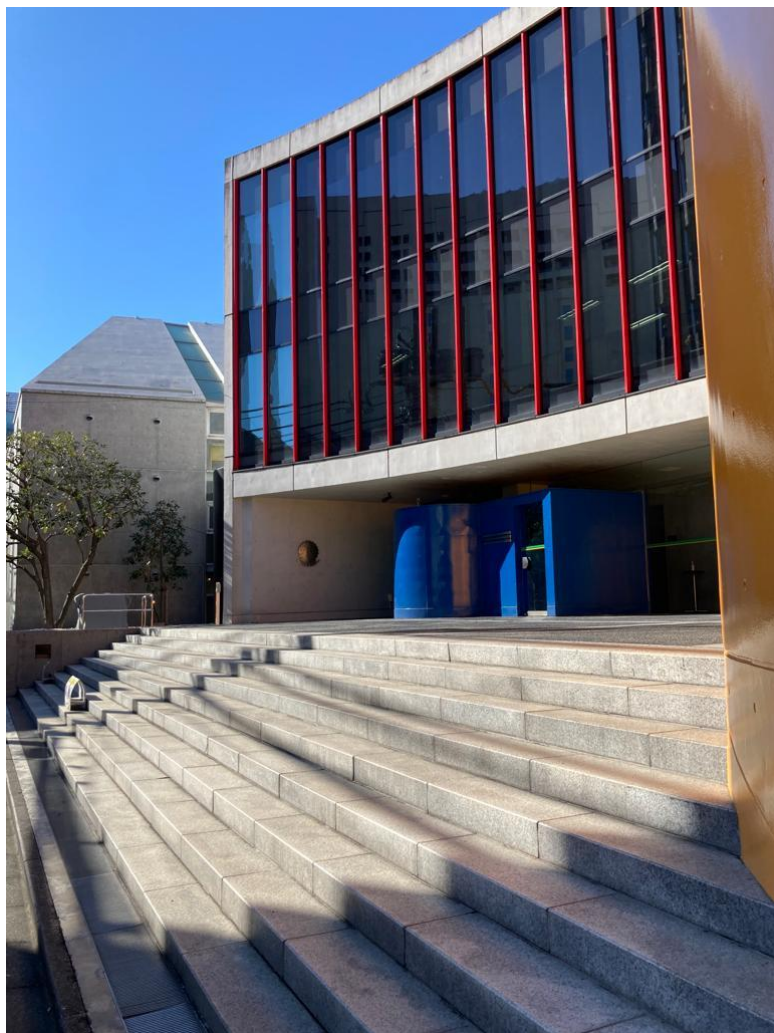


Figura 245: Acesso principal ao edifício da Chancelaria a partir da praça. Fonte: Cedido por Otávio Trindade.

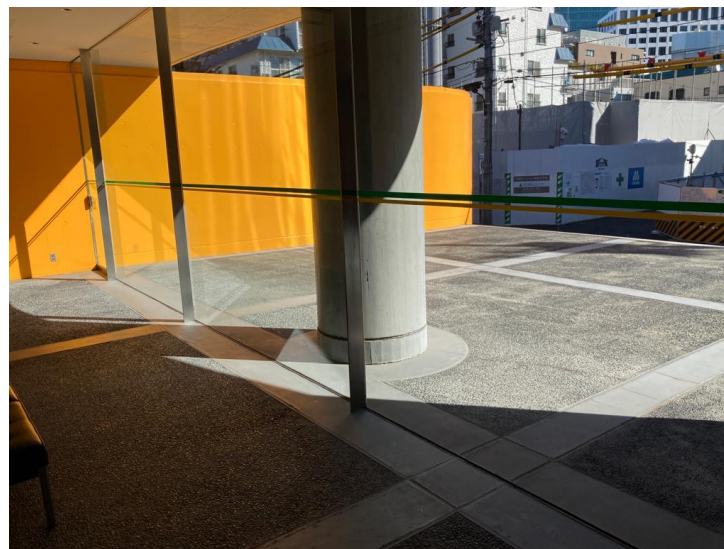


Figura 246: Vista interna a partir do corredor central da Chancelaria. Fonte: Cedido por Otávio Trindade.



Figura 247: Sala do Embaixador. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br



Figura 248: Escala do edifício e a importância da praça de acesso. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br



Figura 249: Detalhe da pequena praça de acesso ao edifício e das escadarias que o conectam à rua. Fonte: Cedido pelo Setor Cultural da Embaixada em Tóquio.

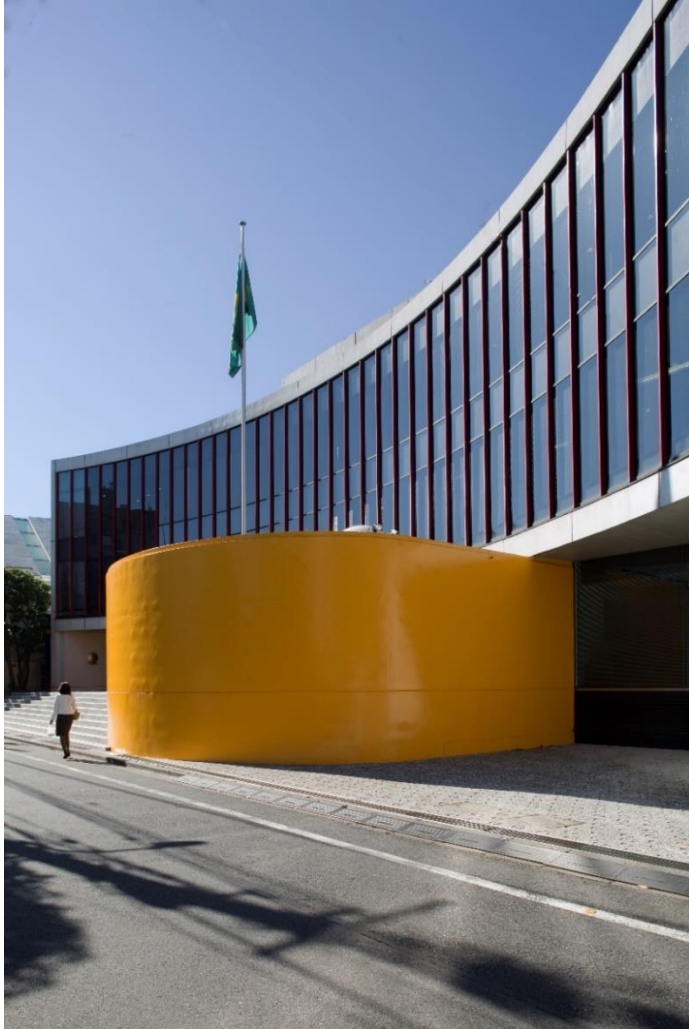


Figura 250: Fachada principal vista a partir do lado oeste. Fonte: Cedido pelo Setor Cultural da Embaixada em Tóquio.



Figura 251: Fachada principal da Residência. Detalhe da marquise curvilínea em relação ao volume principal da construção. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 252: Detalhe do acesso principal à Residência e dos materiais e texturas diferentes utilizados para cada elemento. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 253: Detalhe do acesso ao edifício da Residência. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 254: Vista noturna da Residência a partir da rua. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 255: Detalhe da fachada lateral da Residência. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 256: Vista da fachada posterior da Residência. Note-se a conexão sugerida entre o térreo, aberto, à natureza circundante por meio das esquadrias em vidro, e da maior privacidade ao primeiro pavimento, onde se localizam os quartos e cômodos íntimos. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 257: Vista lateral do terreno, que mostra a topografia acidentada e a maneira como o arquiteto locou o edifício da Residência. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 258: Vista do térreo, na área de estar da Residência. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 259: O “eixo da casa contemporânea brasileira” fica bem explícito a partir da imagem, que mostra a conexão entre os espaços de estar e de recepção. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.

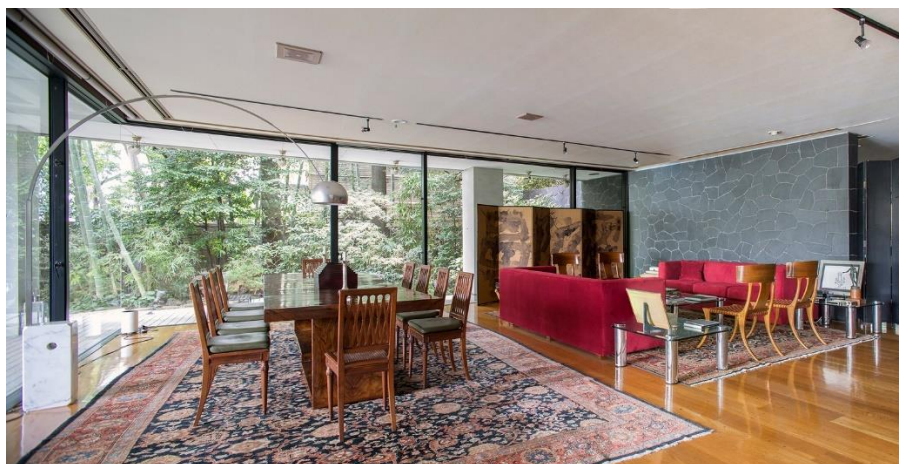


Figura 260: Sala de jantar no pavimento térreo da Residência. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.



Figura 261: Sala de recepções em ala lateral ao térreo da Residência. Fonte: Disponível em www.ohtake.com.br.

DOCUMENTOS

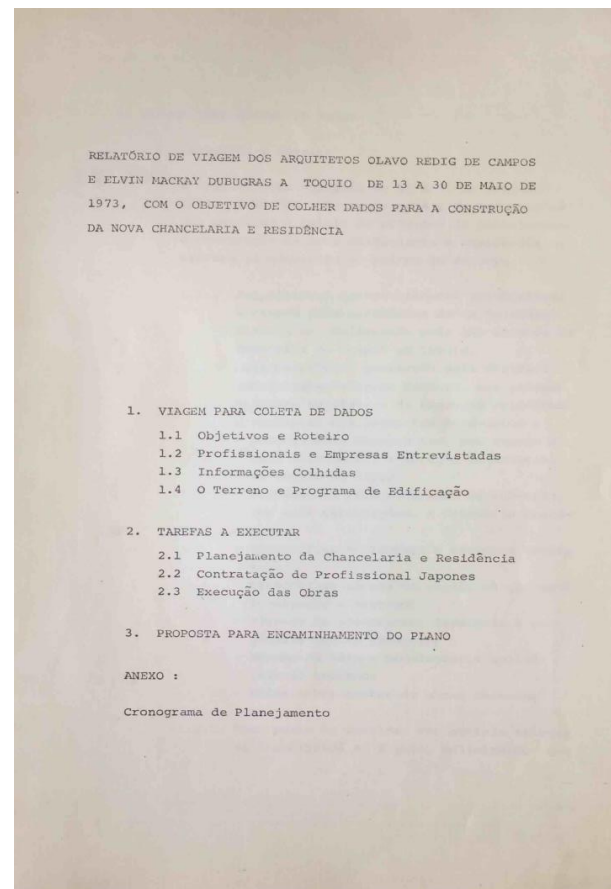


Figura 262: Capa do relatório de viagem realizado por Elvin Dubugras e Olavo Redig de Campos a Tóquio. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

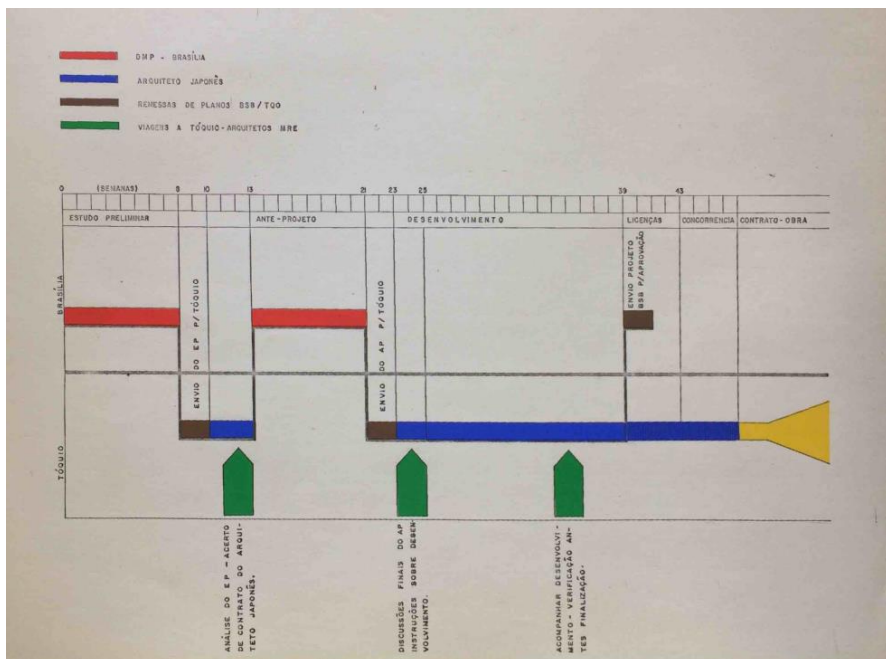


Figura 263: Cronogram de projeto e obra apresentado ao fim do Relatório de viagem dos arquitetos. Fonte: Acervo do SARQ/MRE.

Considerações finais

Como se observou ao longo do trabalho, com a análise atenta dos projetos das Embaixadas aqui apresentados e do contexto histórico e político em que cada uma delas se realizou, fica clara a intenção deliberada do Itamaraty em investir em projetos realizados por arquitetos brasileiros, preferencialmente concebidos e conduzidos dentro de seu Setor de Conservação, a partir de um determinado momento. Isso corrobora a visão de autonomia do Ministério em relação aos demais órgãos governamentais e se justifica devido às demandas peculiares exigidas pela atividade diplomática – *informar, negociar e representar*.

Nesse sentido, a atuação de Olavo Redig de Campos, já comprovadamente relevante na condução junto ao Embaixador Wladimir Murтинho da transferência do Palácio do Itamaraty para a nova sede em Brasília, foi central. Na inexistência de projetos de Embaixadas construídos desde o princípio no exterior, Redig de Campos não apenas elaborou um método de trabalho e definiu programas de necessidades, como determinou valores intrínsecos à diplomacia brasileira e sua maneira de operar que deveriam ser reproduzidos em outros projetos. Prova disso é o cuidadoso relatório

de viagem à Tóquio, realizado junto a Elvin Dubugras, com análises e definições muito claras para o trabalho que seria realizado por Ruy Ohtake anos mais tarde. Ainda, a observação de que certos critérios se encontram em seus trabalhos e em outros que vieram na sequência: a preocupação com a hierarquia entre os ambientes em planta baixa, as transições cuidadosas entre os espaços sociais e de representação nas Residências Oficiais, a preocupação com as fachadas, que tanto deveriam provocar interesse a partir do exterior quanto proteger o caráter privativo das construções, a valorização do objeto de arte brasileiro como elemento intrínseco dos interiores – grande parte das vezes integrado à arquitetura.

Dubugras foi outro ator importante na implementação das diretrizes elaboradas por Redig de Campos. Ao assumir os projetos em andamento e a etapa final da construção em Buenos Aires após a aposentadoria de Redig de Campos do Itamaraty, em 1976, é possível ver que seu trabalho representa uma continuidade em relação ao desenvolvido por seu antecessor, tanto em termos conceituais quanto materiais. Isso aconteceu apesar das diferentes modalidades em que trabalharam para o Ministério das Relações

Exteriores – já que Redig de Campos era servidor da casa e Dubugras foi contratado como consultor externo- e da linguagem bastante distinta entre seus projetos, resultados de também diferentes gerações.

Ao compreender as ações realizadas pela diplomacia brasileira a partir da análise da política externa nos diferentes momentos ao longo do século XX, discutidos no segundo capítulo, comprova-se que a escolha pela construção das Embaixadas em Beirute, Washington, Buenos Aires, Lagos, Riade, Tóquio ou, ainda, na Praia, em Guiné-Bissau, em Lima, em Nova Délhi ou em Dakar, não foi gratuita nem casual. Em cada um dos casos, a aquisição dos lotes e o projeto das Embaixadas fizeram parte de um conjunto de estratégias orquestradas pela diplomacia brasileira para realizar certas aproximações ou para garantir a inserção do Brasil em determinados contextos. E, apesar da impossibilidade em finalizar a análise dos projetos realizados no Peru, na Índia, na Guiné, em Cabo Verde e no Senegal devido aos motivos apresentados ao longo do trabalho, é satisfatório concluir que, à exceção da Europa e da Oceania, foram avaliados projetos em todos os demais continentes e abordadas as

principais particularidades do relacionamento político, econômico e histórico do Brasil com cada uma das localidades em que se inseriram.

Assim, era prioritário para o Brasil marcar sua presença no Embassy Row de Washington, e expressar a força de sua arquitetura, por meio do projeto da “caixa de vidro” modernista de Redig de Campos no novo bairro da capital diplomática mundial. Em Buenos Aires, a aquisição do Palácio Pereda e a construção da Chancelaria anexa foram parte de um movimento para redefinição de importantes alianças e um *statement* da busca do Brasil pela liderança regional na América Latina. Por outro lado, as Embaixadas em Beirute, em Riade e em Tóquio podem ser consideradas instrumentos para demonstrar os interesses brasileiros com fins principalmente econômicos – por um lado, no Oriente Médio, na expectativa de ampliar o relacionamento com os países exportadores de petróleo e reequilibrar a balança comercial brasileira após as prejudiciais crises de 1973 e 1979, e por outro, com o Japão, na busca por parcerias tecnológicas para desenvolvimento na área do agronegócio. Não menos importantes, o projeto e a construção de tantas Embaixadas

na África – na Nigéria, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, no Senegal – foi o mote principal de uma deliberada política de aproximação com o continente, iniciada em meados dos anos 1970 e levada a cabo até recentemente pela política externa brasileira.

Essa observação acurada das Embaixadas, caso a caso, reverbera os questionamentos iniciais postos pela pesquisa, e confirma a hipótese de que os projetos das Embaixadas seriam produtos da diplomacia cultural e instrumentos de implementação do *soft power* brasileiro, em consonância com os fatores internos, externos e os interesses da política externa de determinado momento.

Os resultados do trabalho preenchem o vazio de pesquisas sobre a arquitetura das representações diplomáticas brasileiras, até então voltadas a análises limitadas à documentação do patrimônio imobiliário e dos itens de arte e decoração de interiores. Mesmo em relação ao realizado em outros contextos, como as poucas pesquisas sobre a arquitetura das Embaixadas na Europa e nos Estados Unidos, apresentadas no primeiro capítulo, trata-se de um trabalho que se propõe a refletir sobre a intercessão entre arquitetura e diplomacia a partir de suas múltiplas possibilidades. Isso porque um dos

propósitos dessa tese foi o de apresentar os projetos das Embaixadas, as intenções por trás de cada um deles e o trabalho oculto dos arquitetos autores.

Partindo da premissa de que é necessário conhecer para garantir a preservação, o trabalho resultou em um compilado produzido a partir da recuperação da documentação a respeito das Embaixadas; da reelaboração dos desenhos técnicos relativos a cada um dos projetos, com vistas a viabilizar sua leitura; e da apresentação não apenas a partir da descrição de suas características de projeto, mas também em um contexto que garantisse a análise das particularidades históricas e políticas de cada um deles.

Os desdobramentos da pesquisa, felizmente, tem sido positivos e demonstram que o trabalho extrapola o âmbito puramente acadêmico. É que, ao reposicionar o discurso da preservação desses valiosos edifícios de nosso patrimônio imobiliário construídos no exterior, o trabalho os desloca da “área meio”, com a contribuição meramente a pesquisas de arquitetos, para a “área fim”, em que colabora, de fato, para o Ministério das Relações Exteriores.

Exemplo dessa interlocução entre a Academia e o Itamaraty aconteceu com a tese ainda em finalização, em 2023. Os resultados preliminares da apresentação e da análise do projeto da Residência Oficial em Beirute publicados em artigos ao longo do curso de doutorado foram acessados pelo Instituto Guimarães Rosa, órgão vinculado ao Setor Cultural da Embaixada em Beirute, que se preparava para organizar uma série de visitas guiadas à Embaixada no Líbano, até então inéditas. As visitas seriam realizadas pela ocasião de comemoração da jornada Wladimir Murтинho sobre patrimônio histórico do Ministério das Relações Exteriores, celebrada em junho de 2023.

Frente à pouca disponibilidade de materiais sobre o projeto para a elaboração de folhetos que complementaríamos as visitas, bem como ao desconhecimento sobre a história do edifício, os redesenhos realizados como produto dessa tese e os desenhos, fotografias e maquetes obtidos durante as pesquisas nos acervos do Setor de

Arquitetura do Itamaraty, em Brasília, e do Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro, foram essenciais para que a Embaixada em Beirute viabilizasse a proposta.

Dessa maneira, reuniões virtuais foram realizadas com o Setor Cultural da Embaixada em Beirute e com o professor George Arbid, vinculado ao Arab Center for Architecture, que esteve frente à coordenação do projeto. Os encontros tiveram a intenção de esclarecer dúvidas a respeito do projeto – de ambos os lados -, e de elaborar estratégias para apresentação da Residência Oficial aos visitantes (Figura 264).

As bem-sucedidas visitas ao projeto de Redig de Campos, ocorridas em fins de junho de 2023 na capital libanesa, levaram ao convite realizado pelo Ministério das Relações Exteriores para a elaboração de um artigo a ser publicado na seção de Clássicos do Portal Archdaily⁶⁷.

67 O processo de contratação da autora desse trabalho para a elaboração do artigo foi momentaneamente interrompida devido à situação delicada em que se encontra o Líbano desde outubro de 2023 com o conflito entre Israel e o Hamas.

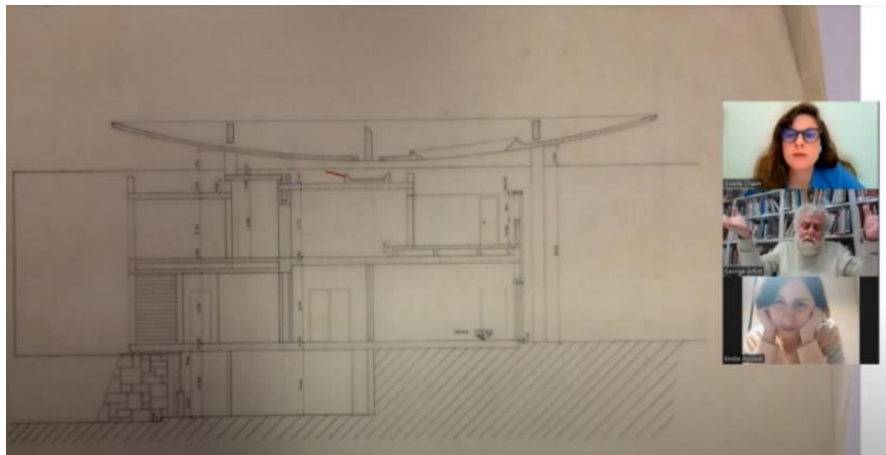


Figura 264: Captura de tela da reunião virtual realizada com o professor George Arbid, do Arab Center for Architecture, e com a encarregada do Setor Cultural da Embaixada em Beirute, Emillie Houwat, para apresentação do material produzido pela tese e discussão de aspectos do projeto em Beirute, com o objetivo de auxiliar a organização das visitas guiadas à Residência Oficial no Líbano.

A experiência de colaboração com o projeto da Embaixada em Beirute mostra um aspecto prático interessante como resultado do trabalho de reflexão a que esta tese se propôs, ao extrapolar sua essência originalmente teórica e se transformar em instrumento que pode auxiliar a prática profissional. Por um lado, a apresentação dos projetos das Embaixadas brasileiras no exterior e, principalmente, os redesenhos produzidos para cada um deles, pode servir a arquitetos ou pesquisadores interessados em investigar os projetos diplomáticos realizados por Olavo Redig de Campos, Elvin Dubugras e Ruy Ohtake. Igualmente, a contextualização histórica, diplomática e política em paralelo à arquitetura podem interessar a outras pesquisas de cunho acadêmico.

Finalmente, e por outro lado, a análise arquitetônica e de aspectos da diplomacia a respeito das Chancelarias e Residências Oficiais que o trabalho propõe, o transforma em ferramenta para execução de trabalhos similares pelos Setores Culturais das Embaixadas do Ministério das Relações Exteriores. As possibilidades de desdobramentos futuros da pesquisa são, portanto, múltiplas.

Referências bibliográficas

ALIAGA, M. **Os primeiros mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/24497>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

BARROS, J. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 8 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRAGA, M. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira, 2010.

BRANDAO, M; MAGALHÃES, F.; GOMES, P. **Ruy Ohtake: o design da forma**. São Paulo: Olhares, 2019.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

CAMARGO, C. **Sobre Olavo Redig de Campos**. Datilografado, não paginado, s/d.

CAMARGO, C. SCORZELLI, R. **Entrevistas com Camargo e Scorzelli**. Datilografado, s/d.

CAMPOS, M.L. **Entrevista com Dona Letícia Redig de Campos**. Datilografado, s/d.

CAMPOS, O. R. **Memorial descritivo da Chancelaria do Brasil em Buenos Aires**. Datilografado, não paginado, s/d.

CAMPOS, M.C.R. **Entrevista: Maria Clara Redig de Campos**. In: Novas memórias do urbanismo carioca/ Américo Freire e Lúcia Lippi

Oliveira, organizadores. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 312p.il. P 132-152.

CAMPOS, O. R. **Sobre o Monumento em Pistóia**. Datilografado, não paginado, 1965.

CAMPOS, O. R. **Olavo por ele mesmo**. Datilografado, não paginado, 1980.

CAMPOS, O.R. **Palácio dos Arcos**. ARQUITETURA: Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil. Rio de Janeiro, v.76, p.19-23, 1968.

CANÇADO TRINDADE, A.A. **Princípios do Direito Internacional Contemporâneo** / Antônio Augusto Cançado Trindade. – 2. ed. rev. atual. – Brasília : FUNAG, 2017.

CASARÕES, G.; VIGEVANI, T. **O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?**. In: História v.33, n.2, p. 150-188, São Paulo, 2014

CAVALCANTI, L. **Quando o Brasil era moderno: Guia de Arquitetura 1928 – 1960**. Org. Lauro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2001.

CERVO, A. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

CHAIM, G. **O mestre, a madeira e a habitação: residências de Zanine Caldas em Brasília 1963-1985**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, 2017. Disponível em:

<<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/24456>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

CHAIM, G., BARBOSA, C., MEDEIROS, A., SOARES, J. **O arquiteto da diplomacia: a trajetória profissional de Olavo Redig de Campos**. In: Anais do 13 DOCOMOMO Brasil 2019: Arquitetura Moderna Brasileira. Salvador: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, 2019.

CHAIM, G.; MEDEIROS, A. **Arquitetura por escrito: o (re)desenho como instrumento de aprendizagem**. In: Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 40–52, Natal, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16904>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024;

CHAIM, G., MEDEIROS, A. **A relevância da documentação para a preservação do patrimônio moderno: o estudo de caso da Embaixada do Brasil em Buenos Aires**. In: Anais do 13 DOCOMOMO Brasil 2019: Arquitetura Moderna Brasileira. Salvador: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, 2019b.

CHEIBUB, Zairo. **Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em uma perspectiva histórica**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 28, nº 1, 1985, pp .113 a 131. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5575368/mod_resource/content/4/Cheibub%201985.pdf

COLQUHOUN, A. **Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-1987**. Tradução de Christiane Brito. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CONROY, S. **The Era of Elegant Embassies: The Splendor Contenders**. The Washington Post (1974-); Jan 25, 1976; ProQuest Historical Newspapers: The Washington Post, p. 182

COSTA, L. **Razões da Nova Arquitetura**. In: XAVIER, Alberto (org). Lucio Costa: sobre arquitetura. 2ª. Ed. Porto Alegre: Ed. Ritter, 2007, p. 17-40.

COURTIEU, C . **Ambassades et représentations suisses à l'étranger - Schweizer Botschaften und Vertretungen im Ausland**. Editora: GSK, 2013. Disponível em : <<https://www.schulthess.com/buchshop/detail/ISBN-9783037970942/Courtiau-Catherine/Ambassades-et-representations-suissees-a-letranger---Schweizer-Botschaften-und-Vertretungen-im-Ausland?bpmlang=de>>. Acesso em: 14 de julho de 2023.

DECCKER, Z. **Brazil Built: The architecture of the modern movement in Brazil**. London: Spon Press, 2001.

DINIZ, F. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. Revista CPC, São Paulo, n. 11, p. 152-187, nov. 2010/abr. 2011.

DINIZ, F.; GÁTI, A.; CARVALHO, G; OLIVEIRA, V. **O desafio da conservação dos acervos particulares de arquitetos modernos: o caso do Inventário Janete Costa**. Revista CPC, n. 20, p. 137-158, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/103264>. Acesso em: 06 de fevereiro 2024.

DOSSE, F. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUBUGRAS, E. **Depoimento**. Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1993.

DUMONT, J.; FLECHET, A. **“Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.34 n.67, p. 203-221, 2014.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: historiografia a e história**. 10ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FICHER, S; SANTOS, P.R. **Conexões internacionais: arquiteturas estrangeiras em Brasília**. 09 Ago 2014. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/625286/conexoes-internacionais-arquiteturas-estrangeiras-em-brasilia-sylvia-ficher>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

FLORÉ, F.; MCATEE, C. (org.). **The Politics of Furniture: Identity, Diplomacy and Interiors**. London: Routledge, 2017

FONSECA JR., G. **Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável**. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Volume 1: crescimento, modernização e política externa. São Paulo: NUPRI/USP; Cultura Editores Associados, 2006.

GARCIA VARGAS, E. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Funag, 2006.

GIEDION, S. **Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition**. Fifth Revised and Enlarged Edition. Harvard University Press, 1982. JSTOR, Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv1bzfzfn>. Acesso em: 13 de janeiro de 2024.

GIRARDELLI, P. **Here and elsewhere: the landmarks of a changing world order**. In: Dossier – The space of diplomacy, design and beyond. Architecture Beyond Europe Journal [Online], 12 | 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/abe/11054>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

GOMES, E. **Nações Unidas e Congresso Nacional : conexões e preservação**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/31662>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

GONÇALVES, J.; LYRIO, M. **Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas**. In: DOSSIÊ CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais, v.2, p.1-25, Rio de Janeiro, 2003.

GOODWIN, P. **Brazil Builds: Architecture New and Old, 1652-1942**. New York: The Museum of Modern Art, 1943

GRANAFEI, H. **O projeto do palácio dos arcos e a cultura material do Ministério das Relações Exteriores.** No prelo.

GUEDES, K.; TINEM, N. **Documentando o patrimônio moderno: informação e visibilidade.** In: 3º Seminário Ibero-americano arquitetura e documentação. Belo Horizonte, 2013. Anais eletrônicos.

HERBST, H. **A presença de Olavo Redig de Campos nos salões das bienais e sua recepção nas revistas de arquitetura na década de 1950.** In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991 / Eric Hobbsbawm; tradução Marco Santarrita – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.**

KISSINGER, H. **Ordem mundial / Henry Kissinger; Tradução Cláudio Figueiredo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LARA, F. L. **Excepcionalidades do modernismo brasileiro.** Org. Abílio Guerra, Fernando Luiz Lara e Silvana Romano Santos. São Paulo: Romano Guerra; Austin: Nhamerica, 2018

LEÃO, L. **Um diplomata-curador para um palácio-museu: Wladimir Murinho e o Itamaraty em Brasília.** Revista ARA, São Paulo, v.6, nº6, p. 195-228. Disponível em: [file:///C:/Users/chaim/Downloads/154438-Texto%20do%20Artigo%20IDENTIFICADO%20NOME%20DO%20Autor_Autores-341600-1-10-20190402%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/chaim/Downloads/154438-Texto%20do%20Artigo%20IDENTIFICADO%20NOME%20DO%20Autor_Autores-341600-1-10-20190402%20(1).pdf)

LOEFFLER, J. **The architecture of diplomacy: building America's Embassies.** 2nd Edition. New York: Princeton Architectural Press, 2010.

LOSCHIAVO DOS SANTOS, M.C. **Móvel moderno no Brasil.** São Paulo: EdUSP, 1995.

MACEDO, O. **Construção Diplomática, Missão Arquitetônica: Os Pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939).** Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2012.

MAGALHÃES, C.H. **Milton Ramos e o rigor da forma construtiva.** Arqtextos, São Paulo: Portal Vitruvius, 2009. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10.110/40> >. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

MATOSO, D. **Documentação e patrimônio edificado recente.** In: I Seminário Latino-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2008.

MELOS, A. C.; MEROLA, V. **As relações bilaterais Brasil-Nigéria: um estudo de caso do período colonial aos dias de hoje.** In: Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional, 7(13). Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/64963>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

MENDES, M. **O cerrado de casaca.** Brasília: Thesaurus Editora, 1995.

MINDLIN, H. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano/IPHAN, 2000.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1959**. Seção de Publicações do Serviço de Documentação: Rio de Janeiro; 1959.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1960**. Seção de Publicações do Serviço de Documentação: Rio de Janeiro; 1960.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Residências Oficiais do Brasil no exterior**. Brasília: Editora Engevix, 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Maço pessoal de Olavo Redig de Campos**. Seção de Publicações do Serviço de Documentação: Brasília; 1976.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório de viagem ao Japão**. Setor de Arquitetura do Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 1973.

MOURA, G. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MOURA, G. **Relações exteriores do Brasil : 1939-1915 : mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial** / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012.

MURTINHO, W. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 43 p.

NUNES, P.H. **As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro**. In: Geografia – Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, v. 17, p.137-152, 2008.

Olavo Redig de Campos. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa506177/olavo-redig-de-campos>>. Acesso em: 18 de outubro de 2018. Verbetes da Enciclopédia.

PALLINI, C.; SCARAMUZZI, A. **Paolo Caccia Dominioni's work for the Italian embassy at Ankara**. In: Dossier – The space of diplomacy, design and beyond. Architecture Beyond Europe Journal [Online], 12 | 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/abe/11060>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

PESAVENTO, S. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHWARCZ, L. **História do Brasil nação: 1808-2010. Volume 3 – A abertura para o mundo 1889-1930** / coordenação Lilia Moritz schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, L. **História do Brasil nação: 1808-2010. Volume 4 – Olhando para dentro 1930-1964** / coordenação Lilia Moritz schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOMBRA, F. **Sergio Bernardes e o pavilhão brasileiro na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas, 1958: industrialização, inventividade e experimentação**. Salvador: V Enanparq, out. 2018.

REIS FILHO, D. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

REVISTA PROJETO. **Elvin Mackay Dubugras: quatro embaixadas e duas residências**. Edição:108, 1988. Disponível em: Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

RIBEIRO, E. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/824-Diplomacia_Cultural_-_Seu_papel_na_Politica_Externa_Brasileira_2011.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2021.

RODRIGUES, A. **EDMD: uma biografia, uma visão**. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, 2014.

ROSSETTI, E. **Arquitetura em transe. Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi: nexos da arquitetura brasileira pós-Brasília (1960-85)**. São Paulo: FAU-USP, 2007. Tese de Doutorado.

ROSSETTI, E; RAMOS, G. **Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia (coleção memória)**. Brasília: ITS; 2017.

ROSSETTI, E. **Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)**; março/2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/65>.

ROSSETTI, E. **O Itamaraty além da arquitetura: documentação, acervos e arquivos**. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ: Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e perspectivas). 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/158/158-723-1-SP.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ROSSO, M. **Rome / Kabul / Rome: Elective Affinities and an Embassy Project The First Italian Embassy in Kabul**. In: Dossier – The space of diplomacy, design and beyond. Architecture Beyond Europe Journal [Online], 12 | 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/abe/11064>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

RYBCZYNSKI, W. **How Architecture Works: A Humanist's Toolkit**. Philadelphia: Farrar, Strauss and Giroux, 2013.

SANTANA, C. **O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática**. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.49, p.157-177, 2006.

SANTOS, P.R. **Arquitetura estrangeira e outras arquiteturas: embaixadas, delegações e organismos internacionais em Brasília**. Dissertação (mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, 2005.

SANTOS, R. **Um novo olhar sobre o país vizinho. A cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

SCHERER, L. GOULART, P. VELOSO, A. **Brasil - Líbano : Legado e Futuro**. Ligia Maria Scherer, Felipe Haddock Lobo Goulart, Pedro Augusto Franco Veloso (organizadores). – Brasília : FUNAG, 2017

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEITENFUS, R. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930- 1942)**. São Paulo: Ed. Nacional, 1985

SOBREIRA, F. **Dinâmicas do jogo: concursos de arquitetura em revista 1935 a 1971**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e

Urbanismo - Universidade de Brasília. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/34837>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de monitoramento: atendimento das propostas sugeridas pelo Tribunal**. Acórdão do Plenário do TCU 209/2008. Brasília, DF, n.209, 20 de fevereiro de 2008.

VÁZQUEZ RAMOS, F. **Redesenho. Conceitos gerais para compreender uma prática de pesquisa histórica em arquitetura**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.09, Vitruvius, 2016 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6181> . Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

VELLOSO, M. **História & modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VILLANOVA, C. **Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI**. Brasília: FUNAG, 2017.

Anexos

Anexo I – Lista completa de projetos de edifícios diplomáticos realizados por arquitetos brasileiros no exterior

A lista abaixo apresenta todos os projetos de edifícios diplomáticos realizados por arquitetos brasileiros no exterior, a partir de 1962. A lista inclui edifícios projetados pelos arquitetos Olavo Redig de Campos, servidor do Ministério das Relações Exteriores que atuou como Chefe do Setor de Preservação e Patrimônio até 1976; Elvin Mackay Dubugras, consultor externo e autor de diversos projetos realizados para o Itamaraty; e Ruy Ohtake, arquiteto convidado para realizar os projetos da Chancelaria e da Residência Oficial do Brasil em Tóquio, no Japão.

Conta, ainda, com projetos de autoria dos arquitetos Ariel Bergemann, Anibal Machado, Patrício Porto e Ricardo Cerqueira Pinto, integrantes do quadro do Ministério das Relações Exteriores a partir da década de 1980 e associados à carreira diplomática nos cargos de Assistente ou Oficial de Chancelaria. Os projetos realizados por esses últimos arquitetos foram realizados no âmbito do Setor de Arquitetura (SARQ/MRE) e tiveram seus projetos executivos desenvolvidos por equipes terceirizadas contratadas.

É importante mencionar que, durante as etapas de levantamento documental realizados tanto no Setor de Arquitetura do Itamaraty, em Brasília, quanto no Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro, alguns materiais relativos aos projetos de Dakar, no Senegal, Bissau, na Guiné-Bissau, Praia, em Cabo Verde, e Nova Délhi, na Índia, foram localizados. Entretanto, no curso da pesquisa, foram considerados insuficientes em termos de informações necessárias para a elaboração dos redesenhos e das posteriores análises sugeridas pelo trabalho.

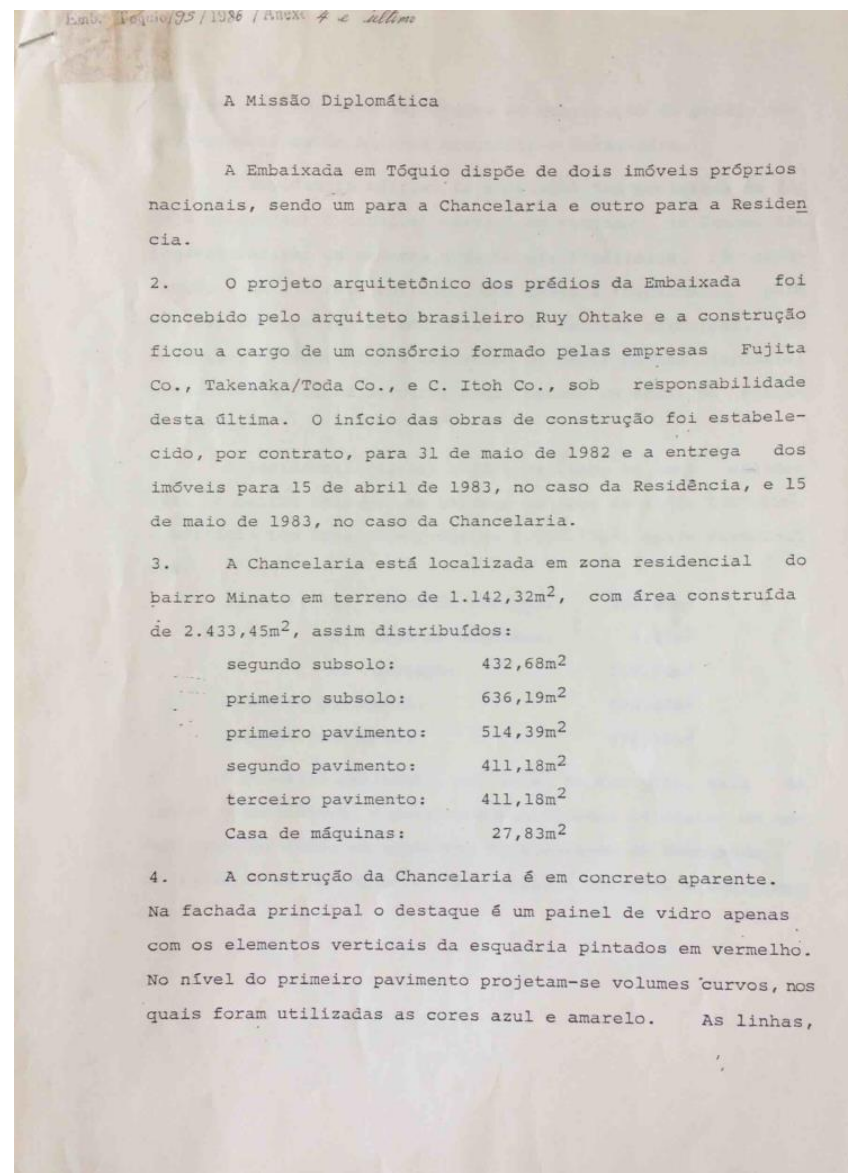
Finalmente, em todos os casos, o levantamento de informações adicionais que viabilizariam a inclusão de projetos diplomáticos não contemplados pela tese (informados na tabela abaixo) não foi possível a partir de março de 2020 devido à pandemia da COVID-19, que impossibilitou a visita presencial aos arquivos e acervos para coleta de materiais. A inexistência de materiais digitalizados e a dificuldade de contato com servidores nas Embaixadas foram, ainda, outros fatores que limitaram a apresentação e análise das Embaixadas brasileiras construídas no exterior aos oito projetos que integram essa tese.

Projeto	Localização	Autoria do projeto	Ano do projeto	Ano da construção / Ano da inauguração	Comentários
Residência Oficial do Brasil em Beirute	Beirute, Líbano	Arq. Olavo Redig de Campos	1962	1963-1966	Contemplado pela tese
Chancelaria do Brasil em Washington, D.C.	Washington, D.C., Estados Unidos	Arq. Olavo Redig de Campos	1973	1974	Contemplado pela tese
Residência Oficial do Brasil em Dakar	Dakar, Senegal	Arq. Olavo Redig de Campos	1966	1976	Não contemplado pela tese
Chancelaria do Brasil em Buenos Aires	Buenos Aires, Argentina	Arq. Olavo Redig de Campos	1976	1979	Contemplado pela tese
Consulado geral do Brasil em Porto Presidente Stroessner	Ciudad del Leste, Paraguai	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1977	1978-1979	Não contemplado pela tese
Embaixada do Brasil em Lima (Chancelaria e Residência)	Lima, Peru	Arq. Olavo Redig de Campos / Arq. Elvin Mackay Dubugras	1978 – 1979	1979 – 1980	Não contemplado pela tese / O projeto foi iniciado por ORC e finalizado por EDMD.

Consulado-Geral do Brasil em Lagos	Lagos, Nigéria	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1979-1981	1982-1985	Contemplado pela tese / antiga Embaixada do Brasil em Lagos
Residência Oficial do Brasil em Riade	Riade, Arábia Saudita	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1981	1983 - 1986	Contemplado pela tese
Chancelaria do Brasil em Riade	Riade, Arábia Saudita	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1981	1983 - 1986	Contemplado pela tese
Complexo de Residência Funcional em Riade	Riade, Arábia Saudita	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1982	1983 - 1986	Não contemplado pela tese
Embaixada do Brasil em Bissau (Chancelaria e Residência)	Bissau, Guiné-Bissau	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1980 – 1981	1984	Não contemplado pela tese
Centro de Estudos Brasileiros	Bissau, Guiné-Bissau	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1984	1986 - 1987	Não contemplado pela tese
Chancelaria do Brasil em Nova Délhi	Nova Délhi, Índia	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1984	1986 - 1987	Não contemplado pela tese
Residência do Brasil em Praia	Praia, Cabo Verde	Arq. Elvin Mackay Dubugras	1984	1984 - 1986	Não contemplado pela tese

Embaixada do Brasil em Tóquio (Residência e Chancelaria)	Tóquio, Japão	Arq. Ruy Ohtake	1981	1982 - 1983	Contemplado pela tese
Chancelaria do Brasil em Argel	Argel, Argélia	Arq. Anibal Machado	Não informado	1996	Não contemplado pela tese*
Embaixada do Brasil em Abuja	Abuja, Nigéria	Arq. Ariel Bergemann	Não informado	2010	Não contemplado pela tese*
Residência Oficial do Brasil em Maputo	Maputo, Moçambique	Arq. Ariel Bergemann	Não informado	2010	Não contemplado pela tese*
Chancelaria do Brasil em Assunção	Assunção, Paraguai	Arq. Patrício Porto	Não informado	Não informado	Não contemplado pela tese*
Vice-consulado do Brasil em Encarnación	Encarnación, Paraguai	Arq. Anibal Machado	Não informado	2013	Não contemplado pela tese*
Chancelaria do Brasil em Georgetown	Georgetown, Guiana	Arq. Ricardo Cerqueira Pinto	Não informado	Não informado	Não contemplado pela tese*
Centro de Estudos Brasileiros	Georgetwon, Guiana	Arq. Ricardo Cerqueira Pinto	Não informado	Não informado	Não contemplado pela tese*

Anexo II – Íntegra do relatório de viagem ao Japão realizado por Olavo Redig de Campos e Elvin Mackay Dubugras



o material e as cores empregadas na construção do prédio são representativos da moderna arquitetura brasileira.

5. A Residência oficial da Embaixada foi projetada de forma a aproveitar o desnível natural do terreno. As linhas são representativas da moderna arquitetura brasileira. A construção é em concreto aparente, com textura trabalhada, para dar feição especial ao edifício. Na fachada principal, em destaque, elemento curvo revestido de pedra natural (ardósia) e marquise em forma de curva sobre parede em azul, na entrada social.

6. A Residência oficial está localizada em zona residencial do bairro Shibuya, em terreno de área total de 2.079,81m². O edifício tem área construída de 1.575,37m², assim distribuídos:

subsolo:	a) setor de serviços:	396,47m ²
	b) casa de máquinas:	6,57m ²
	c) garagem:	119,74m ²
primeiro pavimento:		590,48m ²
segundo pavimento:		476,19m ²

7. O primeiro pavimento, com salão de recepção, sala de jantar e biblioteca, é destinado a atividades oficiais; no andar superior estão os aposentos particulares do Embaixador; no subsolo, as dependências destinadas a serviços e equipamentos.

RELATÓRIO DE VIAGEM DOS ARQUITETOS OLAVO REDIG DE CAMPOS
E ELVIN MACKAY DUBUGRAS A TOQUIO DE 13 A 30 DE MAIO DE
1973, COM O OBJETIVO DE COLHER DADOS PARA A CONSTRUÇÃO
DA NOVA CHANCELARIA E RESIDÊNCIA

1. VIAGEM PARA COLETA DE DADOS

- 1.1 Objetivos e Roteiro
- 1.2 Profissionais e Empresas Entrevistadas
- 1.3 Informações Colhidas
- 1.4 O Terreno e Programa de Edificação

2. TAREFAS A EXECUTAR

- 2.1 Planejamento da Chancelaria e Residência
- 2.2 Contratação de Profissional Japones
- 2.3 Execução das Obras

3. PROPOSTA PARA ENCAMINHAMENTO DO PLANO

ANEXO :

Cronograma de Planejamento

1. VIAGEM PARA COLETA DE DADOS

1.1 Objetivos e Roteiro

A visita feita a Toquio de 15 a 30 de maio de 1973, teve como objetivo a coleta de informações que permitam o início do processo de planejamento e construção da nova Chancelaria e Residência no terreno já adquirido no bairro de Shibuya.

1.1.1 Foi possível dar-se bastante objetividade à viagem pela existência de um Relatório Preliminar, solicitado pela DMP através da Embaixada do Brasil em Toquio.

Este Relatório, preparado pela Maruberi Corporation/Takenaka Komuten, nos pareceu bastante completo e de execução cuidadosa, e consistiu dos seguintes documentos :

- Levantamento Topográfico, com curvas a cada meio metro, e locação de árvores, na escala de 1:200;
- Sondagem de reconhecimento do sub-solo, com três perfurações, e Relatório Geológico;
- Fotografias do Terreno e vizinhos imediatos;
- Fotografias aéreas da região em que está localizado o terreno;
- Plantas de zoneamento, densidade e exigências contra incendio;
- Resumo de Leis e Regulamentos aplicáveis ao terreno;
- Dados sobre custos de obras recentes.

1.1.2 Como ponto de partida, foi enviado telegrama à Embaixada em Toquio, solicitando que

./...

fossem marcadas entrevistas com três arquitetos e com a firma executora do Relatório Preliminar. Os nomes destes arquitetos foram obtidos a partir de trabalhos publicados em revistas de arquitetura japonesas recentes, levando-se em conta nível profissional e experiência de atividade em escritórios de renome como os dos arquitetos Kenzo Tange e Kunio Maekawa.

1.1.3 As seguintes informações foram consideradas essenciais para que o Ministério pudesse iniciar com segurança o processo que visa a construção da futura Embaixada :

- programa da edificação, com previsão de expansão;
- verificação in-loco do terreno e imediações;
- custos de serviços profissionais locais a serem contratados;
- custos prováveis das obras;
- prazos de execução dos serviços profissionais;
- prazos de execução normal de obras;
- seleção de profissional local;
- encaminhamento correto do programa de trabalho para atender às práticas usuais do Japão.

1.2 Profissionais e Empresas Entrevistadas

A fim de iniciar o processo de seleção do arquiteto local, a ser contratado, solicitamos que fossem marcadas entrevistas com os seguintes profissionais e empresas:

./...

1.2.1 Azusa Kito - arquiteto, formado pela Universidade de Toquio em 1950, trabalhou com Kunio Maekawa de 1950-1964, com escritório próprio desde 1964, Assistente na Universidade de Toquio de 1964-1967.

Entrevistado a 17.05.73, mostrou interesse pelo trabalho, e promoveu visita a duas de suas obras recentes - a Biblioteca da Faculdade de Economia de Toquio e Biblioteca da cidade de Hino, ambas de boa qualidade arquitetônica.

Tem escritório pequeno e não fala inglês ou qualquer língua estrangeira, sendo toda a entrevista conduzida através de intérprete.

Conclusão - Embora tenha qualificações para a tarefa, não podemos indicá-lo dadas as dificuldades de comunicação.

1.2.2 Masato Otaka - arquiteto, formado pela Universidade de Toquio em 1949, trabalhou com Kunio Maekawa de 1949-1961, com escritório pequeno desde 1961.

Diretor da Associação de Arquitetos do Japão.

Não foi possível entrevistá-lo por não dispor de tempo.

1.2.3 Sachio Otani - arquiteto, formado pela Universidade de Toquio em 1946, trabalhou com Kenzo Tange de 1946-1960, escritório próprio desde 1960.

Entrevistado a 23.05, com auxílio de intérprete, não se interessou pelo trabalho. Sugeriu entretanto que procurássemos o

./...

Prof. Kunio Maekawa, que, pela sua experiência de vida no ocidente e em trabalhos com entidades estrangeiras poderia nos orientar quanto ao melhor encaminhamento do assunto.

1.2.4 Marubeni/Takenaka Komuten, Empresa Construtora, contratada para realizar o Relatório Preliminar.

Entrevistada a 18.05 na Embaixada, fêz-se representar por funcionários administrativos e de relações publicas e um arquiteto, este sem conhecimento de inglês.

Apresentou documentação que a credencia como uma das grandes construtoras japonesas, com escritórios em Toquio, Osaka, Sapporo, Nagasaki, e no exterior inclusive Estados Unidos.

Demonstrou o maior interesse na tarefa, nos tendo convidado a visitar seus escritórios e obras, o que foi feito a 24 e 29-05.

Dispõe de enorme staff técnico, com cerca de 650 profissionais de diversas especialidades, porém, a quase totalidade dos contratos tiveram de ser mantidos através de pessoal administrativo e relações publicas, o que não nos pareceu ideal.

Como outras empresas do gênero, tem seu pessoal dividido em seções especializadas, pelas quais transita o projeto como em "linha de montagem", o que nos pareceu mais adequado a empreendimentos comerciais que a um projeto de Embaixada.

Acreditamos que tal sistema traria enormes dificuldades para manter-se o caráter de

./...

arquitetura brasileira da edificação. A sua condição de empresa construtora certamente dificultaria a organização de concorrência para as obras e deixaria o Ministério sem fiscal isento para acompanhá-las e defender seus interesses. Conclusão - Embora seja má escolha para o desenvolvimento do projeto, acreditamos ser excelente indicação para futuro convite para a execução das obras.

- 1.2.5 A partir das entrevistas acima, e, aceitando a sugestão do Sr. Otani, procuramos o Professor Kunio Maekawa a 25.05, de quem obtivemos conselhos claros e objetivos, que nos foram de grande utilidade. O Prof. Maekawa, provavelmente o arquiteto japonês mais conhecido no exterior depois de Kenzo Tange, tendo vivido anos em Paris e trabalhado com Corbusier, considerou dois pontos fundamentais na seleção do profissional a ser contratado: experiência com o estilo de vida ocidental e domínio da língua inglesa. Consultado sobre a possibilidade de aceitar a incumbência, condicionou seu interesse à existência de assistente com as condições acima que pudesse responsabilizar-se pela obra, e preferiu indicar-nos os nomes dos arquitetos Junzo Yoshimura e Hiroje Oe, que entrevistamos a seguir.

- 1.2.6 Junzo Yoshimura - arquiteto do novo Palácio Imperial e da Japan House próximo às Nações Unidas em Nova York. Entrevistado a 25.05, não demonstrou interesse, alegando em carta posterior ter seu

.../.

escritório totalmente comprometido para os próximos 12 meses.

- 1.2.7 Hiroje Oe, arquiteto do Pavilhão Japonês no IV Centenário de São Paulo e da Embaixada do México em Tóquio. Entrevistado a 29.05, foi o profissional que maior interesse demonstrou, quer pela objetividade das respostas às nossas perguntas, quer pelos detalhes que solicitou quanto ao trabalho proposto. Dispõe de escritório bem montado em edifício no centro da cidade, fala inglês razoável e seu filho também arquiteto é seu assistente. Conclusão - Na nossa opinião é o escritório mais indicado para desencumbir-se da tarefa de Assessoria, Desenvolvimento do Projeto e Supervisão das Obras.
- 1.2.8 Não foi considerado oportuno nesta viagem a verificação de outras empresas construtoras que pudessem compor um grupo com vistas à futura concorrência para as obras. Pareceu-nos que tal busca será mais proveitosa em outra ocasião, recorrendo-se à orientação do Arquiteto Local que vier a ser contratado.

1.3 Informações colhidas

- 1.3.1 Condições Locais - O Japão atravessa no momento forte boom imobiliário, que aliado à inflação interna e valorização do yen provoca forte alta nos preços de terrenos

./...

e custos de construção.

Do boletim interno da Takenaka Komuten, extraímos os seguintes dados referentes à alta dos preços de construção no período Abril 72 a Abril 73:

.Predios com estrutura de Concreto Armado - Apartamentos	+ 17%
.Predios com estrutura de Concreto Armado - Escritórios	+ 14%
.Construções com Estrutura Metálica - Fabricas	+ 12%
.Construções com Estrutura Mista concreto/aço	+ 12%
.Madeiras para fins de construção	+ 134%

Como previsão de futuro próximo a Takenaka Komuten nos forneceu por carta os seguintes dados:

- Alta prevista de Maio 73 a Janeiro 74	20 a 23%
- Flutuação estimada com valorização do yen no mesmo período	10 a 15%

Como exemplo desta previsão nos foi apresentado um edificio de apartamentos, 7 pavimentos e sub solo, 2150 m² de construção, com calefação e ar condicionado, esquadrias de alumínio e elevadores. Este prédio, visitado por nós, tem a qualidade de acabamento do padrão desejado para a Embaixada, guardadas as proporções de seus respectivos usos.

Custo m ² Maio 73	135.000 = US\$ 513,00
Custo previsto para Janeiro 74	165.000 = US\$ 627,00
	cambio atual
	ou US\$ 720,00
	cambio atual +15% de valorização do yen.

./...

Além da referida construtora, 3 arquitetos entrevistados estimaram que para obras a serem iniciadas em 1974 deve-se prever não menos de US\$ 800,00/m², sendo que o custo de US\$ 1.000,00 não é improvável. Evidentemente parte desta alta vai à conta da valorização do yen, fato que não nos consideramos habilitados a opinar.

1.3.2 Qualidade de Construção - Embora a grande maioria das construções apresenta qualidade sofrível ou mesmo ruim, pudemos verificar que será possível obter-se obra com acabamento excelente, e com materiais de boa qualidade.

O uso do concreto aparente é bastante comum, e com execução correta.

A constante alta de custos poderá provocar certo relaxamento, quer em detalhes construtivos, quer em acabamentos, o que deverá ser cuidadosamente observado tanto nas especificações como na supervisão das obras.

1.3.3 Prazos de Construção - Os prazos de execução de obras tendem a ser mais curtos que no Brasil.

O edificio de apartamentos citado acima foi construído em 11 meses sem sacrificio da qualidade.

Para a Embaixada, um prazo de 12 a 18 meses deverá ser tranquilo, havendo a disponibilidade de recursos.

1.3.4 Equipamento de Interiores - Devido à maneira de vida tradicional do Japão, o setor

./...

de mobiliário encontra-se ainda em fase bastante afastada de nossas necessidades, com produção local de baixo nível e alto preço.

A maioria dos moveis de qualidade internacional é importada, e seus preços podem ser situados em torno de 2 a 3 vezes os similares produzidos no Brasil, tomando-se por base as respectivas listas de preços.

1.3.5 Serviços Profissionais - Todos os arquitetos japoneses trabalham segundo as normas da Associação de Arquitetos do Japão, que estabelece seu Código de Ética e Tabelas de Honorários.

O Arquiteto se incumbem de todo o processo de planejamento - inclusive serviços complementares de engenharia - e fornece a supervisão e fiscalização das obras, sendo vedada qualquer ligação comercial com construtoras e fornecedores de materiais.

Para efeito de aplicação da Tabela de Honorários o edifício da Embaixada situa-se parte (+ 65%) na Classe II (Chancelaria) e parte (+ 35%) na Classe IV (Residência). Este enquadramento entretanto, não parece livre de interpretações, já que a Takenaka Komuten indicou a Classe III.

Acreditamos que este ponto deverá ser objeto de negociações por ocasião do contrato com o Arquiteto selecionado, já que tem influência na porcentagem a ser adotada e consequentemente no valor dos honorários. A obtenção de Licenças de Obra difere num ponto fundamental do sistema brasileiro : não é usual a aprovação pela municipalidade

./...

de do Projeto Arquitetônico em separado, após o que, garantido por esta licença, são autorizados os serviços de estrutura e instalações.

Em Toquio o pedido de licença é feito para o Projeto Completo, incluídos os serviços de engenharia, de uma só vez.

Para efeito de garantia do Ministério, contra custos de modificações de um projeto já completo, recomendamos que no contrato de serviços com o Arquiteto local, fique estabelecido que a adequação do prédio aos Códigos de Obras e exigências locais seja de sua responsabilidade, fazendo para tanto Consulta Prévia do Projeto Arquitetônico se considerar necessário.

Os prazos de execução de serviços profissionais são razoáveis e não diferem muito dos correntes no Brasil.

Em anexo incluímos Cronograma ajustado às condições específicas do projeto a ser parcialmente elaborado no Brasil.

1.4 O Terreno e Programa da Edificação

1.4.1 Terreno - Local: 32-1, 5 Chome, Yoyogi, Shibuya-Ku

Rua de acesso - largura 4,40m sem calçadas
Designação da Área - Residencial de 1ª

Classe

Características - Área: 3.536,94 m²

O terreno tem cerca de 2.400 m², aproximadamente 65% plano, e o restante com forte declive de mais de 6.00m terminando em muro de arrimo.

./...

A maior parte da arborização concentra-se na extremidade sul, junto à divisa com a Embaixada da Bulgária, e no declive, sugerindo o aproveitamento desta região para a Residência.

Há ainda a considerar-se o ruído proveniente da linha de trem que passa a pouca distância dos fundos do terreno, com tráfego constante.

O baixo nível arquitetônico de qualquer dos vizinhos existentes, inclusive do lado oposto da rua, e a ausência de vista, torna aconselhável que o prédio volte-se para para dentro do terreno, criando suas próprias zonas de interesse.

Exteriormente deverá ter aspecto marcante que o destaque nas imediações.

- 1.4.2 Programa da Edificação - As acomodações relacionadas abaixo foram obtidas em reuniões havidas com o Embaixador Paulo Leão de Moura e a presença de todo o pessoal diplomático, tomando-se como ponto de partida um Prê-programa preparado em Brasília. Procurou-se definir a Chancelaria, e especialmente o SECOM de maneira a atender à expansão previsível para os próximos 10 anos, embora fôsse reconhecida a dificuldade de tal tarefa, dado o recente crescimento dos interesses mútuos e dos investimentos japoneses no Brasil.
- Contudo, levando-se em conta que o prédio não deverá estar concluído antes de 1976, qualquer redução neste prazo, poderia condenar o novo prédio a acréscimos ou acomodações quasi em seguida à sua construção.

./...

- 1.4.3 Áreas máximas de Construção - Segundo o Código de Obras local, e os regulamentos de densidade aplicáveis, poderemos contar com um máximo de 150% da área do lote, ou seja 5.305,40m².

A taxa de ocupação não poderá exceder 60% Para incentivar-se a criação de estacionamento além do mínimo exigido, (no caso 8 vagas) há um critério de bonificação que permite construir-se mais 25% da área máxima com fim exclusivo de garagem, ou seja, 1.326,00 m².

Assim sendo, a construção poderá ter no total 5.305,40 m² + 1.326,00 m² = 6.631,40m²

./...

CHANCELARIA		cofre	xerox	poltronas	fichário	mesa-maquina	mesa reuniões	estante	grupo estofado	mesa escrever	ÁREA
EMBAIXADOR	Sala de Trabalho	-	-	-	-	-	x	7	x	50	
	Sala de Reuniões	-	-	-	-	12	-	-	-	30	
	Ante-Sala	-	-	-	-	-	x	7	L	30	
	Sala das Secretárias	2x	-	-	2	-	-	-	L	20	
	Toilette e Vestiário									15	
TOTAL A											145
MINISTRO CONSELHEIRO	Sala de Trabalho	-	-	-	-	-	x	x	5	x	40
	Ante-Sala	-	-	-	-	-	-	5	L	20	
	Toilette									10	
TOTAL B											70
SETOR POLITICO	2 salas de Diplomatas	2x	-	2	-	-	x	-	L	30	
	1 sala Secretaria		-	2	2	-	x	-	L	10	
TOTAL C											40
SETOR CULTURAL	2 salas de Diplomatas	2x	-	2	-	-	x	-	L	30	
	1 sala Secretária		-	2	2	-	x	-	L	10	
TOTAL D											40
SETOR ECONOMICO SECOM	Recepção e Espera		-	-	-	-	-	12	L	30	
	Sala do Chefe		-	-	-	-	x	x	5	x	30
	Sala de Secretária		-	-	2	-	-	x	-	L	10
	5 salas p/ Diplomatas		-	2	-	-	-	x	-	L	50
	5 salas Secretarias	5x	-	-	1	-	-	x	-	L	30

.../.

CHANCELARIA		cofre	xerox	poltronas	fichário	mesa maquina	mesa reuniões	estante	grupo estofado	mesa escrever	ÁREA	
SETOR ECONOMICO SECOM	Sala de reuniões	-	-	-	-	-	16	-	-	-	40	
	Sala dos Exportadores	-	-	-	-	-	x	x	5	L	30	
	Sala do Arquivo	-	-	-	10	-	-	-	-	L	20	
	Centro Documentação Com.	-	1	-	1	-	-	3	-	L	40	
	Consulta	-	-	-	5	-	-	-	-	-	30	
	Sala de Turismo	-	-	-	-	-	-	x	5	L	20	
	Funcionários	10x	-	-	-	-	-	-	-	L	40	
	Contabilidade		1	-	-	3	-	-	-	L	15	
	TOTAL E											385
	ADIDOS FORÇAS ARMADAS	Chefe (2)	2x	x	-	2	-	-	x	x	-	x
Sub-oficial (2)		2x	-	-	x	-	-	x	-	L	30	
Secretaria (2)		2x	-	-	2	2	-	-	x	-	L	30
TOTAL F											120	
ADMINISTRAÇÃO	Chefe		-	-	2	-	-	-	x	-	L	15
	Sala de funcionário	3x	x	-	-	2	-	-	x	-	L	30
	Arquivo geral (balcão)		-	/	-	20	-	-	x	-	L	40
	Arquivo morto										20	
	Datilografia		-	-	-	-	3	-	x	-	10	
	Carteira Entrada/Saída		-	-	-	-	1	-	x	-	L	10
	SIGILOSO											
	Mala Diplomática		-	-	-	-	-	x	x	-	L	15
	Teletipos		-	-	-	-	-	-	-	-	L	20
	Cifração		4	-	-	-	2	-	x	-	L	20
Oficina de reparos										10		
Casa forte										5		

.../.

CHANCELARIA		cofre	xerox	poltronas	fichário	mesa maquina	mesa reuniões	estante	grupo estofado	mesa escrever	ÁREA	
ADMINISTRAÇÃO	Plantão										5	
	Tradução	3x	-	-	x	-	-	x	-	L	20	
	Almoxarifado		-	-	-	-	-	x	-	L	15	
	Deposito										100	
	Cantina e Recreação										50	
	Central Telefônica										5	
TOTAL G											390	
SETOR CONSULAR E DE IMIGRAÇÃO	Sala de Espera (20 pessoas + WC)										30	
	Sala do Consul		-	-	-	-	x	x	5	x	30	
	Sala do Consul Adjunto		x	-	-	-	-	x	5	L	20	
	Ante Sala Consul		-	-	2	x	-	-	x	-	L	15
	Sala de Func, (Tabelião)	4x	-	-	-	x	-	-	x	-	L	20
	Sala de Funcionário (vistos-balcão)	3x	-	-	-	x	-	-	x	-	L	15
Consultório Medico											15	
Enfermeira e Arquivo											10	
Vestiários e WC											10	
TOTAL H											165	

RESUMO DA CHANCELARIA		
Área	A	145 m ²
	B	70 m ²
	C	40 m ²
	D	40 m ²
	E	385 m ²
	F	120 m ²
	G	390 m ²
	H	165 m ²
TOTAL		1.355 m ²
Paredes/Circulação/Sanitários/Halls, etc - 60%		813 m ²
Garagem 30 vagas		900 m ²
TOTAL CHANCELARIA		3.068 m ²

RELAÇÕES PUBLICAS	Exposições e Recepções	250 m ²
	Auditório 50 pessoas	100 m ²
	Escritórios - 1 Chefe	30 m ²
	Auxiliares	20 m ²
	SUB TOTAL	400 m ²
	Paredes/Circulação/ Hall/Sanitários-40%	160 m ²
TOTAL RELAÇÕES PUBLICAS		560 m ²
MORADIAS TRANSITÓRIAS	1 aptº: Sala, 2 quartos e dependências	80 m ²
	1 aptº: Sala, 1 quarto e dependências	60 m ²
	Quarto de empregada e WC	12 m ²
	TOTAL MORADIAS TRANSITÓRIAS	152 m ²
Mais acesso externo aos apartamentos		

./...

RESIDÊNCIA		unidades	area m2
RECEPÇÃO	Salão	1	120
	Escritório	1	40
	Sala	1	40
	Sala de Jantar 20/22 pess.	1	80
	Sala de Jantar 1 peq. 10 pessoas	1	30
	TOTAL J	5	310
	SERVIÇO	Copa e Cozinha	1
Sala de Empregados		1	20
Dispensa e Frigorífico		1	20
TOTAL K		3	120
Lavanderia		1	10
Quarto de passar		1	10
TOTAL L		2	20
Quarto de Empregados		4	40
Banheiro de Empregados		2	20
Garagem		3	75
TOTAL M	9	135	
TOTAL K + L + M	14	275	
HABITAÇÃO	Conjunto p/ o Embaixador		
	Quarto de Dormir	1	35
	Saleta de Estar	1	20
	Banheiro	1	15
	Closet	2	20
	Quarto de Vestir	1	10
TOTAL N	6	100	

./...

RESIDÊNCIA		unid.	area m2
HABITAÇÃO	<u>Quartos para a Família</u>		
	Quarto de Dormir	3	45
	Closet	3	15
	Banheiro	3	30
	TOTAL O	9	90
	Sala íntima	1	30
	Sala de Almoço	1	30
	Rouparia	1	10
	TOTAL P	3	70
	<u>Hóspedes (Dois conjuntos)</u>		
	Quarto de Dormir	2	30
	Saleta de Estar	2	20
	Closet	2	6
	Banheiro	2	14
	TOTAL Q	8	70
TOTAL N + O + P + Q	26	330	
TOTAL GERAL	45	915	
Área Total = 1.530 m ²			
Circulação/Hall/Escadas/ Elevadores/Paredes/ etc - 60%		370	
TOTAL GERAL DA RESIDÊNCIA		1.285 m2	

2. TAREFAS A EXECUTAR

2.1 Planejamento da Chancelaria e Residência

Uma vez aprovado o Relatório e Programa, o planejamento da futura Embaixada poderá iniciar-se, havendo o cuidado nas diversas etapas de garantir um seqüência lógica que permita uma construção sem despesas desnecessárias ou imprevistas. Traduzindo a intenção de que a nova Embaixada seja a imagem da arquitetura brasileira contemporânea, as etapas iniciais deverão ser feitas no Brasil, e os arquitetos brasileiros terão a autoridade sobre o Projeto até sua conclusão.

2.1.1 Estudo Preliminar - Solução inicial, sumária do prédio, com plantas, fachadas e cortes em escala reduzida, de maneira a apresentar a idéia básica, capaz de permitir uma avaliação do empreendimento. Elaborado em Brasília. Será conveniente que seja apresentada com maquete de volumes. Este Estudo Preliminar será também o documento inicial para a negociação do contrato com o Arquiteto japonês, cabendo a este apreciar sua adequação aos Codigos de Obras e Regulamentos da Municipalidade de Toquio, aplicáveis.

2.1.2 Ante-Projeto e Pré-detalhamento - Solução arquitetônica definitiva do prédio, com plantas, cortes, fachadas em escala adequada à sua compreensão. A fim de melhor apresentar a idéia do partido arquitetônico e garantir sua compreen-

./...

são pelo Arquiteto japonês sem perda do caráter brasileiro que se deseja, será conveniente a complementação do Ante-Projeto com um pré-detalhamento dos pormenores considerados essenciais. Elaborado em Brasília.

- 2.1.3 Desenhos de Execução (Working Drawings) - A serem elaborados pelo Arquiteto japonês que vier a ser contratado, obedecerão às normas estabelecidas pela Associação de Arquitetos do Japão - "Standards for Architectural Services and Fees, Japan Architects Association".

Consistirão de: Plantas, elevações e cortes do prédio e terreno;
Projeto Estrutural e Memória de Cálculo;

- Projeto de Instalações:
- Elétricas
 - Hidráulicas
 - Telefone
 - Calefação
 - Ar Condicionado/Ventilação
 - Gás

Especificações;
Estimativa de Custo.

Caberá ao profissional local a responsabilidade da aprovação destes projetos pelas Autoridades Municipais e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, e dar assistência na obtenção de Licenças de Construção, observadas as recomendações contidas no item 1.3.5

./...

- 2.1.4 Serviços de Supervisão - Os seguintes serviços são considerados incluídos nos honorários profissionais, na parte referente à Supervisão:

- Assistência e assessoramento na seleção de firmas construtoras;
- Assessoramento na preparação de editais de concorrência e contratos;
- Pareceres sobre propostas e orçamentos recebidos;
- Preparação de detalhes suplementares que se tornem necessários;
- Aprovação de detalhes apresentados por fornecedores e/ou sub-empreiteiros;
- Fiscalização das obras;
- Aprovação de faturas intermediárias e recebimento final da obra.

2.2 Contratação de Profissional Japonês

Caberão ao Arquiteto japonês as etapas do Projeto descritas no item anterior, devendo para tanto ser contratado profissional habilitado segundo as Leis do país, e capaz de defender os interesses brasileiros com competência e empenho.

Sua seleção foi um dos objetivos primordiais da viagem efetuada e para que possa ser eficiente, sua participação deve começar nas etapas iniciais do Projeto, mais precisamente ao concluir-se o Estudo Preliminar, quando terá meios de precisar a extensão de sua tarefa.

Os seguintes pontos nos parecem importantes na negociação do contrato:

- tentar obter um valor fixo para os honorários de assessoria e desenvolvimento do projeto, ba-

./...

seado numa estimativa de custo feita a partir do Estudo Preliminar.

A variação admissível seria então apenas por acréscimo de área de construção, se houver.

- para a supervisão os honorários poderão ser percentuais ao custo da obra, o que nos parece justo em face da duração dos serviços e a inflação existente.
- verificar que parcela dos 25% dos honorários que cabem ao Ante-Projeto - que será elaborado no Brasil - será cobrada pela assessoria inicial, ou, em ultimo caso, se pagamento total dos honorários cancela cláusula de Tabela que prevê acréscimo de 25% quando serviço é feito em colaboração com outros arquitetos (Capítulo II § 6.2).

- não aceitar acréscimo de 20% do valor dos honorários, previsto para quando o trabalho é feito utilizando língua estrangeira.

Este acréscimo nos parece absurdo, pois o montante que cobrirá a tradução para inglês, única língua praticável no Japão, das legendas, especificações e correspondência, poderá atingir cerca de US\$ 40.000/50.000.

- definição de responsabilidade na aprovação de projetos pelas Autoridades Municipais conforme descrito no § 1.3.5
- estabelecer um relacionamento de co-autoria entre os arquitetos brasileiros e japoneses, com atribuições e responsabilidades bem definidas. Este relacionamento - desde que o Arquiteto japonês esteja a altura de compreendê-lo - nos parece mais proveitoso do que o de autor do projeto e mero executor de uma parte dos serviços, tarefa que poderá vir a ser cumprida de maneira mecânica e comercial com prejuízo para a obra.

./...

Sem ainda haver qualquer definição do plano da Embaixada, torna-se difícil avaliar com alguma precisão o valor dos honorários a serem pagos ao Arquiteto japonês.

Contudo, baseando-nos no Programa, e custos unitários de construção, acreditamos poder oferecer uma primeira avaliação de ordem de grandeza.

Área de construção provável	+ 5.000 m ²	
Custo por m ²		US\$ 800,00/1.000,00
Porcentagem aplicável		
2/3 prédio publico +		
1/3 residência	+ 5%	
Valor global de Honorários	+ US\$ 200.000	250.000
Assessoramento e desenvolvimento	75% = +	US\$ 150.000 - 175.000
Supervisão	25% =	US\$ 75.000 (sujeito a correção pelo custo real).

A maior parte do valor dos honorários de desenvolvimento será pagável em 1974, e a quasi totalidade dos de supervisão em 75/76, conforme cronograma anexo.

2.3 Execução das Obras

Dado o alto custo da construção no Japão, será de todo conveniente que se restrinja ao mínimo o numero de modificações durante o correr das obras, o que importará na elaboração de um projeto minuciosamente analisado.

A seleção das firmas convidadas para a concorrência deverá ser feita com a colaboração e assessoramento do Arquiteto japonês, reservando-se contudo o direito da Embaixada de acrescentar ou suprimir nomes de acordo com que considerar de me-

./...

lhor interesse do Ministério.

O prazo de construção será estabelecido pelo Ministério, consultando o Arquiteto japonês sobre as repercussões nos custos.

./...

3. PROPOSTA PARA ENCAMINHAMENTO DO PLANO

Resumindo as observações contidas nos itens 1 e 2, submetemos à apreciação de V.S. uma proposta de como o Plano de Construção da Embaixada de Toquio poderá ser encaminhado :

1. Autorizar o Serviço de Patrimônio a elaborar o Estudo Preliminar e Ante Projeto, contratando para tanto, em regimen de serviços prestados, os trabalhos de profissionais necessários - arquiteto, engenheiros consultores e desenhistas.
2. Aprovar escolha do Arquiteto japonês.
Pelas nossas observações e entrevistas, propomos o nome do arquiteto HIROJE OE, cujo escritório nos pareceu reunir as melhores qualificações para a tarefa proposta.
3. Autorizar as verbas necessárias para cobrir os gastos acima no Brasil e Japão:
no Brasil
segundo proposta a ser encaminhada através da DMP no Japão
a estimativa feita no item 2.2 poderá ser tomada como referência para efeito de verbas para o Programa apresentado.
Quantia inferior a US\$ 50.000 cobrirá os gastos possíveis em 1973, devendo o restante ser previsto para 74, 75 e 76, conforme cronograma, corrigidos pelos termos do contrato.
4. Autorizar as viagens ao Japão necessárias ao cumprimento da tarefa a cargo do Serviço do Patrimônio, conforme cronograma.

Handwritten signature: Hans Roldy
Handwritten signature: Elias M.

